

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RICARDO BERNARDES PEREIRA

**TENTANDO SUBIR UNS DEGRAUS: EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA,
MERCADO DE TRABALHO E ESQUEMAS DE AVALIAÇÃO DOS RECÉM-
DIPLOMADOS EM DIREITO**

Porto Alegre

2019

RICARDO BERNARDES PEREIRA

**TENTANDO SUBIR UNS DEGRAUS: EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA,
MERCADO DE TRABALHO E ESQUEMAS DE AVALIAÇÃO DOS RECÉM-
DIPLOMADOS EM DIREITO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Minorias Sociais: Estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência.

ORIENTADOR: Karl Martin Monsma

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Ricardo Bernardes
Tentando subir uns degraus: Expansão universitária,
mercado de trabalho e esquemas de avaliação dos
recém-diplomados em Direito / Ricardo Bernardes
Pereira. -- 2019.
239 f.
Orientador: Karl Martin Monsma.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Classe Social. 2. Mercado de trabalho. 3. Campo
do Direito. 4. Desigualdade social. 5. Ensino
superior. I. Monsma, Karl Martin, orient. II. Título.

RICARDO BERNARDES PEREIRA

**TENTANDO SUBIR UNS DEGRAUS: EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA,
MERCADO DE TRABALHO E ESQUEMAS DE AVALIAÇÃO DOS RECÉM-
DIPLOMADOS EM DIREITO**

Esta tese foi julgada aprovada para a obtenção do título de
Doutor em Sociologia em sua forma final pelo Orientador e
pela Banca Examinadora.

Orientador: _____

Prof. Dr. Karl Martin Monsma, UFRGS

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Ricardo Salata

Prof. Dr^a. Ligia Mori Madeira

Prof. Dr^a. Raquel Andrade Weiss

AGRADECIMENTOS/ACKNOWLEDGEMENTS

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela oportunidade de realização de trabalhos em minha área de pesquisa.

Ao orientador Karl Martin Monsma, pela imensa contribuição ao meu desenvolvimento como pesquisador.

À minha família, por tudo.

Ao Anderson Ferreira, pelo esforço e dedicação em identificar possíveis entrevistados.

À Juventude Universitária Católica, pela provisão de moradia gratuita durante dois anos e meio de doutorado.

A todos/as entrevistados/as, sem os/as quais este trabalho não teria sido realizado.

I'm very grateful to Amy Binder who accepted me as a Visiting Graduate Student at UCSD and provided me excellent guidance on how to organize and present my arguments.

I'm also very grateful to Merrillyn Pope who gave me excellent support on every aspect of my life in San Diego.

A todos os colegas de doutorado, professores, amigos e desconhecidos, que, em algum momento, forneceram ideias, informações e sugestões para o andamento da pesquisa.

À CAPES e aos contribuintes brasileiros, pela provisão de bolsa temporária de doutorado, pela cobertura do custeio do doutorado e pela oportunidade de doutorado sanduíche no exterior.

RESUMO

Esta tese examina as experiências e os esquemas de avaliação de recém-diplomados em Direito, especialmente os das classes populares, sobre as circunstâncias de vida. A partir principalmente de trinta e três entrevistas, mostra como a profunda desigualdade do mercado de trabalho, em associação com a centralidade de valores socioeconômicos, gera insatisfação com as condições de vida atual e cria um desejo de ingressar no setor público. A maioria dos recém-diplomados em Direito trabalha para escritórios pequenos e médios de advocacia, ou por conta própria. Em um mercado privado competitivo – e como o Bacharelado em Direito é o curso de graduação mais popular do Brasil – a maioria dos recém-diplomados consideram insuficientes o salário e os benefícios empregatícios. Esse sentimento de insuficiência é, em larga medida, um resultado do uso das ocupações do setor público como principal referência. Recém-diplomados, tipicamente, recebem em torno de metade do salário de várias ocupações de técnico do setor público. Em comparação com a elite do setor público, recebem em torno de um décimo do salário. Em adição, o setor público oferece estabilidade, melhor cobertura previdenciária e, de acordo com os recém-diplomados em Direito, tarefas mais significativas. Nesse contexto, os entrevistados planejam as suas vidas como um projeto no qual o principal objetivo é, passo a passo, subir a escada social. O primeiro passo é sair do emprego atual e ingressar no setor público e, depois, ingressar nas carreiras de elite do sistema de justiça. A sociedade brasileira tem criado o que Sennett e Cobb (1972) chamaram de máculas de classe. Como o Estado não é capaz de criar “bons empregos” em quantidade suficiente, a probabilidade de recém-diplomados em Direito realizarem os seus objetivos é muito baixa. Entretanto, eles prendem-se com seus planos, uma vez que os seus valores são fortemente baseados na esfera socioeconômica. Religião, família e preocupações políticas não são tão relevantes quanto a esfera socioeconômica para a constituição de propósitos de vida. Os entrevistados organizam as suas vidas de modo que a formação da família e a promoção da mudança social dependam do desempenho no mercado de trabalho. Nesse sentido, o mercado de trabalho tem precedência sobre as outras dimensões de vida. Eles não consideram a si mesmo como ocupando os níveis mais baixos da sociedade, pois julgam que a posição social deles está acima da de seus pais e de outras pessoas sem ensino superior completo. A mácula sofrida assenta-se no sentimento de privação em um grupo que espera participar do grupo de sucesso em uma sociedade onde “*os vencedores levam tudo*”. Ao analisar as relações entre classe, esquemas e estrutura, esta tese contribui para uma compreensão mais profunda de como a desigualdade e a classe social afetam a vivência da “boa vida” em um contexto de massificação do ensino superior.

Palavras-chave: Classe social. Mercado de Trabalho. Campo do Direito. Ensino Superior.

ABSTRACT

This dissertation examines the labor market experience and the evaluation of life circumstances of recent Bachelors of Law of the working-class from Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Drawing primarily on thirty three interviews, it shows how the deep Brazilian inequality, along with the centrality of socioeconomic values, causes dissatisfaction with the current life condition and creates an aspiration to join the public sector. Most recent Bachelors of Law work for small and medium size law offices or are self-employed. In a highly competitive private sector - as Law is the most popular undergraduate program in Brazil – most Bachelors of Law consider insufficient their salary and benefits. This sense of insufficiency is, to a large extent, a result of the use of the public sector occupations as the main reference. Recent Bachelors of Law typically earn about half of the salary of low-level public sector occupations. In comparison with the elite public sector occupations, they earn about one tenth. In addition, the public sector provides job stability, a better pension system and, according to recent Bachelors of Law, more meaningful tasks. In this context, the interviewees plan their lives as a project in which the main goal is, step by step, to climb up the social ladder. The first step is to quit their current job and join the public sector and, then, to join the elite careers of the legal system. The Brazilian society creates what Sennett and Cobb (1972) called an “*injury of class*”. As the state is not able to create enough ‘good jobs’, the likelihood of recent bachelors of law of accomplishing their goals is minimal. However, they stick with their plans as their values are strongly based on the socioeconomic sphere. Religion, family, and political concerns are as not relevant as the socioeconomic sphere in order constitute the main purpose of life. The interviewees organize their lives in a such a way that raising a family and promoting social change depend on the performance of the labor market. In this sense, the labor market takes precedence over other dimensions of life. They do not consider themselves as occupying the lowest levels of society as they judge their position as above their parents’ and other non-graduates’. The suffered *injury* lies on the sense of deprivation among a group who expects to join the group of ‘*haves*’ in a society where “*the winners take it all*”. By analyzing the relationships between class, schemes and structure, this dissertation contributes to a deeper understanding of how inequality and class affect the experience of the ‘good life’ in a context of massification of the higher education.

Keywords: Class. Labor Market. Field of Law. Higher Education.

Sumário

1	Introdução	11
1.1.	O problema de pesquisa	11
1.2.	Contexto e delimitações	16
1.3.	Achados e contribuições	21
1.4.	Estrutura de capítulos	25
2	Teorizando a relação entre expansão universitária e mercado de trabalho	28
2.1	Introdução	28
2.2	Definição e categorização das ocupações dos graduados do ensino superior	31
2.3.	Fechamento ocupacional e as barreiras no mercado de trabalho	41
2.4.	Geração de emprego e renda	45
2.5.	Graduatização das ocupações e diversificação da inserção profissional	48
2.6.	Sobrequalificação	54
2.7.	Mercado de trabalho, expansão universitária e conflito posicional	56
2.8.	Conclusão	60
3	As dimensões valorativas da posição social	63
3.1.	Introdução	63
3.2.	Fundamentos da avaliação das condições de vida	65
3.3.	Modelos dominantes de avaliação da boa vida	70
3.4.	Estilo de vida, modernidade e classe social I: A transição rural-urbano	74
3.5.	Estilo de vida, modernidade e classe social II: Valores nas sociedades urbanas	80
3.6.	Notas sobre bom emprego e renda	89
3.7.	Conclusão	92
4	Pesquisando a expansão universitária e os valores dos recém-diplomados no campo do Direito	94
4.1.	Introdução	94
4.2.	Entrevistas semiestruturadas	96
4.3.	Dados Suplementares	105
4.4.	Ética em pesquisa	109
4.5.	Análise de Dados	110
4.6.	Desafios do trabalho de campo e limitações da pesquisa	111

4.7. Considerações Finais	113
5 O mercado de trabalho dos recém-diplomados em Direito	114
5.1. Introdução	114
5.2. Credenciamento e Licenciamento.....	116
5.3. Os escritórios de Direito em Porto Alegre.....	126
5.4. O emprego por conta própria no mercado privado.....	135
5.5. O setor público e a expansão universitária no campo do Direito	140
5.6. Conclusão.....	143
6 Desigualdade e classe social: em busca da boa vida	147
6.1. Introdução	147
6.2. Bom emprego e classificação ocupacional	148
6.3. Avaliação da renda.....	160
6.4. As experiências de emprego fora do Direito.....	167
6.5. Hierarquia ocupacional, expectativas laborais e mácula de classe	172
6.6. Conclusão.....	176
7 Fronteiras simbólicas, bases valorativas e atribuições causais.....	178
7.1. Introdução	178
7.2. Fronteiras simbólicas e comparação com os pais e irmãos.....	179
7.3. Fronteiras simbólicas com a classe média tradicional	187
7.4. Outras bases de respeito.....	193
7.5. A expansão universitária na lente dos recém-diplomados em Direito.....	196
7.6. Conclusão.....	202
8 Conclusão	204
Referências	215
Anexo: Características demográficas dos entrevistados.....	233

LISTA DE SIGLAS

CAU/Br	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CESA	Centro de Estudos das Sociedades de Advogados
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas (Decreto-Lei nº 5.452)
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FADERGS	Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
FARGS	Faculdades Rio Grandenses
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMP	Fundação Escola Superior do Ministério Público
IBGEN	Faculdade Instituto Brasileiro de Gestão e Negócios
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPA	Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista
IPEA	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISCO	International Standard Classification of Occupations
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos

PUCRS	Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REUNI	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo
TJ	Tribunal de Justiça
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIRITTER	Centro Universitário Ritter dos Reis

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Frequência de ocupados e de graduados por grandes grupos ISCO (1982 e 2009)	50
Tabela 2: Comparação entre os dados demográficos da amostra da pesquisa e do ENADE 2015, curso de Direito, Porto Alegre-RS.....	99
Tabela 3. Concluintes em cursos de Direito em Porto Alegre, segundo a instituição de ensino superior.....	117
Tabela 4: Renda familiar dos concluintes em Direito de Porto Alegre, em salários mínimos.....	118
Tabela 5: Renda familiar dos concluintes em Direito de Porto Alegre, em salários mínimos, segundo a IES.....	119

1 Introdução

1.1. O problema de pesquisa

Rui¹ é um jovem de 27 anos que atualmente trabalha em um pequeno escritório de advocacia. Formou-se com auxílio da bolsa do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em uma universidade confessional. Conheci-o por meio de uma extensa lista de contatos fornecida por um estudante de Direito com quem já tinha contato antes de iniciados os trabalhos da pesquisa. Por sugestão de Rui, nos encontramos em um tradicional centro cultural de Porto Alegre, em uma região da cidade com vários museus, cafeterias e livrarias. Rui nasceu numa família de classe popular. Seu pai era segurança e sua mãe é merendeira escolar. O irmão de Rui, seguindo a ocupação do pai, também trabalha como segurança. A irmã de Rui também cursa Direito, tendo ingressado na universidade aos 38 anos de idade. Antes de ingressar no ensino superior, Rui trabalhou como operador de telemarketing, por dois anos e dois meses, emprego que considera altamente estressante, mal remunerado e cansativo. Durante a graduação, geriu um negócio próprio, trabalhou como operador de telemarketing, estagiou em órgãos públicos e foi secretário de uma juíza. Em poucas semanas depois da formatura no curso de Direito, por indicação de uma amiga, obteve emprego no escritório onde atualmente trabalha. Não possui vínculo empregatício. Recebe em torno de dois salários mínimos. Seu sonho é ingressar no setor público. Tem tentado a aprovação em concursos públicos em órgãos do sistema de justiça, em cargos que exigem ensino superior ou não. Depois de completar três anos de exercício da advocacia, pretende concentrar-se na aprovação no concurso da magistratura.

A história de Rui tem ressonância em várias outras histórias coletadas nas trinta e três entrevistas com jovens recém-formados em Direito com origem nas classes populares. Muitos dos entrevistados já tiveram experiências de emprego fora do campo do Direito, geralmente avaliadas negativamente. Trabalham em escritórios de advocacia sem contrato trabalhista regido pelas regras da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com salários acima da mediana² dos salários do

¹ Para facilitar o anonimato, todos os nomes usados são fictícios.

² Em 2015, o rendimento domiciliar mediano mensal per capita das pessoas de 10 anos ou mais de idade era de 733 reais, enquanto o salário mínimo do mesmo ano era de 788 reais (PNAD, 2015). No terceiro trimestre de 2018, o rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais, era 2155 (PNADC/T,2018). O rendimento reportado por Rui coloca-o acima da mediana domiciliar per capita e em torno do rendimento médio nominal do trabalho.

Brasil, mas significativamente abaixo da remuneração percebida por servidores nos diversos órgãos do sistema de justiça. Aspiram às ocupações públicas, conciliando uma rotina de emprego e preparação para concursos.

Outro encontro da pesquisa com uma jovem servidora pública oferece um *insight* diferente. Felícia também tem 27 anos. Formou-se em Direito dois anos e meio antes da data da entrevista, com bolsa de PROUNI, em uma universidade confessional. Após a conclusão da graduação, ingressou no mestrado, concluído um mês antes da entrevista. Não tem irmãos ou irmãs. Sua mãe sempre trabalhou como empregada doméstica. Teve pouco contato com o pai, tendo sido criada principalmente pela mãe. Felícia obteve o diploma de técnico em eletroeletrônica em um curso concomitante ao ensino médio. Graças a esse diploma, pôde se inscrever nos concursos públicos de técnico em eletrônica. Ingressou num emprego no setor público no início da graduação, tendo, portanto, conciliado uma rotina de trabalho de oito horas diárias com aulas, leituras, provas e redação de trabalhos acadêmicos. Felícia já tem oito anos de experiência no emprego atual. Tem vínculo empregatício estatutário, considerado o ideal pela maioria dos entrevistados da entrevista. Recebe uma remuneração acima de seus pares advogados associados nos escritórios privados, informação de que ela tem conhecimento. Entretanto, sente-se altamente insatisfeita com o emprego atual. Seu desejo é trabalhar no campo jurídico, pois, segundo ela, possui mais afinidade com a cultura dos operadores do Direito do que com a cultura dos técnicos em eletrônica; prefere obter e aplicar os conhecimentos jurídicos aos conhecimentos em eletrônica; tem a percepção de que precisa “fazer valer” o seu diploma de ensino superior.

Felícia integra o grupo que a literatura sobre expansão universitária e mercado de trabalho chama de “sobrequalificados”, ou seja, trabalhadores ocupados em empregos cuja escolaridade exigida ao ingresso na ocupação está abaixo de seu nível de escolaridade, ou cujo grau de complexidade das tarefas está abaixo de suas competências (DI STASIO, 2017; CHEVALIER, 2003; GREEN; ZHU, 2010). Embora esteja sobrequalificada, Felícia possui condições de emprego e renda superiores à ocupação de associado em escritório, a mais acessível no mercado de trabalho em Direito, especialmente aos bacharéis com poucos anos de experiência. A entrevistada emprega um conjunto de esquemas de percepção para avaliar o seu padrão de vida. Por um lado, orgulha-se de não ter o mesmo emprego de sua mãe nem o de calçadista ou o de vendedora em loja, percebidos como tipicamente exercidos pelas jovens de sua origem social nascidas na mesma cidade em que ela nasceu. Também afirma que não abandonaria o cargo atual para trabalhar como advogada

associada, pois, dessa forma, perderia os benefícios do setor público e a sua renda diminuiria. Sente-se satisfeita por ter concluído o ensino superior, apesar de não ter necessitado do diploma de Direito para obter o emprego atual. Por outro lado, a experiência de trabalhar no campo do Direito, para ela, é mais enriquecedora do que o trabalho de técnica em eletrônica, o que tem como consequência gerar uma série de críticas ao seu emprego e à sua vida atual. Planeja ingressar no setor público em órgãos do sistema de justiça. Sonha em ser defensora pública.

Finalmente, reconto um terceiro caso que me indicou novas experiências e complexidades do objeto de pesquisa. Diferentemente da vasta maioria dos entrevistados, Cândido nasceu em uma família de classe média. Tanto seu pai quanto sua mãe eram empregados públicos. Seu pai tem ensino superior completo e sua mãe tem ensino médio completo. Estudou em escola privada durante a maior parte de sua trajetória escolar. No ensino superior, formou-se em Direito em uma instituição privada focada na preparação para concursos públicos, três anos antes da data da entrevista, com pagamento mensal efetuado pela sua família. A entrevista com Cândido foi realizada em sua residência, compartilhada com um recém-graduado em Direito com origem nas classes populares. O apartamento está localizado em uma região central de Porto Alegre, próxima a vários órgãos do sistema judiciário. Apesar da boa localização, está mobiliado com móveis de segunda mão, apresenta problemas de infraestrutura e, conforme relatado por Cândido, o aluguel consome uma parte significativa de sua renda. As expectativas de Cândido e de sua família eram de que ele, assim como seus pais, se tornasse um servidor público. Passou vários anos durante e depois da graduação prestando concursos. Entretanto, devido a sucessivos fracassos e ao desinteresse em levar a rotina de estudos necessária para aprovação em concursos públicos, tem planejado seguir carreira no setor privado como dono de escritório. Nos quase três anos de experiência como advogado associado, em termos de renda e de contrato empregatício, suas condições de emprego não o diferenciam dos seus pares com origem nas classes populares associados ou empregados nos escritórios de advocacia.

Os efeitos do aumento do número de bacharéis em Direito afetaram Cândido, a despeito de sua origem na classe média. O ingresso de mais bacharéis em Direito influencia a dinâmica do mercado de trabalho, afetando diversos atores envolvidos. Cândido também está sujeito ao acirramento da disputa aos cargos públicos e à deterioração das condições de trabalho nos

escritórios privados. Para ele e muitos dos entrevistados com características da classe média³, atingir a mesma posição dos pais, caso aconteça, exigirá mais tempo e mais esforço do que aquele despendido pelos seus pais.

Tomadas juntamente, as três histórias retiradas do meu trabalho de campo, e as perspectivas que elas transmitem, representam esta tese. Este é um estudo sobre as consequências da expansão universitária sobre o mercado de trabalho na área do Direito e, também, sobre os valores e avaliações das condições de vida dos recém-diplomados das classes populares. Situa-se, principalmente, em duas vertentes da literatura. Discuto, primeiramente, com as pesquisas acerca das consequências do processo de expansão universitária sobre o mercado de trabalho. A literatura brasileira sobre esse tema está dividida entre trabalhos quantitativos que analisam as posições sociais das pessoas com ensino superior (p.ex, RIBEIRO, 2016; REIS; MACHADO, 2016), trabalhos qualitativos interessados em analisar as percepções e as experiências dos egressos beneficiados por políticas públicas (p.ex., CASALI; MATTOS, 2015; OLIVEIRA; BOCK, 2016), e trabalhos que analisam as características do campo do Direito (p.ex., ALMEIDA, 2010; BONELLI, 1998). Este trabalho incorpora as diferentes vertentes dessa literatura para discutir 1) a capacidade de geração de empregos para novos bacharéis em Direito, 2) as posições comumente ocupadas pelos novos bacharéis, 3) os efeitos da expansão universitária sobre o emprego nos setores público e privado e 4) o perfil dos advogados associados ou empregados nos principais escritórios do setor privado. Os novos bacharéis navegam um mercado de trabalho com capacidade limitada de geração de novas vagas, de concorrência crescente pelos “bons empregos”, com elevado grau de desigualdade de renda e de condições trabalhistas, e deterioração da qualidade do emprego no setor privado.

Em segundo lugar, discuto com a literatura sobre as dimensões valorativas de classe social. Com base no referencial teórico desenvolvido, principalmente, por Andrew Sayer (2005; 2011), Michèle Lamont (1992, 2000, 2012) e Beverley Skeggs (1997; 2004), esta tese analisa os processos de valorização e avaliação (LAMONT, 2012), segundo os quais os recém-diplomados das classes populares avaliam bom emprego, boa vida e bom trabalho, e estabelecem “fronteiras simbólicas” com seus pais e os membros da classe média tradicional. Interessa compreender não somente a posição atual ou o potencial de inserção dos bacharéis em Direito das classes populares

³ O perfil e os critérios de classificação dos entrevistados serão discutidos mais adiante.

no mercado de trabalho, mas, principalmente, os critérios usados para definir os seus projetos e os seus ideais de vida, as definições de sucesso e fracasso e as comparações sociais com os outros relevantes. Avaliações e valores são relevantes por formarem as bases das estratégias de ação (isto é, as pessoas tomam ações para tornarem-se a pessoa que consideram desejável), afetarem a satisfação pessoal, construírem percepções de (in)justiça, e gerarem normas sobre como a pessoa deve tratar os outros e como deve ser tratada (SAYER, 2005a, 2005b).

Este trabalho concentra-se nas experiências de jovens recém-diplomados em Direito com origem nas classes populares⁴. São jovens cujos pais exercem ocupações manuais ou ocupações de baixa remuneração no setor de serviços. Seus pais não concluíram o ensino superior. Recebem uma renda em torno da média nacional. Diferentemente de seus pais, os entrevistados adquiriram uma credencial que lhes possibilitam disputar posições no mercado de trabalho jurídico com remunerações dez vezes superiores à renda de seus pais. São membros de uma geração nascida e criada na democracia, mais escolarizada, que teve acesso à internet na infância ou na adolescência e com poucas lembranças do período de hiperinflação. Ingressaram no ensino superior, formaram novas redes sociais com pessoas de outras classes, adquiriram novos conhecimentos, aprenderam novos costumes, acessaram novas visões de mundo. Vivenciam um processo ambíguo no qual duas realidades, que podem apresentar características semelhantes, se sobrepõem (CURL, 2013). O espaço da classe média convive com aquele no qual se originaram, por meio das interações que ainda persistem com os pais, com o bairro e com os amigos. Essas características sugerem que os esquemas de classificação, apreciação e avaliação dos jovens recém-diplomados em Direito não são exatamente iguais aos membros das classes populares mais velhos e menos escolarizados.

Esta tese inclui-se no campo de pesquisa sobre classe social que considera os bens valorizados, as fontes de respeito dos atores sociais e a capacidade de a sociedade prover aos seus membros uma vida segura, saudável e significativa. Classe social pode ser tratado como um sistema de classificação no qual ocupações, escolhas de vida e tudo o mais são postos numa escala de julgamento (SKEGGS, 2004). O processo de avaliação, a obtenção de respeito e a autoridade de atribuir valor a bens sociais são centrais para compreender relações de classe (SKEGGS, 2005; TYLER, 2015). Traçar o mapa mental dos atores sociais permite compreender o que realmente

⁴ O tempo médio de conclusão da graduação entre os entrevistados é de 3,5 semestres. A média de idade é de 27,8 anos. Classe popular foi definido como ter pais sem ensino superior completo. Para mais detalhes, ver o capítulo sobre procedimentos metodológicos.

importa para que tenham bem-estar. Estudar esse tema é especialmente relevante durante o processo de expansão universitária em uma sociedade que provê elevados retornos financeiros e não financeiros a quem possui ensino superior completo.

1.2. Contexto e delimitações

Nas últimas décadas, vários processos têm alterado as oportunidades ocupacionais. Em nível global, a formação de grandes empresas multinacionais, que detêm poder considerável em determinar as cadeias de produção de valor, têm influenciado as dinâmicas de industrialização e de desindustrialização em diversos países. Elas fecham e abrem fábricas em diferentes partes do mundo. Possuem fornecedores localizados em diferentes países. Inundam mercados locais com produtos manufaturados em outros países que competem com os produtos das empresas locais. Organizam o trabalho produtivo de tal modo a influenciar as experiências de emprego de todos os trabalhadores, até mesmo daqueles não diretamente envolvidos com o processo produtivo dessas multinacionais (TSING, 2009). A internet e o computador, as principais tecnologias difundidas nas últimas décadas, tornaram-se repositório de informações, meio de comunicação, programas de criação de projetos e de processamento de massa de dados, dentre outras funções. Essas características da internet e do computador mudaram as rotinas de diversas ocupações, inclusive as do Direito. As inovações tecnológicas geram e destroem empregos; mudam a natureza das atividades das ocupações; e facilitam as interações entre empresas, clientes e profissionais. Além disso, o aumento do comércio internacional, a abertura econômica da China e da Índia, a automatização da manufatura e a financeirização da economia têm alterado a dinâmica do mercado de trabalho em diversas partes do mundo.

A expansão universitária é um fenômeno global com amplo crescimento ao longo do século XX. Schofer e Meyer (2005) estimam que o número de estudantes universitários em todo o mundo por 10 mil pessoas aumentou de menos de cinco em 1900 para mais de 160 em 2000, apresentando um crescimento especialmente acelerado na segunda metade do século XX. Embora os efeitos sobre o mercado de trabalho sejam o foco desta pesquisa, o processo de aumento da escolarização não decorreu somente a partir das demandas do mercado de trabalho. Randall Collins (1979), em pesquisa sobre o aumento da escolarização nos Estados Unidos, sustenta que as razões para a ação do Estado em promover o aumento da escolarização estavam associadas ao papel de

controle social e de socialização dos jovens: socialização para que imigrantes não-saxões pudessem ser integrados ao sistema estadunidense; controle social para evitar a delinquência; e escolarização como alternativa de ocupação do tempo livre com a abolição do trabalho infantil. A classe trabalhadora, no século XIX e início do século XX, reagiu de forma contrária à obrigatoriedade da frequência escolar, por considerar irrelevante a escolarização. Entretanto, o projeto de elevar o nível de escolarização da população obteve êxito. Atualmente, é um projeto global. Schofer e Meyer (2005) lista os seguintes fatores para explicar a expansão global do ensino superior: 1) institucionalização da educação como fator de posição social e competição por status, 2) crescimento econômico, 3) crença de que a educação promove o progresso econômico, 4) definição da educação como um direito humano, 5) cientização da sociedade, 6) percepção de que a sociedade está em constante movimento, 7) aumento do número de organizações que reivindicam o crescimento do ensino superior, e 8) expansão do ensino secundário.

Os fatores elencados por Schofer e Meyer (2005) contribuem para a explicação do dado de que o aumento do ensino superior ocorreu em diferentes países, apesar das diferenças no desenho de políticas públicas e do grau de investimento estatal na educação. O ensino superior brasileiro experimentou um crescimento acelerado no número de matrículas nas décadas de 1960 e 1970. Entre 1980 e meados da década 1990, houve um período de quase estagnação. O crescimento das matrículas acelerou na década de 2000. Na década de 2010, as taxas de crescimento estão menores do que na década de 2000. O Brasil acompanha a tendência global de crescimento do ensino superior, mas apresenta uma tendência não linear de crescimento, variando entre momentos de crescimento acelerado e outros de quase estagnação.

Em comparação com as gerações anteriores, os entrevistados têm mais chances de trabalhar no setor de serviços. Ao longo do século XX e início do século XXI, grandes movimentos aconteceram no mercado de trabalho. O primeiro foi a diminuição da proporção de empregados no setor agrícola. Em 1950, 29,4% dos trabalhadores estavam empregados em postos no setor primário. Em 2013, essa proporção caiu para 5,7% (POCHMANN, 2014). Nas últimas décadas, o Brasil tem experimentado um processo de desindustrialização. Em 1980, 38,6% dos trabalhadores estavam ocupados no setor secundário, proporção que reduziu para 24,9% em 2013 (POCHMANN, 2014). Como resultado, 70% dos postos do mercado de trabalho estão concentrados no setor de serviços. Nesse período, a burocratização da sociedade, o aumento da regulação do mercado de trabalho, o aumento do assalariamento, a industrialização inicial seguida de desindustrialização, a

adoção de novas tecnologias, dentre outros fatores, alteraram drasticamente as oportunidades ocupacionais (BARBOSA, 2016; POCHMANN, 2014), possibilitando a entrada e a monopolização de nichos ocupacionais específicos por pessoas de alta escolaridade, especialmente no setor de serviços (PAULI; NAKABASHI; SAMPAIO, 2012). Mais recentemente, na primeira década do século XXI, o aumento real do salário mínimo, a elevação do trabalho formal, o aumento do nível de renda do trabalho e a manutenção da tendência de desindustrialização foram observados. Conforme Baltar e Leone descrevem o período entre 2004 e 2013,

O bom desempenho do mercado de trabalho manifestou-se, basicamente, na queda da taxa de desemprego (de 9,1% para 6,6%), no aumento do grau de assalariamento (a participação do emprego de estabelecimento na ocupação total aumentou de 57,3% para 63,8%), no aumento do grau de formalização dos contratos de trabalho dos estabelecimentos (a proporção de contratos celetistas e estatutários no total dos contratos de trabalho aumentou de 67,5% para 76,6%) e no aumento do nível de renda do trabalho (o poder de compra da renda mediana das pessoas ocupadas com rendimento positivo aumentou 64,3% ou 5,7% ao ano)” (BALTAR e LEONE, 2015, p. 56-57).

Na segunda década do século XXI, o Brasil tem enfrentado seguidas crises econômicas, sociais e políticas, as quais têm elevado os níveis de desemprego, reduzido a renda dos trabalhadores e aumentado o número de trabalhadores em postos informais. Essas consequências negativas têm acontecido a despeito da entrada de trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho.

O Brasil é um país com alto nível de desigualdade entre os possuidores de diploma de ensino superior e o restante da população, aspecto que tem efeitos, num contexto de expansão universitária, sobre a capacidade de traduzir valores de boa vida e bom trabalho em experiências efetivas de trabalho e renda. Segundo dados da OECD (2016, p.114), o retorno salarial de profissionais com ensino superior completo no Brasil é de 140% com relação àqueles com o ensino médio completo, uma das mais altas do mundo⁵. A estrutura econômica brasileira é caracterizada por um mercado de trabalho que, de um lado, oferece oportunidades de trabalho em setores relativamente avançados em conhecimento e com salários atrativos e que, de outro, possui um elevado contingente de trabalhadores no setor de serviços de baixa produtividade, os quais, em muitos casos, trabalham na informalidade.

O sistema de ensino superior brasileiro é diversificado e desigual, com implicações sobre as experiências educacionais e as possibilidades de ingresso profissional. As instituições privadas têm participação de 75,3% no total das matrículas da graduação (BRASIL, 2018). Os

⁵ A título de comparação, esse retorno salarial é de 50% na média dos países membros da OECD e, nos países de menor diferença salarial, como nos países escandinavos, o retorno salarial do ensino superior com relação a ter ensino médio completo é de 20-30%. Este é um dado bruto, sem nenhum controle por outras variáveis (OECD, 2016).

estudantes das instituições de ensino superior públicas, além de terem as despesas de ensino pagas pelo contribuinte, geralmente recebem subsídios de alimentação, transporte e alojamento. As instituições de ensino superior públicas gozam de maior prestígio social. Nas avaliações, como o Índice Geral de Cursos (IGC), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e Exame de Ordem, sistematicamente, apresentam resultados superiores às instituições privadas. Formar-se em Direito em universidade pública é possibilidade de apenas 8,2% dos alunos que prestaram a prova do ENADE de 2015 em Porto Alegre. Os estudantes das instituições privadas, por sua vez, ou pagam integralmente a mensalidade durante a graduação ou depois da graduação (via FIES, principalmente) ou recebem bolsas parciais ou integrais, principalmente, por meio de um programa estatal, o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Tipicamente, esses estudantes não recebem auxílios para arcar com as despesas de alojamento, transporte e alimentação. O prestígio social das instituições privadas é variado. Em Porto Alegre, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) - maior formadora de novos bacharéis em Direito - goza de prestígio social, sendo frequentada por estudantes da classe média tradicional e, em menor número, por estudantes oriundos das classes populares. Outras instituições privadas gozam de nível intermediário de prestígio, enquanto outras, frequentadas principalmente por estudantes das classes populares, têm baixo prestígio⁶.

Portanto, o grupo analisado nesta pesquisa navega em uma sociedade com chances crescentes de ingresso no ensino superior. O desenho institucional do ensino superior brasileiro é marcado, de um lado, por um amplo segmento privado, que, apesar de ter diferenciações internas, é caracterizado principalmente pelo pagamento integral do custo de ensino pela maioria dos estudantes. De outro lado, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas não cobram mensalidade, mas atendem 25% dos estudantes de ensino superior. Muitos dos entrevistados são beneficiários de políticas públicas, forma de ingresso comum para as classes populares num país onde a renda da maioria das famílias é incapaz de arcar com o custo do ensino. Mais de 85% dos entrevistados estudou em IES privadas, retratando a realidade de um país em que o sistema superior público de ensino abrange uma minoria dos estudantes de nível superior. Vivem em um país com

⁶ Para além das diferenças no tipo de mantenedora (pública ou privada), o ensino superior brasileiro, no que diz respeito ao curso de Direito, também é diversificado em outros eixos, tais como categoria administrativa da IES (privada com fins lucrativos, sem fins lucrativos, federal, estadual, municipal), e organização acadêmica (faculdade, centro universitária e faculdade). As diferenças na experiência segundo o tipo de mantenedora foram enfatizadas por terem sido consideradas mais relevantes.

oportunidades ocupacionais que oferecem salários e benefícios consideravelmente desiguais. Além disso, estão se inserindo no mercado de trabalho em um momento de crise.

O Direito é considerado um exemplo paradigmático de profissão, uma categoria distinta e genérica para um definir um tipo de trabalho ocupacional, ou uma instituição com características especiais (EVETTS, 2013). É um campo regulado internamente por um órgão de classe, com poder de controlar, em larga medida, as atividades, a remuneração, as políticas de licenciamento ocupacional e as normas éticas. A profissão do Direito detém monopólio sobre a prática legal, estabelecendo fechamento ocupacional. Nesse sentido, os entrevistados participam de um campo com regras relativamente claras, as quais influenciam a capacidade deles de exercício da advocacia e de obtenção de renda.

O curso de Direito é o curso de ensino superior com o maior número de matrículas no Brasil, correspondendo a um total de 10,71% das matrículas em cursos de graduação (BRASIL, 2017). É um curso predominante de universidades privadas, onde estão matriculados 89,66% dos alunos (SIMONSEN e GONZALEZ, 2016). O alto número de bacharéis em Direito sendo formados nas IES acompanha o elevado ingresso de advogados registrados. De 1980 a 2018, o número de advogados registrados na OAB para cada 1000 habitantes cresceu de 1,54⁷ para 5,56 (ARRUDA JÚNIOR, 1983, p. 37, BRASIL – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE, 1980, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB, 2018). Em fevereiro de 2019, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) possuía 1.192.317 advogados registrados⁸. Como nem todos os bacharéis em Direito do Brasil estão devidamente registrados na OAB, espera-se que o número de bacharéis em Direito seja ainda maior. O aumento do número de advogados registrados acompanha uma tendência geral de crescimento do número de profissionais nas ocupações reguladas e registradas, tais como Odontologia, Medicina, Arquitetura, Medicina Veterinária, Engenharia, dentre muitas outras.

As elites do mercado de trabalho em Direito são as carreiras jurídicas do setor público, a posição de sócio de escritório e o emprego em escritórios de atuação internacional. Nesses cargos, a remuneração ultrapassa o valor de dez mil reais mensais, atingindo, muitas vezes, valores de 20 mil reais. Os concursos públicos das carreiras públicas requerem experiência em ocupações

⁷ O dado de 1980 refere-se à soma dos registros de cada estado.

⁸ A OAB atualiza diariamente o número de advogados cadastrados no órgão. Esses dados podem ser acessados pelo link < <https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>>. Os dados acima referem-se ao dia 08/02/2019.

jurídicas. A aprovação para os concursos mais concorridos demora anos e exige investimento em dinheiro e preparação. No outro extremo do mercado de trabalho, bacharéis em Direito nas posições de associados em escritórios privados recebem, inicialmente, salários em torno de dois mil reais, sem os benefícios trabalhistas previstos na CLT.

As avaliações e os valores dos recém-diplomados em Direito estão fundamentadas em um contexto de crescente acesso ao ensino superior, de aumento na concorrência laboral na área de formação deles e de possibilidade de inserção profissional tanto em ocupações com remuneração na média dos trabalhadores brasileiros quanto em ocupações com remuneração dentro do grupo do 1% mais rico. O grupo analisado vivencia um momento chave da transição entre a origem familiar nas classes populares e um possível ingresso nas classes médias altas. Compreender os valores, as avaliações e as fronteiras simbólicas desse grupo elucidam tanto os potenciais ganhos de capacidades para levar uma boa vida quanto os possíveis danos que a desigualdade social brasileira pode causar àqueles que superaram as barreiras de aquisição do diploma de ensino superior.

1.3. Achados e contribuições

A partir de dados coletados em a) trinta e três entrevistas com bacharéis recém-formados, b) observações participantes em dias de concurso público, feira de oportunidades e de exame da OAB, c) microdados do ENADE, d) sites de escritórios e e) legislação da OAB foram elaborados três argumentos centrais que interpretam a dinâmica do mercado de trabalho e as avaliações e valores dos jovens recém-formados.

Primeiramente, analisando os efeitos da expansão do número de bacharéis sobre o mercado de trabalho jurídico, argumenta-se que o mercado jurídico tem sido capaz de absorver, em certa medida, novos entrantes, principalmente no setor privado, apesar de oferecer condições de trabalho e de renda inferiores às expectativas dos bacharéis em Direito, e similares à renda e condições de emprego de seus pais. A absorção de novos advogados ocorre principalmente em um nicho específico do mercado jurídico: entre clientes do tipo pessoa física. A massificação da formação de bacharéis afeta quase todo o mercado jurídico e os atores envolvidos, até mesmo os escritórios estabelecidos e os membros das classes superiores. Tem efeitos, por exemplo, sobre a concorrência nos concursos públicos, sobre a disputa por clientes e sobre a negociação contratual entre patrões e empregados.

Em seguida, associa-se a discussão dos efeitos do aumento do número de bacharéis em Direito com as características da desigualdade social brasileira, para argumentar que ocorre uma insatisfação com as condições de emprego no setor privado, a qual, juntamente com as características da desigualdade social brasileira, tem levado à busca pelo setor público. Os recém-diplomados em Direito preferem empregos nesse último setor sem a exigência de ensino superior completo a empregos como associados em escritórios particulares. Contudo, aspiram aos empregos jurídicos de alta remuneração, tais como defensor público, promotor de justiça e juiz. A estratégia principal é ser aprovado nos concursos de menor remuneração para, a partir daí, preparar-se para os concursos de alta remuneração. Os grandes escritórios do setor privado não estão presentes no mapa mental dos entrevistados, seja por desconhecimento desse mercado seja oposição deliberada.

Finalmente, delimitando o debate nas avaliações e valores dos recém-formados, argumenta-se que os bacharéis em Direito das classes populares avaliam o seu padrão de vida de acordo com uma série de parâmetros: referências familiares, possibilidades de atuação no mercado jurídico, definições sociais de conforto e percepções sobre a vida de membros da classe média alta. Inserir-se nas ocupações jurídicas é preferível, mas, por terem um conjunto diverso de referências, podem estar insatisfeitos trabalhando nas jurídicas, ou, inversamente, contentes com as condições de emprego, mesmo quando estão sobrequalificados. Embora adquirir mais capital econômico seja um dos principais objetivos dos novos bacharéis em Direito, para eles, mais renda não necessariamente implica uma vida melhor a partir de um certo nível. Buscam empregos com rotinas e atividades agradáveis, tempo livre e relacionamentos interpessoais significativos.

Esta pesquisa inova em certos aspectos no que diz respeito à produção acadêmica das literaturas relacionadas. O estudo das avaliações e valores é um tema recorrente em pesquisas qualitativas na área de educação e ensino superior. Tipicamente, os autores selecionam os entrevistados a partir do benefício de políticas públicas, adotando, implícita ou explicitamente, esse critério como indicador de classe social. Analisam os dados, muitas vezes, numa perspectiva de avaliação de políticas públicas, utilizando o ingresso de jovens das classes populares no ensino superior como critério de sucesso das políticas analisadas. Nesta tese, adota-se a classe social de origem para seleção dos entrevistados e análise dos dados. Apesar dos diversos critérios possíveis para definir o pertencimento a uma determinada classe social e das ambivalências na classificação dos entrevistados, este é um procedimento com vantagens em comparação ao uso recorrente dos critérios para benefício de políticas públicas como indicador de classe social. Em primeiro lugar,

os critérios para ser contemplado pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou pela Lei Cotas (Lei nº 12.711/2012) são sobretudo políticos, pouco alinhados ao debate sobre a definição e a operacionalização do conceito de classe social. Por exemplo, o recorte de renda de um salário mínimo e meio per capita do PROUNI e da Lei de Cotas, além de ser arbitrário, inclui famílias com capital cultural e capital econômico muito diversos. Os procedimentos adotados nesta pesquisa atentam para critérios econômicos e culturais e para as variações do que convencionalmente é chamado de “classes populares”. Em segundo lugar, adotar o benefício de uma política pública exclui aqueles jovens de mesma classe que ingressaram no ensino superior por outras vias, como, por exemplo, pela conciliação entre trabalho diurno, estudo noturno e pagamento do custo de ensino durante a graduação ou via financiamento. Finalmente, a experiência de pertencer a uma determinada classe social é global nos tempos atuais. Usar critérios adotados em pesquisas produzidas em diferentes partes do mundo possibilita comparar a experiência de classe social a nível internacional.

Uma parcela significativa das pesquisas sobre ensino superior, valores e classes populares comumente afirma e louva as novas oportunidades abertas com a participação no ensino superior, como a possibilidade de disputar vagas no mercado de trabalho impossíveis de ser disputadas pelos seus pais, a aquisição de conhecimentos durante a graduação, e os ganhos de autoestima por serem os precursores no acesso ao ensino superior em meio à sua rede social. Embora essa literatura realce as desigualdades de classe na experiência durante o ensino superior e as possíveis desigualdades no mercado de trabalho, a compreensão sobre as experiências e percepções sobre o mercado de trabalho ainda é limitada. As pesquisas dessa literatura geralmente enfatizam o acesso a uma determinada política pública e concentram-se em uma única IES, ignorando o fato de que o mercado de trabalho dos graduados é diverso e parcialmente segregado segundo o curso de formação, o que as tornam ampla em extensão, mas limitadas em profundidade. Neste trabalho, a delimitação pelo campo do Direito possibilita analisar as percepções sobre um mesmo conjunto de ocupações e de experiências comuns de quem adquire um diploma em Direito. Por participarem do mesmo campo, é possível analisar com detalhes, por exemplo, como os entrevistados avaliam o padrão de vida dos membros da elite do Direito, pois têm conhecimentos sobre os salários e os benefícios dos atores da elite do setor público e do setor privado, tendo, inclusive, convivido com eles em estágios e empregos.

Este trabalho também contribui para as pesquisas quantitativas sobre a relação entre expansão universitária e mercado de trabalho. As pesquisas quantitativas geralmente usam grandes bancos de dados para avaliar as diferenças salariais entre graduados do ensino superior e não graduados, o tipo de emprego obtido pelos graduados, a inserção no setor formal/informal, as mudanças no perfil das ocupações ao longo do tempo, dentre outras questões. Assim como essas pesquisas, este trabalho analisa os efeitos da expansão do ensino superior sobre o mercado de trabalho. Em contraste, o recorte desta tese é mais delimitado e emprega dados qualitativos e quantitativos para a análise. Adotar um recorte específico tensiona alguns dados consolidados da literatura quantitativa. Essa literatura mostra que os empregos compatíveis com o grau de formação são preferíveis a empregos abaixo do grau de formação e das habilidades dos trabalhadores. No campo do Direito, como é demonstrado, empregos no setor público de nível médio são preferíveis à ocupação de advogado associado em escritório particular. Esta pesquisa aborda os efeitos da expansão universitária a nível das estratégias de ação, das relações entre atores, das múltiplas interações entre as regras do campo, das consequências não premeditadas e das possibilidades de ação, aspectos tratados com limitações em pesquisas quantitativas.

Este trabalho também tem contribuições para a literatura sobre as profissões jurídicas. Já foram produzidas um número relativamente extenso de pesquisas abordando subcampos profissionais, como os escritórios de Big Law (CUNHA et al, 2017), as carreiras de elite no setor público (por exemplo, ALMEIDA, 2010; VIANNA, CARVALHO; BURGOS, 2018), os escritórios contencioso de massa (COSTA JÚNIOR, 2016), o trabalho docente (BONELLI, 2017), dentre várias outras dimensões das profissões jurídicas. No entanto, até onde tenho conhecimento, a análise dos efeitos da expansão universitária sobre o mercado de trabalho, apesar de ser uma discussão recorrente em fóruns virtuais, ainda não tinha sido objeto de pesquisa acadêmica. Os pesquisadores têm se preocupado em compreender o perfil socioeconômico dos profissionais em diversas posições do campo do Direito, porém as análises da geração de novas posições no mercado de trabalho e das mudanças na estrutura do mercado de trabalho com o ingresso de novos licenciados parecem ser inéditas.

Finalmente, contribui-se para a literatura internacional sobre valores e classe social. Diferentemente da tradição de pesquisas de estratificação social que aborda a distribuição de capitais e a alocação de pessoas em posições sociais, a literatura sobre valores e classe social investiga quais posições sociais são desejáveis, qual o volume adequado de capitais e quais bens

são necessários para que os atores levem uma vida significativa. A literatura norte-americana apoia-se, em grande medida, nos trabalhos seminais de Michèle Lamont, enquanto a literatura britânica apoia-se nos trabalhos de Andrew Sayer, Beverley Skeggs e Michèle Lamont. Para esses autores, a moralidade foi uma dimensão da estratificação de classe negligenciada por Pierre Bourdieu. Desde os trabalhos seminais, a aplicação dos modelos teóricos desses autores tem experimentado um crescimento significativo na produção sociológica de língua inglesa. Entretanto, sua aplicação em pesquisas brasileiras tem sido limitada⁹. O recorte deste trabalho contribui para essa literatura pela relevância de conduzir pesquisas com membros das classes populares aspirantes à classe média, em um país de elevado nível de desigualdade entre a classe média e as classes populares. Mostra os efeitos negativos da desigualdade sobre a possibilidade de levar vidas significativas, e as possibilidades de ser resiliente a essa estrutura social. Além disso, esta pesquisa divulga e torna mais acessível aos leitores brasileiros uma produção acadêmica influente na produção sociológica mundial.

1.4. Estrutura de capítulos

O **capítulo 1** revisa a literatura nacional e internacional sobre as consequências da expansão universitária sobre o mercado de trabalho¹⁰. Mostro que o mercado de trabalho dos graduados do ensino superior é parcialmente flexível, sendo afetado por diversos processos tecnológicos, econômicos, políticos e sociais. A geração de “empregos de nível superior” tende a ser menor do que o número de novos graduados, o que tem como consequências a sobrequalificação e a graduatização das ocupações. O aumento dos números de graduados comumente gera pressão

⁹ Uma das poucas pesquisas brasileiras encontradas sobre relações de classe com o referencial empregado nesta tese é a de Karen Polaz e Ana Maria Almeida “Fronteiras sociais e simbólicas em um clube de elite” (POLAZ e ALMEIDA, 2018).

¹⁰ A respeito da literatura internacional, foram realizados esforços para diversificar o conjunto de países, indo além da uma revisão restrita aos Estados Unidos e aos países europeus. Contudo, uma vez que a produção sociológica em língua inglesa está concentrada nos países ricos cuja língua oficial é o inglês, uma superamostragem de trabalhos dos Estados Unidos e do Reino Unido é inevitável. Como a literatura em inglês da década de 2010 é mais global do que em décadas anteriores, devido, em larga medida, ao aumento de estudantes internacionais nas universidades estadunidenses e inglesas e à expansão da pós-graduação em países “em desenvolvimento”, foi possível diversificar o conjunto de países, analisando aqueles que têm tido um papel crescente na economia mundial. Por semelhanças históricas, sociais e econômicas, seria pertinente investigar a produção dos países da América Latina, porém, posto que me sinto mais confortável com a leitura de textos em inglês do que em espanhol, essa é uma limitação da revisão. Caso tivesse restringido a revisão somente a pesquisas brasileiras, não teria atingido o mesmo grau de desenvolvimento conceitual e empírico, pois a quantidade de textos nacionais ainda é ínfima se comparada à literatura internacional.

para a redução salarial. Os mais afetados negativamente tendem a ser os recém-diplomados. A expansão do ensino superior não afeta somente os possuidores de diploma do ensino superior, mas, sim, todos os trabalhadores, independentemente do nível de escolaridade.

No **capítulo 2**, reviso a literatura sobre valores/avaliações e classe social. Concentro-me na discussão sobre os valores e as fontes de respeito segundo a classe social. A literatura revisada investiga como as pessoas avaliam as suas vidas, definem boa vida, adquirem reconhecimento e se comparam com aqueles em outras posições sociais. A relevância desse debate apoia-se no fato de que classe social afeta a vida que os atores sociais gostariam de levar, as capacidades de ter determinadas experiências, e a possibilidade de obter reconhecimento. De maneira geral, as pesquisas têm evidenciado, em diversos contextos, que as classes populares enfatizam o caráter moral (ou seja, disposições morais duráveis, tais como honestidade, diligência, fé e bondade) mais do que as classes médias e as elites, as quais, por sua vez, atribuem valor especialmente às maneiras (de se vestir, de cuidar do corpo, de se expressar, etc) e à posição socioeconômica.

No **capítulo 3**, discuto os procedimentos metodológicos da pesquisa. Esta pesquisa lançou mão de dados qualitativos e quantitativos. De forma central, os dados baseiam-se em trinta em três entrevistas conduzidas com bacharéis recém-diplomados Direito, residentes ou graduados em Porto Alegre-RS, em sua maior parte com origem nas classes populares. Além disso, foram realizadas observações participantes em dias de concurso público e de prova da OAB. Também foram coletados dados do perfil dos advogados sócios, associados e contratados via CLT dos principais escritórios de clientes empresariais de Porto Alegre por meio de páginas de internet. Foram analisados os regulamentos que regem a profissão do Direito. Foram coletados dados sobre o perfil dos estudantes de Direito de Porto Alegre por meio dos microdados do ENADE. Foram analisados dados agregados do portal IPEA-Data, com o fim de descrever as tendências do serviço público e o perfil dos servidores.

No **capítulo 4**, analiso os efeitos da expansão universitária no mercado de trabalho em Direito. Primeiramente, observo as estatísticas básicas de credenciamento de novos bacharéis e de licenciamento de novos advogados, bem como as regras do campo do Direito. Em seguida, observo a dinâmica do setor privado, a partir da descrição dos tipos de escritório, da possibilidade de ingresso de novos concorrentes e dos aspectos trabalhistas da contratação de novos empregados. Finalmente, analiso as consequências da expansão no setor público, descrevendo as principais

carreiras, os motivos para ingresso no setor público e as tendências de geração de emprego nesse setor. Na conclusão do capítulo, discuto as relações entre os dados empíricos da pesquisa com a teoria geral dos efeitos da expansão universitária sobre o mercado de trabalho.

No **capítulo 5**, sustento que a expansão do número de bacharéis está associada ao aumento da desigualdade no mercado de trabalho jurídico, fenômeno que tem efeitos sobre a maneira como novos bacharéis conduzem as suas vidas e avaliam as suas experiências. Apresento, primeiramente, os elementos de um bom emprego na perspectiva dos entrevistados. Em seguida, trato da definição êmica de boa renda. Na sequência, descrevo a experiência de quem atua fora do campo do Direito. Na conclusão, afirmo que o interesse de ingressar no setor público apoia-se em aspectos gerais da desigualdade no mercado de trabalho da sociedade brasileira, gerando máculas de classe.

O **capítulo 6** aprofunda a análise sobre os valores dos entrevistados. Analiso como eles comparam e avaliam as suas experiências vis à vis às experiências de seus familiares. Também analiso as definições de boa vida e de bom emprego. Finalmente, interpreto como eles avaliam as experiências de seus colegas de faculdade de classe média e dos profissionais situados na elite das ocupações jurídicas. Este capítulo incorpora as percepções com relação aos grupos que influenciam as suas percepções, bem como as definições sociais que utilizam. Demonstra os bens sociais valorizados pelos entrevistados, os ideais e os projetos de vida, assim como as fronteiras simbólicas estabelecidas com familiares e pessoas em posições sociais superiores.

A tese encerra-se com a **conclusão**, na qual resumo os principais achados, discuto as contribuições teóricas e as limitações da pesquisa e sugiro questões para pesquisas futuras.

2 Teorizando a relação entre expansão universitária e mercado de trabalho

2.1 Introdução

A massificação¹¹ do ensino superior tem suscitado desde interpretações pessimistas, segundo as quais qualquer aumento do número de novos graduados leva à atuação em postos de trabalho fora da área de formação, a interpretações otimistas em que os novos graduados estão destinados a vivenciar condições favoráveis no mercado de trabalho devido aos ganhos de produtividade decorrentes da formação em nível superior (TOMLINSON, 2012). Os mais pessimistas preveem um mercado relativamente estático, enquanto os mais otimistas preveem um mercado altamente dinâmico no qual o principal fator de dinamismo é a taxa de escolaridade.

Discursos dominantes têm enfatizado o papel dos novos graduados em contribuir com o desenvolvimento econômico. Também têm afirmado a relevância de equipar as novas gerações de trabalhadores com as habilidades necessárias para navegar a “sociedade do conhecimento”, ou seja, uma sociedade em constante mudança, na qual a aquisição e a produção de conhecimento são fatores centrais para o sucesso individual e coletivo em diversas esferas. A massificação do ensino superior, além disso, é discutida segundo uma perspectiva de “democratização”, em que o acesso ao conhecimento e o ingresso nas ocupações de alto status socioeconômico devem ser acessíveis àqueles nascidos em condições menos favoráveis. Em conjunto, esses discursos têm afirmado a necessidade de elevar a escolaridade da população, antecipando um conjunto de efeitos positivos relacionados ao aumento da escolaridade. Compõem o que Baker (2014) chama de ideologia educacional, que se refere a uma série de valores institucionais que se aprofundaram no processo de prolongamento da escolaridade. A ideologia educacional é formada por crenças comuns atualmente, mas recentes do ponto de vista histórico, como, por exemplo, “educação é um direito humano”; “o alcance educacional é base universal da meritocracia”; “o desenvolvimento educacional dos indivíduos é necessário para o bem coletivo”; “habilidades cognitivas elevadas são necessárias para todos”; “o conhecimento em massa é indispensável para o progresso social”

¹¹ Os termos massificação do ensino superior e expansão universitária serão usados de forma intercambiável ao longo desta tese. A palavra massificação indica que o acesso ao ensino superior não é restrito somente a uma pequena elite. Expansão universitária enfatiza o processo pelo qual, paulatinamente, o acesso ao ensino superior tem aumentado.

(BAKER, 2014). Os discursos dominantes preveem consequências positivas tanto no que diz respeito ao mercado de trabalho quanto em outros campos. No que diz respeito ao mercado de trabalho, o capital humano adquirido com a escolarização é identificado como fator de geração de empregos e de aprimoramento das estruturas econômicas. Em outros campos, afirma-se que a escolaridade favorece a formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos políticos, mais engajados e bem informados sobre questões de saúde, com atitudes mais politicamente liberais, e capazes de tomar decisões melhores no cuidado e na socialização dos filhos (BAKER, 2014b). Esses discursos são altamente influentes globalmente, sendo um dos motivos pelos quais a expansão universitária tem sido objetivo de sociedades situadas em diferentes partes do globo. São reproduzidos em organismos internacionais, em *think tanks*, na academia, no governo e em outros espaços.

Por outro lado, a massificação do ensino superior tem sido objeto de críticas por parte de setores da sociedade. Conselhos de classe têm reiteradamente afirmado a sobreoferta de profissionais em seu campo profissional. Os argumentos sobre a sobreoferta de profissionais assumem formas de “garantia de qualidade aos consumidores”, “medidas contra a precarização do emprego”, ou, ainda, “crescimento desordenado do número de profissionais”. No Brasil, por exemplo, recentemente, o Ministério da Educação suspendeu a abertura de novos cursos de Medicina, sob pressão de representantes do Conselho Federal de Medicina¹². Outra crítica dirigida à massificação do ensino superior refere-se à “crise no mercado de trabalho”. No campo do Direito, pelo menos desde a década de 1980, há relatos de cientistas sociais sobre a “crise no mercado jurídico” (ARRUDA JÚNIOR, 1983; MEDEIROS ET AL, 1980), com afirmações de que os novos graduados estão trabalhando em ocupações “precárias”.

Na produção acadêmica, a crítica à massificação é rotulada de “tese credencialista”, tendo sido vocalizada mais fortemente por Randall Collins (1979). Esse autor argumenta que o aumento da escolarização foi uma estratégia de grupos dominantes para manter as suas vantagens no mercado de trabalho. Para ele, as habilidades aprendidas no sistema educacional e as exigidas para o exercício profissional estão apenas levemente associadas. Com a expansão escolar, o que se observava - e o que se esperava com o aprofundamento desse processo-, era o aumento de credenciais escolares para o ingresso ocupacional. A tese credencialista sustenta que a expansão

¹² <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-04/mec-suspende-criacao-de-novos-cursos-de-medicina-por-5-anos>

educacional tem efeitos limitados para alterar a estrutura ocupacional. A expansão educacional, nessa perspectiva, está associada a mecanismos de preservação do status econômico¹³ de grupos privilegiados. Com o aumento da escolaridade das classes populares, a desigualdade mantém-se pela exigência de credenciais escolares mais elevadas para obter o mesmo emprego, ou pela diferenciação escolar entre instituições de elite e instituições populares.

As duas perspectivas não são mutuamente exclusivas, pois pode-se argumentar que a inflação de diplomas e o excesso de escolaridade (para exercer uma ocupação) são efeitos colaterais de um processo que, em larga medida, possui efeitos positivos, como afirma Wahab (2017). No entanto, elas indicam percepções, expectativas e sentimentos diferentes sobre o mesmo problema.

Este capítulo analisa os processos mais gerais pelos quais a expansão universitária interage com o mercado de trabalho. Discute os aspectos básicos do mercado de trabalho dos graduados: definição e categorização de ocupação de ensino superior, fechamento ocupacional, “graduatização” das ocupações, sobrequalificação e conflito posicional. Esses aspectos são observados em mercados de trabalho de graduados de diferentes partes do mundo. A discussão teórica servirá de quadro analítico para a compreensão do mercado de trabalho em Direito nos capítulos de análise empírica. O objetivo é compreender as consequências gerais da expansão universitária sobre o mercado de trabalho. Nesse sentido, a literatura internacional foi apropriada, pois a) a literatura nacional não é suficientemente extensa para uma discussão profunda, b) essas consequências são observadas em diferentes partes do mundo, c) boa parte da discussão do capítulo trata de conceitos e processos abstratos.

Argumenta-se que o mercado de trabalho de nível superior não é somente resultado de relações de oferta e demanda. É socialmente construído a partir de ações tomadas por aqueles que competem pela inserção no mercado de trabalho, como também a partir de ações de empregadores, órgãos de classe, Estado e clientes. Essas ações resultam a) no fechamento ocupacional a não detentores de determinadas credenciais ou licenças¹⁴, b) na busca de novos nichos de atuação pelos recém-diplomados, c) em mudanças nos requisitos dos empregadores para a contratação de novos

¹³ Esta afirmação também presente em Bourdieu. Enfatizo a obra de Randall Collins por ter abordado mais nitidamente a relação entre expansão universitária e mercado de trabalho, e ter influenciado trabalhos posteriores sobre o assunto.

¹⁴ Ao longo desta tese, distingo entre credenciais e licenças. Por credenciais, refiro-me aos diplomas nas instituições de ensino superior, tais como bacharelado, licenciatura, mestrado e doutorado. Por licenças, refiro-me a documentos, expedidos por órgãos de classe, que permitem a atuação em uma determinada ocupação. No caso do Direito, trata-se da carteira da OAB.

empregados, mesmo quando as tarefas executadas não sofrem alterações, d) em estratégias de ação dos atores do campo.

Início a discussão com o debate sobre a definição e a categorização das ocupações de nível superior. Em seguida, analiso a segregação entre o mercado dos graduados e o mercado dos não graduados causada pelo fechamento ocupacional. Depois, a revisão concentra-se em descrever as implicações da expansão sobre a renda e a geração de empregos. Na seção seguinte, será analisado o processo de diversificação ocupacional que torna dinâmica a relação entre credenciais, habilidades e ingresso no mercado de trabalho. Depois disso, abordo a sobrequalificação. Encerro o capítulo revisando especificamente os efeitos da expansão universitária sobre o conflito posicional.

2.2 Definição e categorização das ocupações dos graduados do ensino superior

O que é um emprego adequado para quem possui ensino superior completo? Alguns cursos de graduação preparam os graduados para o exercício ocupacional em campos profissionais delimitados, nos quais somente é possível exercer determinadas atividades ocupacionais com a posse de um diploma de ensino superior em um programa específico. O Direito, a Medicina, a Arquitetura, a Odontologia são exemplos de profissões reguladas que, hoje em dia, exigem a posse de credenciais e/ou de licenças para o exercício de atividades previstas em estatutos, regimentos e leis. Outros cursos de graduação têm uma relação mais frouxa com o destino ocupacional, preparando para um conjunto de ocupações não especificado, no qual a exigência do ensino superior depende das preferências dos empregadores, da cultura institucional, da oferta de pessoas com ensino superior no mercado de trabalho e de percepções sobre a necessidade do ensino superior para a realização das tarefas.

Dado que os cursos de graduação preparam os graduados para uma variedade de ocupações cujas semelhanças entre si não são claras, esta seção conceitualiza ocupações de ensino superior. Em seguida, tipifica a inserção ocupacional dos graduados.

Discutir a definição de ocupação de ensino superior esclarece as ambiguidades das experiências laborais dos recém-diplomados em Direito que serão discutidas mais adiante. Um advogado associado que recebe em torno de dois salários mínimos e nenhum benefício e cujas atividades de emprego resumem-se a alterar o nome, profissão, estado civil e endereço de uma

petição inicial está ocupado numa posição de ensino superior? Existem diferenças entre o trabalho desse advogado associado e de uma secretária sem ensino superior que realiza tarefas muito semelhantes para uma empresa privada e recebe o mesmo salário? Esta seção apresenta as bases conceituais para discutir essas questões.

2.2.1. Definição de ocupação de ensino superior

Uma das formas de definir ocupações de ensino superior é associar as habilidades (*skills*) exigidas pelas ocupações com a escolaridade. A Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2012), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), em documento sobre classificação das ocupações, afirma que as ocupações que exigem habilidades geralmente adquiridas com a formação universitária de três a seis anos são aquelas que:

tipicamente envolvem a execução de tarefas que exigem habilidades complexas de resolução de problemas, de tomada de decisão e de criatividade, baseadas em um corpo extenso de conhecimento teórico e fatural em um campo especializado. As tarefas desempenhadas tipicamente incluem análise e pesquisa para ampliar o conhecimento humano em um campo particular, diagnóstico e tratamento de doenças, comunicação de conhecimento aos outros, e desenho de projetos de estruturas ou maquinários e de processos de construção e produção. (...) Ocupações nesse nível tipicamente exigem níveis elevados de letramento e numeracia, e excelentes habilidades de comunicação interpessoal. Essas habilidades geralmente incluem a compreensão de complexo material escrito e comunicação de ideias complexas em veículos tais como livros, imagens, relatórios e apresentações orais (ILO, 2012, p. 13). (Tradução livre)¹⁵

A definição da OIT inclui elementos de um tipo ideal, como por ser observado nos seguintes trechos: “*habilidades complexas* baseadas em um *corpo extenso* de conhecimento teórico e fatural”; “ocupações nesse nível tipicamente exigem *níveis elevados* de letramento e numeracia e *excelentes habilidades* de comunicação interpessoal”; “compreensão de *complexo material escrito*”; “comunicação de *ideias complexas*”. Além disso, o uso reiterado da palavra *tipicamente*

¹⁵ No original:

Occupations at Skill Level 4 typically involve the performance of tasks that require complex problem-solving, decision-making and creativity based on extensive body of theoretical and factual knowledge in a specialized field. The tasks performed typically include analysis and research to extend the body of human knowledge in a particular field, diagnosis and treatment of disease, imparting knowledge to others, and design of structures or machinery and of process for construction and production. (...) Occupations at this level generally require extended levels of literacy and numeracy, sometimes at a very high level, and excellent interpersonal communication skills. These skills usually include the ability to understand complex written material and communicate complex ideas in media such as books, images, performances, reports and oral presentations.

denota esforços de construir a definição por meio da média e de incluir exceções¹⁶. Na aplicação dessa definição para a categorização das ocupações, a OIT inclui os profissionais. Os administradores e os trabalhadores das forças armadas podem estar incluídos nesse nível de habilidades, como também em níveis abaixo desse. Como exemplos de ocupações, são citados os administradores de vendas e de marketing, médicos, professores de nível médio, músicos, engenheiros civis, enfermeiros e analistas de sistemas de computação. Embora, em alguns casos, as habilidades possam ser adquiridas via experiência e treinamento no trabalho, na maioria das vezes, o ensino superior é requisito para a contratação

As habilidades descritas acima são chamadas pelo documento de nível 4 (quatro). O nível 3 (três) também tipicamente requer a participação no ensino superior, mas, nesse caso, por um período de um a três anos. As habilidades de nível 3 (três) envolvem o desempenho de tarefas prática e tecnicamente complexas. Também exigem um extenso conhecimento de conhecimento factual, técnico e procedimental em um campo especializado. Nesse nível de habilidades, as ocupações geralmente exigem um alto nível de letramento e numeracia e habilidades de comunicação bem desenvolvidas. Como exemplos de tarefas, são citados: a garantia de conformidade com regulações de saúde, segurança e outras relacionadas; a preparação de estimativas detalhadas de quantidades, custos de materiais e de trabalho em projetos específicos; a coordenação, supervisão e controle do calendário de atividades dos trabalhadores; e o desempenho de funções técnicas de apoio aos profissionais. Como exemplos de ocupações, citam-se os administradores de lojas, os técnicos de laboratório médico, representantes comerciais, técnicos em radiografia, técnicos de gravação e radiodifusão e técnicos de computação. O nome atribuído para as ocupações desse nível é a de “técnicos e profissionais associados” (ILO, 2012, p. 13).

A classificação das ocupações a partir do *nível* de habilidade tem notáveis semelhanças com as classificações gerais das ocupações - que consideram critérios tais como renda, nível de qualificação, prestígio, supervisão – (SILVA, 1988; JANUZZI, 2003) ou das classificações de classe social construídas a partir de dados quantitativos (CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017). As habilidades de “*alto nível*” são recompensadas em termos de renda, prestígio e autoridade, sendo consideradas típicas de membros das classes superiores.

¹⁶ Outras definições de ocupações de nível superior, apesar de considerar alguns elementos diferentes, são notavelmente semelhantes à definição da OIT (HOLMES, 2013).

Existem limitações em definir as ocupações dos graduados a partir da complexidade das tarefas. Complexidades das tarefas geralmente é abordado na perspectiva de tarefas não rotineiras (MAHUTGA, CURRAN, ROBERTS, 2018), que, por sua vez, são um termo amplo que incluem um variado conjunto de tarefas interativas, organizacionais, cognitivas, analíticas e afetivas. Habilidades interativas, por exemplo, referem-se, por um lado, à capacidade de interação com clientes, colegas de trabalho e patrões, e, por outro lado, à capacidade de comunicação de informação (principalmente, apresentação de resultados, ensino e treinamento) (WILLIAMS e BOL, 2018). As habilidades interativas para lidar com crianças numa escola de educação infantil são bem diferentes das habilidades para interagir com consumidores em uma loja de eletrônicos, ou com os CEOs que contratam os serviços de um escritório de advocacia. O grau de complexidade das tarefas, muitas vezes, é avaliado a partir de quem exerce a profissão e de quem são os clientes. Habilidades interativas do tipo *care* são mais depreciadas no mercado de trabalho e por muitos analistas de ocupações do que as habilidades de interação com profissionais e clientes corporativos. Na Inglaterra, por exemplo, somente em 2010, o trabalho dos enfermeiros, na classificação do Bureau of Labor Statistics, foi alterado de “Technical and Associate Profession” para “Professional Occupation” (THOLEN, 2017). A dificuldade da avaliação da “complexidade” das tarefas pode ser extraída, por exemplo, do trabalho dos atendentes de voo. O alto controle emocional requerido por esses trabalhadores não é facilmente captado por uma relação de complexidade das tarefas e escolaridade, pois a habilidade de controlar as emoções é aprendida em diversos espaços. Até mesmo o grau de complexidade das tarefas manuais, consideradas as mais simples e rotineiras, é controverso. Sennett (2008), ao analisar o trabalho dos artífices, mostra que, em muitos casos, a excelência na produção artesanal resulta de um extenso corpo de conhecimento tácito, prático e teórico, que leva anos para ser adquirido. Requer atenção aos detalhes. Exige uma *héxis* corporal bem treinada. O trabalho repetitivo e rotineiro para o artesão é, muitas vezes, interpretado como uma vocação para a vida.

Outra ressalva da definição de “ocupação dos graduados” a partir das habilidades diz respeito à relação entre ocupação, experiência profissional e conhecimento acadêmico. As habilidades requeridas pelos empregadores são específicas ou genéricas. As primeiras são aquelas aplicáveis somente a uma ocupação particular. As últimas dizem respeito tanto ao conhecimento aprendido no sistema escolar, quanto a habilidades comportamentais, tais como trabalhar em grupo, capacidade de expressão, empreendedorismo e liderança. O conhecimento acadêmico, geralmente,

é teórico, genérico e abstrato. De maneira geral, pouco se aplica às tarefas específicas das ocupações. O conhecimento específico adquirido no emprego, na maioria dos casos, é mais importante do que o conhecimento acadêmico para a execução das tarefas. O conhecimento acadêmico é, principalmente, um molde a partir do qual são adquiridas as habilidades específicas (THOLEN, 2017b). Por sua vez, as habilidades genéricas podem ser ou não adquiridas pelo sistema universitário. Habilidades cognitivas de redação, de fala ou de aplicação matemática estão associadas à escolaridade prolongada. Entretanto, existem outras habilidades genéricas, tais como trabalho em grupo, capacidade de adaptação, habilidades interpessoais, ética do trabalho e liderança, que também são aprendidas em outros espaços. A escolaridade tem sido considerada para a aquisição de treinamento especializado nas ocupações mais valorizadas, pois o ingresso (mas não necessariamente o potencial de aprendizagem) nessas ocupações é dependente do diploma de nível superior (BROWN, 2001).

Em suma, as conceitualizações de “ocupação dos graduados¹⁷”, na literatura especializada, têm usado as habilidades como parâmetro de definição. Segundo essa perspectiva, o ensino superior tem o potencial de prover aos graduados habilidades que dificilmente seriam adquiridas por outras vias. Essas habilidades referem-se principalmente aos conhecimentos teóricos e especializados, ao raciocínio abstrato e à capacidade de comunicação exigidos para executar determinadas tarefas. Esse dado implica, por exemplo, que um bacharel em Direito não empregado numa profissão jurídica pode estar empregado numa ocupação de nível superior se as tarefas executadas forem de alta complexidade. Analogamente, um bacharel em Direito contratado como advogado pode não estar executando atividades de nível superior se as suas tarefas forem repetitivas, simples e rotineiras.

Usar as habilidades como parâmetro tem ressalvas, fundamentadas nos dados de que todas as ocupações requerem diferentes tipos de habilidades, e de que não há limites claros para identificar a intensidade de conhecimento das ocupações (THOLEN, 2017b). Assim, a seleção de quais habilidades e, por consequência, de quais empregos são adequados aos graduados são, em certa medida, arbitrários, sendo mais resultados de construções simbólicas sobre os valores das habilidades e das ocupações do que de avaliações objetivas sobre a complexidade das tarefas. Por exemplo, como foi apontado, habilidades consideradas “*femininas*” tendem a ser menos

¹⁷ O termo empregado em inglês é *graduate occupations*.

valorizadas do que habilidades de convivência em ambientes de negócios de elite. O trabalho artesanal (um tipo de trabalho manual) é mal avaliado, apesar de, em muitos casos, ter alta complexidade. A forte associação entre a classificação ocupacional com base nas habilidades e aquelas com base nos capitais econômico e cultural é explicada, em parte, por critérios que tendem a considerar as ocupações manuais pouco complexas - mesmo quando não rotineiras e repetitivas -, e pela validação de processos de fechamento ocupacional. Portanto, a avaliação da complexidade das habilidades é, em certa medida, um construto social. Os analistas do mercado de trabalho, assim como o público leigo, estão sujeitos a retóricas, construções de significado ou estereótipos ocupacionais (WEEDEN, 2002).

2.2.2. De o que são ocupações de ensino superior para em quais ocupações os graduados trabalham

Outra forma de abordar o mercado de trabalho dos graduados é pela análise do tipo de ocupação que os egressos do ensino terciário estão inseridos. Essa abordagem abstém-se do objetivo de definir tarefas e ocupações adequados aos diplomados do ensino terciário através do tempo e espaço para, em vez disso, concentrar-se na sua inserção ocupacional. Por essa abordagem, as categorias são criadas a partir das diferenças temporais de inserção ocupacional, do tipo de vínculo empregatício, da complexidade das tarefas, das remunerações salariais e do pertencimento ao grupo profissional.

Elias e Purcell (2004), em pesquisa realizada no Reino Unido, analisaram a inserção dos graduados a partir da comparação de dois grupos etários (21-35 e 40-54 anos), com dados de 2001 a 2003. Nesse recorte, segundo os autores, é possível comparar as diferenças entre os graduados das gerações de 1970 e 1990. Os autores elaboraram quatro categorias de ocupação dos graduados, que variam desde aquela em que tradicionalmente tem sido ocupada por graduados até aquelas em que as fronteiras entre ocupação dos graduados e de não graduados não são claras:

- *Ocupações tradicionais dos graduados*: são as profissões estabelecidas, para as quais, “historicamente”¹⁸ (*sic*), a via de acesso passa pela formação

¹⁸ Embora os autores não delimitam o termo “historicamente”, podemos afirmar que essa palavra se refere a “desde meados do século XIX, quando houve uma grande onda de profissionalização, inicialmente, nos EUA e, posteriormente, na Europa (ABBOTT, 2005).

universitária. Como exemplos, os autores citam os advogados, os médicos, professores de ensino superior ou de ensino médio e os pesquisadores.

- *Ocupações modernas dos graduados*: esta categoria leva em consideração os processos de criação e de profissionalização de ocupações. São ocupações nas quais, tipicamente, os empregadores hoje em dia exigem ensino superior completo para o ingresso na ocupação, e há um significativo crescimento na proporção de graduados nessas ocupações desde 1960. São exemplos: diretores e administradores de grandes organizações, profissionais de tecnologia da informação, professores de ensino fundamental e jornalistas.
- *Novas ocupações dos graduados*: São as ocupações nas quais as diferenças entre os grupos etários na participação superam 10 pontos percentuais. São áreas em que o ingresso de graduados é mais recente do que nas ocupações modernas dos graduados. São exemplos: gerentes de marketing, contadores, oficiais de justiça e guardas florestais.
- *Ocupações com nicho para graduados*: Neste grupo, estão as ocupações em que a maioria dos trabalhadores não possui ensino superior completo, mas dentro do grupo ocupacional, existem nichos nos quais os graduados utilizam as habilidades e o conhecimento adquiridos no ensino superior. São exemplos: gerentes de vendas e gerentes de hotel e acomodações (ELIAS e PURCELL, 2004).

As ocupações jurídicas, por exigirem há muito tempo o ensino superior para a atuação profissional, são exemplos de ocupação tradicional dos graduados. No entanto, existem nuances em tratar todas as ocupações de advogados como ocupação tradicional dos graduados. O cargo de auxiliar jurídico tem sido substituído pelo cargo de advogado associado, pois existem advogados dispostos a executar tarefas e receber retribuições típicas de auxiliares jurídicos. A profissão de advogado tem passado por transformações. Funções que recebiam outros nomes têm passado a ser realizadas por pessoas contratadas como advogadas.

Posteriormente, Elias e Purcell (2014) revisaram o trabalho, reduzindo para três as categorias de ocupações dos graduados: *experts*, *orquestradores* e *comunicadores*. Os *experts* compõem as categorias ocupacionais intensivas em conhecimento, as quais exigem a aplicação de conhecimentos do ensino terciário na rotina diária, e nas quais a obtenção do emprego e a

capacidade de executar as tarefas estão diretamente relacionadas às suas especialidades e habilidades. São exemplos: engenheiros civis, farmacêuticos, advogados e pesquisadores. Os *orquestradores*, por sua vez, estão situados em empregos que exigem lançar mão de seus conhecimentos, e do conhecimento dos outros, para avaliar as opções, planejar, tomar decisões, coordenar atividades e atingir objetivos. Essa categoria é dominada por gerentes e diretores dos setores público e privado. Tipicamente, é inacessível para recém-diplomados devido ao fato de que longos anos de experiência serem exigidos para obtenção desses cargos. Os *comunicadores*, finalmente, estão em ocupações que exigem o emprego de habilidades interativas, além de habilidades criativas ou conhecimento tecnológico a nível avançado. Também precisam ter capacidade de avaliar e manipular informações e/ou uma compreensão de como expressar-se efetivamente para atingir objetivos. São exemplos: jornalistas, organizadores de exposições, profissionais do marketing, *designers* das mais diversas especialidades (ELIAS e PURCELL, 2013).

A classificação inicial de Elias e Purcell (2004) tem a vantagem de ser mais processual do que a classificação posterior (ELIAS e PURCELL, 2013), pois leva em consideração que a) novas ocupações são criadas, b) os requisitos dos empregadores mudam ao longo dos anos, c) as coortes mais jovens ocupam novos territórios no mercado de trabalho, e d) processos de profissionalização acontecem. Embora os dados sejam datados e localizados no contexto britânico, essas categorias captam processos genéricos da relação entre mercado de trabalho e expansão universitária. A classificação posterior tem o objetivo de gerar comparações temporais aplicáveis a diferentes contextos, porém tem as mesmas limitações das classificações que buscam definir objetivamente quais são as ocupações adequadas aos graduados.

Ramos, Parente e Santos (2014), diferentemente dos autores analisados acima, incluem outros critérios além das habilidades para classificar a inserção ocupacional dos graduados. Estabelecem um contínuo com base nos critérios de exercício de atividade ocupacional adequada ao nível de formação, rendimentos salariais, vínculo trabalhista e carga horária. O principal ponto positivo dessa tipologia é abarcar a diversidade e a fragmentação de situações ocupacionais num processo de expansão universitária. Exercer tarefas condizentes com as habilidades adquiridas pela escolaridade prolongada não implica necessariamente auferir vantagens ocupacionais em termos de renda, vínculo empregatício e carga horária. A expansão universitária diversifica a inserção ocupacional até mesmo daqueles que exercem o mesmo emprego. Por isso, é relevante incluir

outros critérios além das habilidades na classificação de emprego de graduados. A classificação desses autores capta experiências laborais comuns entre bacharéis recém-diplomados em Direito no Brasil. Muitos advogados sem escritório, com clientes esporádicos e de remuneração relativamente baixa e instável estão inseridos em uma ocupação tradicional dos graduados, mas não auferem as vantagens associadas a essa posição. O mesmo pode estar acontecendo com profissionais de outras ocupações que exigem o ensino superior para a entrada, ou que são típicas de quem tem esse nível de ensino, tais como arquitetos, engenheiros civis, professores de aulas particulares, fisioterapeutas, palestrantes, cineastas e jornalistas. Os dados para a elaboração da tipologia de Ramos, Parente e Santos (2014) provêm de egressos com cinco anos de formação de duas universidades portuguesas graduados em diversas áreas.

- A “*inserção qualificante de empresários, consultores e profissionais liberais capitalizados*” é a categoria superior de inserção profissional dos graduados. É um grupo formado por trabalhadores assalariados da administração pública ou empresários em grupos profissionais adequados ao nível de formação, em situação de sobre-emprego (isto é, carga horária semanal acima de 40 horas semanais) e sobrerremuneração. Este grupo está acima da média da inserção ocupacional dos graduados por terem renda mais elevada e contratos de trabalho permanentes/estatutários – ou estarem na posição de empresários –, e carga horária mais elevada.
- A “*inserção assalariada clássica qualificante*” corresponde aos graduados na posição de empregados, com contratos permanentes/formais, que auferem remunerações acima da média dos graduados. A maioria está empregada nas ocupações tradicionais dos graduados¹⁹ e trabalha mais de 40 horas semanais.
- A “*inserção clássica assalariada*” diz respeito ao grupo com remuneração salarial em torno da média, na posição de empregados, com contratos trabalhistas temporários ou permanentes, em ocupações tradicionais, modernas, novas ou de nicho, com carga horária predominante entre 30 e 40 horas semanais. Por ser a categoria média da tipologia, envolve um conjunto mais

¹⁹ O vocabulário empregado nesta descrição não é exatamente o mesmo daquele empregado pelos autores portugueses. Utilizo expressões alinhadas à classificação de Elias e Purcell (2004) e às expressões oficiais brasileiras.

diversificado de situações profissionais. Os graduados desse grupo não apresentam fortes características de precariedade.

- A “*inserção frágil*” inclui, tipicamente, os graduados com trabalho em tempo parcial, com contrato temporário em organizações e freelancers, de renda abaixo da média, exercendo, tipicamente, atividades associadas à sua área de formação, mas com sinais de precariedade em termos de renda, carga horária e vínculo empregatício.
- A “*inserção frágil acentuada*” diz respeito aos graduados com renda significativamente abaixo da média, sem vínculo de emprego permanente, em ocupações de não graduados ou em ocupações de graduados (tradicional, modernas, novas ou de nicho) de maneira precária, e de trabalho em tempo parcial.

Embora a estrutura do mercado de trabalho português apresente diferenças com relação ao mercado de trabalho brasileiro, a tipologia da pesquisa de Ramos, Parente e Santos (2014) é relevante para compreender o caso brasileiro. Em primeiro lugar, não foram encontradas classificações multidimensionais de inserção profissional para o contexto do Brasil. A literatura nacional contém várias classificações ocupacionais (p. ex: SILVA, 1988; JANUZZI, 2003; SANTOS, 2005; CARDOSO E PRÉTECEILLE, 2017), mas elas não se aplicam perfeitamente à análise da inserção ocupacional de graduados por fundamentarem a análise em torno de questões de classe social ou de agrupamentos de ocupações semelhantes. Em segundo lugar, a análise dos autores portugueses inclui o vínculo empregatício, que é especialmente importante no Brasil devido a diferenças entre vínculos formal, informal e estatutário. Embora haja diferenças nas relações trabalhistas entre Portugal e Brasil, é possível ajustar essa tipologia para que seja aplicável ao Brasil. Finalmente, renda relativa, qualificação e carga horária são critérios que pouco afetam a aplicação de tipologias em contextos nacionais diferentes daqueles de onde foram formuladas.

Esta seção forneceu os fundamentos teóricos da diversificação da situação laboral dos diplomados do ensino superior. Ao afirmar que o mercado de trabalho dos graduados (do qual o mercado de trabalho em Direito faz parte) é um segmento do mercado de trabalho como um todo, torna-se necessário definir as características das ocupações dos graduados. As fronteiras entre o mercado de trabalho dos graduados do ensino superior e o mercado de trabalho dos não graduados,

em muitos casos, são fluidas. Porém, os atores sociais buscam construir fronteiras rígidas por meio do fechamento ocupacional, tema da próxima seção.

2.3. Fechamento ocupacional e as barreiras no mercado de trabalho

O mercado de trabalho do Direito é altamente regulado. Há normas que preveem as interações com os clientes e empregadores, publicidade, cobrança de valores e outros aspectos. A OAB controla diversos aspectos da prática profissional, inclusive o exame de licenciamento ocupacional. Teoricamente, o conceito que descreve a regulação dos mercados com características semelhantes às do Direito é o de fechamento ocupacional.

Um dos aspectos do mercado de trabalho dos graduados é a segregação parcial. Essa segregação resulta de práticas institucionalizadas dos empregadores (RIVERA, 2015; BILL et al, 2017), das habilidades possuídas pelos empregados (Di STASIO, 2017), e de leis, normas, estatutos e regulamentos profissionais. Nesta seção, é analisado o fechamento ocupacional, que se refere a barreiras institucionalizadas para ingressar e exercer uma determinada ocupação (KLEIN, 2016). O fechamento ocupacional cria jurisdição sobre as tarefas laborais (ABBOTT, 2005). Estabelece práticas e normas sobre os requisitos necessários para executar uma determinada tarefa e limita, muitas vezes, o acesso ao exercício das atividades laborais.

Fechamento ocupacional está intrinsecamente relacionado ao conceito de profissão. As profissões, de modo geral, são caracterizadas pela exigência do ensino superior, saber especializado, não concorrência de leigos, controle pelos pares e longa permanência (FREIDSON, 2001; BONELLI, 1999). Essa caracterização, no entanto, tem sido criticada. Como afirma Evetts (2013), as tentativas de definir o conceito de profissão não têm obtido êxito em identificar o que tornam as profissões distintas, pois as características clássicas são um tipo ideal formado a partir de exemplos paradigmáticos (Direito e Medicina) com limitações em ser aplicado à análise de um grande conjunto de ocupações. É especialmente desafiador distinguir entre profissões e ocupações de nível superior que não são profissões, e entre profissões e ocupações regulamentadas cujo ingresso não depende do ensino superior (SVARC, 2016). Em vez de concentrar-se em definir profissões, os sociólogos têm passado a empregar em maior medida o conceito de profissionalização, que se refere ao processo de buscar, desenvolver e manter o fechamento de um

grupo ocupacional (EVETTS, 2013). A profissionalização tanto pode ser bem-sucedida quanto malgrada (ABBOTT, 2005; BONELLI, 2016).

O fechamento ocupacional resulta de interações entre o Estado, as universidades, os órgãos de classe, os consumidores e as profissões vizinhas (ABBOTT, 2005). Criação, manutenção e expansão da área de jurisdição, ganhos financeiros, status e prestígio são alguns dos recursos disputados por ações de fechamento ocupacional (ABBOTT, 1988). Esses ganhos não são permanentes, uma vez que grupos excluídos podem reconquistar recompensas, tornando o espaço social em um fluxo constante. As relações em torno da área de jurisdição das ocupações são tanto interprofissionais quanto intraprofissionais, envolvendo interação e competição (ABBOTT, 1988; BONELLI, 1998). Além de buscar recursos, os grupos ocupacionais também visam que os seus membros evitem “trabalhos sujos”, isto é, socialmente desvalorizados (BONELLI, 2016).

Exemplos de tarefas que têm sido (ou já foram) objeto de ações de grupos ocupacionais são o trabalho de parto, a prescrição de medicamentos, o diagnóstico e tratamento de doenças, o despacho e a autenticação de documentos, o desenho de projetos residenciais, serviços dentários, a alfabetização de crianças, dentre muitas outras. A interpretação sobre o conteúdo da tarefa e a autoridade de executá-la são resultados de interações entre diversos atores. O trabalho de parto, por exemplo, nos Estados Unidos do século XIX, era definido como um evento de família (não um assunto de saúde), tendo sido medicalizado ao longo do século. Na mesma época, curandeiros, parteiras, químicos e farmacêuticos disputavam a jurisdição de suas tarefas juntamente com médicos alopatas, homeopatas e ecléticos. As regulações, a institucionalização de práticas e as definições das tarefas resultaram de disputas entre esses atores e entre eles e atores estatais, universidades e consumidores (ABBOTT, 2005).

As profissões jurídicas têm monopolizado tarefas no mercado de trabalho. Por exemplo, embora a resolução de conflitos não ocorra somente no âmbito do judiciário, quando os conflitos vão para o judiciário, os atores incumbidos de lidar com o problema são bacharéis em Direito. O monopólio do sistema de justiça resulta de práticas de fechamento ocupacional, tendo sido sancionado pelo Estado e, em larga medida, legitimado pela população.

As ações de fechamento ocupacional, no que diz respeito às recompensas laborais, têm como objetivos restringir a oferta de trabalhadores; aumentar a demanda por um produto ou serviço; solidificar a exclusividade na provisão desse produto ou serviço; e assinalar que a ocupação provê um serviço de uma qualidade especial. Essas ações visam criar barreiras,

estabelecer regulamentações sobre tarefas e títulos e elevar o capital simbólico das tarefas, do título e dos profissionais. As ações atuam sobre a oferta e a demanda. O controle da oferta ocorre, principalmente, via credencialismo e licenciamento, enquanto o controle da demanda é resultado de *lobby* estatal e construção de significados (WEEDEN, 2002).

O credencialismo refere-se à certificação de habilidades e títulos por meio de instituições educacionais. Para que esse mecanismo seja eficaz, é necessário que esteja alicerçado no comportamento dos empregadores, nas escolhas dos consumidores e nas práticas institucionais. As credenciais comprovam a aquisição de determinados conhecimentos e habilidades. Os empregadores utilizam-nas para diminuir a incerteza e reduzir a gama de escolhas de potenciais empregados. As credenciais reduzem a oferta de trabalhadores porque empregadores, instituições e consumidores valorizam-nas, o que, conseqüentemente, tem o efeito de restringir o acesso àqueles que não as possuem. O peso das credenciais escolares em definir as carreiras ocupacionais diminui à medida que os trabalhadores adquirem experiência de emprego (WEEDEN, 2002).

O licenciamento, por sua vez, é sancionado pelo Estado. Diferentemente do credencialismo, existem restrições e punições legais para a não observância das licenças ocupacionais no ato de contratação. O licenciamento sanciona o monopólio de tarefas ou títulos por grupos ocupacionais, por meio da exigência de credenciais, da aprovação em exames e do registro em órgãos de classe. A principal justificativa para a sua existência diz respeito a potenciais “falhas” do mercado que podem comprometer a provisão adequada dos serviços profissionais. Essas falhas estão associadas às dificuldades do consumidor em determinar a qualidade do serviço prestado, à presença de externalidades e aos riscos da mal prática. A capacidade de restringir a oferta de trabalhadores depende da rigidez das normas de ingresso e de permanência profissional (WEEDEN, 2002).

O argumento de que o credencialismo e o licenciamento sempre reduzem a oferta de trabalhadores (e, conseqüentemente, elevam os retornos ocupacionais dos membros da ocupação) é controverso. Redbird (2017) sustenta que barreiras para o ingresso profissional sempre estão presentes. O credencialismo e o licenciamento podem reduzir as barreiras informais (por exemplo, acesso a redes sociais, oportunidades de estágio e efeitos dos estereótipos sobre quem se encaixa na profissão), substituindo-as por etapas de formação e treinamento acessíveis, muitas vezes, a um conjunto maior de pessoas. Nesse sentido, podem ter efeito contrário ao esperado: aumento do

número de praticantes, sem alteração substancial das remunerações percebidas por todos os membros da profissão (REDBIRD, 2017).

Apesar de a Ordem dos Advogados do Brasil, explicitamente, lutar pela restrição à abertura de cursos de Direito, os cursos de Direito têm proliferado em todo o Brasil. Os interesses das instituições educacionais de atender a demanda pelos cursos de Direito tem força nesse jogo de poder. Regular o licenciamento por meio de exame de registro profissional tem sido uma saída para o controle da oferta de profissionais, mas, como veremos mais adiante, o exame de Ordem é uma barreira transponível para muitos bacharéis em Direito.

O fechamento ocupacional não tem somente o objetivo de reduzir e/ou controlar a oferta. Os grupos profissionais buscam induzir a demanda e garantir uma remuneração adequada aos interesses do grupo profissional. Fazem *lobby* para que o Estado estabeleça normas e regulamentos que aumentem a demanda de serviços ou que garantem valores mínimos para a prática profissional. Por exemplo, regular quais profissionais estão permitidos/proibidos de executar determinadas tarefas, garantir o cumprimento das regulações e a efetivação de punições, estabelecer normas de precificação, obrigar um determinado procedimento (por exemplo, a representação de advogados nas mais diversas ações jurídicas, ou a prescrição de receitas por médicos para a compra de medicamentos), todos compõem esse tipo de ação.

Os grupos profissionais também agem no sentido de convencer os consumidores sobre a qualidade dos serviços prestados. Essas ações são largamente simbólicas. Têm por objetivos tornar aceitável aos consumidores os preços cobrados e convencê-los de que uma determinada tarefa é realizada de modo mais eficiente, confiável e segura por um grupo profissional licenciado. Por exemplo, o uso de vestimentas que simbolizam o pertencimento a um grupo de alto *status*, a decoração de escritórios, a arquitetura de prédios segundo gostos associados às elites, a autoproclamação de expertise e o emprego de vocabulário de difícil compreensão a pessoas pouco escolarizadas são ações que visam elevar o valor simbólico do grupo de modo a, também, elevar o valor monetário de suas atividades (WEEDEN, 2002).

A literatura sobre fechamento ocupacional, conforme já afirmado, tem paralelo com a literatura sobre as profissões. Apesar de o fechamento ocupacional ser um dos principais interesses dos grupos profissionais, existem outros motivos pelos quais grupos ocupacionais lutam pela criação e manutenção das profissões. Por isso, algumas abordagens da literatura sobre profissões criticam a preocupação com o monopólio do mercado de trabalho da perspectiva do fechamento

ocupacional. *Expertise*, ideologias profissionais e ambientes de socialização conferem coesão e identidade ao grupo ocupacional, elementos que podem ser usados para outros fins além do monopólio no mercado de trabalho (BONELLI, 2016). Além disso, os grupos profissionais articulam-se em torno de ações, muitas vezes, sem clareza sobre as suas razões e potenciais consequências. Por exemplo, as ações do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, precursor da OAB, tiveram objetivos ligados ao controle profissional, evidenciados pelas ações de regulação do credenciamento e fiscalização de charlatões, como também objetivos políticos, tais como emitir pareceres sobre a organização legislativa e judiciária e influenciar o estado com conhecimentos de jurisprudência. Os objetivos políticos variavam de acordo com a gestão, uma vez que, em determinados momentos, tornavam-se mais ou menos relevantes, e a ideologia por trás deles mudava. Da mesma forma, o objetivo de criar uma ordem profissional com amplos poderes sobre a regulação da profissão era tornado prioritário (ou não) de acordo com a gestão (BONELLI, 1999).

2.4. Geração de emprego e renda

Nesta seção, são analisados a geração de emprego para os diplomados (com foco nas profissões e no setor público) e as tendências de remuneração dos trabalhadores com ensino superior no processo de expansão universitária. O mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior é, em certa medida, aberto à competição. Recém-diplomados, uma vez que preenchem os requisitos de ingresso profissional, podem disputar espaço com os profissionais estabelecidos. O Estado, um dos principais empregadores de diplomados, em determinados ocasiões, contrata profissionais. Num ambiente econômico dinâmico, inovador e aberto à geração de novos negócios, os diplomados podem se inserir nas novas oportunidades de emprego.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/Br), em comparação com os outros conselhos profissionais brasileiros, possui dados mais ricos a respeito das mudanças recentes causadas pelo aumento do número de novos profissionais registrados no mercado de trabalho. Por esse motivo, essa profissão foi selecionada para ilustrar a dinâmica de geração de empregos profissionais. Formalmente criado em 2010, o CAU/Br ainda é recente se comparado a outros conselhos representativos no país. Antes de sua criação, a regulação, fiscalização e orientação da profissão era realizada em conjunto com as engenharias.

O número de arquitetos e urbanistas no Brasil experimentou um crescimento de 36% de 2012 a 2016, isto é, de 105.298 para 143.401 profissionais. O crescimento proveio, majoritariamente, de recém-diplomados. Quarenta por cento dos arquitetos têm entre 26 e 35 anos (CAU/Br, 2013). Concomitantemente ao crescimento do número de profissionais, aumentaram-se, também, o número de novas empresas e a quantidade de atividades registradas. O primeiro saltou de 10.019 para 20.158 no período de análise (um aumento de em torno de 100%), enquanto o último passou de 959 mil para 1,4 milhão, o que equivale a um crescimento de 47%. A quantidade de atividades registradas teve alguma correlação com o PIB, pois teve crescimento acelerado de 2012 a 2014 e retração de 2014 a 2016. Portanto, observa-se que, no período de 2012 a 2016, o aumento do número de novas empresas²⁰ e o crescimento das atividades registradas foram superiores à expansão do número de novos arquitetos e urbanistas (CAU/Br, 2017).

Podemos especular as razões do aumento de atividades registradas. Uma possível explicação é de que os novos diplomados cobram valores inferiores aos dos profissionais estabelecidos. Como consequência, a contratação de atividades arquitetônicas e urbanísticas tornou-se mais barata e acessível aos consumidores. Outra hipótese sugere que arquitetos e urbanistas têm tomado territórios que pertenciam a engenheiros civis, pois existe sobreposição de atividades entre essas duas profissões. Além disso, pode-se sugerir que a decisão de contratar um arquiteto depende de redes sociais e de construções simbólicas. Como mais arquitetos atuam no mercado, mais redes sociais são construídas e mais provável torna-se a escolha de um consumidor por um serviço de um arquiteto. Independentemente dos motivos, esses dados evidenciam que a demanda por serviços não é estática. Ela depende da dinâmica da economia e das ações do grupo profissional e dos indivíduos.

A possibilidade de geração de novos postos no mercado de trabalho é limitada pelos aspectos gerais da profissão. Maas (2018), ao comparar a Medicina e a Enfermagem no Brasil, mostra que a flexibilidade do mercado de trabalho da Enfermagem é menor do que a da Medicina. A inserção laboral dos enfermeiros depende quase que exclusivamente de vínculos assalariados, sejam eles celetistas, estatutários ou informais. Em 2010, menos de 3% dos enfermeiros que atuam na profissão de formação estavam na posição de empregador ou de conta própria. Por outro lado, a inserção autônoma qualificante é uma trajetória possível e comum aos médicos. Em 2010, um

²⁰ Estar afiliado a uma empresa não é um requisito obrigatório para o exercício da Arquitetura e Urbanismo.

terço deles afirmava que a principal posição era a de empregador ou de conta própria. Como resultado, num cenário de aumento do número de novos profissionais registrados, os médicos podem adaptar-se às condições do mercado abrindo consultórios e clínicas, enquanto os enfermeiros, por não terem a possibilidade de atuação autônoma, estão mais propensos a empregar-se em outras áreas. Dessa forma, os enfermeiros estão mais dependentes do que os médicos da tomada de decisão dos empregadores e, em especial, das decisões do Estado²¹.

O mercado do Direito apresenta características mais próximas da Medicina e da Arquitetura do que da Enfermagem. Atuar de forma autônoma é uma possibilidade de inserção profissional, como será analisado mais adiante.

O Estado é um dos principais empregadores de pessoas com ensino superior. Bacharéis em Direito compõem um grupo especialmente interessado em ingressar no serviço público. Do total de postos de trabalho formais, entre 1995 e 2016, o percentual de vínculos no setor público variou de 16 a 18%. Em 2016, 78% dos servidores federais, 60% dos servidores estaduais e 38% dos servidores municipais possuíam ensino superior completo. Nesse mesmo período, o total de vínculos ativos no setor público em níveis federal, estadual e municipal aumentou 25%, 28% e 175%, respectivamente. Em 2016, 10,5% dos vínculos estavam no setor público federal, 32,5% no setor público estadual e 57,0% no setor público municipal. Os cargos estão concentrados, principalmente, nas áreas de saúde e educação (LOPEZ; GUEDES, 2018; SANTOS et al, 2016).

A dinâmica de geração de emprego e renda do setor público contrasta com a do setor privado. Enquanto, no geral, os indivíduos com ensino superior completo, no mercado de trabalho como um todo, entre 1995 e 2009, tiveram perdas reais de renda num momento em que a renda real dos trabalhadores sem ensino superior completo elevou-se (COMIN; BARBOSA, 2011), os servidores públicos, no período de 2007 a 2016, asseguraram ganhos reais de remuneração, a despeito do aumento de potenciais candidatos aos cargos públicos (LOPEZ; GUEDES, 2018). Diferentemente do setor privado, o setor público está menos sujeito ao acirramento de concorrência causado pelo aumento do número de novos diplomados. Os constrangimentos e possibilidades de abertura de novas vagas no setor público dependem, sobretudo, do orçamento, de decisões políticas tomadas no governo atual ou em governos anteriores e das ações coletivas de grupos de interesse (servidores públicos e órgãos de representação de classe). A geração de emprego no setor privado

²¹ Oliveira (2015) cita fatores indiretos associados à demanda de profissionais de enfermagem: envelhecimento da população, mortes por causa externa e aumento de doenças crônicas não transmissíveis.

é mais flexível. Nele, é possível que as ações dos próprios diplomados alterem a disputa no mercado de trabalho. O credenciamento e o licenciamento, quando estão presentes, são barreiras mais facilmente transponíveis para a inserção profissional do que a aprovação em concursos públicos.

Com relação à renda mais especificamente, os trabalhadores com ensino superior completo auferem remunerações maiores do que os dos trabalhadores sem ensino superior completo, mesmo quando a participação do ensino superior se torna universal. O “prêmio salarial” do ensino superior varia de acordo com os países, sendo especialmente acentuado na África Subsaariana, no Leste Asiático e na América Latina. Retornos menores são observados nos países ricos e no Norte da África/Oriente Médio (MONTENEGRO; PATRINOS, 2014). De maneira geral, quando se eleva o número de indivíduos com ensino superior, o prêmio salarial tende a reduzir. Essa tendência é observada, por exemplo, no Brasil (COMIN; BARBOSA, 2011), na China (KNIGHT et al, 2017), em Taiwan e Hong Kong (MOK, 2016), na Itália (BALLARINO; SCHERER, 2013) e na França (FALCON; BATAILLE, 2018). No entanto, existem exceções, como na Alemanha (HENSEKE, 2019), onde a expansão universitária tem sido acompanhada de crescimento do retorno salarial dos indivíduos com ensino superior completo. Apesar da redução do prêmio salarial, este permanece, pois o campo de atuação dos indivíduos sem ensino superior é reduzido, concentrando-se, cada vez mais, nas posições de menor remuneração (DI STASIO, 2017; WRIGHT; HORTA, 2018). É possível, e tem acontecido em alguns países (GREEN E ZHU, 2010; FIGUEIREDO ET AL, 2017), que o salário dos patamares mais altos da hierarquia ocupacional cresça ao mesmo tempo em que os graduados ocupem cada vez mais posições inferiores no mercado de trabalho. Com o aumento das atividades exercidas por pessoas com ensino superior, cresce a dispersão dos salários. Tanto ocupações de alta quanto de média renda passam a ser exercidas por esse grupo (KLEIN, 2016). A dispersão dos salários e a diversificação das situações ocupacionais afetam principalmente os novos entrantes. Num contexto de expansão universitária, a variação de renda das novas coortes é maior do que nas coortes mais antigas (KNIGHT ET AL, 2017; MOK E JIANG, 2017).

2.5. Graduatização das ocupações e diversificação da inserção profissional

Existem limites para a inserção de novos diplomados nas ocupações do tipo *expert*, orquestradores e comunicadores (ELIAS e PURCELL, 2013). Observa-se empiricamente que, no

Brasil, os diplomados estão ocupando territórios no mercado de trabalho que, em períodos anteriores, eram ocupados por pessoas sem ensino superior completo. O mercado de trabalho dos graduados, atualmente, tem se tornado maior, mais diverso e mais sobreposto ao mercado dos trabalhadores sem ensino superior do que no passado (COMIN e BARBOSA, 2011; RIBEIRO, 2016; LIMA e ABDAL, 2007). A esse processo pelo qual, em certas ocupações, a proporção de trabalhadores com ensino superior aumenta à medida que novos diplomados ingressam no mercado de trabalho, Tholen (2017) chama de “graduatização das ocupações”. Apesar de ser um neologismo, optou-se pelo seu emprego pelo potencial de captar e resumir em uma única palavra uma das principais consequências da relação entre expansão universitária e mercado de trabalho. Os bacharéis em Direito não atuam somente em ocupações típicas do Direito. Esta seção analisa o processo pelo qual outros territórios são ocupados pelos diplomados do ensino superior, inclusive pelos bacharéis em Direito.

A graduatização das ocupações interage com três efeitos básicos: idade, coorte e período (RIBEIRO, 2016; HOROWITZ, 2018). Os efeitos de idade estão relacionados a algum momento do ciclo de vida. Jovens estão pouco inseridos em cargos de chefia e direção, por exemplo. A renda tende a aumentar com o tempo, atinge um pico e depois tende a decrescer quando a pessoa se aproxima da saída do mercado de trabalho. Os efeitos de coorte, por sua vez, referem-se às experiências da população nascida em um determinado momento histórico. Por exemplo, uma coorte que se forma no ensino superior em um momento de crise econômica prolongada pode sofrer consequências negativas para toda a vida. Isso aconteceu com muitos engenheiros formados no final da década de 1970 e na década de 1980 que não conseguiram se inserir nos postos de trabalho da carreira de formação. Finalmente, os efeitos de período são mais abrangentes que os de coorte por se referirem a toda a população que vive um momento histórico. Em momentos de crise econômica, o aumento do desemprego, a sobrequalificação e a diminuição da renda podem afetar todas as pessoas, independentemente da idade ou do momento de transição no ciclo de vida (RIBEIRO, 2016).

Com a expansão universitária, o perfil ocupacional dos diplomados diversifica-se. Cada vez mais, os diplomados ocupam postos de trabalho que, em momentos anteriores, eram menos ocupados por pessoas com ensino superior completo. Também tendem a aumentar a participação nas categorias ocupacionais em que já são maioria. A tabela abaixo, extraída de Comin

e Barbosa (2011), ilustra as mudanças na participação de toda a população ocupada e dos graduados entre 1982 e 2009.

Tabela 1: Frequência de ocupados e de graduados por grandes grupos ISCO (1982 e 2009)

Grandes grupos	1982				2009			
	Total	%	Graduados	% Grad.	Total	%	Graduados	% Grad.
Forças Armadas	<u>888.502</u>	<u>1,9%</u>	<u>27.714</u>	<u>3,1%</u>	<u>2.383.779</u>	<u>2,6%</u>	<u>66.590</u>	<u>2,8%</u>
Gerentes e altos func. Adm. Pública	<u>3.307.943</u>	<u>6,9%</u>	<u>488.182</u>	<u>14,8%</u>	<u>6.460.922</u>	<u>7,0%</u>	<u>1.792.685</u>	<u>27,7%</u>
Profissionais	<u>2.146.093</u>	<u>4,5%</u>	<u>973.027</u>	<u>45,3%</u>	<u>7.309.465</u>	<u>7,9%</u>	<u>4.933.063</u>	<u>67,5%</u>
Técnicos	<u>1.745.185</u>	<u>3,6%</u>	<u>159.611</u>	<u>9,1%</u>	<u>4.790.857</u>	<u>5,2%</u>	<u>1.205.558</u>	<u>25,2%</u>
Trab. de escritórios	<u>3.287.867</u>	<u>6,9%</u>	<u>165.109</u>	<u>5,0%</u>	<u>8.010.792</u>	<u>8,6%</u>	<u>1.197.522</u>	<u>14,6%</u>
Trab. comércio e serviços	<u>1.273.141</u>	<u>2,7%</u>	<u>7.776</u>	<u>0,6%</u>	<u>5.677.812</u>	<u>6,1%</u>	<u>154.520</u>	<u>2,7%</u>
Trab. qualificados da agricultura	<u>4.041.414</u>	<u>8,4%</u>	<u>2.428</u>	<u>0,1%</u>	<u>3.958.045</u>	<u>4,3%</u>	<u>51.952</u>	<u>1,3%</u>
Artesãos e trab. da indústria leve	<u>7.827.651</u>	<u>16,3%</u>	<u>13.043</u>	<u>0,2%</u>	<u>15.184.510</u>	<u>16,4%</u>	<u>246.429</u>	<u>1,6%</u>
Trab. da ind. pesada	<u>3.691.139</u>	<u>7,7%</u>	<u>8.391</u>	<u>0,2%</u>	<u>6.559.987</u>	<u>7,1%</u>	<u>183.863</u>	<u>2,8%</u>
Ocupações elementares	<u>19.716.916</u>	<u>41,1%</u>	<u>33.195</u>	<u>0,2%</u>	<u>32.353.084</u>	<u>34,9%</u>	<u>510.307</u>	<u>1,6%</u>
Total	<u>47.925.851</u>	<u>10,00</u>	<u>1.878.476</u>	<u>3,9%</u>	<u>92.689.253</u>	<u>100,00%</u>	<u>10.312.489</u>	<u>11,1%</u>

Fonte: PNAD

Extraído de Comin e Barbosa, 2011, p. 80.

Como mostra a tabela, no período entre 1982 e 2009, a proporção de trabalhadores com ensino superior completo passou de 3,9% para 11,1% do total de trabalhadores na força de trabalho. O grupo ocupacional “profissionais” - a principal categoria das ocupações tradicionais dos graduados - teve um aumento proporcional no total geral de ocupados, de 4,5% para 7,9%. Os graduados elevaram a participação nesse grupo (de 45,3% para 67,5%). Por sua vez, o grupo de gerentes e altos funcionários da administração pública - categoria de orquestrador de acordo com a classificação de Elias e Purcell (2013) – observou um aumento de mais de 10 pontos percentuais

na participação de graduados, mas a proporção de ocupados nesse grupo em relação ao total geral manteve-se praticamente estável (6,9, em 1982, e 7,0%, em 2009), dado que sugere que a geração de postos neste grupo é menos expandível do que no grupo de profissionais. Com a diversificação das situações ocupacionais dos graduados, observa-se um aumento proporcional na participação de graduados em todos os grupos, até mesmo nas categorias de não graduados. Entretanto, o maior incremento de novos graduados, em termos de pontos percentuais, tem acontecido nos grupos superiores e intermediários. Grupos ocupacionais que claramente não requerem as habilidades adquiridas no ensino superior ainda têm participação pequena de graduados. Por exemplo, o grupo das ocupações elementares, que compreendia 34,9% dos ocupados em 2009, tinha apenas 1,6% de graduados no total de trabalhadores desse grupo. Portanto, todas as ocupações, em alguma medida, são graduatizadas. A inserção ocupacional dos diplomados diversifica-se no processo de expansão universitária. Contudo, os novos²² diplomados ocupam mais espaço nos grupos intermediários, reduzindo cada vez mais a oportunidade de não graduados atingirem as posições superiores e intermediárias. A posse do diploma do ensino superior não se torna mais apenas uma chave de entrada para a mobilidade social; para muitos, pode ser uma proteção contra a mobilidade descendente (VAISEY, 2006).

Com a diversificação da inserção profissional, o diploma universitário torna-se “mais necessário e menos suficiente” (WRIGHT; HORTA, 2012; BAR-HAIM; CHAUVEL; HARTUNG, 2019) para atingir as posições de alto status social. A proporção de pessoas com ensino superior em ocupações de profissionais ou administradores tem reduzido (RIBEIRO, 2016; PAULI; NAKABASHI; SAMPAIO, 2012). Analisando os dados da PNAD de 1981 a 2006, Ribeiro (2016) mostra que a proporção de homens com ensino superior completo que trabalham em posições de profissionais ou administradores passou de 40% para 25% entre 1981 e 2006. A proporção de mulheres com ensino superior completo em ocupações de profissionais ou administradoras reduziu de 30% para 20% no mesmo período (RIBEIRO, 2016).

Como a incerteza sobre o futuro profissional entre os diplomados cresce, leva mais tempo para que os graduados, independentemente da classe social de origem, se estabeleçam em uma carreira relativamente estável (BRADLEY; DEVADSON, 2008). Essa tendência pode ser observada, por exemplo, no concurso para a magistratura. A idade média dos magistrados no ano

²² Novos porque são os diplomados mais jovens e/ou das coortes mais recentes os mais afetados pela diversificação da inserção ocupacional (RIBEIRO, 2016).

de ingresso passou de 26 a 31 anos entre 1970 e 1981, num período em que o número de concluintes do ensino superior estava em expansão. Manteve-se praticamente constante entre 1981 e 2005, quando o aumento do número de concluintes foi pequena. Voltou a crescer por volta de 2005 e 2007, atingindo a idade de 33 anos no ano de ingresso em 2013 (CNJ, 2014)²³. A mesma tendência observa-se no ingresso na carreira de diplomata. Entre 1961 e 2010, a média de idade de ingresso passou de 21 para 28 anos de idade. O concurso para o concurso de diplomata e os benefícios da carreira passaram por várias mudanças nesse período, dentre eles, a posse do ensino superior tornou-se obrigatória para assumir a vaga (LIMA; OLIVEIRA, 2018).

2.5.1. Graduatização das ocupações: mudanças nas exigências de recrutamento

A análise acima concentrou-se em compreender a diversificação das ocupações dos diplomados num contexto em que o ingresso de diplomados no mercado de trabalho cresce relativamente rápido enquanto a estrutura do mercado de trabalho altera mais lentamente. Por consequência, novos territórios são ocupados pelas pessoas com ensino superior completo. A graduatização das ocupações também aparece de outra forma. *As exigências formais de algumas ocupações mudam com o tempo. A tendência é de aumento da exigência educacional.*

Esse processo pode acontecer por meio da profissionalização de tarefas laborais ou pelas práticas institucionalizadas dos empregadores. As mudanças formais são mais facilmente observáveis no setor público, visto que o processo seletivo neste setor, geralmente, é mais transparente e mais regulado do que no setor privado, sendo escrito em legislações e editais. No setor privado, as mudanças nos requisitos ocorrem, principalmente, via processos informais, estando sujeitas a regulações e a punições apenas quando da consolidação da profissionalização de uma determinada ocupação.

As políticas públicas para o aumento da escolarização dos professores em todos os níveis de ensino e a obrigatoriedade da posse de diploma de ensino superior para a posse de cargos públicos ilustram ações tomadas pelo Estado para garantir o monopólio de determinadas tarefas laborais por pessoas com ensino superior. Em 1931, o Estado tornou obrigatório o diploma de

²³ A exigência de três anos de prática jurídica, implantada em 2004, teve impacto sobre a idade média de ingresso dos magistrados, mas a explicação do crescimento da idade média de ingresso não se resume a essa exigência. Sua implantação deve-se, em parte, ao crescimento do número de concorrentes. Já era uma prática recorrente nas bancas de concurso exigir três anos de prática jurídica antes de essa regra estar prevista na Constituição da República.

ensino superior para lecionar no então chamado ensino secundário (CACETE, 2014). Passados mais de oitenta anos, esse projeto foi relativamente bem-sucedido e, em 2018, menos de 5% das disciplinas do ensino médio são ministradas por professores sem formação superior (BRASIL-INEP, 2019). Os esforços atuais concentram-se, principalmente, conforme descritos no Plano Nacional de Educação, em “*assegura(r) que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam*” (meta 15) e “*formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica até o último ano de vigência deste PNE (meta 16)*” (BRASIL, MEC, 2014). Em 2018, “apenas” 77% dos professores dos anos iniciais tinham ensino superior completo em cursos de licenciatura e 36% dos professores da educação básica tinham pós-graduação (BRASIL-INEP, 2019).

O aumento das exigências pode acontecer sem que haja alterações substantivas nas tarefas laborais. Ensinar as crianças a ler, escrever e realizar operações matemáticas simples continuam sendo as tarefas principais dos professores dos anos iniciais. Entretanto, acredita-se, pessoas que frequentaram o ensino superior por quatro anos estão mais bem equipadas com as habilidades necessárias para ensinar as crianças de forma eficaz, prazerosa e eficiente. Aqueles que não têm ensino superior completo estão com as portas fechadas para o ingresso nessa ocupação.

Outra consequência da graduatização da ocupação de professor da educação básica é o aumento da variação dos salários das pessoas com ensino superior. Como, na média, o salário dos professores da educação básica é consideravelmente inferior à média das pessoas com ensino superior, a graduatização dessa ocupação puxa para baixo a média salarial das pessoas com ensino superior e eleva a dispersão dos salários. Como o grupo dos professores é relativamente bem organizado e eficaz nas suas ações de *lobby* governamental, ele tem sido capaz de reduzir a diferença salarial com os demais trabalhadores com ensino superior, em grande parte, sob o argumento de que é uma ocupação “desvalorizada”. Essa desvalorização é observada somente quando o salário é comparado com a média ou mediana dos salários de quem tem ensino superior. O salário dos professores está acima da mediana dos salários dos trabalhadores brasileiros.

Portanto, a relação entre expansão universitária e mercado de trabalho é acompanhada de mudanças nas exigências formais (e informais) para o recrutamento. A tendência geral é de elevação da exigência de títulos e diplomas, mesmo quando não há mudanças significativas no conteúdo das tarefas laborais. O exemplo usado para descrever esse processo foi o da ocupação de

professor, mas ele também pode ser observado em carreiras da polícia militar (RUDNICKI, 2008) e na profissionalização do jornalismo (PETRARCA, 2007). No caso do Direito, as exigências para o ingresso nas profissões jurídicas têm aumentado nas últimas décadas. Atualmente, a posição de auxiliar jurídico (que, em regra, não requer o ensino superior completo) tem sido ocupada por bacharéis em Direito.

A próxima seção analisará uma consequência que, em vários aspectos, assemelha-se à graduação das ocupações: a sobrequalificação. Ambos os conceitos captam a diversificação das ocupações dos diplomados. A principal diferença entre eles é de que enquanto a unidade de análise do conceito de graduação são as ocupações, a sobrequalificação tem como unidade de análise as habilidades do trabalhador.

2.6. Sobrequalificação

A sobrequalificação é um estado de desequilíbrio no qual os trabalhadores possuem um excesso de qualificações relativo às exigências do emprego (GREEN; ZHU, 2010). Pode ser dividida em duas dimensões: *overeducation* e *overskilling* (FIGUEIREDO ET AL, 2017). A primeira dimensão refere-se ao excesso de escolaridade para obter o emprego, enquanto a segunda ao excesso de habilidades necessárias para executar as atividades. Essa distinção é realizada pelo fato de que os empregadores costumam exigir credenciais para a contratação superiores às reais necessidades de habilidades para executar as atividades (THOLEN ET AL, 2016; TOMLINSON, 2012). A qualificação também é discutida enquanto subqualificação, para indicar situações em que a escolaridade ou o nível de habilidade é inferior às demandas do emprego, e *horizontal mismatch*, quando a atuação no mercado de trabalho ocorre em setores que requerem o mesmo nível de escolaridade ou habilidades do trabalhador, mas diferentes daquelas possuídas por ele (DI STASIO, 2017).

Os pesquisadores utilizam, de modo geral, três métodos de medição da sobrequalificação. Um primeiro método pergunta ao entrevistado sobre as qualificações exigidas pelo emprego. Um segundo método utiliza classificações ocupacionais realizadas por acadêmicos. Um terceiro método usa indiretamente a escolaridade exigida pela ocupação, isoladamente ou em combinação com outras variáveis, como, por exemplo, no uso da média (ou moda) dos anos de estudo para definir o grau de escolaridade exigido pela ocupação (CHEVALIER, 2003). De modo

geral, as pesquisas evidenciam aumento das taxas de *overeducation* durante a massificação do ensino superior independentemente do método empregado (RIBEIRO, 2017; RIBEIRO, 2016; VAISEY, 2006).

O conceito de sobrequalificação tem limitações para apreender as mudanças no mercado de trabalho com a expansão da escolaridade. Os métodos empregados são pouco eficazes em lidar com a temporalidade. O conteúdo das tarefas e as exigências escolares para a contratação mudam com o tempo. Esses aspectos dificultam a realização de análises que visam medir a compatibilidade entre credenciais escolares ou habilidades em momentos distintos, pois dificulta a comparação, que exige estabilidade no parâmetro de medida. Além disso, pode-se argumentar que qualquer pessoa tem um conjunto de habilidades superiores às exigidas pelo seu emprego. Um trabalhador que já passou por vários empregos adquiriu habilidades em empregos anteriores que certamente não são exigidas pelo emprego atual. Pessoas que já passaram mais de uma década em instituições educacionais adquiriram conhecimentos que, geralmente, vão muito além do requerido para a realização das rotinas de trabalho.

Um dos principais argumentos para justificar a relevância do debate sobre sobrequalificação é sua associação com o bem-estar. Nos EUA da década de 1960-70, havia a expectativa, presente desde pesquisadores marxistas a planejadores de políticas públicas, de uma insatisfação generalizada dos diplomados com as condições sociais, a qual culminaria em revolta contra o sistema. Por mais que essa revolta ainda não tenha apresentado a extensão esperada, as percepções de sobrequalificação estão associadas com sentimentos de privação relativa (VAISEY, 2006). Nessa linha de análise, Chevalier (2003) classifica a sobrequalificação em aparente e genuína. A primeira acontece quando o egresso está em uma ocupação que não exige educação superior, mas está contente com a ocupação, enquanto a segunda é quando o egresso está insatisfeito com a ocupação devido à não correspondência com a sua formação.

Di Stasio (2017) discute com a hipótese de que os empregadores preferem contratar candidatos sobrequalificados quando precisam selecionar um trabalhador em meio a um grande conjunto de candidatos. A autora afirma que *overeducation*, um dos aspectos do processo de sobrequalificação, é mais importante para os empregadores quando a experiência de trabalho é limitada e, também, quando indicadores alternativos de habilidades, desempenho e treinabilidade não estão disponíveis. Além disso, os empregadores preferem contratar sobrequalificados formados em áreas relacionadas às atividades de emprego (DI STASIO, 2017). Em determinados

contextos, o trabalhador sobrequalificado é preterido pela visão dos empregadores de que perderão o empregado depois de pouco tempo (FERNANDEZ e WEINBERG, 1997). Num contexto de crise no mercado de trabalho, como no Brasil contemporâneo, é provável que a percepção de perder um empregado sobrequalificado não aconteça. Portanto, a contratação de sobrequalificados (e, conseqüentemente, a graduação das ocupações) ocorre quando as tarefas ocupacionais e a formação escolar são correlatas. Esse processo afeta, principalmente, as novas coortes.

No que diz respeito ao *overskilling*, Brown, Hesketh e Williams (2004) afirmam que é preciso distinguir entre as habilidades que a) os diplomados possuem antes de ingressar no ensino superior; b) os diplomados adquirem no ensino superior; c) necessitam de provas para obter emprego; e d) são empregadas no trabalho. Num contexto de diversificação do ensino superior, o nível e o tipo de habilidade dos graduados diversifica-se. Sendo assim, argumenta-se que a diversificação ocupacional é resultado não somente do descompasso entre mudança da estrutura do mercado de trabalho e geração de novos graduados, mas também das mudanças na natureza das habilidades possuídas pelos diplomados e da maior relevância do treinamento ocupacional em instituições escolares (WRIGHT; HORTA, 2017).

O debate sobre habilidades, credenciais e emprego dos diplomados já foi amplamente discutido neste capítulo. Resta dizer somente que os diplomados são socializados a acreditar que o conhecimento adquirido no sistema educacional é mais adequado para o exercício de determinadas atividades profissionais (BAKER, 2014). Os dados da pesquisa de Silva e Alves (2018), por exemplo, mostram que 82% dos doutorandos em educação do Brasil têm a mesma aspiração profissional: seguir carreira acadêmica. O longo tempo despendido²⁴ em atividades intelectuais e sedentárias educa o corpo a rejeitar tarefas não condizentes com essas atividades (MORARJI, 2014). Dessa forma, percepções acerca da sobrequalificação tendem a ser observadas entre diplomados do ensino superior. Os recém-diplomados, de maneira geral, ainda não se habituaram às condições do mercado de trabalho nem esfriaram as suas expectativas laborais, e, portanto, sentem mais fortemente os efeitos da privação relativa.

2.7. Mercado de trabalho, expansão universitária e conflito posicional

²⁴ Quando afirmo longo tempo, refiro-me não somente à duração de um curso de ensino superior, mas a todo o tempo da trajetória escolar.

Esta revisão concentrou-se até agora em analisar a relação entre expansão universitária e mercado de trabalho, tendo considerado apenas as diferenças de período, coorte e idade. A expansão universitária é acompanhada pelo ingresso de um público mais heterogêneo nas instituições de ensino superior em termos de ‘raça’, gênero e classe social. As experiências universitárias e no mercado de trabalho variam de acordo com essas três categorias e com as intersecções entre elas. Quando se afirma, por exemplo, que a inserção ocupacional dos diplomados se diversifica no processo de expansão universitária, deve-se ter em mente que essa consequência não atinge igualmente brancos, negros, homens, mulheres, classe média tradicional e pobres. Esta seção esboça as diferenças na inserção ocupacional segundo as categorias mencionadas. Este é um tópico com um grande número de subtemas que já estabeleceram literaturas especializadas. Assim, o objetivo desta seção é apenas apontar, ainda que de modo superficial, para as principais desigualdades.

No processo de aumento da escolaridade, a literatura aponta duas rotas pelas quais os grupos dominantes mantêm o monopólio sobre as ocupações com as maiores recompensas salariais e laborais. A primeira é elevar as exigências educacionais para a inserção nas posições sociais dominantes. Essa rota recebe o nome de “desigualdade maximamente mantida” (em inglês, *maximum maintained inequality*). Como afirma Collins, para o contexto dos Estados Unidos:

Antes do final do século XIX, uma educação elementar ou uma educação domiciliar não eram mais satisfatórias para um homem cavalheiro; por volta de 1930, um diploma de graduação estava substituindo o diploma de ensino secundário como o padrão mínimo de respeitabilidade; no final da década de 1960, a pós-graduação ou diplomas de profissões especializadas estavam se tornando necessários para a entrada em muitas posições de classe média, e o ensino secundário estava se tornando um padrão para a entrada nas posições de trabalhadores manuais (COLLINS, 1971, p.1015).

No contexto da expansão universitária, segundo essa possibilidade de ação, diplomas de mestrado ou de doutorado vão se tornar cada vez mais indispensáveis para a inserção nas ocupações dominantes.

O aumento das exigências educacionais também ocorre lateralmente. Por exemplo, no Brasil, grandes empresas privadas, durante o processo de seleção de profissionais ou de gerentes, exigem, dentre outros requisitos, conhecimentos em línguas estrangeiras - um requerimento educacional adicional à exigência do diploma de ensino superior (LEMOS; PINTO, 2008). Como a obtenção de graus mais elevados de escolaridade tende a ser mais acessível aos herdeiros de maior quantidade dos capitais econômico, social e cultural, a reprodução social é mantida. Este ponto será explorado quando os dados dos escritórios privados de Porto Alegre forem analisados.

A segunda rota, chamada de “desigualdade efetivamente mantida” (LUCAS, 2001), indica a criação de desigualdades horizontais, no interior de um nível de ensino, quando ocorre a massificação ou universalização do ensino superior. Essas desigualdades podem ser institucionais – público/privado, profissionalizante/acadêmico, curso e área do conhecimento – (BATISTA FILHO, SILVERA, 2016), e também simbólicas (BINDER, 2019), como, por exemplo, nas diferenças de prestígio institucional. Essa desigualdade horizontal interfere nas avaliações dos empregadores sobre o valor dos diplomas, nos capitais cultural e social adquiridos durante a graduação, na possibilidade de inserção profissional em mercados com fechamento ocupacional, e na aquisição de habilidades. Devido a barreiras econômicas e sociais para o ingresso nas instituições ou cursos de maior valor social, a desigualdade é mantida.

Somam-se aos dois processos descritos acima, as diferenças nas experiências universitárias segundo a classe, gênero e “raça”. Jovens das classes populares, na média, ingressam no ensino superior em idades mais avançadas, conciliam trabalho e estudo, e estão sobrerrepresentados em cursos com baixo valor no mercado de trabalho (por exemplo, PIKANÇO, 2015; COMIN; BARBOSA, 2011). Mulheres, na média, optam em maior número por cursos tradicionalmente definidos como “femininos”, os quais tendem a conferir menos retorno no mercado de trabalho em termos de renda e *status*. Negros também estão sobrerrepresentados em cursos com menor retorno no mercado de trabalho (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019).

Quando se trata da inserção ocupacional, as diferenças de posse de capital, os esquemas culturais, a discriminação e as exigências arbitrárias ou enviesadas explicam boa parte das desigualdades. Redes sociais ricas em recursos (usadas para indicações de emprego ou estágio e para a formação de uma clientela, por exemplo) são possuídas em maior medida por aqueles que nasceram em famílias das classes médias tradicionais. O capital econômico possibilita dedicar-se exclusivamente à aprovação em concursos públicos e arcar com as despesas de viagem, hospedagem e inscrição. Ao abrir um negócio, permite tomar mais riscos para, conseqüentemente, obter maiores retornos. O capital econômico também está associado a experiências internacionais e à aquisição de uma segunda língua, as quais são exigências para a contratação no mercado de trabalho privado de elite. Mesmo que as diferenças do capital cultural na forma de desempenho acadêmico sejam consideravelmente reduzidas ao fim da graduação, outras formas de desigualdades permanecem, como o prestígio dos diplomas e a capacidade de sentir-se confortável em meio a pessoas de alto *status* socioeconômico. Esquemas culturais criam expectativas de comportamento

e de adequação a determinadas posições. Por exemplo, esquemas segundo os quais “mulheres vão ser mães, logo irão dedicar-se menos ao emprego” ou “caso o marido encontre emprego em outra cidade, a mulher vai sair do emprego para acompanhá-lo” afetam a contratação e ascensão profissional das mulheres. A discriminação na contratação assume diversas formas e depende altamente do contexto. Está associada a esquemas culturais e a afinidades de interação, muitas vezes acionados de forma subconsciente, mas também por meio explícito, motivando ações conscientemente racistas ou sexistas. Quando os empregadores selecionam um empregado em um alto número de candidatos, eles tendem a usar critérios elevados, discutivelmente associados ao exercício da tarefa, mas relacionados ao pertencimento de classe. Por exemplo, para os empregadores da elite do setor privado, o *cultural fit*, ou seja, a correspondência entre o perfil da empresa e o perfil do empregado, é relevante. *Cultural fit* significa compartilhar do mesmo *habitus* e personalidade que os chefes e empregados, isto é, ser capaz de sentir-se confortável com os colegas de profissão, compartilhar os mesmos *hobbies*, apresentar um padrão de sociabilidade condizente com os valores da empresa, dentre outros aspectos (por exemplo, BILLS; Di STASIO; GERXHANI, 2017; RIVERA, 2012; RIVERA, 2015; HE; MAKARCHEV, 2019).

No que diz respeito às experiências ocupacionais, o maior peso das tarefas familiares sobre as mulheres, as expectativas sociais em torno do papel social da mulher e esquemas culturais que associam masculinidade e liderança criam barreiras para que as mulheres ascendam nas carreiras, imputando a elas um “teto de vidro” (p. ex., BONELLI, 2016; RIVERA, 2017; BERTOLIN, 2017). Com relação aos negros, as percepções de que são membros das classes inferiores e mais incompetentes para o trabalho intelectual, assim como as diversas formas de discriminação, dificultam a inserção desse grupo nas ocupações de classe média, e quando a inserção ocorre, os negros sentem-se socialmente deslocados (p. ex. FIGUEIREDO, 2004; HASENBALG, 1979).

A situação das mulheres com ensino superior tem especificidades. Elas aumentaram a participação nesse nível de ensino, sendo a maioria entre os novos diplomados. Superaram diferenças educacionais de longa duração. São a maioria dos novos profissionais registrados em algumas profissões prestigiadas, como Direito (OAB, 2019), Arquitetura (CAU/Br, 2017) e Medicina (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2018), mas estão menos presentes nas Engenharias. Também são a maioria em ocupações tradicionais ou modernas dos graduados de crescente demanda nos últimos anos, como educação e saúde (LOPEZ; GUEDES, 2018; SANTOS

et al, 2016; OLIVEIRA et al, 2017), e entre os novos doutores (BRASIL- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2016). Entretanto, no mercado de trabalho, os homens têm salários mais elevados, ocupam posições hierarquicamente superiores e têm participação maior na força de trabalho (RIBEIRO, 2016).

Esta seção apontou para as principais desigualdades no mercado de trabalho, segundo as categorias de classe, gênero e “raça”. Os efeitos da expansão universitária sobre o mercado de trabalho interagem não somente com a coorte, o período e a idade, mas também com gênero, classe e “raça”. Os grupos sociais experimentam diferentemente os efeitos da expansão universitária sobre o mercado de trabalho. A possibilidade de o ensino superior reduzir as desigualdades sociais é limitada pela manutenção e geração de processos sociais que atuam no sentido de reproduzir ou transformar desigualdades.

2.8. Conclusão

A conclusão do ensino superior oferece credenciais e licenças para o ingresso em determinadas profissões de alto *status* socioeconômico. Os longos anos de participação no sistema escolar estão associados à aquisição de habilidades e disposições adequadas, do ponto de vista da execução das tarefas e dos esquemas culturais, ao exercício de determinadas atividades ocupacionais. As ligações entre ensino superior e mercado de trabalho ocorrem via credenciais, licenças, habilidades e disposições requeridas tanto para a inserção profissional quanto para a execução de tarefas laborais. Os grupos profissionais, o Estado, os empregadores, as instituições de ensino superior e os diplomados são os principais atores que atuam no campo do mercado de trabalho dos graduados.

Inicialmente, este capítulo mostrou que as ocupações dos graduados são definidas pelas habilidades e conhecimentos exigidos para a realização de tarefas laborais e adquiridos, em tese, pela participação no ensino superior. Com a menor demanda da economia por trabalhos manuais e com a ocupação de novos territórios no mercado de trabalho pelos graduados, as fronteiras entre emprego dos graduados e dos não graduados têm tornado-se mais obscuras. Assim, categorizar de forma binária ocupações de graduados e de não graduados tem pouco poder analítico. Contudo, permanecem barreiras claras entre o mercado de trabalho dos graduados e o dos não graduados, captadas pelo conceito de fechamento ocupacional.

Em seguida, foi analisada a relação entre expansão universitária, mercado de trabalho, renda e geração de empregos. Tipicamente, a distância salarial entre as pessoas com e sem ensino superior completo é reduzida, apesar de que existem países em que esse fenômeno não tenha sido observado. A variação salarial dentro do grupo de pessoas com ensino superior completo aumenta, pois, cada vez mais, posições de nível intermediário de renda (e não somente de alto nível de renda) passam a ser ocupadas por pessoas com esse grau de escolaridade. Os novos diplomados, quando adquirem a credencial e a licença para exercer uma ocupação, ficam habilitados para o exercício profissional, tornando mais acirrada a concorrência por serviços profissionais. As características dos empregos gerados são diversas. Consequentemente, o vínculo empregatício, os benefícios e a renda tornam-se mais heterogêneos dentre aqueles com ensino superior. Diferenças salariais no grupo de pessoas com ensino superior são elevadas, mesmo entre aquelas que se formaram em um mesmo curso de graduação (MEDEIROS, SOUZA; CASTRO, 2015).

A diversificação ocupacional foi a consequência analisada em seguida. Com a expansão universitária, os diplomados expandem a sua área de atuação no mercado de trabalho, ocupando postos que, em momentos anteriores, eram ocupados por pessoas sem ensino superior. Dessa forma, as novas coortes de graduados “graduatizam” ocupações. Nesse processo, pessoas sem ensino superior são relegadas a ocupações com *status* socioeconômico mais baixo.

A sobrequalificação é um conceito semelhante ao de graduatização. A principal diferença entre eles é que enquanto a unidade de análise da sobrequalificação são os trabalhadores, a unidade de análise da graduatização são as ocupações. O conceito de sobrequalificação é útil principalmente para mostrar que o desencaixe entre habilidades, disposições, credenciais e licenças e a efetivação delas no mercado de trabalho pode gerar insatisfação.

Os efeitos da expansão universitária sobre o mercado de trabalho interagem com idade, período e coorte – três variáveis que indicam diferenças temporais -, bem como com a classe social de origem, a “raça” e o gênero. Embora o ensino superior tenha o papel de equalizar as experiências de vida em algumas dimensões, permanecem desigualdades que tendem a favorecer grupos historicamente privilegiados. As mudanças na relação entre da expansão universitária e mercado de trabalho não afetam todos os grupos igualmente.

Como parte do problema de pesquisa mais amplo, este capítulo oferece o quadro analítico para a compreensão das consequências da expansão universitária no mercado de trabalho do campo do Direito. O Direito é uma profissão com alto nível de fechamento ocupacional e com

fronteiras relativamente claras (mas com várias nuances, como veremos) entre emprego jurídico e emprego não jurídico. Apesar das tentativas de controlar a oferta de novos competidores pela OAB, o Direito é o curso com o maior número de matrículas. Com a elevada entrada de novos bacharéis no mercado de trabalho, o Direito é um caso paradigmático para aplicar, discutir e tensionar as teorias aqui apresentadas. Como o foco da pesquisa são os recém-diplomados, e quase sempre se indaga sobre o potencial de “crescimento” profissional deles, esta revisão possibilita entender as especificidades da experiência de um recém-formado, as mudanças vivenciadas pelas novas gerações de diplomados e os potenciais e os limites que as novas coortes enfrentam com a expansão do número de graduados.

O próximo capítulo analisará a dimensão valorativa/avaliativa do problema de pesquisa. Enquanto o presente capítulo concentrou-se em analisar as mudanças da estrutura ocupacional, o próximo capítulo oferecerá o suporte teórico para compreender as avaliações e os valores daqueles que vivenciam a escolaridade prolongada e as condições do mercado de trabalho.

3 As dimensões valorativas da posição social

3.1. Introdução

O que importa para que as pessoas se sintam realizadas e tenham satisfação com a vida? Como os recursos associados ao pertencimento de classe possibilitam e constroem os atores sociais na sua busca por bem-estar? Os jovens diplomados em Direito com origem nas classes populares são aspirantes às posições de classe média. Tentam levar um estilo de vida com características marcadamente diferentes daquele tipicamente vivenciado pelos membros de sua classe social de origem. Elaboram interpretações sobre a vida atual com impactos sobre as suas emoções e a sua satisfação com a vida. Para atingir seus ideais, abrem mão de certas experiências no presente em prol da realização de projetos. Ao buscar um estilo de vida diferente, elaboram avaliações e valores sobre ocupações, tarefas, rotinas, padrões de consumo e interações sociais. Essas avaliações e valores indicam o que é desejável e repudiável, o que é aceitável e condenável, o que é belo e feio. Descrevem, em suma, o que é uma boa vida.

De acordo com interpretação dominante nos estudos de estratificação social, a posição social de elite ou de classe média é *intrinsecamente* mais desejável do que a posição das classes inferiores devido às vantagens que concernem à renda, escolarização, prestígio e tarefas laborais (p. ex. OLLIVIER, 2009). Nessa perspectiva, como a elite e as classes médias possuem mais capital de toda ordem, elas têm mais liberdades e capacidades e, logo, levam uma vida melhor. A mobilidade social é uma *aspiração* dos membros das classes inferiores, pois assume-se que a obtenção de mais “vantagens” sociais seja, consciente ou inconscientemente, uma motivação dos atores sociais.

Este capítulo discute extensivamente a interpretação dominante. As questões serão discutidas de acordo com os julgamentos individuais ou coletivos que especificam os tipos de pessoas ou ações que são desejáveis (SAYER, 2005, p. 8). Classe social pode ser analisado como um sistema de classificação no qual ocupações, escolhas de vida e tudo o mais são postos numa escala de julgamento (SKEGGS, 2004). Essa abordagem das relações de classe diferencia-se, em alguns aspectos, de outras abordagens que fundamentam a análise nas posições ocupadas num sistema produtivo, ou na posse de capitais. Abordagens mais tradicionais das relações de classe social enfatizam a alocação de pessoas em instituições dominantes e o poder de diferentes classes

de influenciar essas instituições, mas ignoram que o estilo de vida proporcionado pelas instituições dominantes, algumas vezes, interfere negativamente no bem-estar (HO, 2009), e que as classes inferiores elaboram valores alternativos (LAMONT, 2000). Classe social afeta as experiências, os relacionamentos e as práticas que os atores sociais têm motivos para valorizar. Disputas sobre como avaliar a ordem social e sobre os recursos necessários para uma boa vida permeiam as relações de classe (SAYER, 2005A). Emoções de vergonha, orgulho, embaraço, desprezo, inveja, dó, arrogância, fúria, admiração, culpa e resignação estão associadas ao pertencimento de classe (SAYER, 2005ab; COLLINS, 2004; SENNETT; COBB, 1972; SILVA, 2013; WU; BAI; FISKE, 2018). Algumas formas de reconhecimento são condicionadas ao desempenho de atividades (DARWALL, 1977). A definição de quais atividades são mais valorizáveis e os recursos para praticá-las com excelência permeiam as relações de classe (SAYER, 2005b).

Este capítulo examina as diversas conceitualizações de boa vida e bem-estar que atores sociais, localizados em várias posições sociais, usam para avaliar as suas condições de vida e para realizar projetos. Priorizou-se a revisão de pesquisas empíricas, em vez de trabalhos de alto nível de abstração. Também foram priorizadas pesquisas que tratam da perspectiva dos próprios atores sociais, em vez de pesquisas que visam a formular definições objetivas de boa vida ou de bem-estar. A análise concentra-se em valores referentes à própria vida, e não em valores políticos.

A literatura sociológica contém muitos enquadramentos teóricos sobre os valores de uma boa vida. Teorias foucaultianas de governamentalidade, o debate sobre “neoliberalismo”, as diversas perspectivas de respeito e reconhecimento, teorias de bem-estar e felicidade e o debate sobre desenvolvimento e capacidades geraram modelos teóricos para compreensão da existência, emergência e manutenção dos valores contemporâneos. Este capítulo estabelece um diálogo entre essas vertentes da literatura das ciências sociais.

O capítulo inicia com a discussão dos fundamentos da avaliação das condições de vida. Adaptação, aspiração, comparação social e fronteiras simbólicas são processos genéricos pelos quais os atores sociais percebem as suas vidas e criam idealizações. Em seguida, discutem-se os valores centrais das sociedades modernas. Embora existam valores centrais, que são transmitidos e requeridos pelas instituições dominantes, as classes sociais têm agência e elaboram diferentes concepções de boa vida. Na análise sobre as concepções de boa vida, primeiramente, revisa-se a experiência da transição rural-urbano. As classes rurais geralmente são colocadas nas posições inferiores nas classificações sobre posição social. Pobreza e vida dura são alguns dos termos pelos

quais o estilo de vida desse grupo é interpretado. Depois de analisar os valores de boa vida desse grupo, investiga-se os valores da elite, das classes médias e das classes populares. Por fim, discutem-se critérios gerais de avaliação de bom emprego e os efeitos da renda sobre o bem-estar.

A discussão deste capítulo oferece o quadro analítico para compreender os valores dos recém-diplomados em Direito. Mapeando a variedade de bases de valor, torna-se claro o campo de possibilidades dos recém-diplomados em Direito e as razões pelas quais certos valores tornaram-se centrais para eles. Ao investigar a diversidade das respostas às estruturas dominantes, este capítulo enquadra os valores dos recém-diplomados em processos mais amplos, possibilitando identificar as fontes de seus valores.

3.2. Fundamentos da avaliação das condições de vida

Esta seção discute quatro fundamentos pelos quais indivíduos e grupos sociais avaliam as suas condições de vida: adaptação, aspiração, comparação social e fronteiras simbólicas.

3.2.1. Adaptação

O ser humano é altamente adaptável a diversas condições de vida. O corpo, os esquemas de percepção e os hábitos cotidianos estruturam-se de modo a corresponder com o ambiente. Pesquisas mostram que, a médio e longo prazo, a vivência de eventos de alto ganho ou perda imediatos de bem-estar, como ser premiado na loteria ou tornar-se paraplégico, tem efeitos nulos sobre a felicidade. Ao longo da vida, avaliações sobre o bem-estar tendem a flutuar em torno de uma linha basal (COATES; BULMAN, 1978).

Entretanto, existem condições de vida de difícil adaptação devido ao alto estresse diário provocado ao corpo ou à mente. Queiroz (2018) mostra que cortadores de cana, mesmo depois de longos anos na atividade, avaliam o trabalho de corte de cana e a experiência de vida deles como um “sacrifício”. Afirmando que somente permanecem na atividade por necessidade. Apesar de a adaptação ser amplamente experimentada, também existem formas de não adaptação.

Em relações de poder, a adaptação pode assumir a forma de *adaptação subordinada*, uma situação na qual a adaptação reproduz sistemas maiores de desigualdade social. A auto-objetificação do corpo é uma estratégia de muitas mulheres para ganhar reconhecimento público,

mas causa prejuízos à saúde mental das mulheres que adotam (e não adotam) essa estratégia, e limita a possibilidade de alterar sistemas de dominação de gênero. A criação de subculturas de classe confere bem-estar a grupos dominados, mas reproduz a dominação. A violência e o uso de drogas pesadas de algumas dessas subculturas prejudicam o bem-estar dos indivíduos envolvidos, e da sociedade como um todo (SCHWALBE ET AL, 2000).

A adaptação também assume formas objetivamente negativas, mas aceitáveis e preferíveis pelos atores sociais. Por exemplo, o uso de fogão de lenha causa doenças respiratórias. Porém, ações de promoção de outras formas de cozimento têm falhado em diversos países, devido a hábitos culinários sedimentados e a crenças sobre a qualidade da comida (MUDOMBI ET AL, 2018). A defecação a céu aberto está associada a doenças parasitárias e contagiosas, mas essa prática tem continuado em alguns lugares mesmo com a oferta de latrinas públicas ou banheiros domiciliares (YOGANANTH; BHATNAGAR, 2018). Em países ricos, o elevado consumo de recursos naturais tem mostrado-se persistente a despeito do conhecimento sobre os desastres ambientais causados pelo consumo humano. Esses exemplos caracterizam a má adaptação, ou seja, uma situação aceitável para o indivíduo, mas objetivamente negativa para ele próprio, para a comunidade ou para a humanidade.

Em suma, a adaptação é um processo geral pelo qual o ser humano interage com o meio ambiente. O ser humano é capaz de manter um nível de bem-estar aceitável em diversas circunstâncias. Contudo, a adaptação pode não acontecer. Ela também pode ocorrer de forma danosa para o indivíduo, para a comunidade ou para a sociedade global. Algumas formas de adaptação são reprodutoras de sistemas de dominação.

3.2.2. Aspiração

Os atores sociais não apenas se adaptam ao ambiente, mas também fazem planos, imaginam-se vivendo em outras circunstâncias e criam idealizações. As aspirações indicam o desejo dos atores sociais de alterar ou manter um certo estado. Dizem respeito tanto a querer que o futuro difira do presente quanto a querer que haja estabilidade e continuidade. São orientadas ao futuro, dirigidas por motivações conscientes ou inconscientes, e indicam os compromissos coletivos ou individuais com uma determinada trajetória ou ponto final. As aspirações nunca são somente individuais, pois os atores sociais adotam imaginários e modelos coletivos de avaliação,

compartilham por vezes suas aspirações com outras pessoas e navegam em meio às oportunidades e constrangimentos sociais (HART, 2016).

Embora boa parte das pesquisas concentra-se em aspirações educacionais, socioeconômicas e políticas, existem diversas instâncias de aspiração, por exemplo: “querer encontrar sentido para a vida”; “ser um bom pai”; “viver num lar harmonioso”; “ser um bom cristão”; “viver sem dívidas”; “viver em outra cidade”; “ter um corpo musculoso”; “viver um dia de cada vez”. Os atores sociais não apenas têm aspirações para as suas próprias vidas, mas também para toda a sociedade. “Combater a ditadura gayzista, feminazi, ecochata, ateísta, abortista e esquerdopata” ou “Expor, protestar e acabar por meio de programas governamentais ou movimentos sociais com toda desigualdade, opressão, exploração, pobreza, hierarquia e dominação pelos e sobre os humanos (e talvez com outros animais e o meio ambiente)” são aspirações coletivas que têm evidenciado ser bastante relevantes no debate público recente. As aspirações são propriedade tanto de indivíduos quanto de instituições. Mudar a estrutura econômica, elevar a produção nacional, combater a corrupção, elevar a escolaridade da população são aspirações comuns de estados-nacionais e descritas em metas e projetos de governo.

Ao elaborar as aspirações, os atores avaliam a viabilidade, os riscos, a prioridade, a temporalidade, a ética e a legalidade. Questões como “qual a probabilidade dessa aspiração se concretizar?”; “o quão arriscada ela é?”; “ela é eticamente correta?”; “o quão importante ela é em relação às outras aspirações?”; “qual a urgência de se tomar ações para realizá-la neste momento?” são colocadas consciente ou inconscientemente pelos atores sociais (HART, 2016). As respostas a essas questões dependem do *habitus*, dos enquadramentos, repertórios, classificações, narrativas e vocabulários culturais (LIZARDO, 2017). As aspirações são ajustadas com o tempo, à medida que novos conhecimentos são adquiridos, e impedimentos, oportunidades e mudanças em outras esferas da vida ocorrem.

Altas aspirações socioeconômicas contribuem para a mobilidade individual (PORTES, SEWELL, HALLER, 1969). Por outro lado, existe o risco de gerar insatisfação com a vida, pois a distância entre a vida vivida e a vida ideal causa má avaliação da situação presente (HASTINGS, 2019). As aspirações também conferem resiliência diante de situações atuais julgadas adversas, pois os atores sociais orientam-se para um futuro mais promissor, enquadrando a situação atual como passageira (BURKE, 2017).

3.2.3. Comparação social

Muitas das avaliações sobre o padrão de vida requerem um parâmetro. O significado do que é uma casa grande, do que é uma alta renda, do que é uma pessoa altamente escolarizada, bem como avaliações sobre altura, peso e inteligência dependem necessariamente de um ponto de referência. A comparação social informa aos atores sociais sobre o seu desempenho em um determinado campo de ação, e constrói percepções sobre como os outros julgam a sua posição (SCHNEIDER; SCHUPP, 2014). Os atores sociais geralmente comparam-se com pessoas nas mesmas posições sociais ou em posições sociais próximas (SCHNEIDER, 2016). Pais, irmãos, amigos, vizinhos, experiências passadas e colegas de profissão são referências usuais. O fato de as pessoas usarem um número limitado de referências favorece a legitimação de grandes desigualdades sociais e constrói a percepção de ser uma pessoa que leva uma vida “normal” (PAHL; ROSE; SPENCER, 2007; IRWIN, 2015). De maneira geral, as pessoas tendem a afirmar que vivem melhor do que seus pais e antepassados, e que houve ganhos de conforto e bem-estar ao longo da trajetória de vida (BOTTERO, 2012; POLAZ; ALMEIDA, 2018; SALATA; SCALON, 2015).

A comparação social legitima as experiências de vida, sejam elas experiências de pobreza ou de privilégio. Membros de classes inferiores, para se livrar dos estigmas de pobre e de coitado, usam como referência pessoas em situações piores - geralmente aquelas que dependem da ajuda monetária direta do Estado (SHILDRICK, MACDONALD, 2013) ou vivem em lares com a presença de violência, desemprego e uso de drogas (SOUZA, 2009; VICENTE, 2019). De forma semelhante, para se livrar do estigma de privilegiado em sociedades que cada vez mais condenam a riqueza excessiva, a elite e a classe média alta comparam-se com pessoas em posições ainda mais elevadas (STUBER, 2006; KANTOLA; KUUSELA, 2019).

Como a satisfação com a vida depende de avaliações relacionais, ganhos coletivos de renda têm efeitos limitados sobre o bem-estar. Uma das limitações do aumento do PIB para gerar bem-estar é o fato de que, à medida que todos elevam o poder de compra, todos continuam relativamente na mesma posição social. Esse é um dado bem estabelecido na literatura e recebe o nome de Paradoxo de Easterlin (EASTERLIN, 1974). Sentimentos de privação relativa podem surgir quando as referências estão em posições superiores (KATIC; INGRAM, 2018; WU; LI, 2017). Dessa forma, estar em posição superior em termos de renda e status socio-ocupacional

comparativamente aos outros é fonte de satisfação pessoal, mas aumentar a renda quando os outros também aumentam a renda tem efeitos pequenos sobre a satisfação pessoal.

3.2.4. Fronteiras Simbólicas

As fronteiras simbólicas são processos coletivos nos quais grupos sociais compartilham critérios de avaliação. São definidas como “*distinções conceituais feitas pelos atores sociais para categorizar objetos, pessoas, práticas e até mesmo tempo e espaço*” (LAMONT; MOLNÁR, 2002, p.168). Estabelecem pertencimento e exclusão, em categorizações do tipo “nós” e “eles”. São ferramentas pelas quais indivíduos e grupos lutam, impõem e concordam sobre a definição da realidade. Percepções de diferença com o outro grupo e de semelhanças com o próprio grupo constituem as fronteiras simbólicas. Assim, indivíduos de um mesmo gênero, “raça”, classe social, nacionalidade tendem a se perceber como semelhantes, e com características diferentes de indivíduos de outros grupos sociais.

As fronteiras simbólicas interagem com as fronteiras sociais. Fronteiras sociais são formas objetificadas de diferenças sociais manifestas na distribuição e acesso de recursos (materiais e simbólicos) e de oportunidades sociais (LAMONT; MOLNÁR, 2002, p.168-169). As fronteiras simbólicas e sociais são processos básicos de construção de significados e de padrões de interação, sendo observadas através de uma miríade de instituições, localidades e fenômenos sociais, tais como identidade social e coletiva; desigualdades de gênero, “raça” e classe; comunidades, identidades nacionais e fronteiras espaciais; profissões, ciência e conhecimento.

Fronteiras simbólicas, geralmente, não são erigidas a partir de uma única categoria. Gênero, classe e “raça”, por exemplo, interagem para a construção de significados sociais. Percepções sobre discriminação e sobre o comportamento típico do outro, bem como o significado de pertencer a um grupo “racial”, por exemplo, tendem a variar a partir das diferentes combinações de gênero, classe e “raça” (LAMONT et al, 2017).

Lamont (1992) identifica três bases de construção de fronteiras simbólicas em relações de classe: moralidade, maneira e posição econômica. Moralidade, para Lamont, diz respeito a avaliações de caráter. As classes sociais avaliam a sua posição social e o valor pessoal de membros de outras classes a partir de atributos como honestidade, lealdade, diligência, religiosidade, integridade e preocupação com os outros. As maneiras, por sua vez, referem-se a gostos, educação

escolar, domínio da alta cultura e obediência a regras de etiqueta. Finalmente, fronteiras simbólicas a partir da posição econômica consideram o salário e a riqueza, o sucesso profissional e o poder. Todas as classes usam esses três fundamentos para a avaliação e legitimação de sua posição social, mas há diferenças na relevância atribuída a cada fundamento.

As experiências de vida, a justificação e desenhos institucionais, evidentemente, importam para o conteúdo das fronteiras simbólicas, mas não suficientes para compreender todo o conteúdo. O repertório discursivo da sociedade influencia a construção de semelhanças dentro do grupo e de diferenças com os outros grupos (LAMONT, 1992; LAMONT et al, 2017). Por exemplo, critérios econômicos são mais importantes nos Estados Unidos, onde predomina uma visão individualista, do que na França, com uma tradição mais republicana e de valorização da alta cultura (LAMONT, 1992).

Embora as fronteiras simbólicas sejam usadas para a reprodução de desigualdades sociais, uma vez que grupos privilegiados se diferenciam de outros grupos a fim de manter o domínio sobre recursos sociais, elas também proporcionam formas alternativas de reconhecimento que proporcionam resiliência (HALL; LAMONT, 2013; LAMONT, 2018).

3.3. Modelos dominantes de avaliação da boa vida

Como vimos na seção anterior, a avaliação da boa vida depende de processos psicológicos e sociais pelos quais os atores sociais adaptam-se às situações, aspiram a formas de vida, comparam-se com outros atores sociais e criam fronteiras simbólicas. Esses processos estão inseridos em relações de poder que constroem modelos dominantes de boa vida. Grupos dominantes monopolizam os recursos necessários para corresponder a esses modelos. Em adição, em uma sociedade onde os membros interagem entre si, participam da mesma cadeia econômica de produção, têm acesso a um mesmo conjunto de ideias e enfrentam os mesmos desafios (como, por exemplo, frequentar a escola, voltar para casa depois de um dia de trabalho e depender do Estado para assistência na velhice) estão presentes condições para que todos tenham bases valorativas comuns (SENNETT; COBB, 1972; SAYER, 2005; RIDGEWAY, 2014).

O consenso valorativo constitui desigualdades e injustiças sociais. Existe um excesso de bens e práticas disponíveis na sociedade, mas, quando apenas alguns deles são definidos como valorizáveis, a escassez é produzida (ABBOTT, 2014). O consenso em torno dos bens e práticas

valorizados pode produzir emoções positivas naqueles que detêm esses bens e práticas, aspirações de adquiri-los em todos os membros e estigmatização naqueles que não os possuem (SENNETT; COBB, 1972; SAYER, 2005; COLLINS, 2004; SOUZA, 2004). Esta seção objetiva desvelar alguns dos valores dominantes das sociedades modernas atuais.

Ao analisar os valores dominantes da sociedade, esta seção identifica os valores que atravessam o espaço das classes. Os valores das classes de origem dos recém-diplomados em Direito não são antagônicos aos valores das classes médias. Originar-se nas classes populares e aspirar a uma vida de classe média não significa transpor dois espaços valorativos completamente distintos. Permanecer nas classes populares implica não possuir os recursos suficientes para adquirir os bens e as experiências de vida que a grande maioria dos atores sociais valoriza.

Os atores sociais habitam diversos “mundos”, nos quais os critérios de valor variam. Por exemplo, os critérios de avaliação do valor pessoal nas relações familiares não são os mesmos daqueles que os atores vivenciam quando participam de movimentos sociais nem em relações do mercado de trabalho. Boltanski e Thévenot (2006) identificam seis mundos com ordens de valor distintas: mundo inspirado (centralidade da negação em prol dos outros); mundo da fama (estima e respeito); mundo domiciliar (hierarquia, confiança e relações interpessoais); mundo cívico (questões públicas, coletividade); mundo do mercado (individualidade, dinheiro e trocas de mercadorias); mundo industrial (eficiência, rotina e produtividade).

O fato de que atores sociais habitam mundos diferentes não contradiz com os esforços teóricos de identificar bases comuns de atribuição de valor. Em primeiro lugar, processos de estigmatização afetam pertencimentos coletivos. O estilo de vida das classes trabalhadoras urbanas e o estilo de vida rural geralmente são retratados de forma negativa nos meios de comunicação dominantes. As classes trabalhadoras urbanas tipicamente são simbolizadas como compostas por pessoas de menor importância do que as pessoas de classe média, sem autoridade, de baixo conhecimento e com falta de habilidades sociais (JAKOBSSON; STIERNSTEDT, 2018; TYLER, 2015). O estilo de vida rural tipicamente é retratado numa perspectiva de pobreza e sofrimento (MORARJI, 2014). Em segundo lugar, instituições dominantes controlam a distribuição de recursos sociais. O acesso e permanência nessas instituições controlam valores dominantes (SKEGGS, 1997). Por exemplo, a instituição escolar transmite normas e valores a todos que participam dela; o sucesso escolar está associado à obtenção de posições no mercado de trabalho com altos retornos em termos de capital econômico e capital simbólico (BOURDIEU, 2014).

Finalmente, os atores sociais vivenciam experiências comuns que requerem a valorização dos mesmos bens sociais a fim de lidar com as situações. A conciliação de rotinas de trabalho com tarefas domiciliares, o transporte diário e o medo da violência geram valores e práticas amplamente compartilhados.

Uma das formas de sintetizar os valores dominantes das sociedades modernas contemporâneas é pelo *neoliberalismo*. O termo neoliberalismo recebe diferentes conceitualizações, muitas vezes, contraditórias (DUNN, 2017). Expressa um ramo da teoria econômica, uma ideologia política, um paradigma de políticas públicas e um imaginário social (EVANS; SEWELL, 2013). Os valores do neoliberalismo são expressados pelo seu imaginário social:

(o imaginário neoliberal) exalta o empreendedorismo, a independência (self-reliance) e um vigoroso individualismo; equipara a busca do autointeresse e a satisfação do consumidor com liberdade humana; glorifica a riqueza pessoal; percebe o voluntarismo como a maneira apropriada de resolver os problemas sociais; e associa programas governamentais com ineficiência, corrupção e incompetência. O imaginário neoliberal molda objetivos e comportamentos individuais, enquanto simultaneamente faz com que a ideologia política neoliberal e os paradigmas de políticas públicas pareçam naturais (EVANS; SEWELL, 2013, p. 37-38). Tradução livre

De forma mais sintética, Souza (2004) resume os valores da sociedade atual em três bases: qualificação, posição socioeconômica e salário. Nesse sentido, o valor pessoal é atribuído àqueles altamente escolarizados, de alta renda e nas posições sociais mais prestigiadas. O imaginário neoliberal atribui aos indivíduos a responsabilidade pelas suas próprias trajetórias de vida, gerando a pressão para que eles elaborem projetos para a consecução de objetivos relacionados aos três fundamentos (ROSE, 1991; BROCKLING, 2015).

O imaginário neoliberal interage com as categorias de gênero, idade, classe social e “raça”. Francombe-Webb e Silk (2016) mostram que o neoliberalismo favorece uma feminilidade na qual o corpo é um objeto de autoinvestimento, vigilância e monitoramento que deve ser alterado e aprimorado a partir de produtos e técnicas. Adams e Raisborough (2011) afirmam que, na Inglaterra, o termo *chav* representa uma cultura de jovens das classes populares que não corresponde aos valores dominantes: são pessoas com corpos “malcuidados” (gordos ou magros demais, com excesso de tatuagem) e comportamentos inadequados (com problemas de consumo excessivo de álcool, cigarro e hambúrgueres). Esse termo representa de forma pejorativa um grupo social que não torna o corpo uma *commodity* a ser comercializada no mercado de relações amorosas nem toma ações para a autovalorização no mercado de trabalho.

Os valores neoliberais são transmitidos por meio de tecnologias de vigilância, mensuração, avaliação e classificação com a ação de tecnocratas, especialistas, terapeutas, jornalistas, médicos, professores e oficiais em diversos espaços institucionais (ROSE, 1996). No contexto de políticas neoliberais em instituições escolares, descritas em documentos de governo, sucesso tem sido definido como alcançar mobilidade social no mercado de trabalho por meio do diploma do ensino superior. Aspirar aos benefícios de renda e “bom trabalho” é um pressuposto sobre o comportamento dos estudantes, e também uma obrigação moral para que invistam em seu capital humano. Chavões como empreendedorismo, sociedade do conhecimento, produtividade e inovação são recorrentes. Escolarizar-se tem sido enquadrado como remédio para muitos males sociais e, portanto, “democratizar” o ensino é tratado como um dos principais objetivos de governo (SPOHRER; STAHL, BOWERS-BROWN, 2018; SEN, 2019; SIMON, 2006).

Os ideais de boa vida neoliberais estão intrinsecamente associados à identidade, ao estilo de vida e à ocupação das classes médias altas e da classe média. Como consequência, pessoas com menos recursos monetários, desempregados e de “poucas habilidades” não são plenamente reconhecidas. Vivenciam *recognition gaps* (LAMONT, 2018). Definições neoliberais de sucesso e boa vida geram desigualdade, que é resultado de consensos valorativos. Também rotulam parcelas da população de “perdedores” e deficientes em termos de caráter, aspirações, conhecimento e habilidades (SKEGGS; LOVEDAY, 2012). Demandam justificativas sobre os motivos pelos quais a pessoa “falhou” em alcançar os bens valorizáveis (SENNETT; COBB, 1972).

Os dados acima provêm de pesquisas de contextos mais ricos materialmente e de menor desigualdade social. A percepção de uma sociedade com menos oportunidades e de competição mais desigual pelos postos de trabalho valorizáveis é mais forte no caso brasileiro. No campo do Direito, o baixo número de vagas em concursos públicos dos últimos, por exemplo, constrói a percepção de que as oportunidades são escassas. Pesquisas evidenciam que salário, escolaridade e posição socioeconômica são bases de valor centrais na sociedade brasileira (SALATA; SCALON, 2015; SOUZA, 2012), sendo internalizadas pelos membros das classes inferiores (MELSERT; BOCK, 2015). As consequências de não corresponder a essas bases de valor ainda não são claras. Sabemos que as classes populares das periferias das grandes cidades distanciam-se do pobre moralmente inferior - violento, trapaceiro e não religioso- (SOUZA, 2009; VICENTE, 2019), mas ainda não está claro como a classe popular que “falhou” em alcançar a posição de classe média percebe a sua posição social.

Além dos modelos de boa vida neoliberais, três outros valores têm sido fundamentais nas definições contemporâneas de boa vida: conveniência, conforto e higiene (SHOVE, 2003). A sociedade do consumo não é apenas resultado de transformações nos sistemas produtivos, mas também de transformações nas bases de respeitabilidade e de mudanças no desenho de práticas e ritos cotidianos (SMITH, 2002). O consumo contemporâneo é altamente sustentado pelos valores de conveniência, conforto e higiene, e pelas práticas e rotinas configuradas nessas bases. Hábitos como tomar banho diariamente, lavar roupas com frequência, climatizar os espaços, resfriar e congelar alimentos não foram imediatamente adotados com o desenvolvimento tecnológico. Tiveram de lidar com hábitos, valores e percepções enraizados (SHOVE, 2003; TRENTMANN; CARLSSON-HYSLOP, 2018; SPURLING, 2018). Nos dias atuais, frequentemente, aspirações, percepções de mobilidade social e narrativas de melhoria da qualidade de vida baseam-se em critérios de conforto, conveniência e higiene (CASTRO, 2014; SALATA; SCALON, 2015; BOTTERO, 2012).

Em suma, os valores relacionados à posição no mercado de trabalho, escolaridade, salário, conveniência, conforto e higiene têm sido centrais nas sociedades contemporâneas. As definições leigas de boa vida geralmente são formuladas nesses termos. Os requisitos de ingresso nas instituições que dominam a distribuição de recursos materiais e simbólicos enfatizam os valores dominantes. A cultura de instituições amplamente frequentadas transmite esses valores.

Embora a sociedade possua valores dominantes, ela não possui apenas um único regime de valor. É pela existência de múltiplas hierarquias de valor que indivíduos conseguem obter algum nível de respeito sem atender aos requisitos de avaliação das estruturas mais dominantes (LAMONT, 2012). O fato de os atores sociais habitarem mundos diferentes cria heterarquias²⁵, nas quais as ordens de valor de alguns mundos podem ser consideradas mais relevantes do que outras. Religião, relações familiares e projetos políticos podem ser relevantes a ponto de gerar definições alternativas de boa vida. Analisar os esquemas de avaliação dos recém-diplomados em Direito requer considerar como eles incorporam (ou recusam) as bases valorativas dominantes.

3.4. Estilo de vida, modernidade e classe social I: A transição rural-urbano

²⁵ As heterarquias são a pluralidade de regimes de valor presentes em uma sociedade.

As classes médias contemporâneas, em linhas gerais, são caracterizadas pelo exercício de atividades intelectuais, administrativas ou de supervisão. A maioria das ocupações dessa classe requer uma longa permanência no sistema escolar para o ingresso. A rotina de trabalho é, geralmente, caracterizada por um longo tempo em frente ao computador, sentado e, muitas vezes, com interações sociais esporádicas. Em termos de consumo, o estilo de vida é caracterizado pela posse de um conjunto de bens em que uma das funções principais é diminuir a energia despendida em tarefas cotidianas: carro, máquina de lavar roupas, microondas, aspirador de pó, televisão, etc. A maioria dos membros da classe média contemporânea habita em contextos urbanos, tem famílias pequenas, vive por muitos anos e está prevenida de doenças infecciosas e parasitárias (POPKIN, 2009). Esse estilo de vida é marcadamente diferente daquele que por milênios caracterizou a experiência de vida da maioria da população e, ainda hoje, caracteriza, em diversas partes do mundo, as experiências de pessoas das “classes baixas”. Por muito tempo, as sociedades humanas viveram em contextos rurais, dependeram diretamente do trabalho agrícola e conviveram em famílias numerosas. As pessoas morriam por doenças infecciosas e parasitárias que acometiam a todos, inclusive os recém-nascidos e as crianças. As tarefas laborais exigiam um intenso esforço físico. Tipicamente, os homens capinavam a terra, areavam, plantavam e colhiam. As mulheres cozinhavam, lavavam roupas à mão, buscavam água e cuidavam dos irmãos, filhos e netos. Apesar de executar tarefas com maior dispêndio de energia, na média, a população consumia menos calorias do que as classes médias contemporâneas. Durante muito tempo, a massa da população era analfabeta e começava a trabalhar desde tenra idade.

Um aspecto geral dos valores globais é a avaliação de que o estilo de vida das classes médias contemporâneas é mais desejável do que o das sociedades rurais. Essa avaliação tem originado ações com consequências até mesmo para a sustentabilidade do planeta. O estilo de vida rural, muitas vezes, é incluído nas definições de “pobreza” dos acadêmicos e formuladores de políticas públicas. Muitos países em todo o mundo têm o projeto de substituir o estilo de vida rural pelo urbano. Segundo o *mainstream* das ciências sociais e econômicas, a transição de um estilo de vida rural para o urbano é categorizada de “desenvolvimento” e “melhorias no padrão de vida da população”²⁶.

²⁶ Não está se discutindo se objetivamente houve progresso social e se a modernidade é positiva. Claramente, houve ganhos em termos de expectativa de vida, segurança alimentar, autonomia, capacidade de consumo e conhecimento. Houve, entretanto, perdas no que diz respeito à sociabilidade e à qualidade ambiental. O ponto desse capítulo é discutir como os atores sociais avaliam a boa vida.

Esta seção mergulha nos valores das pessoas que vivenciam a transição de um estilo de vida rural para um estilo de vida urbano. A urbanização tem sido um dos principais fenômenos dos últimos séculos e é um dos fundamentos dos projetos de modernização. A classe rural é de tamanho significativo em termos mundiais. Se o Brasil contemporâneo é caracterizado por uma maioria urbana que reside em grandes cidades, em parte, isso se deve a crenças, projetos e normas sociais que guiaram gerações anteriores em busca de uma boa vida em um contexto diferente daquele no qual nasceram. A transição rural-urbano não é algo tão distante das experiências de vida dos entrevistados porque alguns deles são filhos de agricultores e/ou nasceram em pequenas cidades agrícolas. A busca por uma vida diferente da origem social também está presente entre aqueles que lutam pela ascensão social, como o objeto de estudo desta pesquisa. Ao contrastar duas experiências marcadamente diferentes, a distinção urbana e rural desnaturaliza muitos valores contemporâneos, permitindo perceber que esses valores são historicamente recentes e dependentes do contexto. A urbanização é o exemplo mais claro de como os ideais são formulados e de como os valores geram aspirações e guiam ações.

Em diversos países onde a agricultura de subsistência predomina, as populações mais jovens têm avaliado de forma mais positiva o estilo de vida urbano de classe média (p.ex. MORARJI, 2014; MWAURA, 2017; CHEA; HUIJSMAN, 2018; MOTSA, MOROJELE, 2018; MARSHALL, 2016). As justificativas usadas assentam-se nas percepções de que o trabalho agrícola é sinal de atraso, exige muito esforço, oferece remuneração em nível de pobreza e é instável (devido às condições climáticas). Em contraposição, a vida urbana - na percepção dos jovens nesses contextos - oferece mais liberdade para seguir diferentes trajetórias de vida, tem maior *status* social, oferece empregos menos exigentes para o corpo e permite auferir mais renda. As percepções e expectativas sobre a vida urbana nem sempre correspondem à realidade, pois muitos emigrantes rurais enfrentam longas jornadas de trabalho, exercem trabalhos manuais e repetitivos, não conseguem empregos fixos, vivem em casas abarrotadas e não adquirem os bens associados à “vida moderna”. Problemas urbanos também são ponderados nas avaliações, como congestionamento, violência, alto custo de vida e individualismo (PEREIRA, 2016). Apesar das dificuldades vivenciadas, muitos consideram a vida urbana mais desejável do que a vida rural (GULYANI, TALUKDAR, BASSETT, 2018; LI, WANG, SONG, 2018; ROY et al; 2018).

Embora a vida rural seja geralmente estigmatizada pelos mais jovens, os idosos nesses contextos geralmente apresentam percepções diferentes, tendo expectativas de conforto material

consideravelmente menores. Uma casa, instrumentos de trabalho, disponibilidade de água, uma estrada, família e amor são a base das definições de bem-estar (BEAUCHAMP et al, 2018). Levar uma vida frugal – fundamento ideológico central de muitas religiões e filosofias (GAO, 2018) – é um valor para essas pessoas, e contrapõe-se aos valores centrais de conforto, higiene e conveniência das sociedades urbanas de classe média (SHOVE, 2003). O individualismo, o apreço por bens materiais, a repulsa pelo trabalho agrícola e a não manutenção das “tradições” das novas gerações são narrados pelos mais velhos numa perspectiva de declínio moral (MIRZA, 2017; SATYBALDIEVA, 2018; WILLE-WIETSKE, 2016). No entanto, as percepções de mudanças climáticas, as percepções de mudanças das condições socioeconômicas, o desenvolvimento de uma economia monetizada e as consequências dos projetos de crescimento econômico têm criado o valor de que a escolaridade e a migração são importantes para as gerações mais jovens (GYAL, 2019).

O imaginário moderno, em alguns lugares, é interpretado como um modelo de vida distante - sem aplicação à avaliação da própria vida - e tomado como um parâmetro para legitimar a vida atual. A centralidade valorativa para muitos idosos e adultos em sociedades rurais não é a posição socioeconômica, mas sim a religião (MIRZA, 2017; SATYBALDIEVA, 2018; WILLE-WIETSKE, 2016). O estilo de vida da modernidade é avaliado de distintas maneiras a depender das experiências prévias, das expectativas, das normas sociais e das crenças.

Generalizar dados coletados em contextos diversos esconde a riqueza de detalhes de análises mais específicas, além de incorrer no risco de sobregeneralização. A China é um contexto paradigmático e singular para observar os valores da transição rural/urbano. O país mais populoso do mundo tem sido bem-sucedido em transitar rapidamente de uma sociedade rural para uma sociedade urbana de grandes aglomerações populacionais. Acompanhada da rápida urbanização, os migrantes rural-urbano perfazem uma significativa proporção da população chinesa. Eles têm mudado para as cidades tanto pela atratividade do ideal urbano de vida e pela promessa de ganhar dinheiro em pouco tempo quanto pela expropriação e alteração do uso do solo. A migração é temporária ou permanente. Os empregos obtidos mais comuns nas cidades são empregos manuais ou de serviços básicos, com uma relevância particular dos empregos da construção civil. Ao mudar para as cidades, a população migrante não tem acesso aos mesmos benefícios da população urbana estabelecida, pois o acesso aos serviços públicos está atrelado ao sistema de registro domiciliar (*hukou*). Essa limitação à cidadania, no entanto, não tem sido suficiente para limitar o vasto número

de migrantes do país. Degradação do solo, deterioração da qualidade dos rios e uso excessivo de agrotóxicos são problemas que a sociedade chinesa enfrenta. Na zona rural, o tipo mais comum de propriedade é o de pequenos agricultores com posse coletiva da terra.

Pesquisas evidenciam que os migrantes rural/urbano chineses são o estrato da sociedade mais insatisfeito com as suas vidas, apesar de perceberem uma renda significativamente maior do que os moradores da zona rural (KNIGHT; GUNATILAKA, 2010a; KNIGHT; GUNATILAKA, 2010b; CAI; WANG, 2018). Essas diferenças de bem-estar continuam até mesmo no grupo de migrantes com mais de 7,5 anos de permanência nas cidades, grupo que já experimentou um longo tempo de adaptação à vida urbana (KNIGHT; GUNATILAKA, 2010a). Dentre os subtipos de migrantes rural-urbano, os expropriados são aqueles que pior avaliam a experiência na cidade (CHEN et al, 2013).

Esses dados da sociedade chinesa tensionam algumas interpretações das teorias *mainstream* de estratificação social e de desenvolvimento. Os chineses migrantes rural-urbano livraram-se do “penoso” trabalho da agricultura e da “pobreza” da vida rural para trabalhar como pedreiros, taxistas e vendedores ambulantes nas grandes cidades (CHEN et al, 2013). Nessa mudança, na média, elevaram o seu capital econômico. Ascenderam socialmente, segundo as classificações ocupacionais dos pesquisadores da estratificação do mercado de trabalho. Aumentaram as suas capacidades com a elevação da renda, com o acesso a uma maior diversidade de empregos e com a diversificação dos potenciais estilos de vida. Tornaram realidade a aspiração de um grande número de jovens que vivem em contextos rurais de todo o mundo. Apesar de tudo isso, avaliam as suas vidas mais negativamente²⁷.

As explicações para esse aparente paradoxo são que as avaliações de bem-estar dependem do grupo de referência e das aspirações. Quando o grupo de referência passa a ser a população urbana estabelecida, os migrantes sentem privação relativa por não terem a mesma renda, a mesma cidadania e o mesmo reconhecimento social. Ao elevar as aspirações, estilos de vida avaliados anteriormente como adequados passam a ser avaliados como inaceitáveis. Os habitantes da zona rural que permanecem, por sua vez, têm aspirações mais moderadas de renda e de consumo. Como estão bem adaptados às suas experiências de vida - uma vez que o corpo, as

²⁷ Esse não é um dado estabelecido na literatura. Para uma posição contrária, ver SEEBERG; LUO, 2018; YANG, WANG, LIU, 2019. Existe uma série de fatores que influencia nessa relação, o que torna difícil a observação de uma única tendência.

expectativas, as rotinas diárias e os esquemas de percepção condizem com a vida rural -, não se sentem oprimidos e avaliam as suas vidas de modo semelhante à população urbana estabelecida, possuidora de mais capitais e *status* socioeconômico. Quando o estilo de vida rural é perturbado sem a intenção do ator social, como no caso da expropriação, a insatisfação torna-se grande. Quando há alterações no ambiente que empoderam interesses previamente definidos, como no caso da construção de estradas, mudanças são avaliadas como bem-vindas (KNIGHT; GUNATILAKA, 2010a; KNIGHT; GUNATILAKA, 2010b; CAI; WANG, 2018; CHEN et al, 2013; WANG, 2018; WU; LI, 2017; WANG et al, 2017).

Em suma, como as categorias dominantes e as experiências mais básicas que sustentam o estilo de vida da moderna classe média urbana têm atravessado contextos, até mesmo os membros das sociedades rurais têm usado novas categorias para avaliar as experiências típicas de suas sociedades. A força dessas categorias não enfranquece a despeito de experiências negativas. Há setores da sociedade que, no entanto, não as empregam ou as ressignificam, avaliando as suas vidas a partir de outras bases.

Os seres humanos adaptam-se às circunstâncias do meio ambiente. Essa adaptação é incorporada, refletindo-se na autoavaliação de suas vidas e nas suas preferências. Entretanto, os seres humanos também são capazes de imaginar vidas distintas, o que motiva projetos de mudança do padrão de vida. A classificação de estilos de vida como mais adequados e mais desejáveis, transmitida por diversos dispositivos culturais, afeta pessoas que levam vidas diferentes do padrão ideal, influenciando os critérios pelos quais julgam a boa vida. Dessa forma, a diferença entre a vida vivida (ou mais provavelmente vivida, no caso dos mais jovens) e a vida ideal, associada com as mudanças no contexto de origem, gera padrões de ação social.

O imaginário de uma nova vida descrito acima é claramente observado na migração rural-urbano. Os valores da classe média urbana, transmitidos, por exemplo, pela experiência escolar ou pelos meios de comunicação, são internalizados. Crianças e adolescentes, em diversos contextos, demonstram a valorização da vida urbana, apesar de todo o seu entorno levar uma vida rural. No entanto, como mostram os dados sobre a autoavaliação do bem-estar, os migrantes não reportam mais satisfação com a vida do que os moradores rurais, o que evidencia que o ideal urbano não necessariamente é melhor. O conforto, a posição socioeconômica, o individualismo e a escolarização têm ganhado terreno em contextos que tradicionalmente valorizam a frugalidade, a religião, a vida comunitária e o trabalho duro para o corpo.

3.5. Estilo de vida, modernidade e classe social II: Valores nas sociedades urbanas

Esta seção revisa como diversos grupos sociais definem boa vida. Serão analisados os valores da elite, da classe média, das classes populares, dos graduandos e recém-diplomados do ensino superior e de grupos com valores alternativos. Tal amplitude tem dois objetivos: 1) discutir em que medida os valores dominantes estão presentes no mapa mental dos grupos sociais; 2) identificar bases de atribuição de valor distantes dos valores dominantes. Quando a sociedade cria bases avaliativas que são internalizadas por toda a população, existe o risco de gerar escassez, pois o valor atribuído às pessoas é relacional, isto é, para que uns se sejam bem avaliados, outros precisam ser mal avaliados (SENNETT; COBB, 1972; ABBOTT, 2014; LAMONT, 2018). As posições sociais e as experiências de vida mais bem avaliadas têm oferta limitada. Nesse sentido, é relevante compreender como grupos que atendem as bases valorativas dominantes percebem a sua situação, e aqueles mais distantes dos valores dominantes avaliam as suas experiências e adquirem (ou não) bem-estar.

3.5.1. Avaliações morais dos membros da elite

Sherman (2017; 2018) pesquisou as fronteiras simbólicas, as práticas de consumo e a legitimação moral da elite de Nova Iorque. O discurso dominante desse grupo era o de “*ordinariness*”. Para os membros da elite, eles levam uma vida normal, com necessidades “razoáveis”, como qualquer “outra pessoa”. Essa *ordinariedade* é expressa, por exemplo, nas atividades rotineiras de dirigir para o trabalho, educar os filhos, jantar em família, assistir televisão e praticar exercícios físicos. Por mais que a elite reconheça que a “*ordinariedade*” de suas vidas custa muito mais caro do que a do restante da população, ainda assim, não há a autopercepção de ostentação, geralmente atribuída a eles por pessoas com menos recursos. Como as referências são os seus colegas de grupos de lazer, os seus vizinhos e outros pais nas escolas privadas de seus filhos, padrões de consumo definidos pela não elite como excessivos e ostentosos são afirmados pela elite como prudentes. Esse grupo afirma que toma cuidado para que os filhos não desenvolvam valores consumistas nem se engrandeçam devido às suas condições econômicas.

A percepção de consumo ordinário também é evidenciada na pesquisa de Stuber (2006), que comparou as fronteiras simbólicas de estudantes de primeira geração e estudantes ricos de uma universidade de elite dos Estados Unidos. Os estudantes de elite dos Estados Unidos não tomam como referência as experiências dos mais pobres para avaliar o seu padrão de consumo e as suas experiências universitárias. Ao narrar sobre suas vidas, eles comparam-se com colegas mais ricos, para transmitir a mensagem de que não são tão privilegiados porque existem pessoas em posições acima da deles. A presença de colegas mais pobres no ambiente em que convivem é ignorada, não lhes servindo como referência.

Embora a elite global que reside nos Estados Unidos considere o seu consumo como ordinário, os seus membros percebem as suas habilidades como excepcionais. Ho (2009) realizou uma etnografia de Wall Street. Os trabalhadores dessas empresas graduaram-se nas instituições do ensino superior mais prestigiadas, estão envolvidos em negócios multimilionários e recebem um salário altíssimo. As tarefas ocupacionais dos anos iniciais de emprego resumem-se, muitas vezes, em classificar documentos, buscar fontes na internet e revisar apresentações de slides. Embora os trabalhadores de Wall Street admitam que as tarefas não são muito complexas, o rigor exigido para a sua execução, o diploma obtido em universidade de elite e a renda percebida alinham-se à percepção de que são pessoas excepcionais pelas suas habilidades (HO, 2009). Essa excepcionalidade também é expressa nas escolas de elite. Khan (2010) mostra que adolescentes de elite acreditam que eles e seus colegas de escola serão, ou já são!, os melhores estudantes, atletas e artistas, e que estão destinados a mudar o mundo.

A percepção de levar uma vida privilegiada – em contraposição ao senso de ordinariedade - é mais forte entre os membros da elite brasileira do que da estadunidense. Predomina uma visão mais aristocrática no Brasil. Comparações com os mais pobres estão presentes no mapa mental da elite brasileira, e geralmente as referências são as empregadas domésticas, as babás, os jardineiros, os motoristas e outros prestadores de serviços. Os mais pobres são percebidos como simples, sofredores, coitados, pouco educados e perigosos (POLAZ; ALMEIDA, 2018). Os membros da elite admitem que tratamentos desrespeitosos ocorrem nas interações com as classes populares, e esforçam-se (sem muito sucesso) para que seus filhos os tratem de forma igualitária. Diferenciações dentro da elite ocorrem entre aqueles que se enriqueceram por meios lícitos e ilícitos, entre aqueles que trabalham duro e aqueles pouco empenhados em trabalhar, e entre herdeiros e empreendedores. Sentimentos de orgulho estão

presentes, e há a narrativa de “melhoria” de vida ao longo da trajetória (POLAZ; ALMEIDA, 2018).

As pesquisas sobre as percepções da elite ainda estão em fase de maturação. Essa situação é particularmente mais acentuada no Brasil, onde foram publicadas poucas pesquisas sobre o tema e as publicações existentes preocupam-se mais em compreender os valores políticos ou os gostos. No entanto, pode-se especular que as diferenças entre Brasil e Estados Unidos das avaliações da elite dependem do padrão de interação de classes do país onde residem. Discursos meritocráticos são mais fracos no Brasil, onde as elites admitem os seus privilégios. Discursos meritocráticos são usados no Brasil para justificar os ganhos em comparação às pessoas de posição social próximas, mas não em relação à população geral. A sociedade brasileira é caracterizada pela existência de um número elevado de prestadores de serviços básicos com contato espacialmente próximo das experiências de vida da elite. A percepção de que o Brasil ainda é um país com pobreza contrapõe-se à percepção de um país rico, como ocorre nos Estados Unidos. Nesse sentido, o fato de a elite brasileira provavelmente estar acostumada às suas rotinas, o que geraria o senso de ordinaryness, é contrabalançado pela percepção de uma proporção numerosa da população com experiências qualitativamente distintas e inferiores²⁸.

3.5.2. Avaliações morais das classes médias e das classes populares

A comparação entre os valores morais das classes médias e das classes populares é um tópico de interesse da sociologia mundial. Pesquisas evidenciam que membros de diferentes classes (e de suas subfrações) adotam critérios distintos para avaliar o valor atribuído às pessoas (p.ex. SATYBALDIEVA, 2018; LIANG, 2018; JARNESS, 2017; STUBER, 2007). Essas diferenças interagem com o país (LAMONT, 1992), gênero (SKEGGS, 1997), “raça” (LAMONT et al, 2016) e idade/geração (STUBER, 2006). Segundo Lamont (1992), as definições de valor pessoal são baseadas em três fundamentos: moral (no sentido de avaliação do caráter), cultural e econômico. Ao comparar a classe média dos Estados Unidos e da França, a pesquisadora argumenta que a classe média apresenta duas cisões principais. Por um lado, é caracterizada por um grupo majoritariamente em ocupações artísticas e intelectuais e no setor público que valoriza as maneiras

²⁸ Outros dados observados nos Estados Unidos ou em outros países poderiam ser comparados ao contexto brasileiro, mas não foram encontradas pesquisas que possibilitassem essa tarefa.

de comportar-se, expressar-se e pensar. As pessoas de valor para esse segmento da classe média são aquelas com um profícuo conhecimento de temas diversos, com excelentes habilidades de expressão oral e escrita e com determinados gostos artísticos e culturais. Um segundo grupo é a classe média em ocupações voltadas ao lucro, mais orientada a valores materiais, enfatizando a renda e os bens de consumo. O modelo do carro, o tamanho e a localização da casa, as roupas e outros itens são usados como referências para avaliar a própria situação e a dos outros. Ao comparar os dois países, Lamont (1992) mostra que os discursos dominantes de cada sociedade e o desenho institucional influenciam as avaliações das classes médias. A principal diferença entre os países refere-se à maior ênfase dos estadunidenses em valorizar a posição econômica e os bens materiais, enquanto os franceses valorizam mais aspectos culturais e as maneiras.

Em pesquisa posterior, Lamont (2000) pesquisou a moralidade da classe trabalhadora. Diferentemente da elite e das classes médias, a classe trabalhadora não corresponde às definições dominantes de valor pessoal. No entanto, a fim de preservar uma autoidentidade positiva, os seus membros elaboram outras bases de avaliação. Os homens de meia-idade das classes trabalhadoras dos Estados Unidos da década de 1990 priorizavam um self disciplinado, com valores ancorados no caráter. O ganho de dinheiro a partir do trabalho pesado, a desvalorização do consumo conspicuo e a valorização das relações familiares compunham um self em contraposição aos membros das classes médias, percebidos por eles como deficientes de atributos morais. Além dos membros das classes médias, esses homens distanciam-se das pessoas de outras “raças” e dos imigrantes.

Embora Lamont não tenha sido o(a) primeiro(a) pesquisador(a) a comparar as diferenças de valores segundo as classes sociais, sua abordagem teórica motivou uma geração de pesquisadores interessados em compreender essas diferenças. Satybaldieva (2018) e Hashemi (2018), ao analisar dois diferentes países predominantemente muçulmanos (Quirquístão e Irã), mostram que a obediência a preceitos religiosos constitui uma importante base de atribuição de valor pessoal para determinados grupos. Liang (2018), ao investigar a interação entre moças que vivem de forma precária em Xangai, evidencia que o diploma universitário é um critério adotado para que as jovens com ensino superior mantenham sua autoestima, e denigram a imagem das moças sem ensino superior com quem compartilham o mesmo espaço. Stuber (2006), ao pesquisar as percepções de estudantes de baixa renda em uma universidade privada de elite nos Estados Unidos, mostra que os jovens das classes populares percebem seus pares mais ricos como tendo

preocupações supérfluas. Na visão deles, o outro grupo preocupa-se apenas com roupas, produtos de consumo e festas. O caráter das classes populares - baseado na autossuficiência, na desconcentração e na ética do trabalho - é percebido como melhor do que o caráter das classes mais altas. Muitos afirmam que não gostariam de fazer parte do outro grupo e avaliam positivamente não terem nascidos em famílias ricas (STUBER, 2006).

No Brasil, Souza (2012) afirma que os brasileiros em posições intermediárias (aos quais ele se refere pelo termo “batalhadores”) orientam-se para o futuro, valorizam as relações familiares, o trabalho duro e a religião. Essa classe esforça-se para “melhorar” as suas condições de trabalho, de moradia, de alimentação e de escolarização dos filhos. Salata e Scalon (2015) demonstram que os brasileiros das classes populares usam as suas experiências passadas para afirmar a melhoria nas condições de vida em termos intergeracionais e ao longo da vida. Compra de automóvel, viagens de avião e acesso à internet são alguns dos bens recentemente acessados que as classes populares usam como referência para afirmar a melhoria de vida. É importante salientar que as duas pesquisas apresentadas foram conduzidas antes da crise econômica, política e moral que tem acometido o Brasil. Possivelmente, os brasileiros que começaram e continuaram a ter acesso a determinados bens materiais já se adaptaram ao novo padrão de vida e acreditam ser trivial a posse deles. Percepções sobre a possibilidade de ascensão social também devem ter alterado-se durante esse período. Não foram encontradas pesquisas qualitativas brasileiras mais recentes que abordam os valores de boa vida, segundo a classe social.

Em resumo, os atores sociais usam uma miríade de referências para avaliar a sua posição social e a sua relação com outros grupos sociais. O caráter, as maneiras, a religião, os bens materiais e o diploma universitário são parâmetros pelos quais as classes avaliam e legitimam as suas experiências de vida. Experiências ao longo da vida, experiências de vida dos pais e avós e comparações em termos de classe, gênero, “raça” e nacionalidade configuram referências de agrupamentos sociais que guiam os atores sociais nas suas avaliações. A existência de referências para a avaliação das experiências de vida é universal. Existem diferenças sobre qual religião, quais maneiras e quais bens materiais são valorizáveis, mas o uso dessas bases para contrapor ou criar bases dominantes está presente em todas as sociedades.

3.5.3. Os valores dos graduandos e recém-diplomados das classes populares

Os graduandos e recém-diplomados das classes populares compõem um grupo teoricamente relevante para compreender a relação entre valores de boa vida e classe social. São jovens que ainda não transformaram constrangimentos objetivos em preferências. Suas narrativas não se baseiam em justificar e legitimar a sua posição social, mas em elaborar projetos de vida. Estão no processo de aquisição de credenciais que conferem a oportunidade de ingresso na classe média. Embora construam fronteiras simbólicas com os membros das classes médias e elites, a possibilidade de inserção nas posições das classes superiores torna mais permeável as fronteiras, pois também imaginam-se atravessando-as.

Pesquisas mostram que a vontade de ascender socialmente é um valor dominante nesse grupo. Ascender socialmente é compreendido no sentido de obter uma profissão estável, exercer tarefas ocupacionais agradáveis e viver com conforto material. Muitos jovens das classes populares opõem-se a somente trabalhar por dinheiro, apesar de aspirarem a remunerações bastante superiores às de seus pais. Querem ser figuras relevantes para a sociedade como um todo ou para a comunidade de onde vieram. Valorizam o acesso ao conhecimento e a dedicação (CASTRO, 2014; MONGIM, 2016; OLIVEIRA; BOCK, 2016; CASALI, MATTOS, 2015).

A dedicação é especialmente central para esse grupo. Muitos enfrentam sacrifícios para a conclusão do ensino superior, tais como a conciliação de jornadas de trabalho com aulas da graduação, pouco dinheiro para consumo discricionário, longas horas de deslocamento da casa para o trabalho e do trabalho para a faculdade e dívida com o financiamento estudantil. Sob essas condições, muitos orientam-se para o futuro, com a percepção de que seus esforços serão recompensados, pois estão abrindo mão de bem-estar presente para garantir bem-estar futuro (MONGIM, 2016).

Quando se comparam com seus pais e pares que não alcançaram o ensino superior, sentem-se em posições superiores. Afirmam que frequentar o ensino superior é fonte de autoestima, refletindo um avanço intergeracional. Querem evitar as ocupações de seus pais, avaliadas como desagradáveis (NEVES; FARO; SCHIMIDT, 2016).

Pesquisas com os recém-diplomados evidenciam ansiedade com o futuro, dificuldade de ingresso nas ocupações desejadas e emoções negativas devido a fracassos em capitalizar a credencial do ensino superior (LIMA, 2010). Porém, para muitos recém-diplomados, a transição do ensino superior para o trabalho não configura um ponto de inflexão nas trajetórias de vida, pois o trabalho já estava presente em suas vidas desde a graduação. Também estão presentes as

percepções de que o trabalho depois da graduação é melhor do que aquele antes da graduação e de que a melhoria na situação ocupacional decorre da participação no ensino superior (CASALI; MATTOS, 2015).

Como atribuir sentido a esses valores e percepções? A interpretação dominante na literatura brasileira argumenta que a expansão universitária *democratiza* uma experiência intrinsecamente positiva. Confere a *oportunidade* de acessar ocupações socialmente desejáveis exclusivas a quem tem ensino superior completo. Nessa perspectiva, os novos diplomados obtêm *reconhecimento* pelo acesso ao ensino superior. As críticas sociais dirigem-se, principalmente, ao desenho institucional do ensino superior brasileiro, sendo particularmente alvo as IES com fins lucrativos.

A interpretação dominante é excessivamente individualista por falhar em ligar esses valores e percepções a processos amplos da sociedade global (ou brasileira), dos quais muitos resultam de formas de dominação. Cada vez mais, o ensino superior tem deixado de ser um privilégio de classes sociais dominantes, para se tornar o padrão de respeitabilidade para todas as classes. Não frequentar o ensino superior tem sido enquadrado na *cultura do déficit* (SKEGGS; LOVEDAY, 2012) que as classes superiores atribuem às classes populares. Nesse caso, não alcançar esse nível de ensino tem passado a ser percebido como fracasso e falha de caráter - mensagem fortemente transmitida pela instituição escolar (LOVEDAY, 2015). Aspirar altas ocupações tem tornado-se a norma social (GOYETTE, 2008) e saída individual de situações julgadas negativas (SPOHRER; STAHL, BOWERS-BROWN, 2018). Como as aspirações de indivíduos das classes populares têm pouco poder de alterar estruturas econômicas e sociais, há o risco de gerar fortes insatisfações com a própria vida.

Embora o discurso acadêmico mais crítico tenha se originado em países ricos, ele pode ser aplicado com restrições ao caso brasileiro. A desigualdade entre o mercado de trabalho dos graduados e o restante do mercado de trabalho motiva o ingresso no ensino superior, pois os recursos obtidos pelo mercado não graduado são consideravelmente inferiores ao mercado dos graduados, e essa diferença está entre as maiores do mundo. O discurso de democratizar o ensino e conferir a oportunidade de ingresso profissional faz sentido nessas condições. No entanto, o discurso de autoestima dos graduandos e graduados das classes populares (que está associada a um senso de superioridade em comparação aos membros das classes populares não alcançam o ensino

superior) indica que a cultura do déficit e o ensino superior como norma social são processos em formação na sociedade brasileira.

3.5.4. Modelos alternativos de boa vida

Aspirar altas ocupações não é resultado intrínseco das estruturas sociais ou da natureza humana. Em primeiro lugar, boa parte das ocupações de alto status são historicamente recentes e causam estresse mental (HO, 2009; POWELL, 2013). O estresse mental pode ser tão prejudicial para o bem-estar individual quanto o estresse corporal, típico das ocupações de baixo status. Em segundo lugar, conforme mostra Willis (1991), aspirar altas ocupações estava ausente nos projetos de certos grupos de jovens da classe trabalhadora de décadas passadas. Ideais de masculinidade, valorização do trabalho manual e presenteísmo hedonista motivavam formas alternativas de conduzir a própria vida. No Brasil contemporâneo, jovens em conflito com a lei incorporam valores presenteístas, valorizam emoções extremas e usam ideais de masculinidade ancorados na força, potência e poder como critérios de valor pessoal. Os “*playboys*”, pessoas que carregam os traços culturais das classes médias altas, compõem um grupo altamente rejeitado, alvo de suas ações violentas. Assim como outros grupos, os jovens em conflito com a lei também valorizam o consumo, com a diferença de que o consumo conspícuo (e não somente o consumo conformista a normas sociais ou para fins de conforto) é valorizado (LYRA, 2013).

Apesar de as sociedades modernas criarem desafios diários comuns, apesar de as classes sociais interagirem uma com as outras de modo a elaborar categorias e valores consensuais, apesar de todos estarem sujeitos aos mesmos dispositivos de governamentalidade, ainda assim há espaço para a formação de valores e práticas alternativos. Existem bases gerais de respeito que independem do contexto (como o desempenho, a autonomia e a reciprocidade). Contudo, os meios para alcançar o respeito variam de acordo com o contexto e o grupo social (SENNETT, 2004).

Chaves et al (2018) investigaram a vida diária de pessoas motivadas por valores ambientalmente sustentáveis que vivem em comunidades ecológicas na Colômbia. São pessoas que negaram o estilo de vida urbano de classe média para mudar para um espaço rural, onde acreditam que causarão menos impacto negativo ao meio ambiente, levarão uma vida comunitária e enfrentarão menos estresse mental. Como nasceram e foram criados em outro contexto, adaptar-se à vida rural é desafiador. O trabalho rural é considerado extenuante, pois não desenvolveram as

habilidades, o conhecimento, os esquemas de percepção e os músculos necessários para executar as tarefas agrícolas. Estão mais acostumados ao trabalho sedentário da vida urbana. A baixa remuneração dificulta o acesso a bens “essenciais”, como eletricidade, internet e pratos culinários. Como mantêm o valor à educação, oferecer uma escolarização adequada aos filhos é um desafio.

O mesmo confronto entre *habitus* e moralidade é observado na pesquisa de Barnard (2016) com um grupo de ambientalistas radicais de Nova Iorque que se mantêm a partir do desperdício material. Para os iniciantes desse grupo, ingerir alimentos até então definidos como “podres” requer adaptação do corpo e da mente, desafiando os seus esquemas de higiene. A vida em barracas ou em prédios ocupados conflitua com noções de conforto e higiene. Não conseguir oferecer uma educação adequada para os filhos, devido à abnegação do trabalho capitalista, provoca sentimentos de perda.

As pesquisas de Chaves et al (2018) e Barnard (2016) evidenciam que ideais morais motivam ações e geram novas bases de valor pessoal. Entretanto, a incorporação de um *habitus* inadequado a um contexto julgado moralmente superior exige sacrifícios a fim de manter os ideais. Para aqueles que incorporaram os valores de conforto, higiene, conveniência e escolarização (e que estão acostumados com rotinas sedentárias), mudanças no estilo de vida causam perdas. Portanto, valores não são somente um resultado direto do *habitus* nem refletem necessariamente a estrutura dominante da sociedade, porém agir de acordo com os valores não dominantes exige esforço consciente.

Os dados coletados sobre os valores dos grupos sociais analisados mostram que os valores dominantes de conforto, posição socioeconômica, individualismo e escolarização, apesar de serem amplamente incorporados, apresentam várias nuances. Alguns grupos, como a classe média em ocupações voltadas ao lucro, valorizam mais a posição socioeconômica e o consumo/conforto do que, por exemplo, a classe média em posições artísticas e intelectuais, a qual enfatiza a cultura escolar. Grupos sociais com menos capacidades de corresponder aos valores dominantes procuram formas de obtenção de bem-estar e reconhecimento em outras bases, tais como a religião, o caráter e o cuidado. Quando os ideais contradizem com a cultura dominante, o

habitus internalizado dificulta a consecução de projetos morais, como foi observado pelos membros de culturas alternativas.

Os jovens graduandos ou recém-diplomados das classes populares reproduzem os valores dominantes. A conclusão de alguns autores da área é de que os valores dos graduandos e recém-diplomados das classes populares são os mesmos dos de seus pares de classe média e da elite, mas não os resultados (NIELSEN, 2015; SILVA, 2016). A longa socialização no sistema escolar, a obtenção de credenciais que possibilitam concorrer vagas de alto status social, os esquemas compartilhados de classificação ocupacional, os capitais (social, econômico, simbólico e cultural) associados às posições ocupacionais e os desafios cotidianos comuns de uma sociedade moderna agem no sentido de aproximar os valores de todos aqueles que passam pela experiência universitária.

3.6. Notas sobre bom emprego e renda

Dado que os valores centrais da sociedade giram em torno de renda e posição socioeconômica, é relevante discutir os aspectos mais gerais da qualidade do trabalho e dos efeitos da renda sobre o bem-estar. Dois trabalhadores que realizam o mesmo trabalho ou auferem a mesma renda podem ter avaliações bastante diferentes sobre a sua situação. Entretanto, existe uma série de critérios comuns pelos quais os trabalhadores nas mais diversas áreas e contextos sociais avaliam um bom emprego. Esses critérios dizem respeito às características das tarefas, aos aspectos extrínsecos e aos aspectos sociais (HOROWITZ, 2016).

Tarefas que exigem alto esforço físico, cognitivo ou emocional causam estresse. Esforço contínuo sobre o mesmo músculo, realização de várias tarefas em um curto espaço de tempo, repetitividade, longas horas de trabalho, elevada supervisão, baixa discricionariedade e risco de acidentes são características de tarefas que interferem negativamente na qualidade de vida (HSIAO, BARAK, 2014; GOUVEA; RIOS; DUTRA, 2016). Embora as características negativas das tarefas estejam mais presentes em ocupações de baixo status social, elas também estão presentes em ocupações da classe média. O trabalho em bancos de investimento, escritórios de advocacia (POWELL, 2013) e empresas de consultoria localizados em Wall Street, apesar dos altíssimos salários, tem algumas características de precariedade: longas horas de trabalho, assédio moral, instabilidade, rotina rígida, pouca autonomia em estabelecer as tarefas e trabalho sob pressão

temporal. As tarefas de bancário apresentam semelhanças com o emprego de caixas de supermercado, do ponto de vista da postura corporal e da diversidade, quantidade e frequência de tarefas (SOUZA; FILHO, 2017). Na China, trabalhadores das grandes empresas de tecnologia têm se mobilizado para combater a carga horária “996” (das nove da manhã às nove da noite, seis dias por semana) (YANG, 2019).

Os aspectos extrínsecos ao trabalho dizem respeito aos recursos obtidos pelo emprego para uma boa vida. São recursos que possibilitam adquirir bens materiais, ter controle sobre a própria vida no longo prazo, lidar com eventos inesperados e ser respeitado pela comunidade. Dizem respeito à renda, estabilidade, prestígio social e benefícios (cobertura previdenciária, auxílio desemprego, plano de saúde, licença maternidade, etc.). Estão mais fortemente associadas às ocupações de classe média, pois muitas definições dos analistas consideram esses critérios como centrais.

Finalmente, os aspectos sociais referem-se à relevância percebida do trabalho para o bem-estar coletivo, ao papel do trabalho em constituir uma identidade positiva, aos aspectos éticos das atividades e às interações com os colegas, chefes e clientes. Essas características conferem um propósito. Cria a percepção de que a pessoa é necessária. Os trabalhadores geralmente valorizam ter um impacto “positivo” sobre a sociedade (VILAS BOAS et al, 2018).

Esses critérios de avaliação do trabalho são (quase) universais. Os atores sociais consideram os seus recursos e oportunidades para avaliar as suas vidas e imaginar vidas possíveis. Eles observam, dentro do seu horizonte de possibilidades, as ocupações que atendem aos critérios mais gerais de bom emprego. Peou (2016) mostra que, para jovens migrantes rural-urbano de baixa escolaridade criados em meios rurais, exemplos de boas ocupações são consertador de produtos eletrônicos, mecânico, taxista, dono de pequeno comércio e alfaiate. Essas ocupações são percebidas como autônomas, de tarefas agradáveis, horários regulares e de baixa pressão temporal. O emprego nas fábricas de costura, típico para o grupo estudado, é negativamente avaliado porque é repetitivo, rotineiro e com controle rigoroso de horários e atividades (PEOU, 2016).

O trabalho tem externalidades para outras dimensões da vida. Em outras palavras, a experiência de trabalho interage com outras dimensões. Se as relações interpessoais andam mal, há incentivos para dedicar-se mais ao trabalho ou, inversamente, se as experiências no trabalho são negativas, há incentivos para valorizar outras dimensões (SIRGY, 2018). Alguns empregos, por exemplo, exigem grandes esforços para conciliar com a maternidade e imputam uma penalidade às

mães em termos de ascensão na carreira. Pessoas com trabalhos rotineiros e repetitivos geralmente valorizam outras dimensões da vida (SENNETT; COBB, 1972) ou fazem planos de recolocação profissional (BRADLEY; DEVADASON, 2018).

A renda facilita o acesso a bens e serviços de alta qualidade, porém existem muitos processos intervenientes na relação entre renda e qualidade de vida. As pessoas adaptam-se a um novo estilo de vida, o que reduz, no longo prazo, o bem-estar advindo de ganhos de renda. Sentimentos de privação relativa podem acontecer se as comparações sociais forem com pessoas com mais renda, ou se as aspirações materiais forem superiores à renda auferida. Dificuldades financeiras podem ser experimentadas por pessoas de alta renda se dívidas forem contraídas. As normas de consumo dos grupos mais ricos e o aumento de necessidades reduzem a auto percepção de riqueza (SIRGY, 2018).

Renda constitui uma forma de capital. Permite realizar investimentos para alcançar as posições sociais mais elevadas. Também permite controlar ativos econômicos, como propriedade e bens de produção. No entanto, em termos de boa vida, a adequação econômica percebida, ou seja, a percepção de que a renda supre as necessidades é mais importante do que a renda em si. Pessoas de renda mais baixa, na média, têm percepções de adequação econômica menores do que pessoas de alta renda, mas há uma grande variabilidade nessa relação. Percepções de adequação econômica são comuns por pessoas de renda mais baixa (SIRGY, 2018).

Quando se comparam países, observa-se que a partir de um certo nível (em torno de 12 mil dólares per capita), a correlação entre renda e bem-estar torna-se plana, ou seja, ganhos de bem-estar não acontecem a partir desse nível. Porém, existe uma associação linear positiva entre renda e bem-estar quando se analisa cada país individualmente. A explicação para esse dado é de que as comparações sociais ocorrem a nível de cada país. Ter alta renda num país promove ganhos de prestígio a nível local, mas quando todos os habitantes experimentam aumentos de renda, a relação entre renda e bem-estar é atenuada.

Renda e trabalho impactam a boa vida, mas há outras dimensões relevantes: relacionamentos interpessoais, saúde, qualidade do meio ambiente, reconhecimento, autonomia, propósito de vida e segurança. O fato de as classes mais baixas estarem em desvantagens nos quesitos de renda e trabalho não tem como efeitos excluí-las totalmente de experiências de vida positivas. A sociedade oferece formas de resiliência.

3.7. Conclusão

Classe social afeta a capacidade dos atores sociais de levar uma vida digna, reconhecida e significativa. Os valores centrais das sociedades modernas enaltecem o pertencimento às classes superiores. Escolaridade, renda, ocupações de alto *status* e prestígio social são bens escassos intimamente associados à posição social. Especialmente num contexto desigual e em que parcelas significativas da população são percebidas como pobres pelos mais ricos, como no Brasil, sentimentos de orgulho estão presentes nas posições mais elevadas. Apesar disso, a adaptação ao estilo de vida, a comparação social e a presença de ocupações de classe média mentalmente estressantes são fatores que aproximam a sensação de bem-estar entre pessoas de diferentes classes sociais.

O pertencimento às classes populares é negativamente simbolizado pelas instituições sociais e pelos meios de comunicação. Estilos de vida rurais estão associados ao atraso e pobreza. Classes populares urbanas estão associadas à violência e ao déficit no que diz respeito ao caráter, aspirações e gostos. Essas categorizações geram esquemas de classificação compartilhados por todos os atores. Sendo assim, observa-se o desejo de ascensão social de muitos membros das classes populares, fundamentado pela percepção de que o estilo de vida das classes dominantes é melhor. Crianças, adolescentes e jovens de sociedades rurais têm idealizado a experiência de vida em contextos urbanos, realizando planos de mudança para as cidades. Jovens das classes populares que alcançam o ensino superior expressam a vontade de melhorar de vida, alcançando emprego e renda típicos das classes médias altas.

Ao reduzir as bases sociais de respeito a um estilo de vida acessível a poucos, a sociedade tem criado o risco de gerar insatisfação a uma parcela significativa da população e de rotular como fracassada toda uma classe social. Entretanto, as classes populares adotam modelos alternativos de boa vida. Algumas frações enfatizam o pertencimento religioso, as relações familiares e o caráter, obtendo reconhecimento social em outras bases. Estabelecem fronteiras simbólicas com as classes altas, de modo a legitimar os atributos das classes populares e enfatizar os aspectos negativos das classes altas.

A percepção de que os membros das classes populares avançaram em termos de renda e trabalho, em comparação com os seus pais e ao longo da trajetória de vida, oferece uma referência positiva sobre a vida das classes populares, mesmo quando adotam as referências dominantes de

boa vida. Ao afirmar que têm acesso a bens materiais que seus pais não tiveram acesso, ou que a pessoa não tinha em tempos passados, mantêm um senso de bem-estar, mesmo adotando os esquemas dominantes.

Comparação social com referências próximas possibilita a satisfação pessoal nos termos das bases valorativas dominantes. Nesse sentido, as experiências de membros de classe muito superiores ou muito inferiores são ignoradas. Os atores concentram-se nas experiências de suas imediações.

Os recém-diplomados em Direito das classes populares obtiveram sucesso pelo critério de escolaridade, mas lidam com a desvalorização das ocupações jurídicas mais acessíveis. Adotam várias referências para a avaliação de seu padrão de vida, tais como a experiência de vida de seus pais, a experiência de seus pares de classe média e as posições mais altas do campo do Direito. Os próximos capítulos analisarão as definições de boa vida desse grupo. As mudanças no mercado de trabalho jurídico decorrentes do aumento do número de bacharéis em Direito é o contexto no qual esse grupo altamente escolarizado, que teve uma credencial que seus pais não tiveram, avaliam as suas experiências.

Até agora, a tese revisou as teorias mais gerais sobre expansão universitária e valores em relações de classe. Os próximos capítulos reduzirão o foco do estudo, concentrando-se nos efeitos da expansão universitária no campo do Direito e como os novos atores do campo avaliam as suas experiências de vida. Os conceitos e os processos básicos apresentados neste capítulo e no anterior serão empregados para a análise do problema de pesquisa. Antes disso, serão abordados os procedimentos metodológicos do trabalho de campo.

4 Pesquisando a expansão universitária e os valores dos recém-diplomados no campo do Direito

4.1. Introdução

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos do trabalho de campo.

Os objetivos gerais da pesquisa são 1) Analisar os efeitos da expansão universitária sobre o mercado de trabalho em Direito; e 2) Compreender as avaliações dos recém-diplomados das classes populares sobre as suas experiências de vida. Esses dois objetivos estão intimamente relacionados, pois é imprescindível identificar as características e transformações do mercado de trabalho para entender o que os entrevistados estão avaliando. A análise do mercado de trabalho possibilita compreender os *cursos de ação* dos bacharéis em Direito, enquanto a análise dos valores permite entender quais são os cursos de ação desejáveis, o porquê de serem desejados e como os recém-diplomados percebem as experiências de vida das pessoas com a mesma origem social e em posições sociais acima. Abaixo, elencam-se os motivos pelo recorte da pesquisa.

Desde o início do trabalho de campo, o objetivo era compreender as avaliações das experiências no mercado de trabalho de recém-diplomados das classes populares. Na minha trajetória de pesquisador das relações de classe, iniciada já durante a graduação, incomodava, em certa medida, a falta de discussão de algumas vertentes da literatura de estratificação social sobre por que mobilidade social é tão importante e por que deveríamos nos preocupar com a inserção de pessoas em postos de trabalho de classe média. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação já indicava a minha preocupação em entender os aspectos morais/valorativos/avaliativos das relações de classe. Estudei a relação entre o currículo do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais e as aspirações profissionais dos calouros. Os dados daquela pesquisa já mostravam que alcançar posições elevadas no mercado de trabalho, apesar de estar presente nas aspirações dos calouros, não era central para eles. Eles desejavam, principalmente, ter um papel social relevante e lutar contra o que eles consideram injusto. Portanto, o interesse em compreender os aspectos avaliativos de classe social é algo presente desde o início de minha trajetória como pesquisador.

A análise do mercado de trabalho foi esboçada no anteprojeto e no projeto de pesquisa desta tese na seção de “contexto” da pesquisa. Ao longo do doutorado, o que era o “contexto”

tornou-se um problema de pesquisa. A centralidade da análise do mercado de trabalho surgiu pelo trabalho de campo, com as tentativas de atribuir sentido aos dados coletados sobre as avaliações das experiências de vida. Como as entrevistas demonstravam que a abertura de postos de trabalho era mais flexível do que supunha, e não foi antecipado o alto nível relativo de precariedade de algumas ocupações jurídicas, algumas hipóteses iniciais demonstraram estar equivocadas, pressionando-me a buscar mais informações sobre o mercado de trabalho, a fim de resolver o quebra-cabeça que estava montando. Com a centralidade da análise do mercado de trabalho, esta pesquisa aparenta resolver dois problemas distintos, mas isso é somente na aparência. Como ficará claro nos próximos capítulos, condições objetivas do mercado de trabalho de Direito e valores/avaliações estão intimamente relacionados.

A escolha pelo campo do Direito surgiu a partir da necessidade de delimitar a pesquisa. Analisar todo o mercado de trabalho dos graduados foi um recorte descartado logo no início, pois o mercado de trabalho dos graduados é diverso e complexo demais para ser abordado amplamente. Não tenho formação em Direito, nem venho de uma família de bacharéis em Direito. Não tive praticamente qualquer contato com estudantes de Direito durante a minha graduação ou mestrado. Não foi, portanto, devido às minhas experiências de vida que o curso de Direito foi selecionado. Esse curso foi selecionado por ser aquele com o maior número de matrículas (BRASIL, INEP, 2018), ser diversificado em termos de origem social dos graduados (SIMONSEN; GONZALES, 2014) e controlar o acesso a ocupações de elite e intermediárias do mercado de trabalho.

A cidade de Porto Alegre foi selecionada pela conveniência. Foi a cidade onde residi na maior parte do doutorado. A posição de Porto Alegre no mercado nacional é intermediária. Escritórios corporativos com ligações internacionais estão menos presentes do que em São Paulo ou Rio de Janeiro. Por outro lado, diferentemente de cidades pequenas, está presente uma quantidade significativa de escritórios médios e grandes que atendem tanto clientes pessoa física quanto clientes pessoa jurídica.

Este capítulo procede com a descrição dos métodos empregados na pesquisa. A principal fonte de dados foram entrevistas semiestruturadas com recém-diplomados nos cursos de Direito de Porto Alegre-RS. A fim de obter uma perspectiva mais ampla sobre as transformações do mercado de trabalho do Direito com a expansão universitária, também foram realizadas observações participantes, coletados dados do perfil dos sócios e associados dos principais escritórios que atendem clientes empresariais e dos estudantes concluintes, e analisadas as

regulamentações do campo do Direito. Ao longo do texto, abordo a minha experiência com os participantes, as limitações e vantagens do recorte empírico e as características do sítio da pesquisa.

4.2. Entrevistas semiestruturadas

Foram entrevistados trinta e três bacharéis em Direito recém-formados, residentes na capital e região metropolitana de Porto Alegre-RS. As entrevistas foram conduzidas no local de preferência de escolha do entrevistado: campus universitário, cafeterias, residência dos entrevistados, residência do pesquisador, Skype. O tempo de duração das entrevistas variou de setenta minutos a quase três horas, sendo a média de uma hora e quarenta.

As entrevistas foram semiestruturadas. Ocorreram entre setembro de 2017 e março de 2018. O pesquisador tinha uma lista de questões e tópicos a serem abordados ao longo da entrevista, mas, a fim de manter o fluxo natural da conversa, a folha com as questões e tópicos somente era consultada no final da entrevista, para averiguar se algum ponto importante tinha sido esquecido. Com o andamento das entrevistas e das análises, as questões tiveram algumas pequenas alterações. Em geral, as entrevistas começavam com a narrativa da transição entre ensino médio e ensino superior. Em seguida, o entrevistado narrava as experiências da graduação, com especial ênfase nas experiências de estágio. Depois, a entrevista concentrava-se nas experiências de emprego. Na parte final, o pesquisador perguntava sobre as experiências dos pais e irmãos e sobre como a pessoa percebe a vida dos colegas de classe média. O entrevistador também perguntava aos entrevistados sobre aspirações de renda e de trabalho. Pedia-lhes para definir sucesso e boa vida. Indagava-lhes sobre os seus *hobbies* e sobre a participação em organizações (religiosas, políticas, esportivas, etc). Pedia-lhes para que contassem as experiências de vida que gostaria de evitar, ou que busca alcançar.

Avaliar as próprias experiências de vida foi algo comum nas narrativas. Esses dados iriam surgir mesmo se o objetivo da pesquisa fosse outro. Ao ouvir a narrativa sobre um estágio ou um emprego, com frequência, não era necessário formular um *probe* para que o entrevistado avaliasse as suas experiências. Os entrevistados sempre misturavam o relato de eventos e rotinas com avaliações. Por exemplo, ao ser questionada sobre o primeiro estágio, Margarida inclui a narrativa do segundo estágio e as avaliações dela.

Entrevistador: Qual foi o teu primeiro estágio?

Margarida: O primeiro estágio foi no arquivo judicial do Tribunal de Justiça. (...) Depois, no segundo estágio, foi num escritório de direito bancário. Era sobre contratos bancários. Eu percebi que eu realmente não gostava de contratos e não gostava de escritórios.

Inicialmente, entrevistei pessoas que moraram comigo e já tinham se formado em Direito. Como residi numa casa de estudantes no mestrado e na maior parte do doutorado, tive a oportunidade de ter compartilhado a residência com graduandos de Direito. Solicitei para que esses conhecidos indicassem colegas das classes populares. De especial importância, foi o trabalho de um graduando não entrevistado para esta pesquisa que me passou o nome e o contato de vinte e seis diplomados em Direito, dos quais, sete foram entrevistados diretamente e, pelos contatos desses sete, outros nove foram entrevistados.

Os entrevistados, de maneira geral, demonstraram ser bastante receptivos com o pesquisador e com os propósitos da pesquisa. Gerar proximidade com os entrevistados foi facilitado pela opinião deles de que este trabalho é relevante. Muitos afirmaram que o meu tema de pesquisa é de extrema importância; que as experiências dos recém-diplomados em Direito precisam ser vocalizadas, e que o mercado de trabalho em Direito precisa ser investigado. Alguns deles disseram que aceitaram o convite da pesquisa pelo sentimento de dever contribuir para um trabalho desta natureza. A maioria espera que trabalhos acadêmicos como este sejam publicados e estão dispostos a ajudar. No final do doutorado, compartilhei alguns dados da pesquisa em grupos de Facebook de diplomados e graduandos em Direito. A julgar pelo alto número de curtidas e comentários de minhas publicações, essa percepção não é exclusiva dos participantes da pesquisa.

Dezesseis entrevistados (48,5%) atuam na área do Direito, cinco em outras áreas (15,2%) e doze (36,4%) estão ou desempregados, ou em segunda graduação, ou preparando-se para concursos ou em cursos de pós-graduação. Dois entrevistados recebem mais de R\$ 10 mil mensais, quatro recebem entre R\$ 2,5 e 5 mil, quinze recebem entre R\$ 1,5 e 2,5 mil e doze não têm renda fixa. A amostra foi composta por 20 (60,6%) pessoas do sexo masculino e 13 (39,4%) do sexo feminino. As idades variaram de 24 a 45 anos, sendo a idade média 27,9 anos. Quatro entrevistados (12,1%) foram classificados como não brancos pelo pesquisador, proporção próxima à proporção de concluintes não brancos do curso de Direito da cidade onde foram coletados os dados (16,0%), segundo os microdados do ENADE (INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXERA, 2015). O tempo médio de formação foi de 3,4 semestres. Dezesete entrevistados foram contemplados com bolsa de estudos (Programa Universidade para todos – PROUNI – ou bolsa da própria instituição), quatro financiaram os estudos pelo FIES ou

crédito educativo privado, quatro estudaram em universidades públicas e oito bancaram a universidade com os próprios recursos. Vinte e um entrevistados formaram-se em universidades confessionais; cinco, em instituições de ensino superior com fins lucrativos; quatro, em uma universidade pública federal; e dois, em uma universidade comunitária.

Dados nacionais de pesquisa do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) de egressos do curso de Direito de todas as classes sociais com até dois anos de formação mostram que 56,3% deles trabalham na área de formação, 11,3% estão ocupados em outras áreas e 23,4% estão desempregados, preparando para concursos, em um curso de segunda graduação ou na pós-graduação. De acordo com essa pesquisa, 56,3% dos inseridos no mercado de trabalho recebem até 3 mil reais mensais²⁹ (SEMESP, 2017; TRIBUNA, 2017).

A tabela abaixo compara os dados da amostra com os dados do questionário demográfico dos participantes do ENADE 2015 dos cursos de Direito de Porto Alegre-RS. A tabela tem três colunas: a primeira refere-se aos dados da amostra desta pesquisa; a segunda aos dados de todos os estudantes que prestaram o ENADE de 2015 do curso de Direito de Porto Alegre; e a terceira aos estudantes que prestaram o ENADE de 2015 do curso de Direito de Porto Alegre cujo pai e mãe não possuem ensino superior completo. O ENADE 2015 é um bom indicador da população da amostra, pois o tempo médio de formação dos entrevistados é de 3,4 semestres no final de 2017. Portanto, muitos deles estavam prestes a concluir o ensino superior em 2015, estando aptos a prestar ENADE 2015.

²⁹ Apesar de os dados da Semesp serem de uma pesquisa de mercado encomendada por um órgão representante de instituições de ensino superior, eu citei-os no artigo por serem os únicos dados encontrados sobre o grupo pesquisado.

Tabela 2: Comparação entre os dados demográficos da amostra da pesquisa e do ENADE 2015, curso de Direito, Porto Alegre-RS.

	Amostra (n=33)	ENADE 2015 (n=2060)	ENADE 2015 (II) (n=929)³
Sexo			
<i>Masculino</i>	60,6	45,9	46,1
<i>Feminino</i>	39,4	54,1	53,9
Cor ou raça¹			
<i>Branco</i>	87,1	88,0	84,17
<i>Não Branco</i>	12,9	12,0	15,83
IES			
<i>PUCRS</i>	60,6	52,7	51,0
<i>UniRitter</i>	3,0	14,0	15,2
<i>UFRGS</i>	12,12	8,1	4,2
<i>Outras</i>	24,2	25,2	29,6
Custeio do curso²			
<i>Bolsa (PROUNI e outras)</i>	51,51	26,56	43,1
<i>Financiamento (FIES e outros)</i>	12,12	14,6	15,4
<i>IES Pública</i>	12,12	8,1	4,2
<i>Pagamento próprio</i>	24,24	48,8	35,7

Fonte: INEP – Microdados ENADE 2015

Dados próprios

1. Os dados da pesquisa foram coletados por heterodeclaração e os do ENADE 2015, por autodeclaração.
2. O total da coluna não é igual a 100 pelo fato de o ENADE incluir as categorias PROUNI parcial + FIES e PROUNI parcial, que não foram observadas na pesquisa. Essas duas categorias do ENADE, em conjunto, perfazem 1,5% do total.
3. Restringe os dados aos participantes do ENADE 2015 do curso de Direito em Porto Alegre cujos pai e mãe não possuem ensino superior completo.

A amostra da pesquisa, em comparação com os dados demográficos do ENADE, tem um sobre-representação de homens. Como foram feitos mais convites para homens (devido ao fato de que tenho mais amigos homens e eles indicaram mais homens do que mulheres) e o número de convites recusados por mulheres foi maior, foi difícil igualar a amostra à população. Em termos de cor ou “raça”, existe uma correspondência entre a amostra da pesquisa e os dados do ENADE. A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tiveram uma sobre-representação, enquanto o Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) teve uma sub-representação. Os meus contatos iniciais, em sua grande maioria,

tiveram passagem pela PUCRS. A pessoa que me passou a lista de 26 contatos é aluno da PUCRS. O fato de que apenas 4,2% dos estudantes e recém-bacharéis em Direito das classes populares estudam na UFRGS foi uma informação de que tive conhecimento somente depois da coleta dos dados e, particularmente, esperava que essa proporção fosse maior. Também existe uma sobre-representação de beneficiários do PROUNI e uma sub-representação de estudantes que efetuaram pagamento, o que certamente está associado à sobre-representação de alunos da PUCRS. Como a mensalidade da PUCRS está entre as mais caras de Porto Alegre-RS, o ingresso de jovens das classes populares nessa instituição ocorre via PROUNI ou FIES, principalmente.

As amostras das pesquisas qualitativas não necessariamente precisam representar os aspectos demográficos da população, mas, sim, serem capazes de captar a diversidade e as nuances das experiências sociais. As experiências de prounistas, dos cotistas, dos estudantes de instituições com fins lucrativos e dos trabalhadores estudantes foram captadas pela amostra, apesar de, em termos quantitativos, as proporções não serem exatamente iguais ao da população.

O desenho da amostra tentou representar as diversas experiências no ensino superior dos recém-diplomados em Direito das classes populares. Evitou-se selecionar um programa governamental ou uma universidade específicos. Muitos pesquisadores da área delimitam a amostra aos cotistas ou prounistas, ignorando outras vias de acesso ao ensino superior, como o financiamento e o pagamento mensal do boleto. Como mostra a tabela 2, se o procedimento típico fosse adotado, a amostra teria excluído uma parcela considerável de bacharéis em Direito com origem nas classes populares.

Entrevistar recém-diplomados tem vantagens e limitações para compreender as consequências do ensino superior sobre o mercado de trabalho. Os recém-diplomados sentem mais fortemente os impactos de desvalorização salarial, sobrequalificação e diversificação das ocupações. Esses impactos tendem a se reduzir à medida que ganham experiência, embora permaneçam no longo prazo em maior medida do que aconteceu com as coortes anteriores. Os recém-diplomados também enfrentam (e continuarão a enfrentar) um mercado mais competitivo. São mais afetados pela situação atual do país, especialmente a restrição à abertura de novas vagas no setor público. A maioria ainda não vivenciou momentos impactantes para as experiências no mercado de trabalho, como o cuidado de crianças e casamento.

O fato de, em média, os entrevistados terem concluído a graduação há menos de dois anos não significa que têm somente dois anos de experiência no mercado de trabalho. A idade é

um indicador mais adequado do que o tempo de formação no ensino superior para captar o tempo de experiência no mercado de trabalho. Para os propósitos da pesquisa, as experiências em empregos antes e durante a graduação e os estágios são tão relevantes quanto os empregos depois da graduação, pois as avaliações são, em parte, resultado do conjunto de experiências vivenciadas em todos esses momentos.

Com relação ao mercado de trabalho, o objetivo da pesquisa não é analisar se os recém-diplomados alcançaram mobilidade social. A maioria ainda não tem experiências laborais consolidadas e, conforme mostram as observações dos dias de concurso público, experiências de trabalho consolidadas não são muito comuns entre bacharéis em Direito, pois muitos deles disputam vagas no setor público, mesmo depois de vários anos de formado. O objetivo é mapear os *cursos de ação* dos recém-diplomados em Direito. Nesse sentido, o interesse é compreender quais oportunidades de trabalho e quais barreiras estão presentes no mercado de trabalho. Mapear os cursos de ação requer analisar a estrutura do mercado de trabalho, isto é, as posições disponíveis, os recursos auferidos de acordo com a posição social, as exigências de ingresso ocupacional, a flexibilidade de geração de vagas, dentre outros aspectos. Ao mapear os cursos de ação, interessa-me captar as avaliações sobre os possíveis cursos de ação. Sendo assim, o recorte nos recém-diplomados não é uma limitação da pesquisa.

O recorte desta pesquisa concentra-se em um ponto específico da trajetória laboral, com suas particularidades. É preciso considerar que todos os momentos da carreira também têm suas particularidades. As experiências profissionais variam com a idade e com o tempo de formação no ensino superior. Sempre há especificidades de acordo com a idade e o tempo de formação. Experiências de perda e troca de emprego, de promoção na carreira e de adaptação às mudanças na estrutura do mercado de trabalho estão presentes em toda trajetória laboral.

4.2.1. Classe Social e Seleção dos participantes

Classe social foi definido a partir de três critérios: ocupação, escolaridade dos pais e renda. A literatura internacional da área de estratificação social ainda não chegou a um consenso mínimo a respeito da operacionalização do conceito de classe social em pesquisas qualitativas (BOTTERO, 2012). Lidar com a ambivalência na classificação dos entrevistados é um problema recorrente entre pesquisadores da área, pois existem pelo menos dez critérios diferentes para

operacionalizar conceitos mais abstratos como capital cultural, capital simbólico e capital econômico. São eles: 1) Dinheiro, renda e desigualdades financeiras, 2) Qualificação educacional, 3) Estilo de vida, 4) Tipo de emprego, 5) Poder/Influência sobre classes inferiores, 6) Moradia, 7) Posse dos meios de produção, 8) Aspirações, 9) Prestígio social, 10) Expressão de sentimentos de superioridade e inferioridade (PAYNE; GREW, 2005, p. 901). Outro fator de ambiguidade refere-se ao fato de que a posição de classe muda ao longo da vida.

As experiências de vida de Alzira ilustram as ambivalências na classificação de classe social. No momento da entrevista, Alzira tinha 34 anos, tendo terminado o curso de Direito quatro anos antes da entrevista. O pai de Alzira tem ensino superior completo. É servidor público. Recebe uma remuneração que o coloca no grupo dos 5% mais ricos da sociedade brasileira. A mãe de Alzira tinha ensino superior incompleto na data da entrevista e tem remuneração em torno da mediana brasileira. Os pais de Alzira se separaram quando ela era adolescente e estudava em uma das escolas privadas mais caras de Porto Alegre. Depois dos 18 anos, Alzira deixou de receber auxílio financeiro do pai. Passou a enfrentar dificuldades financeiras, pois sua mãe era dona de casa durante o tempo de casada, tinha fundamental incompleto naquela época e enfrentava dificuldades no mercado de trabalho. Alzira teve uma experiência universitária típica dos grupos mais desfavorecidos: trabalhava oito horas por dia como vendedora numa loja de roupas, estudava à noite, cursava poucas disciplinas por falta de dinheiro e alimentava-se mal devido à rotina exaustiva. Enfrentava um forte preconceito por ser negra.

A trajetória de Alzira evidencia algumas ambivalências. Até a separação dos pais, ela teve uma clara experiência de classe média: pelo menos um dos pais tem ensino superior, vivia num domicílio de alta renda e estudava em uma escola privada de elite. Com a separação, a renda familiar reduziu, mas pode-se argumentar que os gostos, costumes e conhecimentos das classes médias permaneceu. Em outras palavras, o capital econômico foi drasticamente reduzido, mas o capital cultural manteve-se constante. Como o capital cultural adquirido na universidade é importante para o destino profissional, Alzira passou a ter algumas desvantagens porque não estudou nas melhores universidades da região nem teve o tempo necessário para obter conhecimentos durante a graduação. Devido à sua “raça”, tinha pouco reconhecimento como membro da classe média e, por isso, o volume do seu capital social nunca foi muito alto.

Para lidar com essas ambivalências, que não estão somente presentes na história de Alzira, dois procedimentos foram adotados. O primeiro refere-se ao convite aos entrevistados.

Priorizou-se convidar bacharéis em Direito em que nenhum dos pais tem ensino superior completo. Esse procedimento por si só não se revelou ser suficiente, pois permanecem diferenças significativas. Uma classificação mais pormenorizada foi realizada para lidar com essas diferenças. Seis categorias foram criadas a partir da posição ocupacional, renda e escolaridade.

- Classe média tradicional (Cinco entrevistados): Pais com ensino superior completo, ocupação profissional e renda relativamente alta. Casos observados: Servidor público com ensino superior, dentista, advogado, engenheiro, diretor de associação política.
- Entre classe média e classe intermediária (Quatro entrevistados). Definição: Uma ou duas das características para definir classe média está presente. Situação dos entrevistados: em dois (2) casos, o pai não tem ensino superior e trabalha no setor público recebendo alto salário; em um (1) caso, o pai não tem ensino superior, atua em ocupação profissional e tem salário relativamente alto; em um (1) caso, o pai faleceu quando o entrevistado era recém-nascido, mãe trabalha em ocupação precária e não tem ensino superior e os avós de ambos os lados têm ensino superior completo e contribuíram para a educação do entrevistado.
- Classe intermediária (sete entrevistados). Definição: Pais com renda e escolaridade acima da mediana brasileira e que trabalham no setor de serviços. Casos observados: Servidor público de baixo escalão, militar de baixa patente, microempresários, professora de primário, taxista.
- Classe operária (sete entrevistados). Definição: pais são trabalhadores formais em ocupações manuais e renda acima da mediana. Casos observados: Metalúrgico (4); Eletricista (1); mestre de obras (1); motorista de grande empresa (1).
- Classe urbana precária (sete entrevistados): Definição: pais são trabalhadores informais, recebem baixa renda e poucos escolarizados. Casos observados: Empregada doméstica, merendeira, vigilante, vendedor informal autônomo, vendedor em loja, serviços gerais em empresas, caixa de supermercado, vigia, revendedora de cosméticos, trabalhador autônomo.
- Classe rural (três casos). Pais são agricultores.

Como podemos perceber, existe uma variação significativa nas condições econômicas e culturais do grupo de “pais sem ensino superior”. Num extremo, os pais, sem ensino superior, conseguiram alcançar salários e benefícios típicos de classe média. No outro extremo, os pais vivem em situações precárias, com baixa renda e sem benefícios sociais.

Aparentemente, existe uma associação entre ser beneficiário dos programas governamentais e o pertencimento de classe. Dentre os dez entrevistados classificados como classe urbana precária ou classe rural, sete deles foram contemplados pelos PROUNI, dois deles receberam bolsa institucional e um pagou o curso com dinheiro próprio. Do total de 14 entrevistados das classes operária ou intermediária, dez foram contemplados pelo PROUNI. Nenhum dos nove entrevistados categorizados como classe média tradicional e entre classe média e classe média intermediária foi contemplado pelo PROUNI. Em parte, o não recebimento da bolsa do PROUNI pelo último grupo se deve a regras institucionais. Alzira, por exemplo, foi categorizada “entre classe média e classe intermediária”. Como estudou em escola privada, não conseguia se candidatar às vagas do PROUNI, apesar de, conforme mostrado, enfrentar uma situação que não a difere das classes mais precárias. Teófilo, também categorizado como “entre classe média e classe intermediária”, estudou em uma escola privada de baixa qualidade. Como não podia se candidatar ao PROUNI, e sua família não tinha condições financeiras de matriculá-lo nas IES mais caras de Porto Alegre, terminou se matriculando em uma faculdade com fins lucrativos de qualidade questionável. Situação parecida também está presente na classe média tradicional. O pai de Januário é advogado e sua mãe é professora. A renda familiar, conforme relata, não o coloca entre os mais pobres, mas também não são ricos. Matriculou-se numa IES com fins lucrativos de baixa qualidade por não ser pobre o bastante para ser beneficiário do PROUNI, mas também não ser rico o suficiente para estudar nas IES privadas mais prestigiadas. Esses entrevistados teriam a opção de contratar o FIES para matricular-se em IES mais prestigiadas, mas não o fizeram.

Entrevistar a classe média tradicional não constava no desenho inicial da pesquisa. Foi uma decisão tomada ao longo do trabalho de campo. A primeira entrevista com um membro dessa classe ocorreu porque uma pessoa se voluntariou a participar da pesquisa. Essa entrevista abriu novos questionamentos, mostrando, principalmente, que o aumento do número de bacharéis em Direito afeta todos os entrantes no mercado de trabalho, independentemente da classe social de origem. Mais entrevistas foram conduzidas a fim de explorar esse dado.

É importante afirmar que são os indivíduos mais privilegiados das classes populares que acessam o ensino superior (PICANÇO, 2015). Porto Alegre está localizada numa das regiões mais desenvolvidas do Brasil em termos de renda e escolaridade. Em comparação com os jovens das classes populares de uma pequena cidade de Minas Gerais da minha pesquisa de mestrado (PEREIRA, 2016), na média, os entrevistados da tese levam uma vida com mais recursos, com pais com renda individual acima de um salário mínimo (que era a moda da pesquisa de mestrado), em empregos formais e mais escolarizados.

4.3. Dados Suplementares

As entrevistas foram complementadas por outras fontes de dados. A análise do mercado de trabalho teria limitações se realizada somente via entrevistas com recém-diplomados. Em primeiro lugar, as características dos empregados dos escritórios estariam ausentes. Para sanar essa deficiência, foram coletados dados sobre o perfil dos sócios e associados dos escritórios de clientes empresariais. Como os escritórios, de maneira geral, no site da internet, informam o nome, os títulos acadêmicos, a universidade e o ano de formação e mostram a foto dos sócios, é possível inferir o perfil de empregado desejado pelos escritórios. Outro dado suplementar foram as observações em dias de concursos públicos. Ingressar no setor público foi um dado saliente nas entrevistas semiestruturadas. Também foram acompanhados certames nos dias de prova, a fim de compreender o perfil, as expectativas, as estratégias e as barreiras para o ingresso em carreiras públicas. Além disso, as normas e regulamentações da profissão do Direito foram usadas como dados suplementares, pois o campo do Direito é altamente regrado. Por fim, os microdados do ENADE foram coletados para discutir potenciais vieses da amostra. Em conjunto, os dados suplementares preenchem as lacunas das entrevistas, enriquecendo a compreensão sobre a dinâmica do mercado de trabalho e sobre os valores dos recém-diplomados em Direito. Esses dados foram coletados antes, durante e depois das entrevistas. As observações participantes iniciaram antes das entrevistas e encerraram depois delas. A análise documental iniciou durante a fase de entrevistas. Os dados do ENADE e do perfil dos sócios e associados foram coletados depois de encerradas as entrevistas.

4.3.1. Perfil dos sócios e associados dos escritórios de clientes empresariais

Os dados dos escritórios de clientes empresariais serão analisados para compreender as desigualdades de acesso segundo gênero, tempo de formação e universidade de formação, e os critérios de contratação. Esses dados serão analisados enquanto representativos da população, bem como nos aspectos estratégicos que revelam processos de tomada de decisão dos empregadores. A identificação dos escritórios foi obtida no sítio eletrônico do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA). O CESA é uma associação nacional que agrega os escritórios de clientes empresariais de todo o Brasil. Os escritórios associados a essa associação variam desde aqueles com presença em várias cidades, com mais de cem advogados e que lidam com temas de repercussão nacional, como fusão de grandes empresas, pré-sal e consultoria a empresas que desejam se instalar no Brasil, até escritórios médios, contencioso de massa e boutiques. No total, foram coletados dados de vinte e um escritórios e de 336 advogados. As informações foram extraídas da página da internet do escritório. As informações extraídas estão sujeitas ao que os escritórios desejam revelar, pois a página da internet é veículo de publicidade onde os escritórios buscam convencer os potenciais clientes de sua capacidade de executar tarefas. Por exemplo, alguns escritórios oferecem uma longa descrição do currículo dos sócios ou do fundador, mas, quando se trata das informações dos associados, revela somente o nome. Em oposição, outros escritórios oferecem o nome, universidade de formação, domínio de línguas estrangeiras e experiência internacional dos sócios e associados. Essas diferenças da informação apresentada, certamente, devem-se às estratégias de mostrar aos potenciais clientes as qualidades do escritório e de esconder as suas deficiências.

Os dados dos escritórios indicam o comportamento dos empregadores. Ao selecionarem o nível de formação acadêmica, a universidade de formação, o domínio de línguas estrangeiras e as experiências internacionais como informações a serem divulgadas, os escritórios mostram o que é considerado relevante no momento da contratação. Valorizar o currículo do sócio ou do fundador e revelar poucas informações dos associados sugere que o escritório atribui pouco valor à titulação dos associados, focando em outros aspectos para a contratação, que podem ser habilidades comportamentais, afinidade com os donos do escritório ou disposição para aceitar termos contratuais de baixo salário e poucos benefícios.

Há alguns dados que foram informados pela maioria dos escritórios: gênero, tempo de formação e universidade de formação. Algumas informações dos escritórios são duvidosas. Há

escritórios que revelam que o advogado aprendeu inglês frequentando dois anos de curso de línguas. Como alguém que há anos tem se dedicado ao aprendizado de línguas estrangeiras, acredito que frequentar cursos de línguas por dois anos não é suficiente para atingir proficiência em uma segunda língua. Não é possível saber se a fluência em línguas estrangeiras reportada realmente indica que os advogados dominam línguas estrangeiras.

4.3.2. Observação participante

Observações participantes foram realizadas em dias de prova da OAB, concursos públicos, grupos de estudo de alunos de graduação e feira de oportunidade. O objetivo foi observar, ouvir e entrevistar os atores do campo do Direito em acontecimentos relevantes para o ingresso laboral. Foram observadas as provas da OAB da primeira e segunda fases entre setembro de 2017 e agosto de 2018 na cidade de Porto Alegre. Foram acompanhados concursos públicos de alta remuneração do campo do Direito (concurso da magistratura e defensoria pública), concursos para vários cargos (conursos do Tribunal de Justiça) e concursos de áreas afins (concurso das polícias civis e militar).

Nos dias de concurso, tomei notas sobre o perfil etário aparente dos concursandos. Observei o número de pessoas carregando malas (para indicar se vieram de outras cidades). Conversei com os concursandos sobre os motivos para tentar o concurso, sobre as percepções das carreiras jurídicas, os concursos já tentados, a inserção no mercado de trabalho e os recursos para preparação para as provas. Essas conversas não foram gravadas. Os concurreiros entrevistados foram selecionados pela conveniência, tais como pessoas que se sentaram próximas de mim, que já estavam conversando com pessoas desconhecidas ou que iniciaram conversas comigo.

Nos dias de prova da OAB, observei as conversas sobre as questões. Conversei com os examinandos sobre as expectativas profissionais, sobre as percepções gerais da prova, as estratégias de aprovação e o número de tentativas.

Acompanhei a feira de carreiras realizada na PUCRS no ano 2018. De relevância especial, foi uma bate-papo com sócios de grandes bancas de Porto Alegre sobre o ingresso nos escritórios privados de Porto Alegre. No ano de 2016, participei por um semestre de um grupo de estudos com estudantes de Direito da UFRGS sobre Filosofia e Literatura para entender as preocupações e as visões de mundo da parcela dos estudantes com quem tive contato.

4.3.3. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

Os microdados do ENADE 2015 foram coletados no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e processados pelo programa de análise estatística SPSS versão 25. A análise restringiu-se aos concluintes dos cursos de Direito da cidade de Porto Alegre. O total de observações foi 2060. Conforme mostra Carvalhaes e Ribeiro (2019), a comparação entre os dados do ENADE e do Censo da Educação Superior não revela qualquer tipo de viés. Dessa forma, o ENADE é confiável e representativo da população de concluintes do ensino superior brasileiro.

O ENADE de 2015 foi escolhido, primeiramente, pelo fato de o curso de Direito ter sido avaliado naquele ano e, além disso, por coincidir com o ano de formação dos entrevistados, pois a maioria concluiu a graduação nos anos de 2015 e 2016. Os objetivos de coletar os dados do ENADE foram analisar o perfil socioeconômico dos concluintes em Direito e discutir potenciais vieses da amostra das entrevistas semiestruturadas.

Os dados do ENADE mostram as características básicas dos concluintes em Direito de Porto Alegre: a maioria se formou pela PUCRS, são do sexo feminino e brancos. Esse dado opõe-se à percepção de que a maioria dos diplomados é formada em IES com fins lucrativos. Uma maioria de diplomados formada em IES com fins lucrativos pode ser realidade em outras capitais ou no Brasil como um todo, mas não em Porto Alegre.

4.3.4. Análise documental

Por fim, informei-me sobre as regras do campo do Direito por meio da leitura do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94) e de provimentos, resoluções e portarias da OAB. Normas sobre publicidade, recebimento de honorários, inscrição na OAB, processo disciplinar, constituição de sociedade de advogados e contratação de advogados estão dispostas nesses documentos.

Os tópicos explorados na análise documental resultaram das informações coletadas nas entrevistas. Os entrevistados narravam as suas experiências com as normas do campo, explorando as barreiras e oportunidades à prática profissional, as estratégias para lidar com as normas e

reclamavam da prática profissional de outros bacharéis em Direito. Essas narrativas ofereceram o quadro a ser explorado na análise documental. A análise documental foi, portanto, pensada inicialmente para esclarecer informações que surgiram nas entrevistas.

Particularmente, a análise documental concentrou-se em compreender a situação dos advogados associados. Num campo altamente regulado e deliberadamente interessado em valorizar a prática advocatícia, por que formas precárias de contratação e remuneração são permitidas? Essa questão suscitou entender não somente as normas escritas, mas também as omissões e o jogo de poder por trás dessas normas. Por outro lado, impôs um risco à análise, pois podem existir regras fora do meu conhecimento, uma vez que não foram lidas todas as 263 leis e normas da OAB, mas somente as regulamentações específicas que tratam de temas de maior interesse, tais como publicidade, contratação de advogados e constituição de sociedade de advogados³⁰. Por exemplo, normas e regulamentos sobre a condução de processos e sobre as prerrogativas de advogados em fóruns de justiça foram ignorados.

A leitura das normas foi complementada pelas notícias que as apresentam no site da OAB, por artigos e blogs de especialistas ou experientes no assunto. Essa estratégia foi usada para entender mais claramente as normas e para captar as opiniões dos atores no campo sobre elas. As entrevistas coletaram dados das percepções dos recém-diplomados sobre as regras do campo, mas a fim de observar outras opiniões, a leitura das fontes supracitadas foi necessária.

4.4. Ética em pesquisa

Ações foram tomadas para tornar os entrevistados cientes dos objetivos da pesquisa e preservar o anonimato. Na mensagem de convite para a entrevista, foram deixados claros os objetivos da pesquisa e as informações pessoais do pesquisador. Uma súmula dos temas a serem abordados na entrevista foi enviada na mensagem. Antes de iniciada a entrevista, o pesquisador informou pessoalmente ao entrevistado como os dados seriam analisados e apresentados na tese ou em eventuais artigos de pesquisa. Também foi informado que o nome seria anônimo e quaisquer informações pessoais de fácil identificação seriam omitidas. Foi pedido para que a entrevista fosse

³⁰ Especificamente, as normas sobre advogado associado estão dispostas no Provimento nº 169, de 2 de dezembro de 2015. As normas sobre as sociedades unipessoais de advocacia estão dispostas no Provimento nº 170, de 24 de fevereiro de 2016. As normas sobre publicidade constam no Código de Ética e Disciplina e no Provimento 94/2000. De maneira mais abrangente, esses temas também constam no Regulamento Geral da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94).

gravada e informado que o gravador poderia ser desligado no momento desejado pelo entrevistado. No final da entrevista, na maioria das vezes, foi perguntado ao entrevistado se gostaria de receber os trabalhos decorrentes da pesquisa. As pessoas que responderam afirmativamente tiveram os nomes listados e já receberam as publicações disponíveis.

Nas observações participantes, sempre informei que sou um pesquisador interessado em compreender o mercado de trabalho em Direito, e disse que estava presente no local a fim de coletar dados para a pesquisa.

Com essas medidas, os entrevistados tomaram precauções para omitir informações que não gostariam que fossem reveladas. Muitos preferiram não informar o nome do escritório para o qual trabalham nem os nomes de juízes, promotores, defensores públicos e outros profissionais com quem atuaram em estágios. A omissão dessas informações foi positiva, do meu ponto de vista, pois deixei claro aos entrevistados como os dados seriam apresentados e eles mesmos tomaram precauções. Nome de escritórios e quaisquer nomes pessoais foram omitidos ao longo do texto.

4.5. Análise de Dados

Os dados qualitativos foram analisados manualmente e com o auxílio do software QDA Miner Lite. Todas as entrevistas foram transcritas verbatim pelo próprio pesquisador no dia seguinte à entrevista. Tal rapidez para a transcrição de dados justifica-se pelo fato de que se pretendia estar familiarizado ao máximo com os dados já coletados à medida que se avançava nas entrevistas. Juntamente com a transcrição, era redigida uma análise inicial com os dados coletados. A análise inicial continha os pontos a serem explorados nas entrevistas seguintes, as revisões das hipóteses de pesquisa e a descrição dos padrões observados até então. À medida que as entrevistas progrediam, análises documentais e observações participantes aconteciam para complementar os dados das entrevistas. Depois de concluídas as entrevistas, procedeu-se à codificação manual dos dados. As transcrições foram cuidadosamente lidas para a coleta das informações de cada um dos tópicos centrais da pesquisa. No final dessa fase, foi escrito um documento com os principais achados da pesquisa. Finalmente, foi realizada a codificação das entrevistas pelo software QDA Miner Lite. A codificação procedeu no modelo de “árvore”, em que, por exemplo, o código “expectativas” foi ramificado em códigos mais específicos: “concurso público”, “oposição ao concurso público”, “abrir escritório”, “advogado empregado”, “carreira acadêmica” e “outros”.

Como concurso público foi a categoria mais observada, outros subcódigos foram criados: “altas carreiras” e “não altas carreiras”. Foi feita uma leitura extensiva da literatura acadêmica em todas as fases da pesquisa. Com o avanço das análises e das leituras, a análise dos dados empíricos tornou-se crescentemente influenciada pelas teorias e dados de pesquisas correlatas. A análise final é resultado de aplicações conceituais, observação de padrões e identificação de dados surpreendentes à luz do conhecimento já produzido sobre o tema.

Os dados quantitativos foram analisados pelo SPSS versão 25. Os dados dos escritórios de Porto Alegre foram coletados no sítio eletrônico do escritório, sendo, portanto, de acesso público. Todas as informações contidas sobre sócios e associados foram categorizadas de modo a gerar planilhas para a análise descritiva dos dados. As informações do site, geralmente, continham a posição no escritório, IES de graduação, ano de graduação, titulação máxima, experiência internacional e línguas estrangeiras. O nome do advogado indicou o sexo. A foto indicou a “raça”.

O maior viés provavelmente refere-se ao ano de formação, pois essa informação não constava para alguns advogados, aparentemente os mais novos pela foto. Foram rodadas frequências, estatísticas descritivas e *crosstabs* para as variáveis selecionadas.

As análises de documentos e das anotações das observações participantes não foram estruturadas. Entretanto, estive o tempo todo ciente de que as redações, as falas e as ações ocorriam em contextos específicos e eram dirigidas a determinados públicos.

4.6. Desafios do trabalho de campo e limitações da pesquisa

Não ter formação em Direito pode ter sido tanto uma vantagem quanto uma desvantagem. Como os entrevistados sabiam que não sou formado em Direito, eles explicaram em minúcias o funcionamento do sistema de justiça e do campo do Direito. A disposição dos entrevistados em descrever o sistema de justiça permitiu captar e discutir dados tomados como óbvio por quem participa do sistema de justiça. Por exemplo, pude facilmente coletar informações sobre a rotina de estágios e de trabalho nos órgãos do sistema de justiça, o que poderia ser mais difícil por quem é formado em Direito porque muitas dessas rotinas são “padronizadas”. Esses dados são importantes para analisar as diferenças de classe, “raça” e universidade de formação na atribuição das tarefas de estágio.

Por outro lado, o campo do Direito em geral, e o sistema de justiça em particular, são bastante complexos. Dominar todas as regras e possibilidades de atuação profissional são inviáveis, especialmente para alguém não formado na área. Apesar de essa pesquisa não tratar do sistema de justiça, mas sim do mercado de trabalho e de relações de classe (temas dos quais tenho muito mais domínio), a relativa falta de conhecimento do sistema de justiça é uma deficiência. Houve um esforço para compreender o sistema de justiça, mas meu conhecimento na área é inferior ao de outros pesquisadores do tema e ao dos bacharéis em Direito.

Outra limitação da pesquisa diz respeito à ausência de entrevistas com advogados mais experientes e donos de escritórios estabelecidos³¹. Conduzir entrevistas com esses grupos estava previsto no desenho inicial, mas devido ao doutorado sanduíche e a problemas de residência permanente em Porto Alegre antes do doutorado sanduíche, as entrevistas não foram realizadas.

Há possíveis limitações na amostragem. Como o convite para participar das entrevistas foi enviado para muitos bacharéis em Direito e muitos deles não responderam à mensagem, é possível que haja características comuns entre os que não responderam. Alguns entrevistados sem perspectiva de atuação no campo do Direito podem ter recusado o convite por não mais se identificarem com o campo, ou julgarem que estão fora do recorte da pesquisa. Embora a proporção de bacharéis em Direito em ocupações fora do campo do Direito seja semelhante ao observada em outras pesquisas com recém-diplomados (SEMESP, 2017), é possível que bacharéis em posições mais distantes tenham sido pouco contemplados.

No que diz respeito às entrevistas, visões políticas foram pouco abordadas. Somente perguntei a respeito das opiniões sobre os programas governamentais que fomentaram a expansão universitária. Num país onde posições políticas têm sido relevantes para os cidadãos e onde meses depois do término das entrevistas foi eleito um candidato com ideias radicais, esse poderia ter sido um tópico explorado com mais detalhes. Compreender o posicionamento político poderia ter contribuído para identificar a atribuição de responsabilidade. Também poderia ser relevante para discutir como a insatisfação política e a polarização social relacionam-se com as experiências de uma população que enfrenta um mercado de trabalho com capacidade limitada de realização de suas expectativas.

³¹ Foram conduzidas entrevistas com donos, ex-donos de escritórios e advogados em vias de abrir um escritório, mas todos eles são recém-diplomados.

Em relação à saturação dos dados, o fato de o roteiro de entrevista ter sido pouco alterado ao longo da pesquisa facilitou a obtenção de um nível de saturação relativamente alto ao fim das trinta e três entrevistas. Outro fator que também contribuiu para a saturação foi a homogeneidade do grupo. Todos se formaram no mesmo curso de graduação, têm um tempo semelhante de experiência no mercado de trabalho e originaram-se em posições de classe próximas. As últimas entrevistas tinham um alto nível de previsibilidade. Porém, caso mais entrevistas tivessem sido conduzidas, análises mais minuciosas poderiam ter sido realizadas. Por exemplo, diferenças entre as IES de formação teriam ficado mais claras, assim como diferenças segundo a inserção no mercado jurídico.

4.7. Considerações Finais

A variedade de métodos empregados nesta pesquisa responde aos diferentes objetivos. Os dados das entrevistas são analisados tanto para compreender os valores e as avaliações dos recém-diplomados em Direito quanto para compreender a dinâmica do mercado de trabalho. As demais fontes de dados foram utilizadas predominantemente para compreender a dinâmica do mercado de trabalho. As entrevistas são um método apropriado para captar dados sobre atitudes, aspirações, valores, desejos e moralidades (LAMONT; SWIDLER, 2014). Apesar de o método de entrevistas receber críticas porque atitudes expressas em entrevistas frequentemente não são observadas em comportamentos (KHAN; JEROLMACK, 2013; JEROLMACK; KHAN, 2014), esse é um problema pouco presente nesta pesquisa, pois os dados das entrevistas foram pouco usados para identificar ações. As ações coletadas pela entrevista somente dizem respeito às estratégias para realizar as suas aspirações e ao dia a dia do trabalho. Verificar se os entrevistados se dedicam o tanto quanto afirmam para serem aprovados nos concursos públicos é uma tarefa inviável. Os dados sobre as experiências no trabalho foram triangulados com outras fontes, as quais tiveram o objetivo de averiguar e complementar as entrevistas.

A partir dos dados coletados e da revisão bibliográfica, o próximo capítulo descreve as características do mercado de trabalho em Direito vivenciadas recém-diplomados. Trata principalmente das posições no mercado de trabalho. A descrição do mundo valorado inicia no capítulo 6 e continua no capítulo 7, em que a avaliação do mercado de trabalho e as comparações com os outros significantes será realizada.

5 O mercado de trabalho dos recém-diplomados em Direito

5.1. Introdução

Há muito tempo, o curso de Direito tem estado entre os cursos de graduação mais populares do Brasil. Essa popularidade é anterior à abertura de cursos de ensino superior no Brasil, quando a elite matriculava os seus filhos nas universidades de Portugal. Evidências mostram que em 1954 (ALMEIDA JÚNIOR, 1956 *apud* CACETE, 2014, p. 6), em 1973 (MEDEIROS ET AL, 1980, p.31) e em 2016 (BRASIL-INEP, 2017), o Direito foi o curso com o maior número de matrículas, sendo 18 mil em 1954; 88 mil em 1973, e 862 mil em 2016.

Aproximadamente 11% do total das matrículas do ensino superior estão no curso de Direito (BRASIL-INEP, 2017). Elas estão concentradas principalmente em universidades privadas, onde estudam 89,66% dos alunos. De 1995 a 2013, o número de concluintes nesse curso aumentou de 27,2 mil para 95,1 mil, um aumento de 3,5 vezes. O número de cursos de Direito no país subiu de 235 para 1158 entre os anos de 1995 e 2012, período de crescimento mais acelerado (CAMPOS, 2014).

Segundo uma explicação popular, a abertura “desenfreada” de cursos de Direito deve-se ao baixo custo de implementação. Os insumos básicos são apenas “cuspe e giz”. A evidência empírica mostra que cursos de baixo custo de implementação geralmente são os mais comuns em diversos países, mas existe um elevado número de cursos desse tipo e quais deles são os mais comuns tende a variar. Na China, o país com o maior sistema universitário do mundo, o curso de Direito é apenas o décimo mais popular, numa posição próxima ao curso de Letras-Ingês. Os três cursos de graduação com mais matrículas no país mais populoso do mundo são Finanças, Engenharia Civil e Relações Econômicas Internacionais(SINA, 2018).

Além do baixo custo de implementação, a popularidade do curso de Direito no Brasil também é explicada por acontecimentos históricos que atribuíram privilégios e prestígio social aos bacharéis em Direito. No século XIX e início do século XX, bacharéis em Direito ocupavam postos centrais na burocracia e na política estatais (FALCÃO, 1983). As primeiras faculdades do Brasil foram de Direito. Atualmente, os servidores do Poder Judiciário são mais bem remunerados do que os do Executivo e Legislativo (LOPEZ; GUEDES, 2018; SANTOS et al, 2016). O poder dos

bacharéis em Direito de conduzir a burocracia estatal, e daí extrair recursos materiais e simbólicos, tem historicamente motivado gerações de estudantes universitários a procurar esse curso.

Em maio de 2019, o Brasil tinha 1.212.946 advogados regulares e recadastrados³² (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB, 2019). A proporção de advogados atuando na área jurídica por 1.000 habitantes é uma das mais altas do mundo. Em 2010, essa proporção era 4,1 no Brasil. No comparativo internacional, a proporção observada no Brasil é próxima da verificada nos Estados Unidos (4,0) e na Itália (3,9). Os três países possuem uma média bem superior à da União Europeia, que é de dois advogados para mil habitantes (CAMPOS, 2014).

O alto número relativo de bacharéis em Direito formados tem motivado discursos que afirmam o excesso de bacharéis e a crise no mercado de trabalho em Direito (ARRUDA JÚNIOR, 1983; MEDEIROS ET AL, 1980; FALCÃO, 1983). Para Falcão (1983), no final de 1970, a crise dos bacharéis em Direito era evidenciada pelo aumento de bacharéis em ocupações “tecnocráticas” do Estado, em oposição a um passado em que os bacharéis ocupavam as vagas das profissões jurídicas e da elite burocrática. Na década de 1970, mais da metade dos bacharéis em Direito eram empregados públicos (FALCÃO, 1983).

Embora as definições de ocupações típicas em Direito tenham sido alteradas e as expectativas de emprego não sejam as mesmas de décadas passadas, o receio de cientistas sociais de uma crise de emprego resultante da expansão universitária da década 1970 não teve a extensão imaginada. Reis e Machado (2015), usando dados do Censo 2010, mostram que 53,63% dos bacharéis em Direito atuavam na área de formação em 2010 e 29,45% trabalhavam em ocupações que não exigiam ensino superior. Segundo pesquisa da SEMESP (2017), bacharéis em Direito recém-diplomados reportam atuar em ocupações da área de formação em maior medida do que bacharéis em Administração e engenheiros.

Este capítulo aborda a relação entre aumento do número de bacharéis e mercado de trabalho no campo do Direito. A questão do capítulo é: como o mercado de trabalho em Direito de Porto Alegre tem incorporado os bacharéis recém-diplomados? A fim de responder a essa questão, o credenciamento de bacharéis e o licenciamento de advogados serão analisados na próxima seção. Em seguida, o ingresso e as condições de emprego nos escritórios de advocacia serão abordados.

³² Fonte: <https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>, acesso em 16/05/2019.

Na sequência, descrevem-se as experiências dos advogados autônomos. Por fim, será a vez do setor público.

O argumento desenvolvido é o de que o mercado privado é flexível em algumas áreas, especialmente na concorrência por clientes do tipo pessoa física. Uma parcela da oferta de emprego tem características precárias, no sentido de oferecer poucos direitos trabalhistas. A maior atratividade dos cargos públicos tem gerado a figura do “concurseiro”. Dedicar-se integralmente à preparação para concursos públicos é uma estratégia de muitos bacharéis para lidar com as condições julgadas insatisfatórias do mercado do setor privado.

5.2. Credenciamento e Licenciamento

Uma credencial (diploma em curso registrado) e uma licença (aprovação no exame de ordem) são exigidas para a atuação como advogado. O Ministério da Educação é o órgão responsável pelo credenciamento. Atualmente, a OAB escreve pareceres sobre a abertura de cursos, mas a decisão final compete ao MEC. Apesar do baixo poder de controlar a oferta de profissionais por meio do credenciamento, a OAB tem poder para controlar o licenciamento com o Exame de Ordem e com as exigências para recadastramento e regularização profissional. Esta seção discute dois pontos centrais do fechamento ocupacional: o credenciamento e o licenciamento. Inicia-se com a descrição das instituições de ensino superior de Porto Alegre e das características do alunado com os dados do ENADE 2015. Em seguida, aborda as regras do exame de ordem e as estratégias de aprovação.

5.2.1. A formação de bacharéis em Direito em Porto Alegre

Os concluintes em Direito de Porto Alegre estão concentrados em poucas instituições de ensino superior. As três maiores IES detêm 74,8% das matrículas dos concluintes (Tabela 3). Cinquenta e dois por cento dos concluintes estão matriculados na PUCRS, uma universidade privada confessional sem fins lucrativos. A instituição com o segundo maior número de concluintes é a UNIRITTER (instituição com fins lucrativos que pertence a um grupo educacional com sede nos Estados Unidos), com 14%. Em terceiro lugar, está a UFRGS – única IES pública da cidade – com 8,1%. Os dados do ENADE mostram que 71,1% dos concluintes estão em IES privadas sem

fins lucrativos; 20,8%, em IES com fins lucrativos; e 8,1%, em IES públicas. A crença de que a maioria dos bacharéis em Direito estuda em IES com fins lucrativos de baixa qualidade não se aplica a Porto Alegre.

Tabela 3. Concluintes em cursos de Direito em Porto Alegre, segundo a instituição de ensino superior

Instituição	Nº de observações	Porcentagem
PUCRS	1086	52,7
UNIRITTER	288	14,0
UFRGS	167	8,1
FMP	146	7,1
FADERGS	128	6,2
IPA	91	4,4
São Judas Tadeu	81	3,9
Dom Bosco	40	1,9
Estácio/FARGS	21	1,0
IBGEN	12	0,6
Total	2060	100,0

Fonte: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), 2015

Uma proporção elevada dos concluintes não fez uma transição direta do ensino médio para o ensino superior. Com até 25 anos, correspondem cinquenta por cento dos concluintes. Concluintes com mais de 30 anos perfazem 31% do total, e aqueles com mais de 40 anos são 13%.

Binder e Wood (2013) e Binder, Davis e Bloom (2016) têm investigado o papel da universidade em influenciar a identidade e a inserção laboral de estudantes universitários dos Estados Unidos. Esses autores mostram que as experiências no campus afetam a expressão de identidades políticas e direcionam trajetórias laborais, em um país onde a experiência no campus é central para boa parte dos estudantes universitários por viverem ou passarem a maior parte do tempo neles. Para muitos brasileiros concluintes em Direito, a universidade não constitui uma “instituição total”, no sentido de não ser o espaço onde o estudante habita, convive e estuda. Cinquenta e oito por cento dos estudantes frequentam cursos noturnos. Cinquenta e seis por cento deles trabalham, sendo que trinta por cento do total trabalham quarenta horas por dia ou mais. Cinquenta e três por cento vivem com os pais e cinco por cento vivem com cônjuge ou filhos.

Menos de um por cento dos estudantes vive em moradias da universidade. Vinte e três por cento vivem com outras pessoas/república e quatorze por cento moram sozinhos. Portanto, a experiência modal é trabalhar, frequentar cursos noturnos e viver com a família de origem ou com a família de formação. Para muitos estudantes de Direito brasileiros, a universidade é mais um dos espaços frequentados. Porém, experiências de estágio são comuns e, dessa forma, a experiência no campo do Direito vai além da experiência universitária.

O curso de Direito é frequentado por estudantes com diferentes perfis de renda e existe uma sobrerrepresentação de estudantes de alta renda (Tabela 4). Quarenta e sete por cento dos estudantes residem em domicílios com mais de seis salários mínimos. A proporção de estudantes de famílias super ricas (mais de 30 salários mínimos) é de sete por cento, enquanto a proporção de estudantes de famílias mais pobres (até 1,5 salário mínimo) é próxima dessa proporção, 8,8%.

Tabela 4: Renda familiar dos concluintes em Direito de Porto Alegre, em salários mínimos

	Frequência	Porcentagem
Até 1,5	173	8,8
1,5 a 3	318	16,2
3 a 4,5	296	15,1
4,5 a 6	245	12,4
6 a 10	325	16,5
10 a 30	462	23,5
Mais de 30	146	7,4
Total	1965	100

Fonte: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), 2015

Acompanhada da expansão universitária, geralmente, ocorrem a diferenciação institucional e o acesso diferenciado segundo a classe social de origem. A reprodução da desigualdade social passa pelo acesso diferenciado à qualidade de ensino e ao prestígio institucional.

Não existe uma segregação muito forte segundo a renda entre as IES dos concluintes em Direito (Tabela 5). Os concluintes de famílias com mais de dez salários mínimos estão concentrados nas IES com um número maior de alunos de Direito, sendo que 89,5% deles estão

matriculados nas quatro maiores IES. Entre aqueles com renda familiar de até três salários mínimos, a proporção de matriculados nas quatro maiores instituições de ensino de Direito é de 81,4%; entre aqueles com renda entre 3 a 4,5 salários mínimos, 75%, e entre 4,5 a 10 salários mínimos, 79,1%. Apenas a UFRGS e a Fundação Ministério Público (FMP) apresentam uma clara tendência de serem frequentadas por concluintes de famílias mais ricas.

Tabela 5: Renda familiar dos concluintes em Direito de Porto Alegre, em salários mínimos, segundo a IES.

	Até 3	3 a 4,5	4,5 a 10	Mais de 10
PUCRS	306 (62,3)	151 (51,0)	261 (45,8)	330 (54,3)
UniRitter	65 (13,2)	43 (14,5)	94 (16,5)	61 (10,0)
UFRGS	9 (1,8)	10 (3,4)	44 (7,7)	97 (16,0)
FMP	20 (4,1)	18 (6,1)	52 (9,1)	56 (9,2)
FADERGS	39 (7,9)	30 (10,1)	39 (6,8)	16 (2,6)
IPA	20 (4,1)	12 (4,1)	29 (5,1)	14 (2,3)
São Judas Tadeu	11 (2,2)	17 (5,7)	32 (5,6)	19 (3,1)
Dom Bosco	9 (1,8)	11 (3,7)	11 (1,9)	8 (1,3)
Estácio/FARGS	8 (1,6)	2 (0,7)	7 (1,2)	2 (0,3)
IBGEN	4 (0,8)	2 (0,7)	1 (0,2)	5 (0,8)
Total	491 (100%)	296 (100%)	570 (100%)	608 (100%)

Fonte: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), 2015

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é um caso relevante de ser analisado por ser a única IES de Porto Alegre totalmente custeada pelo contribuinte, e por apresentar a melhor aprovação no Exame de Ordem da OAB. Os concluintes de 2015 ingressaram em 2011, quando a UFRGS oferecia cotas de 30% para negros e estudantes de escola pública. Em 2015, a UFRGS tinha 8,1% do total dos concluintes de Direito de Porto Alegre, mas, quando se consideram somente aqueles com renda acima de 10 salários mínimos, a proporção sobe para 16,0%. Apenas 1,8% dos concluintes de famílias com renda até três salários mínimos estudavam na UFRGS. É provável que a proporção de concluintes em Direito da UFRGS de alta renda tenha apresentado uma queda devido à Lei de Cotas.

Na PUCRS - universidade com 52,7% do total de alunos - é alta a proporção de estudantes provenientes de famílias com renda de até três salários mínimos. Do total de concluintes nessa faixa de renda, 62,3% estavam matriculados nessa universidade em 2015. Entre aqueles com renda família acima de 10 salários mínimos, 54,3% estudavam nela. Nas faixas intermediárias de renda, 51,0% dos concluintes de famílias de 3 a 4,5 salários mínimos e 45,8% daqueles entre 4,5 a 10 salários mínimos estavam matriculados na PUCRS em 2015. Como o ano de 2011³³ tinha uma oferta considerável de bolsas de PROUNI no curso de Direito, e as taxas do FIES foram mais atrativas naquele ano do que anos seguintes, matricular-se no curso de Direito nessa universidade era relativamente acessível aos estudantes de baixa renda.

Em conclusão, os concluintes de Direito em Porto Alegre estão concentrados em poucas instituições de ensino, as quais, de maneira geral, admitem estudantes de diferentes classes sociais. Há algumas razões para o oligopólio das matrículas. Primeiro, programas governamentais, tais como o FIES e o PROUNI, facilitam o acesso à PUCRS e outras privadas que cobram mensalidades inacessíveis às famílias de baixa renda. Segundo, os estudantes de todas as classes sociais estão conscientes dos riscos de possuir um diploma desvalorizado. Terceiro, muitas instituições privadas interessam-se em obter os benefícios dos programas federais e, por isso, admitem um alunado diversificado em termos de classe social. Como consequência da concentração de recém-diplomados em poucas instituições, os empregadores adotam outros critérios além da instituição de formação para contratar empregados, como será analisado mais adiante.

A experiência universitária é menos central para o estudante brasileiro do que para o estudante de outros países, pois o trabalho e a residência com a família impedem que a universidade seja uma “instituição total”. A figura do estudante-trabalhador é uma característica do sistema social brasileiro que cria especificidades na relação entre ensino superior e mercado de trabalho, em comparação com os países onde essa figura não é tão marcante, como os Estados Unidos, a China e muitos países europeus. Trabalhar é uma experiência comum entre os bacharéis em Direito. Ao término da graduação, a maioria já possui experiência de emprego ou de estágio.

5.2.2. O Exame de Ordem e o licenciamento ocupacional

³³ A maioria dos concluintes de 2015 ingressaram no ensino superior em 2011.

Dois requisitos são centrais para a inscrição como advogado: 1) Diploma ou certidão de graduação em Direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada, e 2) aprovação em Exame de Ordem (Lei nº8.906/1994). Dessa forma, algumas exigências possíveis estão excluídas para a inscrição e atuação como advogado. A OAB não exige estágio profissional para ingresso na ordem. Também, não exige que o advogado tenha um escritório registrado para atuação profissional. Uma vez inscrito na OAB, o advogado tem o direito a exercer a advocacia em sua plenitude.

Características do exame e a experiência dos examinandos - O Exame de Ordem ocorre três vezes ao ano. Tem duas etapas. Na primeira, para ser aprovado, é preciso acertar, pelo menos, 50% do total de 80 questões de múltipla escolha sobre diversas áreas do Direito. A segunda etapa, chamada de prova prático-profissional, consiste na redação de uma peça profissional e na resposta a quatro questões discursivas sobre uma área específica escolhida pelo candidato no ato da inscrição. A pontuação máxima da segunda etapa é 10 pontos e, para ser aprovado, é preciso tirar no mínimo seis pontos. Caso os candidatos sejam aprovados na primeira etapa e reprovados na segunda, participam somente da segunda etapa na prova seguinte. Cada candidato tem um número ilimitado de tentativas. A prova pode ser realizada ainda na graduação, nos semestres finais do curso de Direito.

Não há dados confiáveis, até onde o autor tem notícia, do número de bacharéis em Direito sem a licença de advogado. O exame de ordem aprova em torno de 18% dos examinandos (CAMPOS, 2014). Campos et al (2016) acompanharam os examinandos das provas de 2010 a 2015 pelo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Mostram que 56% dos examinandos foram aprovados ao longo do período analisado. Como os examinandos da pesquisa de Campos (2016) têm mais oportunidades de realizar a prova, espera-se que uma parcela dos 44% que não foram aprovados no exame, consiga a licença nas edições posteriores.

Em Porto Alegre, somente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundação Escola Superior do Ministério Público recebem o selo OAB Recomenda³⁴. Dentre as IES com mais alunos em Porto Alegre, a UFRGS teve uma taxa média de aprovação de 66,3% entre o XV e o

³⁴ O OAB Recomenda é mecanismo de avaliação da OAB que considera o resultado do Exame de Ordem e o desempenho no ENADE.

XVII exame de ordem (ou seja, terceiro exame de 2014 e nos dois primeiros exames de 2015). A FMP teve 48,89% de aprovação, a PUCRS, nesses mesmos exames, teve 33,1% de aprovação e a UNIRITTER, 32,1%³⁵.

Os recém-diplomados em Direito tomam uma série de ações para garantir a aprovação no Exame de Ordem. Fazer cursos virtuais gratuitos ou pagos, matricular-se em cursos presenciais e dedicar-se em tempo integral para o exame são estratégias de aprovação adotadas depois de uma ou duas reprovações.

Foi difícil. Eu tava no último ano da faculdade quando fui fazer pela primeira vez. São três provas por ano que faz. A primeira prova que fui fazer no início do ano, eu não passei. Fiz 36. Tinha que acertar 40 pra passar. Não fiz o mínimo. Na outra, meus amigos foram também fazer. Eu fui mais tranquilo. Aí, eu passei, né? Fiz 47. Anularam mais duas. Fiz 49. Fui bem na prova. Passei tranquilo. Depois, na segunda tem a prova prática, né? Daí, vou garantir! Pedi pro meu pai e pra minha mãe ajudar a fazer um cursinho. Fiz um cursinho preparatório específico pra segunda fase. Me ajudou bastante. Daí, eu consegui passar na segunda prova que eu fiz. Eu passei.

Rômulo, 25 anos, em segunda graduação

Eu recebi, digamos assim, uma gratificação. Uma chefe pagou um curso preparatório pra mim, pra fazer um curso preparatório da ordem. Então, ela pagou e eu fui fazendo um curso. O curso tinha uma duração de mais ou menos quatro meses. Então, de janeiro, de janeiro até maio, de janeiro até maio eu fiquei só estudando, de manhã e de tarde. De janeiro a maio. Só fazia isso. Aí, em seguida, fiz a prova, passei na prova da primeira fase. Depois, eu voltei pro cursinho. Continuei a fazer o cursinho, porque tu tem que fazer o cursinho da segunda fase, também. Aí, esse eu paguei com o meu dinheiro. Fiz a segunda fase e passei.

Hugo, 29 anos, desempregado

Pra segunda fase, até não comprei porque a minha prática já tava sendo no escritório. Pra primeira fase, eu já comprei, sim.

Rui, 27 anos, assistente jurídico

A OAB cobra 260 reais para a inscrição por exame. Por mais que muitos bacharéis em Direito das classes populares estejam dispostos a pagar esse valor, o projeto de obter a licença pode ser adiado devido ao alto custo. Esse custo acomete, principalmente, os desempregados, que, apesar de disporem de tempo para estudar, nem sempre têm o dinheiro para pagar a inscrição.

Tentei só uma vez. Pra fazer a prova da OAB, hoje, por exemplo, é 260 reais. O que acontece? Tem três provas por ano, que a OAB faz. E a que eu fiz, eu reprovei. Então foi 260 reais. Se eu quiser fazer os três concursos. As três provas durante o ano que eles aplicam. Vira e mexe fica mil reais, né? (...) Tem isenção de taxa, mas é uma burocracia muito grande pra tu conseguir.

Cícero, 40 anos, desempregado

³⁵ Os três exames analisados tiveram uma média maior do que o histórico total.

A não aprovação no Exame de Ordem foi pouco saliente nos dados das entrevistas. A maioria é aprovada depois de algumas tentativas. Não obter a licença profissional é uma desvantagem que os bacharéis em Direito não querem vivenciar. Eles suspendem alguns projetos, como o de prestar concurso público, a fim de dedicar-se exclusivamente ao Exame de Ordem. Como alguns deles afirmaram, a prova da OAB não é eliminatória e tem um nível de dificuldade inferior ao da maioria dos concursos públicos. Em dois anos, um bacharel em Direito tem seis oportunidades de aprovação, quantidade suficiente para a maioria dos bacharéis conseguir a aprovação.

Três entrevistados diplomados há menos de um ano e meio estavam no processo de obter a licença. Uma entrevistada afirma não fazer a prova por não ter planos de atuar como advogada. Em um caso excepcional, uma bacharela formada há seis anos ainda não tinha a licença. Ela passou quatro anos sem se inscrever para a prova devido a um emprego de remuneração elevada fora do Direito.

O registro na OAB e o exercício profissional - Os recém-diplomados e os empregadores adotam estratégias para lidar com a exigência da OAB de aprovação no Exame de Ordem para o pleno exercício profissional. As duas principais são: 1) o empregador promover um estagiário, contratando-o como assistente jurídico, e 2) o bacharel sem a licença estabelecer parcerias com advogados.

Muitos entrevistados obtiveram emprego no escritório onde estagiavam. O estágio é uma maneira barata de os empregadores averiguarem a compatibilidade de um potencial empregado com as tarefas de emprego e com a cultura do escritório. A contratação de bacharéis em Direito em processo de obter a licença ocupacional pode ser de interesse do empregador, se ele tiver a percepção de que o bacharel em Direito é adequado à vaga de emprego. Em muitos escritórios, o trabalho dos recém-diplomados é revisado pelos associados/empregados mais experientes ou pelos sócios. Eles, tipicamente, não têm a responsabilidade de assinar processos.

Daí, já no final da graduação, quando eu já tava, tava quase me formando, consegui com outro amigo um outro escritório de tributário. Só que eu não tinha OAB ainda. Então, eu fiquei como um assistente jurídico, uma coisa assim. Aí, fiquei mais um ano lá nesse escritório e, como eu não recebia muito bem, não tinha condições de fazer a OAB. A prova da OAB. Eu fiz uma vez. Não passei. (Depois de sair desse emprego) eu fiz a a prova da OAB. Passei.

Cândido, 25 anos, advogado associado

(Trabalho) como assessor, porque eu não fiz a prova da ordem ainda. Vou fazer em março no próxima, no próximo edital, né?

Ícaro, 34 anos, assistente jurídico

Tô como assistente jurídico. Aí, agora eu passei na OAB. Daí, em seguida, eu vou atuar como advogada.

Olga, 24 anos, assistente jurídico

As tarefas dos bacharéis sem a licença da OAB e dos advogados recém-diplomados com a licença, nos pequenos e médios escritórios, assemelham-se³⁶. Olga, por exemplo, trabalha como assistente jurídico e estava em vias de obter a licença na data da entrevista. Ao descrever as suas tarefas, ela afirma que não são significativamente diferentes das de um advogado. Assinar petições e participar de audiências, funções exclusivas dos advogados, não são atividades dos bacharéis em Direito sem a licença da OAB, mas também não são tarefas típicas de advogados recém-diplomados.

Eu faço as mesmas coisas que um advogado. Só não vou a audiência ainda. Não faço audiência. Atendo cliente, eu peticiono, eu verifico o andamento do processo. Eu recorro. Eu faço petições iniciais. Faço todo o trâmite processual. Atendo cliente por telefone. Atendo cliente por e-mail. Vou na justiça do trabalho. Vou no tribunal. Só não faço audiência ainda. Só, por enquanto.

Olga, 24 anos, assistente jurídico

Eu só não posso assinar petição e ir em audiência. O resto tudo que um advogado faz, eu faço.

Rui, 27 anos, assistente jurídico

Uma segunda estratégia para atuar no mercado jurídico sem a licença ocupacional é estabelecer parcerias com advogados em que o advogado assina os processos judiciais. Demétrio, por exemplo, narra que, antes de ser aprovado no Exame de Ordem, conduzia processos atribuídos a ele por amigos e conhecidos, com a ajuda da sua namorada bacharela em Direito. Como Demétrio estava empregado como assistente jurídico em um emprego de 40 horas semanais, o trabalho em parceria com a namorada ocorria fora do expediente. A mesma estratégia é adotada por Francisco, que tem a expectativa de obter causas de seus colegas de emprego.

Tu tem carteira, tu tem um pouco mais de autonomia. Tu pode assinar processo. Antes, esses processo que eu tenho, quem assinava era a minha namorada. Tem a OAB há mais tempo. Eu pedia pra ela assinar. Quem conduzia era eu. Sou eu. Então, agora que eu peguei a OAB, eu consigo, ahn, eu consigo ter um pouco mais de autonomia.

Demétrio, 25 anos, advogado empregado

Agora, eu fiz o exame agora de ordem. Eu acho que eu passei. Eu fiz uma pontuação boa, assim. Tô esperando o resultado. Agora, a ideia é passar no exame pra poder atuar. Pegar

³⁶ No caso dos escritórios de Big Law e dos escritórios do tipo contencioso de massa, pelo fato de o trabalho ser mais dividido, as diferenças entre o trabalho dos assistentes jurídicos e dos advogados são mais claras.

causas, né? A minha ideia, agora, de início, como essa empresa que eu tô lá é uma empresa grande. Tem em torno de mil funcionários. Eu vejo esses mil funcionários como mil clientes em potencial. Podem ser só meus se eu souber trabalhar. A minha ideia é agora, depois que tirar a carteirinha da OAB, eu vou tá autorizado. Eu vou poder fazer o trabalho de divulgação, tanto em mídias sociais quanto fisicamente com cartãozinho. Vou poder me apresentar como advogado. Vou poder me apresentar como advogado. Dar o meu cartãozinho, conversar. Agora, hoje, hoje, os meus colegas já me procuram. Eu já pego algumas causas já. Mas eu quero. Faço todo processo pros amigos meus assinar, como advogado.

Francisco, 32 anos, motorista de ônibus

Em conclusão, embora a aprovação no Exame de Ordem seja requisito para a inscrição na OAB, a realização de trabalhos semelhantes ao dos advogados licenciados pelos bacharéis não inscritos na OAB está presente no mercado de trabalho. Como as atividades dos advogados recém-diplomados nos escritórios de advocacia, tipicamente, não exigem atribuições exclusivas de advogados regularmente licenciados, a contratação de bacharéis sem a licença da OAB não causa desvantagens ao empregador. De maneira geral, os bacharéis em Direito sem a licença da OAB e que trabalham em escritórios de advocacia eram estagiários que foram promovidos depois de concluída a graduação. Provavelmente, ao contratar um bacharel em Direito sem ser por promoção, o empregador evita selecionar bacharéis sem a licença, porém não há dados para investigar essa hipótese. Outra forma de atuar como advogado sem a licença é pela formação de parcerias com advogados inscritos na OAB.

Não há dados confiáveis sobre a quantidade de bacharéis não inscritos na OAB. Os dados qualitativos mostram que a falta da licença é mais uma fase do que uma experiência persistente. Não obter a licença ocupacional implica custos que os bacharéis em Direito não querem incorrer. “Deficiências da formação”, termo usado para expressar a alta taxa de reprovação de cada exame, são corrigíveis. Os bacharéis em Direito preparam-se para o Exame de Ordem depois da graduação, por meio de cursos presenciais e online, gratuitos ou pagos. Depois de algumas tentativas, eles são aprovados no Exame de Ordem e se inscrevem na OAB.

A exigência de credenciais e de licenças para o exercício profissional é um meio de controle e regulação da oferta (WEEDEN, 2002). No caso do Direito no Brasil, o controle da abertura de cursos é realizado pelo MEC. O Exame de Ordem é regulado pela OAB, que tem o objetivo claro de reduzir a entrada de advogados no mercado de trabalho, como é constantemente

veiculado no site oficial³⁷. No entanto, o fato de o curso de Direito ser o de maior número de matrículas mostra que a existência de um órgão de classe regulador da profissão não é suficiente para controlar a oferta. As regras do Exame de Ordem são favoráveis aos examinandos, devido ao número ilimitado de tentativas e à frequência de três exames ao ano. As alianças com outros atores são centrais para a consecução dos objetivos dos grupos profissionais (ABBOTT, 2005). A aliança frágil entre OAB, Ministério da Educação e instituições de ensino superior tem pouco poder de restringir a oferta de bacharéis em Direito e de advogados no mercado de trabalho.

5.3. Os escritórios de Direito em Porto Alegre

Os escritórios de Direito em Porto Alegre apresentam modelos de negócios e de estrutura organizacional diversos. As atividades de trabalho, a possibilidade de ascensão profissional, o salário e os benefícios de emprego estão associados ao tipo de escritório. Esta seção descreve o mercado privado de Porto Alegre, e analisa as experiências de emprego dos recém-diplomados nos escritórios de advocacia.

Os escritórios de Direito variam de acordo com uma série de dimensões: cliente (pessoa física/pessoa jurídica); matéria (empresarial, bancário, trabalhista, previdenciário, penal, etc), tipo de serviço (especializado ou abrangente), tamanho e cadastro na receita (o que afeta o percentual de imposto pago). Em alguns escritórios, existem divisões de tarefas e hierarquia claros, enquanto, em outros, a maior diferença refere-se à distribuição dos lucros.

No que diz respeito à contratação, os empregadores têm a opção de efetuar contratos celetistas, de sócios e de associados. O contrato celetista, além de ter os direitos e deveres previstos na legislação trabalhista, prevê dedicação exclusiva. Por sua vez, os advogados associados, em lei, não têm a atuação restrita ao escritório contratante. Os sócios têm a função de gerenciar a sociedade de advogados.

A prática de firmar contratos de associado foi observada em escritórios de diferentes tipos, sejam eles pequenos, médios ou grandes. Com esse contrato, o número de horas semanais, o pagamento de horas extras e os dias de férias estão sujeitos a um acordo entre as partes. São comuns

³⁷ Um exemplo desse objetivo é expresso pelo requerimento de suspensão da abertura de novos cursos nos próximos cinco anos, escrito em 28 de janeiro de 2019 (<https://www.oab.org.br/noticia/56956/oab-requer-ao-ministerio-da-educacao-a-suspensao-de-novos-cursos-juridicos-por-cinco-anos>).

relatos nos quais o número de horas ultrapassa 40 horas semanais. Não ter o contrato regido segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) afeta o projeto daqueles que planejam comprar veículos automotores ou imóveis, pois adquirir crédito é mais difícil quando não há comprovação de renda por contrato com carteira de trabalho assinada. Quando os empregados perdem o emprego, não têm acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao seguro desempregado. Em um mercado com excesso de oferta de mão de obra, muitos bacharéis em Direito estão dispostos a aceitar propostas de emprego sem a CLT, o que contraria as suas preferências. O salário dos advogados com dois anos de experiência gira em torno de dois mil reais.

Esta seção analisa o emprego nos escritórios de Porto Alegre segundo o tipo de cliente, se pessoa física ou jurídica. O tipo de cliente é um elemento central na relação entre expansão universitária e mercado de trabalho. As médias e grandes empresas têm recursos financeiros, são exigentes e procuram escritórios estabelecidos. Competir com os escritórios empresariais não está no horizonte de possibilidade de curto e médio prazo dos recém-diplomados. A massiva formação de novos bacharéis pressiona principalmente os escritórios de pessoa física.

5.3.1. Os escritórios dos clientes do tipo pessoa jurídica

Os escritórios empresariais de Porto Alegre formam um grupo heterogêneo. Grandes bancas de advocacia, escritórios contencioso de massa, escritórios especializados (“boutiques”) e escritórios cujos clientes são pequenas e médias empresas nacionais atuam no mercado. Os requisitos de contratação de empregados, a remuneração dos advogados, a complexidade do trabalho e o tipo de contrato variam segundo o escritório. Alguns escritórios remuneram os seus advogados associados de forma semelhante aos escritórios de pessoa física. Outros pagam salários relativamente altos e oferecem oportunidades de ascensão profissional.

Os dados dos escritórios portoalegrenses vinculados ao Centro de Estudos das Sociedades de Advogados-CESA (coletados pelo autor desta pesquisa) reforçam fenômenos já evidenciados em pesquisas anteriores (p.ex. BONELLI, 1998; BERTOLIN, 2017, BONELLI, 2016; CUNHA; BONELLI; OLIVEIRA, 2007; BONELLI et al, 2008; CUNHA et al, 2018). A representação de mulheres no cargo de associado/celetista é condizente com a proporção de bacharelas em Direito (57,9%). Porém, os sócios são majoritariamente do sexo masculino (74,4%). Oitenta e dois por cento dos sócios graduaram-se na PUCRS ou na UFRGS. Enquanto, em 2015,

somente oito por cento dos concluintes estavam prestes a se formar pela única universidade federal da cidade, 31,7% dos sócios dos escritórios empresariais graduaram-se por essa universidade. Dentre os associados, 71,1% graduaram-se pela PUCRS ou UFRGS.

Quarenta e um por cento dos sócios e associados reportam conhecimento de línguas estrangeiras. Existe uma forte concentração de falantes de línguas estrangeiras em alguns escritórios. Por exemplo, enquanto nenhum dos sócios e associados do escritório Guedes e Pedrassini (que atende empresas nacionais) reporta conhecimento de línguas estrangeiras, 45 do total de 46 do Silveiro Advogados e todos os 19 advogados do Veirano (ambos de atuação junto a empresas internacionais) reportam conhecimento de línguas estrangeiras.

Experiência internacional é um requisito menos relevante do que línguas estrangeiras e está mais presente entre os sócios. Quarenta e oito por cento dos que reportam experiência internacional são sócios, o que deve estar associado aos investimentos dos escritórios na carreira de seus empregados. A experiência educacional ou laboral no exterior está concentrada em dois escritórios (Veirano e Silveiro), que juntos respondem por 52% do total de indivíduos com experiência internacional.

5.3.1.1 Grandes bancas

No topo mais lucrativo dos escritórios empresariais, estão as *grandes bancas de advocacia*. São escritórios com sede, principalmente, em São Paulo, e filiais nas maiores cidades do país. Atendem clientes corporativos, em casos de litígio ou consultoria jurídica. Possuem estrutura organizacional semelhante ao de grandes empresas. Além de advogados, também contam com a participação de administradores, contadores, psicólogos, especialistas em tecnologia da informação e outros trabalhadores qualificados. A hierarquia é tipicamente formada por assistente jurídico, advogado júnior, advogado sênior, advogado pleno, sócio junior e sócio sênior (CASTELO JUNIOR; TURETA, 2014; CUNHA et al, 2018). A ascensão profissional ocorre pelo modelo “cresça ou pereça”, em que o advogado é dispensado se não demonstrar os atributos para o cargo acima, característica que tende a afetar negativamente a ascensão de mulheres (BERTOLIN, 2017). Pagam os melhores salários, mas exigem longas horas de trabalho. Os advogados geralmente se formaram nas universidades públicas ou privadas mais prestigiadas, falam inglês fluentemente e têm experiência internacional (CUNHA et al, 2018; BONELLI et al, 2008). Exemplos de serviços prestados são: consultoria a empresas multinacionais com interesse

em se instalar no Brasil; fusão e aquisição de empresas; representação jurídica no leilão do pré-sal; disputas judiciais entre grandes empresas ou entre grandes empresas e o governo.

Em evento de divulgação a potenciais candidatos às vagas de emprego em uma universidade privada, três sócios de grandes bancas descreveram os critérios usados para a contratação de novos advogados: língua estrangeira (principal requisito), aderência à cultura do escritório, espírito corporativo, habilidade de negociação, habilidade de interação com as pessoas do mundo corporativo, relações com pessoas influentes, conhecimento de negócio e economia, vivência no exterior, autoconfiança e firmeza ao se expressar.

Ingressar nesses escritórios não está nos planos dos bacharéis em Direito recém-diplomados das classes populares. Houve poucas referências a eles durante as entrevistas. Quando eram perguntados diretamente, a maioria afirmou desconhecer esse mercado ou não expressou o interesse em ingressar nas grandes bancas. Mesmo se tivessem o projeto de ingressar nelas, barreiras dificultariam o ingresso, pois a maioria dos entrevistados não domina línguas estrangeiras, não conhece pessoas influentes, não tem vivência no exterior e não possui disposições alinhadas com a cultura empresarial. Portanto, as grandes bancas são a elite do mercado privado e oferecem recursos monetários volumosos a quem atinge cargos de comando, mas não despertam o interesse dos recém-diplomados entrevistados.

As grandes bancas de advocacia são um mercado pouco afetado pela expansão universitária. Em algumas causas, concorrem com os escritórios especializados (“boutiques”), que, assim como as bancas, se originaram ou se expandiram na década de 1990, década que experimentou crescimento rápido dos escritórios brasileiros de Direito empresarial devido à onda de privatização (CUNHA et al, 2018). Nas grandes bancas, as funções paralegais são realizadas por bacharéis em Direito. Esses escritórios empregam tecnologias da informação a fim de reduzir o gasto com advogados e paralegais.

5.3.2.2. *Escritórios contencioso de massa*

No extremo com as piores condições de emprego e salário para o advogado contratado estão *os escritórios contencioso de massa*. Esses escritórios atendem a causas litigiosas simples e rotineiras das grandes empresas. Por exemplo, diariamente, companhias aéreas são processadas por desvio de bagagem e atraso de voo, companhias telefônicas e bancos são processados por cobrança indevida, provedores de internet são processados por corte no sinal. Assim como aconteceu com

as grandes bancas, a década de 1990 foi um marco para os escritórios contencioso de massa, que cresceram rapidamente devido à aplicação de tecnologias da informação, à abertura econômica, ao consumo de massa e a ações empresariais de terceirizar o litígio em massa (CUNHA et al, 2018; COSTA JUNIOR, 2016).

Esse tipo de escritório emprega uma forte divisão do trabalho, estrutura-se de maneira hierárquica e oferece baixa remuneração aos advogados (COSTA JUNIOR, 2016). O trabalho é hierarquizado, apresentando comumente a seguinte estrutura: advogados, supervisores, coordenadores, administradores e diretores. Mais de 500 funcionários trabalham no mesmo prédio no maior escritório brasileiro desse tipo (BONELLI; BENEDITO, 2018). As tarefas simples e repetitivas estão distantes do trabalho criativo e não rotineiro característico e definidor das ocupações dos graduados do ensino superior. O salário relativamente baixo e o contrato de associado/informal aproximam as condições de emprego dos advogados aos dos trabalhadores precários.

Nestor conseguiu emprego em um escritório contencioso de massa, depois de passar mais de um ano dedicando-se exclusivamente a concursos públicos. As características do emprego de Nestor assemelham-se a empregos pouco qualificados. Em primeiro lugar, como já afirmado, o contrato de advogado associado firmado entre ele e o escritório não oferecia os mesmos benefícios do contrato celetista. Em segundo lugar, o salário reportado por Nestor, de 1360 reais, é comum entre trabalhadores não qualificados de Porto Alegre. Em terceiro lugar, as tarefas de trabalho não exigem habilidades elevadas.

Só que era um escritório muito grande, né?, que tinha um grande volume de processos. Pelo tamanho do escritório, eu achava que, bah, de repente tinha uma grande chance de crescer lá dentro, mas não. Parecia uma indústria, uma fábrica. Era todo dividido o trabalho, as tarefas. Era meio que mecanizado. Cada um fazia uma parte, né?, e tu não acompanhava o processo do início ao fim. Peticionar, nada parecido. A minha parte era ler notas de expediente e classificar o que o juiz ou o desembargador tava dizendo e colocar qual a providência, qual prazo. Ia pra outra equipe. Lá, ia ser cumprida a providência. (...) Eu fazia todo dia a mesma coisa. Não adiantava pra mim. Não era nem pelo valor. Claro, o salário era baixo, era pouco para um advogado. Ainda mais em Porto Alegre, que é uma cidade grande. Eu tava recebendo 1360 reais, um salário de advogado contratado como advogado. Receber esse valor. Acho um valor baixo pra um advogado. Eu gostaria muito de ganhar experiência prática de ter essa área da advocacia e não tava tendo. Só tava tendo só ver a parte de notas de expediente. Não tinha prática de peticionar, de fazer recurso, fazer petição. Nada disso. Então, nem fazia audiências, assim. Não tava servindo pra mim aquilo ali. Além do mais, eu ficar muito tempo cansado e não poder estudar de noite. Aí foi um dos motivos que me levou a sair do escritório e focar mais nos concursos públicos.

Nestor, 24 anos, concurseiro

As ocupações dos graduados diversificam-se com a massificação do ensino superior. A contratação de bacharéis em Direito para realizar tarefas simples e rotineiras nos escritórios contencioso de massa, ou como assistentes jurídicos nas grandes bancas, ilustram os novos espaços laborais ocupados por bacharéis recém-diplomados desde a década de 1990. As tarefas realizadas por Nestor, e muitos outros advogados nos escritórios contencioso de massa, não demandam um profissional com ensino superior, do ponto de vista da complexidade das tarefas ou das regras de fechamento ocupacional. No entanto, bacharéis recém-diplomados e estagiários em Direito estão ocupados nesses escritórios (COSTA JUNIOR, 2016). As condições de emprego neles ilustram a sobreposição entre as condições de emprego de graduados e não graduados durante a massificação do ensino superior.

5.3.2.3. Escritórios regionais e boutiques

Um terceiro tipo de escritórios de clientes empresariais/pessoa jurídica em Porto Alegre é formado por escritórios regionais e boutiques. Os escritórios regionais atendem empresas brasileiras e, geralmente, são especializados em alguma matéria: trabalhista, tributário, penal, imobiliário, família e sucessões, reestruturação judicial, aviação, seguros, dentre outras. As boutiques atendem empresas nacionais ou internacionais e são especializadas em assuntos de abrangência internacional. Comparados com as grandes bancas, esses escritórios, tipicamente, não oferecem remunerações tão altas, os requisitos de contratação são menos exigentes, a carreira é menos estruturada e, com frequência, são geridos como um negócio familiar. Alguns deles prestam serviço a sindicatos, conselhos regionais profissionais (p.ex. Medicina, Farmácia, Psicologia, etc.) e outras organizações sem fins lucrativos.

Em muitos casos, esses escritórios operam da mesma forma que os escritórios de clientes pessoa física, com a diferença de que não disputam clientes com os bacharéis em Direito recém-diplomados. Enquanto um escritório de Direito previdenciário pode perder processos para advogados sem escritório, o mesmo não acontece com um escritório que presta serviços para organizações empresariais ou sem fins lucrativos.

Alguns escritórios regionais atendem clientes com alto poder financeiro, trabalham em casos de alto valor monetário e têm organização burocrática. Dionísio estagiou em um escritório regional e, depois, em um famoso escritório boutique de Direito tributário. Ao comparar as experiências que ele vivenciava e observava, ele conta as diferenças na organização do trabalho,

na remuneração e no nível de cobrança. Como o escritório boutique lidava com poucas causas, mas de alto valor, havia uma pressão para realizar o trabalho com perfeição. No escritório regional, os advogados adotavam modelos de petição e recurso prévios e cada um deles era responsável por um número grande de processos, se comparado ao escritório boutique. O “baixo salário” motivava os advogados a estudar para concursos públicos, ou trabalhar em seus próprios processos.

O escritório boutique era uma pressão, mas tinha essa questão customizada de ter um detalhe técnico, da vírgula. Uma coisa muito preciosista. Era pressão, porque os valores eram altos. Tinha um crédito tributário de milhões. Trinta milhões de uma empresa de telefonia. Óbvio que eles ficavam com uma equipe muito mais selecionada, né? , porque ele tinha que defender cada ação tributária. Na verdade, era contencioso administrativo, né? Cada crédito tributário tinha um procedimento próprio. Tinha oratório. Tinha que ir lá no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), onde a minha chefe ia, fazer uma defesa oral. Apesar da pressão, tinha uma possibilidade de trabalhar o jurídico no inteiro. Tinha um aprendizado quase artesanal. Eu acho que o (escritório boutique) era um escritório artesanal tributário. Ele trabalha mesmo. Tu aprende muito. Pode ganhar pouco e ser explorado, mas tu vai aprender muito sobre a técnica. (...) O escritório regional de Direito empresarial, não. Era uma pressão muito forte, uma hierarquia muito forte. (...) Quatro advogados da sala onde eu trabalhava, éramos dois estagiários e quatro advogados. Eu era um dos estagiários. Os quatro estudando pra concurso (...) Os advogados recebiam 2500 líquido sem reajuste. Essas pessoas, tendo que fazer 12 a 14 processos por dia, sistemáticos e repetitivos. Copiar e colar. Se não fizer perde prazo. Sofre pressão. Mas ele tinha esse adendo que o boutique não tinha de poder atuar por conta. Não era exclusividade. Não tinha contrato de exclusividade na tua relação de emprego lá, de trabalho lá. Podia atuar como advogado no que tu bem entender. Cada um ali tinha os seus processos, principalmente da família, da sua rede e tal. Não tinha essa possibilidade, como tinha no outro, de ter sustentação oral, de ter um preparo, de ter uma... Era assim, ó: copiar e colar e juntar no processo e protocolar. Então, era bem mais chato, assim, maçante.

Dionísio, 27 anos, em cargo comissionado

O fato, apontado por Dionísio, de que o escritório boutique exigia exclusividade, enquanto o escritório regional não exigia, certamente, se deve ao tipo de contrato. Por lei, no contrato celetista, o empregador pode exigir exclusividade, enquanto o empregador não o pode em contratos de associado.

Dionísio também narra as diferenças das tarefas de trabalho. O escritório boutique requer um advogado mais completo: boa escrita, boa capacidade oral, capacidade de negociação com as partes envolvidas, capacidade de elaboração de estratégias e habilidade de atuação em todas as fases do processo. Essas características diferenciam-se dos escritórios com processos em massa, em que os advogados atuam em poucas fases do processo e reciclam peças elaboradas previamente. Nestes escritórios, a principal habilidade é verificar se o caso em análise aplica-se a um dos modelos anteriores, e quais alterações devem ser feitas.

Os escritórios regionais e de boutique, portanto, tanto se aproximam das grandes bancas quanto dos escritórios contencioso de massa. Em Porto Alegre, são poucos os escritórios que demandam advogados com habilidades variadas e excelentes. Boa parte dos escritórios são especializados e atuam em causas ordinárias.

As características de trabalho de muitos escritórios portoalegrenses nivelam para baixo o salário e as condições de emprego dos advogados recém-diplomados. Os anúncios de emprego da web raramente solicitam o histórico escolar. Experiência prévia ou especialização na matéria do escritório são exigências mais comuns. O trabalho do escritório não exige conhecimento amplo em todas as matérias do Direito. Cobre uma parte pequena do *corpus* jurídico, que pode ser aprendido no ambiente de trabalho. Conforme afirma Elsa, que trabalha num escritório de Direito securitário:

Realmente, seguro é um tema que a gente tem uma aula na faculdade só. É realmente, assim, é um pontinho no universo de um milhão de possibilidades. Eu lembro que na minha cadeira de contratos em espécie, teve uma aula sobre isso. Foi muito, porque quando eu entrei no escritório, eles me disseram que a maioria das pessoas nunca nem teve essa uma aula.

Elsa, 27 anos, advogada

Como as habilidades exigidas no trabalho, tipicamente, são pouco complexas e podem ser aprendidas no ambiente de trabalho, os empregadores têm um número grande de potenciais empregados. Como resultado, têm mais poder na negociação salarial. A advocacia privada é permeada de regras que versam sobre licenciamento ocupacional, honorários, áreas exclusivas de jurisdição, normas de pertencimento e de exclusão do quadro da OAB, formação de sociedades de advogados, direitos e deveres dos advogados nas instituições públicas, dentre outros assuntos. Com exceção de algumas seccionais da OAB, a remuneração mínima dos associados, sócios e empregados não está disposta na legislação, o que abre margem para a redução salarial.

No que diz respeito à classe social, a relação entre patrão e empregado é mais relevante do que a relação entre advogados recém-diplomados de origem nas classes médias e advogados recém-diplomados de origem nas classes populares. A situação do mercado de trabalho afeta a todos, independentemente da classe social de origem. Embora alguns advogados da classe média de origem obtenham emprego nos poucos escritórios que remuneram bem, a maioria está sujeita às condições de trabalho do grosso do mercado de trabalho. Cândido, de classe média de origem, narra de forma desapontada, as condições indesejáveis de emprego nos escritórios privados. Ele trabalha para um escritório de Direito empresarial. Seu colega de apartamento trabalha para um escritório cujo principal cliente é um sindicato.

O mercado, hoje, na advocacia, pagam muito mal, muito mal. Eu e o Armando, a gente se rala todo santo mês pra poder pagar aqui e poder comer, poder trabalhar. A gente deveria ganhar, cara, pra tu ter uma noção, em torno de uns quatro mil, no início. A gente ganha metade disso. É complicado, sabe? É bem difícil. É bem difícil. Isso te desmotiva. Sei lá. Eu, depois de um tempo, ahn, eu acabei vendo que o que eu vou fazer? Eu não posso simplesmente ficar desmotivado porque o salário é baixo. É preciso ter um salário e aí eu corri atrás e hoje eu não me preocupo muito. Sabe, a gente se rala. A gente se fode o mês inteiro, mas a gente precisa trabalhar e se eu não trabalhar bem, eu não vou conseguir ter um aumento. Não vou conseguir ter reconhecimento. Enfim, mas o mercado. O mercado te assusta. O mercado te dá um susto muito grande.

Cândido, 25 anos, advogado

Como será sustentado no próximo capítulo, o discurso de baixo salário do trabalho de advogado expresso por Cândido resulta, em larga medida, da referência ao setor público como ideal de emprego. Por ora, é preciso deixar claro que são poucos os escritórios de Porto Alegre que oferecem condições de emprego e salário satisfatórios para os recém-diplomados. A ascensão profissional, na visão dos entrevistados é pouco provável, porque a maioria dos escritórios não oferece um plano de carreira e a estratificação costuma ser somente entre advogados celetistas/associados e sócios.

5.3.3. Os escritórios dos clientes pessoa física

Os escritórios dos clientes pessoa física atuam numa área do mercado de trabalho com menos barreiras de entrada. Esses escritórios não somente enfrentam a concorrência de escritórios similares, como também a concorrência de advogados sem escritório e, em algumas causas, da defensoria pública. Os baixos custos de entrada no mercado de clientes pessoa física e a concorrência com advogados sem escritório são duas características centrais que diferenciam os escritórios dos clientes pessoa física dos escritórios que atendem pessoa jurídica.

Diferentemente do setor público e do mercado dos clientes de pessoa jurídica, o campo dos escritórios de pessoa física oferece mais oportunidade de emprego por conta própria para os recém-diplomados. A geração de vagas no setor público depende de decisões políticas e administrativas além do controle dos recém-diplomados. Abrir escritórios de pessoa jurídica requer um volume de capitais social, econômico e simbólico difícil de ser obtido. Dessa forma, atender pessoas da própria rede (com a possibilidade de expandir a clientela no médio prazo) em ações trabalhista, previdenciária, penal, familiar e do consumidor emerge como a alternativa mais viável.

Alguns entrevistados estão empregados em escritórios de pessoa física. Pela descrição dos entrevistados, esses escritórios atuam, principalmente, em matérias trabalhista, previdenciário e cível e é comum um mesmo escritório atuar nessas três matérias. Algumas vezes, o sócio/dono do escritório atribui aos recém-diplomados a responsabilidade pelas causas de uma matéria, o que confere mais autonomia a eles. Por exemplo, no escritório em que Vera e Rui trabalham, o dono do escritório cuida das causas de Direito Previdenciário. Vera é responsável pelas ações trabalhistas e Rui, pelas ações de consumidor e família.

É comum encontrar ofertas de emprego de escritórios de cliente pessoa física em grupos online de Facebook ou WhatsApp. Nas relações online, amigos indicam outros amigos. Um dos meios pelos quais acontece a indicação é pela marcação de amigos nas postagens online, ou pelo encaminhamento da postagem.

Alguns donos atribuem aos empregados a responsabilidade de buscar candidatos à vaga de emprego. Dessa forma, o empregado envia mensagens para os grupos de que participa anunciando a vaga, ou indica um amigo de confiança ao chefe. Os advogados candidatos à vaga costumam passar por uma entrevista antes da contratação. Provas de redação também ocorrem com certa frequência.

Os advogados dos (pequenos) escritórios de pessoa física, na média, atuam em mais fases do processo jurídico e têm o trabalho menos revisado pelos superiores dos escritórios de pessoa jurídica.

5.4. O emprego por conta própria no mercado privado

Um dos cursos de ação dos recém-diplomados é o emprego por conta própria, que assume três formas principais: 1) Abertura de escritório, em parceria com amigos ou sozinho; 2) Conciliação da atuação nos próprios processos com o emprego assalariado; 3) Estudo para concursos e atuação nos próprios processos.

Abrir escritório é percebido como uma ação cara e arriscada, mas que pode trazer alto retorno. É uma opção atrativa por possibilitar auferir alta renda e livrar-se da “exploração” dos chefes de escritório. Os entrevistados citam alguns fatores que os previnem de abrir escritório: 1) Valor do aluguel de uma sala, 2) Demora para entrar a receita (pelo fato de que os honorários geralmente são pagos ao término do processo); 3) Dificuldade de captação de clientes; 4)

Comprometimento pessoal de médio e longo prazo; e 5) Perfil não condizente com o de um empreendedor. O preço mais baixo do aluguel de uma sala comercial no centro de Porto Alegre, excluindo o IPTU e o condomínio, é de 300 reais. Muitos advogados, para livrarem-se da despesa de aluguel, colocam placas em frente à sua residência e trabalham em casa. Outras despesas para abrir um escritório incluem: reforma, mobiliário, internet, confecção de placas e de cartão profissional, site de internet e contratação de contador. O advogado pode optar por trabalhar como autônomo ou como pessoa jurídica. Desde a entrada em vigor da lei nº 13.247/2016, os advogados têm a opção de criar sociedades unipessoais (sem a necessidade de ter sócios), sob a tributação do Simples Nacional. Os advogados também têm a opção de criar uma sociedade de advogados. Outra opção é não criar uma pessoa jurídica, e estar sujeito à tributação do imposto de renda.

O maior risco de abrir um escritório é não ter clientela. A OAB restringe a publicidade de advogados. Em princípio, advocacia não é atividade empresarial. Aspectos mercantilistas são proibidos. Advogados não podem, por exemplo, comprar espaço em “*outdoors*”; veicular propaganda em rádio ou TV; mencionar qualquer cargo, função pública, relação de emprego e patrocínio que tenha exercido, passível de captar clientela; e mencionar valores, promoções e formas de pagamento. Portanto, a função da publicidade é meramente informativa. Entretanto, os advogados distribuem cartões, participam de eventos, publicam artigos em revistas especializadas, escrevem blogs, participam de programas de rádio e TV, recebem premiações e ministram palestras - ações que visam atrair clientes.

Além de atuar em causas próprias, os recém-diplomados (donos de escritórios ou não) procuram trabalhos de advogado correspondente. O advogado correspondente faz diligências para advogados ou escritórios situados em outras localidades. Por exemplo, se um advogado ou escritório do interior do Rio Grande do Sul ou de outro estado necessitar que um advogado realize uma tarefa jurídica em Porto Alegre, ele remunera um advogado para realizar essa tarefa, que pode ser participação em audiência, acompanhamento de processo, retirada de documentos e acompanhamento de oficiais de justiça.

Dentre os trinta e três entrevistados, Geraldo tem seu próprio escritório. Isaura, que herdou uma sala comercial do seu pai, estava prestes a abrir escritório. Catarina alugou uma sala em parceria com um amigo, mas, depois de algum tempo, encerrou a parceria e, atualmente, atua como advogada autônoma sem escritório. Esses três casos apontam diferenças de motivação. Geraldo iniciou o planejamento para abertura do escritório no início da faculdade. Cursou aulas de

empreendedorismo durante a graduação. Tem um plano de negócios redigido. Abriu uma sociedade unipessoal. Tem altas ambições materiais e seu único projeto ocupacional é prosperar o seu “negócio”. Isaura, por sua vez, decidiu abrir o escritório por três motivos: herdou uma sala comercial de seu pai, está desempregada e por motivações político-ideológicas. Dois amigos serão sócios dela nessa empreitada. Não tem a intenção de manter o escritório por muito tempo, pois pretende tornar-se promotora. Finalmente, Catarina, que já atuava em seus próprios processos, formou uma parceira com um amigo. Por conta das despesas e de desavenças com o sócio, fechou o escritório. Seu projeto é tornar-se defensora pública.

Uma segunda forma de emprego por conta própria é conciliar a atuação nos próprios processos com outra atividade, tais como emprego, preparação para concurso público e curso de pós-graduação. Dessa forma, a atuação nos próprios processos sustenta a outra atividade, ou, inversamente, a outra atividade sustenta o projeto de aumentar a clientela e, eventualmente, abrir um escritório.

Alzira, concurseira, tem o projeto de ser aprovada em um concurso público com remuneração “na faixa de 20 mil reais”. Ela passa a maior parte do dia estudando em bibliotecas para concursos da área de Direito Penal. Prestar concursos tem uma série de despesas: inscrição, viagem, hospedagem e material de estudo. Com frequência, ela viaja para outros estados para prestar prova. A fim de custear as despesas, ela exerce duas atividades: consultoria de trabalhos acadêmicos e atuação em processos jurídicos. Para ela, os trabalhos remunerados são secundários à atividade central de preparação para concurso. São, além disso, um colchão para lidar com a incerteza sobre a aprovação em concurso. Como não ela não sabe *quando* nem *se* será aprovada em concurso, os trabalhos remunerados são uma alternativa de inserção profissional em caso de insucesso.

São esses trabalhos intelectuais que eu faço aqui na faculdade (que pagam as minhas despesas de concurso). Com esse dinheiro, eu aplico nos meus concursos, nas minhas viagens. Ahn, como são esses trabalhos intelectuais? Consultora jurídica: ahn, qualquer tipo de problema, seja com advogados, acadêmicos do Direito, qualquer tipo de problema que a pessoa tenha, qualquer tipo de dúvida, seja ela resolvida verbalmente, seja ela resolvida, que eu dê um parecer por escrito tem valores. O estudante tá precisando de uma aula sobre processo civil. Eu vou, estudo, pra dar essa aula de processo civil. Processo penal? Estudo processo penal. (...) Na área da advocacia, eu como advogada, tenho clientes de todos os tipos. Tenho clientes na área cível. Tenho clientes com demandas na área penal. Converso com eles na biblioteca, passo todos os detalhes na biblioteca. Se forem, ahn, causas, assim, clientes, eu atendo na sala da OAB, home office, ou, então, no cafezinho aqui na PUC se a pessoa não importar. Isso depende do cliente.

Alzira, 34 anos, concurseira

O trabalho de Alzira como consultora acadêmica aproveita-se do elevado número de matrículas em curso de Direito. Ela oferece serviços acadêmicos principalmente para estudantes de Direito. Como advogada, atende pessoas de sua rede social. Como ela não tem escritório, ela usa o espaço de bibliotecas, cafeterias, sala da OAB e da sua residência.

Demétrio tem um propósito diferente do de Alzira com a atuação como advogado autônomo: deixar de trabalhar como advogado empregado. Quando se trata de descrever a carreira que ele deseja seguir, diversos caminhos são desejáveis: abrir escritório, seguir carreira acadêmica, passar no concurso da defensoria pública e trabalhar na política. Ele tem investido em todos esses caminhos. Tem trabalhado na captação de clientes e já atua em alguns processos judiciais. Poucos meses depois da entrevista, iniciou o mestrado. Participa de reuniões de um partido político de esquerda. Estuda para concurso nas horas livres.

No escritório, cara, já tive uma certa abertura com pessoas lá dentro onde foi possível perceber que não ganharei muito mais do que eu ganho e não será tão rápido mais do que eu ganho. Então, eu tô dizendo que eu tô mais fazendo uma transição pra abrir o meu próprio negócio. Tô procurando é cliente. Carteira de cliente pra conseguir abrir o meu próprio negócio. Eu vi que por mais... Vai ser difícil, eu sei disso. Isso vai requerer um trabalho muito mais de 40 horas semanais além do que eu já trabalho. No mínimo, umas 20 horas semanais dedicado a esse trabalho extra pra conseguir uma certa estabilidade ali e depois conseguir abrir o meu próprio negócio. Conseguir manter só pelos meus processos, né? (...) Então, a princípio, os processos que eu tenho são pessoas do meio vínculo. São pessoas conhecidas. Uma ex-parceira e um colega. Duas colegas, na verdade. Então, com as demandas deles, eu consigo começar a fazer mais de um processo com cada pessoa. Mas tô pra fazer o meu cartão de visita e começar também a distribuir. Tenho outros planejamentos de começar uma sala e buscar captação de clientes pra atender aos sábados. Aos sábados e durante a semana após as 18 horas-17 horas, quando eu saio do escritório.

Demétrio, 25 anos, advogado celetista

Para Demétrio, o emprego no escritório tem servido como uma preparação para a atuação autônomo. Ele tem adquirido conhecimentos que os cursos de Direito pouco ensinam, tais como estratégias de captação e relacionamento com clientes, interação com a burocracia do sistema de justiça e cumprimento de prazos judiciais. Por mais que ele avalie negativamente o salário e as condições de emprego no escritório, ele considera valorizável a experiência adquirida.

Atuar nos próprios processos também pode ser simplesmente uma fonte de renda extra, sem sustentar um projeto de longo prazo.

Muitos recém-diplomados preferem não atuar nos próprios processos por ser uma ação que requer investimento em tempo e dinheiro e que conflitua com outras alternativas, tais como prestar concurso público, fazer especialização ou mestrado, aproveitar o tempo livre e fazer hora extra.

Portanto, os recém-diplomados de Direito são capazes de gerar oportunidades de emprego. O baixo custo de atuação no mercado dos clientes pessoas físicas facilita o ingresso numa ocupação dos graduados. Não é necessário abrir escritório para ter as próprias causas e o custo de prover o serviço é baixo. As maiores barreiras que os recém-diplomados enfrentam são a aprovação no Exame de Ordem e a captação de clientes.

As seções anteriores analisaram as características da advocacia privada, concentrando-se nas experiências dos recém-diplomados. Inserir-se no mercado do Direito tem sido uma experiência comum entre os recém-diplomados em Direito, apesar da entrada massiva de bacharéis em Direito no mercado de trabalho. Embora muitos entrevistados atuem no campo do Direito, as condições trabalhistas, em certa medida, não são compatíveis com as definições de “ocupação dos graduados” (descritas no capítulo 2). Os postos mais acessíveis são os mais desvalorizados e de menor retribuição. Não oferecem renda nem benefícios tradicionalmente recebidos pelos diplomados do ensino superior brasileiro. Como vimos, a não cobertura legal pela CLT - uma característica que define o trabalho precário no Brasil - está presente na advocacia. Neste caso, a relação trabalhista assume a forma de contrato de associado, e não de contrato informal como geralmente ocorre em outras áreas. Empregos rotineiros e repetitivos, como nos escritórios de contencioso de massa, são outra forma pela qual o mercado de trabalho da advocacia tem se tornado mais parecido com o mercado dos não graduados. Em adição, por vezes, a atuação nos próprios processos tem características de trabalho eventual (“*bico*”).

Embora o “prêmio salarial” tenha diminuído e as condições de emprego tenham se aproximado dos postos do mercado de não graduados, a qualidade do emprego dos recém-diplomados está acima da mediana. Os recém-diplomados empregados nos escritórios de advocacia recebem uma renda maior do que a maioria dos trabalhadores empregados. Apesar da pressão temporal para cumprir os prazos jurídicos, da relação subordinada com os sócios e de jornadas que com frequência ultrapassam as oito horas diárias (que acometem muitos, mas não todos), eles não exercem empregos degradantes para o corpo e com baixo reconhecimento social. Os empregos nos escritórios têm uma qualidade abaixo da média dos empregos das pessoas com ensino superior, mas certamente acima da média do mercado de trabalho como um todo.

5.5. O setor público e a expansão universitária no campo do Direito

Os recém-diplomados em Direito não têm poder para, diretamente, abrir vagas de emprego no setor público. A remuneração desse setor está mais sujeita a restrições orçamentárias e a disputas políticas entre servidores e políticos do que à relação entre oferta e demanda de trabalhadores. Essa situação tem gerado uma grande desigualdade entre bacharéis em Direito no setor privado e bacharéis em Direito no setor público. Ingressar no setor público é o objetivo da maioria dos recém-diplomados. Esta seção analisa a experiência dos recém-diplomados em Direito na luta pela obtenção de um cargo no Estado.

Os bacharéis em Direito citam uma série de fatores que os atraem ao setor público: salário, estabilidade, reconhecimento, ambiente de trabalho, carga horária, relevância social e imparcialidade (FONTAINHA et al, 2014). Os entrevistados desta pesquisa prestam concursos com diferentes requisitos e remuneração: a) cargos como bombeiro, soldado da polícia militar, auxiliar administrativo de empresa pública, guarda municipal, agente fiscal tributário e agente penitenciário, os quais não exigem ensino superior completo, b) também prestam concurso para todo e qualquer órgão do sistema de justiça, seja para cargo de técnico (cujo requisito é o ensino médio completo) seja para analista (ensino superior completo), c) alguns deles disputam cargos da elite do setor público, como defensor público, promotor, delegado e procurador.

Sair da posição de advogado empregado para entrar no setor público em cargos de ensino médio é a aspiração da maioria dos entrevistados. Os cargos de ensino médio de órgãos federais e estaduais (e até alguns municipais) oferecem renda superior à recebida em seus empregos atuais. Nesse sentido, muitos entrevistados preferem ocupar um cargo com requisitos abaixo do seu nível de escolaridade no setor público a ocupar um cargo com a escolaridade correspondente no setor privado. Por exemplo, Virgínio afirma que preferiria trabalhar como bombeiro (concurso para o qual estava se preparando) a continuar como advogado empregado. Embora o requisito para investidura no cargo público seja o ensino médio completo e as tarefas sejam sobretudo manuais, esse cargo o atrai devido a ganhos de renda, saúde mental e de tempo.

Eu ganho, no escritório, 2200 reais. Nos bombeiros, eu vou ganhar 3800 reais. É uma boa diferença. O escritório te toma muito tempo e a tua cabeça também. Tu sai do escritório, tu tá indo pra casa, tu tá pensando em processo. Tu tá em casa, tu sonha com processo, entendeu? Tu tá montando o que eu vou escrever amanhã naquele prazo que eu tenho que fazer, naquela contestação, naquele recurso. O bombeiro, eu tenho colegas que se formaram comigo. Antes até de fazer o concurso, eu conversei com eles, eles disseram que o bombeiro é bom por isso, porque tu vai ganhar um valor legal. A tua cabeça vai tá

mais tranquila porque é um trabalho mais físico, digamos. Tem que pensar, mas não é um trabalho que tu vai passar o dia inteiro usando a tua cabeça, que nem no direito. Então, fica mais dentro do batalhão.

Virgínio, 25 anos, advogado associado

A sobrequalificação é aceitável quando o emprego disputado tem condições melhores do que o atual. A busca dos recém-diplomados em Direito por concursos de ensino médio assenta-se nas vantagens de estar empregado no setor público. O requisito de escolaridade é um critério pouco relevante na escolha do concurso. As tarefas realizadas são consideradas no cálculo, mas, como muitos entrevistados avaliam como desagradável as tarefas do emprego atual, os cargos públicos geralmente são aceitáveis nesse aspecto.

O aumento de bacharéis em Direito em cargos técnicos do setor público já era noticiado na década de 1980, sendo interpretado como um sinal de crise do mercado de trabalho (ARRUDA JÚNIOR, 1983; MEDEIROS ET AL, 1980; FALCÃO, 1983). Para a maioria dos recém-diplomados, ingressar em cargos públicos cujo requisito de escolaridade é o ensino médio não é sinal de “crise”, “vergonha” e de nenhum outro termo de sentido negativo. Os benefícios e o salário do setor público superam o estigma de exercer uma ocupação abaixo do grau de escolaridade.

O caminho até a aprovação é árduo. *“Pra ser aprovado, tu tem que abrir mão de muita coisa”* (Margarida). A aprovação em concurso requer longas horas de estudo, paciência, investimento financeiro, sacrifício de outras atividades e convívio com a derrota. Essa situação tem criado os “concurseiros”, isto é, pessoas que se dedicam em tempo integral à preparação para os concursos. Os concurseiros passam anos sem vínculo empregatício e sem renda fixa. Preparar-se para concurso torna-se uma identidade. *“Eu sou Alzira concurseira. Não me considero Alzira advogada”*.

Os concurseiros não apenas prestam concursos para cargos da elite do setor público. Disputam, também, os concursos para cargos de nível médio. Poucas semanas antes da entrevista, Gusmão - concurseiro há dois anos e meio - tinha prestado o concurso para Técnico Judiciário da Justiça Estadual (salário inicial de 3.860 reais). Nestor, concurseiro há dois anos, estava em preparação para o concurso de soldado da polícia militar (salário inicial de 3.760 reais).

Dedicar-se em tempo integral a concursos custa caro e requer o apoio da família. Morar com os pais ou ter o aluguel pago por eles é uma condição indispensável. Despesas com inscrição, material de estudo, cursos preparatórios, transporte e acomodação nos dias de prova adicionam-se

às despesas básicas. Ao descrever um concurso para um cargo com remuneração em torno de 20 mil reais em Mato Grosso, Alzira narra a sua percepção do perfil dos concorrentes.

Eu vejo nos concursos públicos onde tem um alto nível, onde precisa de bastante dinheiro pra participar. Tu não vai participar de um concurso no Mato Grosso sem, no mínimo, ter uns dois, três mil reais. Por quê? Porque tu vai precisar de uma passagem de avião, tu vai precisar de dinheiro pra ficar no hostel. Uma pensão de alunos custa cem reais. Uma pensão, cem reais a diária. Tu vai precisar ter tempo pra estudar. Tu vai precisar de dinheiro pra estudar. Quantos negros tinham lá? Tinha só eu e minha irmã de negros. Então, eu acho que é muito em vista disso. Quantas pessoas pobres tinham lá? Aquelas pessoas não eram pobres, as pessoas que estavam lá.

Alzira, 34 anos, concurseira

Na primeira fase do concurso da magistratura realizado em Porto Alegre em 2018, pude notar traços corporais associados ao pertencimento às classes superiores: corpos malhados, roupas e apetrechos novos e de marcas internacionalmente famosas, alto investimento em cabelo e em maquiagem por parte das mulheres. Muitos concorrentes carregavam malas, o que indicava que não residiam na região metropolitana de Porto Alegre. Conversei com concorrentes oriundos de Porto Alegre, Brasília, Salvador, São Paulo e interior do Paraná. Essas observações reforçam que magistrados brasileiros têm origem na elite (VIANA; CARVALHO; BURGOS, 2018; CNJ-CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014).

Os entrevistados enfatizam a vantagem dos bacharéis em Direito na concorrência pelos cargos de ensino médio. Questões de Direito Administrativo e Constitucional são recorrentes no conteúdo programático dos concursos para esses cargos. “*A gente tem a base do direito, de direito administrativo e constitucional, é o que geralmente cai nesses concursos*” (Margarida).

A maioria dos entrevistados não possui os recursos necessários para uma preparação eficaz para os concursos. Restringem a abrangência geográfica a Porto Alegre e redondezas, e conciliam trabalho e estudo para concursos. Alguns deles têm afazeres domésticos, fazem hora extra no emprego, socializam-se e atuam nos próprios processos. A multiplicidade de tarefas associada com a limitação geográfica gera desvantagem em relação aos concurseiros de tempo integral na disputa por uma vaga no setor público. “*Quando chega na hora de estudar, eu já tô louca de cansada e ainda tem a casa, também*” (Vera). Os entrevistados reconhecem que a preparação deles não é a ideal, mas, com paciência, conseguirão a aprovação um dia.

Eu não estou estudando do jeito que gostaria. Gostaria de poder trabalhar meio período e estudar o resto do tempo. Não trabalhar oito horas e estudar só nas horas que sobram à noite. Estou tendo que estudar uma hora só por dia. Eu acho pouco pra pelo menos quem quer fazer concurso. É pouco. Vou acabar demorando mais pra conseguir.

Elsa, 27 anos, advogada

Embora a maioria deseje ingressar no setor público, alguns entrevistados criticam-no e preferem seguir outras carreiras. É importante frisar que, geralmente, os críticos já tiveram planos de ingressar no setor público, e desistiram. As críticas dirigem-se a 1) Experiência de concurseiro: *“Eu não tenho paciência pra ficar em casa estudando, decorando lei. Acho um estudo burro, sabe? Estudar pra concurso é um estudo burro, porque não te faz pensar”* (Ágata); 2) Eficiência: *“Eu ainda espero que a carreira pública comece a ficar sujeita a algumas métricas, assim, de eficiência e de qualidade de serviços. Então, eu acho que, assim, isso implica um funcionário público ser um pouco mais demandado naquilo que ele faz”* (Eliseu). 3) Rotina de trabalho: *“um trabalho de servidor público do baixo escalão é bem monótono, sabe? Tu faz o trivial do teu dia a dia. Bate ponto tal hora, sai tal hora. Não é uma coisa que agregaria muito, pra te deixar uma experiência de vida”* (Rômulo), 4) Sem espaço para criatividade: *“É tudo muito fechado. Tu não tem muita liberdade de atuação, em termos de organização”* (Valentina). Algumas críticas são dirigidas aos servidores públicos, que são considerados pouco dedicados ao trabalho, pouco empáticos com as populações marginalizadas, machistas e racistas, pouco cooperativos com o trabalho dos advogados e com pouco zelo pela promoção da justiça.

Portanto, ingressar no setor público é o desejo da maioria dos recém-diplomados. Eles almejam, inclusive, cargos cujo requisito é o ensino médio. O salário de aproximadamente dois mil reais que eles recebem no setor privado é inferior à remuneração dos servidores de Porto Alegre, inclusive os da administração municipal. Além da renda, outros aspectos tais como estabilidade, previdência social, ambiente de trabalho, carga horária e dias de férias são mais vantajosos do setor público em comparação aos seus empregos. Para ser investido em cargo público, são necessárias longas horas de estudo. Alguns entrevistados dedicam-se em tempo integral à aprovação em concursos, enquanto outros conciliam estudo e trabalho. O alto custo financeiro e a indisponibilidade de tempo criam barreiras para a aprovação.

5.6. Conclusão

Depois da graduação em Direito, alguns cursos de ação predominam: 1) Emprego em escritório de advocacia como advogado celetista ou associado; 2) Concurseiro; 3) Advogado autônomo sem escritório; 4) Advogado autônomo com escritório; 4) Pós-graduação; 5) Emprego fora do mercado de trabalho em Direito; 6) Início de outro curso de graduação; 7) Desemprego. As

oportunidades de ganho elevado de renda para um recém-diplomado restringem-se à investidura em cargo público de alta remuneração (como servidor ou em cargo comissionado), ao sucesso de um escritório de advocacia de clientes de pessoa física e ao emprego em uma grande banca de advocacia. Poucos recém-diplomados têm acesso às ocupações de alta renda.

Os dados empíricos reforçam e tensionam interpretações dominantes da literatura sobre expansão universitária e mercado de trabalho. Os pesquisadores, geralmente, tratam a sobrequalificação como uma situação inferior ao emprego com escolaridade adequada (VAISEY; 2006; CHEVALIER, 2003). No campo do Direito no Brasil, empregos cujo requisito de escolaridade é o ensino médio, seja no setor privado seja no setor público, são valorizados se oferecerem renda, benefícios e tarefas mais satisfatórios do que o emprego de advogado de escritório.

A geração de emprego por conta própria é possível em um segmento do mercado de trabalho: clientes de pessoa física. Para o exercício profissional, não é necessário adquirir equipamentos caros nem montar um escritório. Essa característica dos diplomados em Direito diferencia-se de outros campos. Maas (2018) mostra que, na Enfermagem, não há espaço para a atuação por conta própria, sendo que os enfermeiros dependem em larga medida das organizações para se empregarem. Diferentemente da Medicina ou da Odontologia, no campo do Direito, não é necessário investir em equipamento e em aluguel de sala para a atuação por conta própria. Os advogados podem adotar uma estratégia menos arriscada do que essas duas profissões, de modo a aumentar a base de clientes antes de consolidar o “negócio”. Atuar por conta própria favorece a consecução de outros objetivos, aspecto aparentemente menos comum em outras áreas.

Acompanhada da maior facilidade de inserção no mercado de trabalho, os recém-diplomados em Direito enfrentam a precariedade ocupacional. Definições de ocupação dos graduados, frequentemente, ignoram o retorno salarial e os benefícios empregatícios (ELIAS; PURCELL, 2004; ELIAS; PURCELL, 2014; ILO, 2012). Os dados desta pesquisa mostram que traços de precariedade estão presentes na atuação por conta própria e na contratação de advogados associados. Outra contribuição desta pesquisa para a definição de emprego dos advogados é evidenciar que o nome da ocupação e os requisitos de escolaridade não necessariamente indicam se uma ocupação é, ou não, uma ocupação de pessoas com nível superior. Nos escritórios contencioso de massa, os advogados exercem tarefas simples e rotineiras e a remuneração é baixa, se comparada à média salarial dos brasileiros com ensino superior completo. Apesar de serem

contratados como advogados, eles exercem tarefas e recebem proveitos financeiros mais próximos da média das ocupações de não graduados do que da dos graduados.

A diversificação dos postos de trabalho foi evidenciada pela procura de empregos de ensino médio no setor público e pela presença de bacharéis em Direito no mercado de não graduados. Foram entrevistados recém-diplomados trabalhando como motorista de ônibus, técnico em eletrotécnica, agente administrativo e atendente. Advogados têm atuado como assistente jurídico nas grandes bancas.

As ações de fechamento ocupacional pouco têm contido a oferta de bacharéis e advogados no mercado de trabalho. O curso de Direito há décadas tem se posicionado entre aqueles com o maior número de matrículas. O número de advogados registrados na OAB ultrapassa um milhão. Os dados desta pesquisa mostram que o fechamento ocupacional pode não ser suficiente para conter a oferta de profissionais ou para garantir benefícios ocupacionais. A fraca aliança com outros atores do ecossistema (ABBOTT, 2004) e disputas intraprofissionais (BONELLI, 1998) são fatores que explicam o quadro atual do número de advogados. A OAB tem pouco poder de regular a abertura de novos cursos e seus interesses conflituam com os do Ministério da Educação e das instituições de ensino superior. A legalidade da contratação via “advogado associado” favorece o empregador, mas não atende aos interesses do contratado.

Em termos de conflito posicional, é preciso considerar dois tipos de luta: a) Recém-diplomados com origem de classe média tradicional ou elite vs recém-diplomados com origem nas classes populares; e b) estabelecidos (sócios e servidores públicos) vs outsiders (recém-diplomados). Os recém-diplomados com origem privilegiada têm mais chances de ingressar nos postos de trabalho superiores, mas estão sujeitos às disputas em outras arenas. A redução do número de novas vagas no serviço público, contratos empregatícios pouco favoráveis ao contratado e a elevada concorrência por clientes pessoa física afetam a todos os recém-diplomados, independentemente da classe social de origem. Um mesmo ator pode estar numa posição de vantagem em uma arena, mas de desvantagem em outra. Esta pesquisa contribui para a literatura de conflito posicional ao mostrar que os atores sociais estão situados em arenas diferentes. Também reforça a importância de considerar os efeitos de período, coorte e idade.

Pontos de resumo

1. A formação de bacharéis em Direito está concentrada em poucas instituições de ensino superior. Em 2015, em torno de 80% dos recém-diplomados graduaram-se nas quatro maiores IES.
2. Não existem dados precisos sobre a quantidade de bacharéis em Direito sem a licença da OAB. Os dados qualitativos evidenciam que estratégias de aprovação são tomadas, especialmente, depois de algumas reprovações, e que eventualmente a maioria é aprovada.
3. O salário e as condições de emprego da maioria dos escritórios de advocacia estão aquém das expectativas dos recém-diplomados e assemelham-se a segmentos do mercado de trabalho dos não graduados.
4. O mercado de trabalho em Direito é passível de expansão por meio da atuação por conta própria. Os recém-diplomados obtêm causas de pessoas de sua rede social.
5. Ingressar no setor público, mesmo em cargos cujo requisito é o ensino médio, é o desejo da maioria dos recém-diplomados. Obter a investidura em cargo público é um desafio no qual a maioria está fadada ao fracasso.

6 Desigualdade e classe social: em busca da boa vida

6.1. Introdução

Na discussão sobre desigualdade social, um tema de interesse dos pesquisadores é compreender os efeitos da desigualdade sobre as percepções, o reconhecimento social e as emoções dos atores sociais (p. ex. SENNETT; COBB, 1972; SKEGGS, 1998; LAMONT, 2018). O capítulo anterior mostrou a dimensão posicional da desigualdade no mercado de trabalho. Os recém-diplomados em Direito navegam numa estrutura ocupacional que oferece retornos diferenciados, observada por meio das relações sócio/advogado empregado, setor público/setor privado e contrato de associado/contrato celetista. Enquanto a elite do mercado jurídico, do setor público ou privado, recebe remunerações acima de vinte mil reais, advogados empregados em escritórios recebem um décimo dessa remuneração. Bacharéis em Direito que atuam nos próprios processos realizam trabalhos eventuais, têm renda incerta e não possuem garantias trabalhistas, e advogados associados geralmente não estão amparados pelas garantias trabalhistas. Os servidores públicos têm benefícios superiores aos empregados do setor privado, em termos de estabilidade, previdência social e renda.

Este capítulo analisa os efeitos da desigualdade posicional sobre as percepções, os valores, as avaliações e o reconhecimento dos bacharéis em Direito. Primeiramente, analisa as definições de bom emprego e a classificação ocupacional. Na sequência, aborda a avaliação de renda. Depois, descreve as experiências fora do Direito. Finalmente, analisa as relações entre hierarquia ocupacional, expectativas laborais e mácula de classe.

O argumento central é de que embora os entrevistados empreguem um número alto de critérios de definição de bom emprego, existe um consenso sobre a hierarquia ocupacional, em que poucas ocupações são altamente desejáveis. Essa evidência empírica justifica-se pela abismal desigualdade do mercado de trabalho, o qual confere vantagens desproporcionais a um pequeno conjunto de ocupações. Como o desejo de ascender socialmente está presente, os recém-diplomados em Direito lutam para evitar o que consideram uma experiência laboral subótima. Devido à baixa probabilidade de ascensão social, a realização profissional torna-se improvável e a condução de vida torna-se um limbo, marcado por um caminhar perpétuo.

6.2. Bom emprego e classificação ocupacional

Um bom emprego é um emprego que tu não precise ficar 24 horas trabalhando. É um emprego que tu pode sair do trabalho e esquecer o trabalho. Pode dormir bem. Pode, no final de semana, sair com a tua família, sair com o teu cachorro e ir na praia. Um emprego que tu consiga, pelo menos uma vez por ano, fazer alguma viagem. Um emprego que tu consiga, pelo menos, tirar um mês de férias. Um emprego que tu consiga comer bem. Comer bem não digo fartura, mas ter o mínimo, assim, de alimento, sei lá. Poder sair, de vez em quando, num restaurante. Poder ir num shopping, comer um Mac. Um emprego que te dê felicidade, assim, que tu possa suar muito, mas que tu soe com o sorriso no rosto.

Gregório, 24 anos, Auxiliar jurídico

A fim de compreender a relação entre desigualdade no campo do Direito e vida desejada, esta seção analisa as características desejáveis dos empregos. O objetivo é preparar o terreno para discutir, em seguida, o que Sennett e Cobb (1972) chamaram de “*injuries of class*” (isto é, máculas de classe), no contexto de jovens brasileiros das classes populares que acessaram ao ensino superior. Esta seção elenca as características de emprego que pautam os bens sujeitos a uma luta de classe sobre o que é uma vida significativa e satisfatória.

Compreender os efeitos da desigualdade do mercado de trabalho sobre a vida desejada pelos recém-diplomados em Direito é complexo, por dois motivos principais. Em primeiro lugar, a qualidade do emprego comporta várias dimensões: 1) Renda; 2) Benefícios empregatícios (férias, estabilidade, aposentadoria, seguro saúde, licença maternidade e outras licenças); 3) Estrutura das atividades de emprego (tarefas, carga horária e hierarquia); e 4) Valor social (prestígio e relevância social). Em segundo lugar, conforme analisado no capítulo 3, a avaliação das condições de vida depende dos processos de adaptação, aspiração, comparação social e fronteiras simbólicas/identidade social.

A socialização no campo do Direito e a credencial ocupacional limitam o escopo de ocupações consideradas. Os entrevistados não se imaginam exercendo ocupações distantes de suas possibilidades e experiências. Questionada sobre a qualidade do emprego na Engenharia, área que Felícia pensou em seguir durante o ensino médio, ela responde que: “*Eu não me vejo hoje como engenheira. Eu me vejo na área jurídica porque a minha preparação é pra isso. Mas poderia ter sido uma engenheira. Hoje, é difícil me ver como uma porque eu fiz todo um outro caminho*”. Felícia interage com engenheiros no emprego e conhece as condições de emprego e de renda deles.

No entanto, a experiência de emprego da Engenharia não constitui uma referência, pois a credencial, os valores e o conhecimento acadêmico da entrevistada não são voltados para essa área.

Porém, é incorreta a afirmação de que a única referência dos recém-diplomados são as ocupações jurídicas. Muitos deles tiveram experiência laborais antes de ingressar no ensino superior e conviveram com outras pessoas (especialmente familiares) em ocupações fora do mercado dos graduados. Por exemplo, Nestor, filho de agricultores, é capaz de narrar em detalhes as condições de trabalho no campo e comparar com as ocupações jurídicas. Para os entrevistados nascidos e criados em Porto Alegre, a referência de trabalho rural inexistente. De qualquer forma, o conjunto de ocupações no mapa mental dos entrevistados é limitado.

As informações sobre a qualidade dos empregos são obtidas de três formas. Primeiramente, os recém-diplomados em Direito têm experiências profissionais em estágios e empregos. Ao estagiar em gabinetes, em delegacias ou em tribunais de justiça, eles adquirem conhecimentos sobre a rotina de trabalho das organizações judiciais e convivem com os profissionais que trabalham nelas. Em segundo lugar, os recém-diplomados convivem com outras pessoas de seu grupo, que lhes contam suas experiências profissionais. Esta segunda fonte de informações gera menos sentimentos e menos memórias do que a experiência direta. Por exemplo, Hugo, que nunca trabalhou nem estagiou em escritório de advocacia, afirma que *“Eu só posso te dar uma percepção de quem nunca trabalhou em escritório. A minha percepção, digamos assim, (é resultado d) o censo que eu fiz com os meus amigos, né?”*. Finalmente, os recém-diplomados buscam informações na internet e aprendem em sala de aula sobre as profissões do Direito. *“Na sala de aula, o professor te ensina: ‘vocês têm que chamar o cliente de vocês ao escritório. Vocês têm que orientar eles. Cuidado para ele não entender errado. Ele tem que de lá sabendo o que vai falar pro juiz’”* (Cícero).

6.2.1. As tarefas desejáveis (aspectos intrínsecos)

A definição dos recém-diplomados em Direito de bom emprego considera aspectos referentes às tarefas, à interação social, ao salário, aos benefícios empregatícios³⁸ e ao papel social.

³⁸ As definições de bom salário e bons benefícios empregatícios serão tratadas mais adiante, em tópico específico.

O trabalho remunerado, para eles, não deve ser somente um meio de sustento, mas também de interações sociais significativas, de relevância social e prazeroso.

Um trabalho que possibilite aprendizado constante integra a percepção dos entrevistados sobre tarefas de trabalho agradáveis. O aprendizado deve ser em áreas de interesse, o que, muitas vezes, significa ser da área do Direito (ou em Ciências Sociais, numa definição ampla). À atitude de valorizar a dimensão do aprendizado, Gerrard (2014) chama de *ética do aprendizado*.

Felícia, que trabalha como eletrotécnica, aponta a falta de oportunidades de aprendizado na área do Direito como o principal motivo de insatisfação com o emprego atual. Embora tenha uma percepção idealizada do trabalho de escritório, afirma que o aprendizado de seu emprego não confere o mesmo significado do que os empregos na área do Direito.

A primeira questão que o trabalho me deixa insatisfeita são as não oportunidades de aprendizado que ele me traz. Por exemplo, se eu tiver trabalhando num escritório, cada processo que cair na minha mão é uma oportunidade de aprendizado. Vai trazer uma coisa pra mim que eu não sei, ou vai reforçar uma coisa que eu sei. No trabalho hoje, isso não acontece. As coisas que são trazidas pra mim são uma oportunidade de aprendizado, mas é um aprendizado que eu não quero mais. Então, tipo assim, é interessante, é legal o sistema elétrico. É muito interessante. Só que esse tempo que eu tô consumindo aprendendo sobre o sistema elétrico é o tempo que eu poderia tá consumindo aprendendo sobre o Direito. Então, uma das coisas que incomoda muito no meu trabalho são as não oportunidades de aprendizado do mundo jurídico que ele me traz.

Felícia, 27 anos, eletrotécnica

A ética do aprendizado está atrelada a outro ponto central da definição de bom emprego: a relevância social. Adquirir conhecimentos em áreas em que o entrevistado considera importante para o seu ideal de sociedade é uma das características da ética do aprendizado. Teófilo afirma que *“um trabalho que permita enxergar as contradições e poder falar das contradições enquanto tal, e em que eu possa aprender alguma coisa sobre justiça e desigualdade”* o instiga. O mestrado foi o meio que ele encontrou para satisfazer seus ideais. Pascoal, que recentemente concluiu o mestrado, narra positivamente a sua última experiência educacional por ter proporcionado conectar o conhecimento jurídico com a crítica social. Ele contrasta a experiência de mestrado com o emprego de policial militar, que exerceu por oito anos.

No mestrado, eu comecei a ter contato com o que eu sempre quis com o Direito, que é a crítica do Direito. Eu estava fazendo algo que me significava alguma coisa. Eu dava sentido àquilo. Eu conseguia entender o que eu estava fazendo. Conseguia entender o que eu fazia parte. Conseguia fazer alguma coisa dentro daquilo no espaço onde eu ocupava. Coisa que eu nunca consegui fazer na brigada. Na brigada, tu não consegue ir além da função que você ocupa, das estruturas.

Pascoal, 29 anos, desempregado

Uma das consequências da ética do aprendizado é a boa avaliação da carreira de professor universitário. Essa carreira é a que melhor representa o ideal de aprendizado constante. Também contém atributos positivos de relevância social. O professor universitário é percebido a) como o educador das novas gerações: *Dar aula em faculdade, querendo ou não, tu ajuda abrir a mente das pessoas. A maioria das pessoas entra com uma mente fechada*” (Margarida); e b) como um trabalho intelectual autônomo: *“Um bom trabalho te instiga a pensar ‘fora do que todo mundo pensa’, entre aspas, coisas que te acabam te desafiando intelectualmente. Advogado é uma profissão que te permite fazer isso. Professor universitário, nem se fala!”* (Rômulo), *“parece ser um lugar que te dá mais oportunidade de pensar de forma um pouco mais livre* (Januário).

Gerrard (2014) explica a emergência da ética do aprendizado a partir de aspectos do modo de produção capitalista contemporâneo, tais como a responsabilização individual, a competitividade, a individualidade, a flexibilidade e as construções simbólicas de sucesso e fracasso. Morarji (2014) analisa a ética do aprendizado por meio da socialização escolar. Segundo a autora, num contexto rural na Índia, o fato de crianças e adolescentes frequentarem diariamente a escola, abstendo-se do trabalho rural e ouvindo discursos que enaltecem a educação e as ocupações de ensino superior, educa a mente e o corpo a negar ocupações manuais e a reproduzir valores atrelados à ideologia educacional (BAKER, 2014).

Os recém-diplomados em Direito passaram mais de quinze anos em instituições de ensino. A maioria nunca realizou trabalhos manuais. Seus corpos foram treinados a estar em posição sedentária e suas experiências frequentemente foram formadas pela aquisição ou demonstração de conhecimento. Depois de concluir o ensino superior, o *habitus* permanece. Dessa forma, o esquema de classificação de valorização da educação aplica-se às experiências laborais.

Aparentemente, a valorização da ética do aprendizado pelos entrevistados contradiz com o comportamento escolar deles. Muitos entrevistados afirmaram que, durante a graduação, *“não se dedic(aram) às cadeiras tanto quanto gostaria(m)”* (Ícaro). Passar horas estudando para as disciplinas acadêmicas não foi uma atividade rotineira. Muitos mestres ou mestrandos relatam que a maior exigência de estudos do mestrado, em comparação à graduação, implicou um ritmo de estudos ao qual não estavam acostumados. A explicação para o paradoxo segundo o qual o valor ao aprendizado conflitua com o comportamento nas instituições escolares explica-se, primeiramente, pelo fato de que os empregos sem aprendizado são definidos como rotineiros e

repetitivos. Num emprego sem aprendizado, as atividades do dia presente são iguais às do dia anterior. Essa *monotonia* (palavra recorrentemente usada por eles) é altamente indesejável. Em segundo lugar, para os entrevistados, aprender é sinônimo de criar. Um emprego com aprendizado é aquele em que coisas novas são produzidas. Essas “coisas” assumem inúmeros exemplos, significando peças, recursos, sentenças, artigos acadêmicos, aulas, etc. Em terceiro lugar, aprender é sinônimo de estudar, ou seja, diz respeito ao ato de ler, revisar e desenvolver *expertise* numa área. Portanto, os entrevistados adotam uma definição ampla de aprendizado, em contraposição a uma definição restrita que incluiria somente o terceiro significado.

Relacionado à ética do aprendizado, os entrevistados valorizam um trabalho “artesanal”. Participar de todas as etapas de um processo jurídico (ou de outros produtos) é preferível a um trabalho compartimentado. No último, “*a relação de trabalho é desgastante porque é o mesmo estímulo sendo reiterado durante todo o dia, durante semanas, meses, anos*” (Ícaro). No trabalho artesanal, o trabalhador tem autonomia para pesquisar, escrever e produzir. Não é um trabalho do tipo “*copia e cola*”, em que já existem modelos pré-moldados e a única tarefa é verificar se o modelo se ajusta ao caso em tela. O trabalho “*massificado*” de escritórios em que os advogados atuam em muitos processos semelhantes é contrastado ao trabalho “*artesanal*” nos pequenos escritórios e escritório boutique. Este é mais desejado por possibilitar a originalidade, o aprendizado e a autoria individual.

Outro aspecto valorizado no emprego é a autonomia. Estar sujeito à revisão constante de superiores é desvalorizado. A revisão pelos superiores também afeta a autoconfiança, reduzindo a margem para que o entrevistado se perceba suficientemente apto para executar a tarefa. Definir os horários de entrada e saída do emprego e não fazer um trabalho de servo também compõem a definição dos entrevistados de autonomia. Teresa, por exemplo, citou a subordinação ao chefe durante o tempo em que trabalhava como secretária. Para ela, prestar serviços exclusivamente para uma só pessoa mina o sentimento de valor pessoal. Ela prefere ser útil para a sociedade como um todo ou para uma instituição do que para uma única pessoa. Não prestar contas aos superiores, delimitar a quantidade de tarefas, determinar a hora de entrada e de saída do trabalho e não realizar um trabalho submisso compõem os elementos do que os entrevistados chamam de “autonomia”.

Outro aspecto valorizado das tarefas é a associação positiva entre habilidades exigidas pelo emprego e habilidades possuídas pelo trabalhador. A ausência dessa associação debilita a autoestima, por evidenciar as fraquezas. Apesar de jovem, Atanásio exerce uma função de muita

responsabilidade e de alto salário: assessor de magistrado. As características do seu emprego é o sonho de muitos bacharéis em Direito. Ele trabalha no sistema público de justiça (ainda que em cargo comissionado) e recebe uma renda que o coloca entre os 5% mais ricos da população brasileira. O emprego de Atanásio causou-lhe (e causa-lhe) sofrimentos. Ser responsável por tomar decisões de alto impacto numa matéria do Direito com a qual não se sente seguro, e conviver com colegas de trabalho os quais ele considera que detêm mais conhecimento do que ele tem feito com que o seu emprego se torne um inferno astral. Como não tem a estabilidade de um servidor público, não se sentir totalmente apto provoca-lhe um forte sentimento de insegurança, refletido pela expectativa de que pode ser demitido a qualquer momento devido a decisões equivocadas. Soma-se à situação de Atanásio, a desigualdade do mercado de trabalho. Poucos bacharéis em Direito recebem remuneração semelhante a dele. Caso seja demitido, retornar à posição em que está ocupando será um grande desafio.

Sentir-se com mais habilidades do que o exigido é o outro lado do problema. Alzira recusou-se a fazer estágios depois de perceber que as tarefas delegadas a ela eram inferiores às suas habilidades e ao exigido dos outros estagiários. *“Olha, nos estágios onde eu participei, eles não me davam muita abertura para que eu pudesse aprender. Abertura no sentido de autonomia para que eu pudesse aprender. Sempre nos trabalhos que eu participava, eu sempre era a pessoa que tirava o xerox”* (Alzira). O fato de a cobrança dos estágios estar aquém de suas capacidades, e do que era cobrado dos outros estagiários, causou-lhe indignação. Para a entrevista, que é negra, a diferença de tratamento com relação aos outros estagiários e a percepção dos chefes de sua inadequação às atividades mais complexas deve-se ao racismo.

Os entrevistados querem fazer trabalhos que seguem valores éticos. Não mentir, não trapacear, não estar sujeito a uma advocacia regida por uma lógica estritamente mercantil e participar da promoção de direitos das minorias ou de grupos vulneráveis esmiúçam o significado de valores éticos. Não atender certos clientes também é mencionado, apesar de controverso, pois os entrevistados também afirmam que todas as partes têm o direito à representação e que ninguém deve ser julgado de antemão. A recusa à defesa assume uma forma grupal. Por exemplo, Isaura não defenderia homens acusados de violência contra a mulher nem empresas acusadas de violar direitos dos trabalhadores.

Por fim, outra característica desejável das tarefas é não causar danos à saúde física. Em larga medida, essa característica emergiu devido às experiências de trabalho em ocupações manuais

do entrevistado ou de sua família. Dos entrevistados que a mencionaram, dois são filhos de agricultores e já realizaram tarefas agrícolas, um é ex-soldador, um é ex-policia, um é filho de eletricista e uma entrevistada considera prestar o concurso para a polícia (civil ou militar). Para os outros entrevistados, provavelmente, devido à falta de experiência em ocupações manuais deles ou de suas famílias, essa é uma característica pouco saliente de definição de bom emprego.

Tarefas repetitivas, rotineiras e subordinadas são a antítese do que é desejado pelos entrevistados. As ocupações do Direito não previnem os entrevistados de experiências laborais negativas. Escritórios “massificados”, que atendem muitos clientes em processos judiciais semelhantes, oferecem empregos do tipo “*copia e cola*”, na opinião dos entrevistados. No início da carreira, comumente, os superiores não depositam confiança no trabalho dos recém-diplomados e, conseqüentemente, as tarefas destes estão sujeitas à revisão e à crítica daqueles. A exigência de ensino superior para a prática da advocacia não altera o fato de que os escritórios de advocacia se estruturam por meio de relações hierárquicas, e que a organização do trabalho de larga escala promove a compartimentalização das tarefas. Soma-se a isso a pressão temporal. Não cumprir os prazos judiciais incorre em prejuízos para o escritório e para o representado. O senso de urgência causado pelos prazos provoca uma preocupação constante com o trabalho. Mesmo quando os entrevistados estão fora do expediente, a preocupação permanece. “*É uma loucura. A gente vive pra cumprir prazos. Às vezes, eu chego a sonhar com os prazos. No dia que eu sofri um acidente de trânsito, eu lembro que eu tava caminhando em direção ao ponto de ônibus e pensando no prazo pra cumprir, pra despachar*” (Ágata). Devido aos prazos, fazer hora extra faz parte da rotina de alguns advogados. O cumprimento dos prazos, ocasionalmente, não concilia com a rotina de oito horas de trabalho. Ao justificar a ausência a uma entrevista agendada no dia anterior, Elsa afirma: “*Alguns dias tenho necessidade e fico um pouco mais. Ontem, tinha um prazo ali que acabou me segurando um pouco mais*”. A estruturação da advocacia privada em torno de tarefas inadiáveis é um aspecto negativo intrínseco à experiência de emprego. Dificulta obter tranquilidade e desfrutar de maneira prazerosa os momentos fora do emprego.

Em suma, as tarefas ideais de emprego, na perspectiva dos entrevistados, devem proporcionar aprendizado, ser variadas, integrar todo o processo de produção do trabalho final, ser útil para a instituição ou para a sociedade (e não somente para uma única pessoa), conferir liberdade para que o próprio trabalhador defina o resultado final, condizer com as habilidades do trabalhador (não sendo simples demais nem muito difíceis), ser ética e saudável para o corpo. Tarefas

subordinadas, repetitivas, rotineiras e de alta pressão temporal são os aspectos negativos mais salientes. A ocupação de advogado não possui todos os atributos valorizados. A presença de características positivas ou negativas depende da estrutura organizacional do escritório. A pressão temporal é pervasiva a toda a profissão.

Estar em posição de autoridade é preferível a estar em posição subordinada. Ter autonomia para estipular o horário de trabalho, definir as tarefas e decidir o conteúdo delas estão associados à posição hierárquica numa estrutura organizacional. Então, para que os entrevistados consigam mais autonomia, precisam de promoção na hierarquia organizacional. O trabalho rotineiro e repetitivo, numa grande empresa, é resultado da organização do trabalho capitalista em larga escala. À medida que se avança na hierarquia organizacional, menos rotineiro e menos repetitivo se torna o trabalho. Porém, empregos de tarefas rotineiras, repetitivas e subordinadas não implicam necessariamente baixo ganho de capital econômico e simbólico. Pesquisas evidenciam que o trabalho em organizações da elite corporativa mundial apresenta características indesejáveis, apesar de os funcionários terem prestígio e alto salário (HO, 2009; POWELL, 2013). Entretanto, melhorar as condições de trabalho requer, em certa medida, elevar a posição de classe. Essa é uma forma pela qual classe social afeta a vivência de um estilo de vida desejável. As classes superiores não somente possuem uma quantidade desproporcional de capitais econômico, social, simbólico e cultural, como também possuem em maior medida as condições desejáveis de emprego. Porém, auferir um grande volume de capital não está associado perfeitamente a realizar tarefas agradáveis.

6.2.2. Aspectos extrínsecos de um bom trabalho

O trabalho é um meio para atingir fins visando a uma boa vida. Assim como ocorre com os aspectos intrínsecos do trabalho, há uma associação entre aspectos extrínsecos e classe social. Esta seção analisa os aspectos do emprego que dizem respeito à consecução de fins em outras esferas.

6.2.2.1 Aspectos referentes à sociabilidade e ao respeito

Sociabilidade no ambiente de trabalho - O ambiente de trabalho deve prover interações respeitadas e amistosas. Os entrevistados gostam de se sentir relevantes para a organização. Eles

se lembram (e citam) acontecimentos em que um representante da organização onde estagiaram telefonou para perguntar-lhes como tinham se saído nos exames finais; em que receberam pequenos presentes da organização, e em que participaram de reuniões com a chefia na qual foram-lhes apresentados os resultados e os projetos da organização. Conviver com chefes dispostos a ensinar, pouco autoritários e amigáveis é um atributo valorizado, bem como ter colegas de emprego que não criem um ambiente competitivo e traiçoeiro. Existem divergências no que diz respeito ao grau de amizade ótimo entre os colegas de trabalho. Alguns preferem restringir o convívio com colegas ao ambiente de trabalho e tratá-los somente como colegas, enquanto outros preferem construir relações de amizade. Membros de grupos minoritários esperam que o ambiente de trabalho não seja racista, homofóbico e machista.

Relevância social - A definição de trabalho socialmente relevante abarca uma variedade extensa de significados, variando desde envolver grandes somas de dinheiro até atender populações vulneráveis. O maior consenso sobre o que não é um trabalho socialmente relevante diz respeito a atender aos interesses de somente uma pessoa (como ocorre, por exemplo, nas ocupações de secretária, segurança privado, empregada doméstica e motorista particular). Muitos entrevistados acreditam que o seu trabalho age de maneira benéfica para a sociedade, pois atendem populações frágeis (como trabalhadores contra empresas, professores do ensino básico contra o Estado), escrevem dissertações de mestrado sobre temas de impacto social, ou, até mesmo, ajudam calouros de classe média alta de uma instituição de ensino superior a navegar no ensino superior. Outro aspecto do que não é um trabalho socialmente relevante é realizar tarefas facilmente aprendidas. Atividades de baixa complexidade, repetitivas e rotineiras não despertam o senso de relevância. Nestor, em tom de desdém, afirma no seu emprego anterior “*Um estagiário em final de curso faria o trabalho sem problema algum. Não era um trabalho de advogado*”. Não exercer atividades de acordo com as habilidades diminui a avaliação da relevância social.

Motivações políticas - Muitos entrevistados esperam que o trabalho dê vazão às suas motivações políticas. “Lutar contra a injustiça” - isto é, tomar decisões em prol de grupos vulneráveis num contexto jurídico - deve ser oportunizado pelo emprego. A justificativa para os planos profissionais de ingresso nas bem remuneradas carreiras jurídicas do setor público assenta-se, em larga medida, na promoção de uma sociedade que “defenda a dignidade” e que “combata injustiças, auxiliando pessoas em situação de vulnerabilidade”.

O que te motiva a trabalhar, sabe? Eu não sei. Pra mim, o que me motiva a trabalhar não é só a questão financeira. Ela é muito positiva nessa área. Agora, também, tem que ter

uma função social, né? Então, o que me chamou muito a atenção na área criminal foi isso, principalmente pelo sistema punitivo que a gente tem hoje, que é um sistema punitivo extremamente seletivo, injusto. Isso fez com que eu me engajasse muito nessa área, assim, pra além de tá exercendo a minha profissão, eu tá fazendo um pouco de diferença na vida não das pessoas, assim, mas tentando, sabe?, combater injustiças, auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade. É muito por isso que eu quero fazer o concurso pra defensoria pública, também, entendeu?

Catarina, 24 anos, advogada autônoma

É isto o que eu quero fazer da minha vida: cuidar de pessoas, da dignidade das pessoas. Quero defender essa dignidade e tal. Tá ótimo. Mas eu sei que tem muita gente que pode fazer esse trabalho tão bem ou melhor do que eu. Eu acho que eu vou fazer muito mais diferença se eu for dar a minha cara no Ministério Público. Por isso que eu queria ser promotora.

Isaura, 25 anos, advogada autônoma

Nenhum entrevistado afirmou que receber 20 mil reais por mês (salário mais de vinte vezes mais alto do que o recebido pelos membros dos grupos mais vulneráveis do Brasil) é incongruente com a luta contra as desigualdades. Embora os recém-diplomados em Direito sejam vítimas de uma estrutura desigual que provê salários dez vezes mais alto à elite jurídica de um Estado Democrático, em comparação com os postos mais comuns, o nível de desigualdade mais criticado e mais motivador de ações é o da relação entre instituições jurídicas e grupos marginalizados que sofrem vieses de ação estatal³⁹.

Status e prestígio social - Alguns entrevistados mencionam que um bom emprego deve conferir prestígio, no sentido de respeito recebido por ocupar uma posição superior. Esse aspecto foi enfatizado principalmente quando o entrevistador lhes solicitou para comparar o emprego de advogado com as ocupações de seus pais. Em linhas gerais, trabalhar como advogado é preferível a trabalhar em ocupações de não graduados, mesmo quando o salário é mais baixo, porque confere mais prestígio. Por exemplo, Gregório - que recebe menos como auxiliar jurídico em uma grande banca do que o seu pai, como eletricista – relata que, independentemente da renda, ele prefere trabalhar como advogado porque, como eletricista, “*não me sentiria tão bem na questão de... sei lá se pode dizer status social. Não que eu seja, assim, orgulhoso, mas eu me sinto melhor no meio do Direito, sabe? Acho que tu é mais respeitado*”. Vera e Virgínio, cujos pais são metalúrgicos e recebem três vezes mais do que seus filhos, afirmam que se graduar como bacharel em Direito e trabalhar como advogado é motivo de orgulho para eles e seus pais devido ao *status*, mas, como

³⁹ Há mais menções à desigualdade entre os “super-ricos” (acionistas e donos de grandes empresas) e o resto da sociedade do que entre elite jurídica e advogados associados.

afirma Virgínio, “*tem o status de advogado, mas é complicado* (devido a todo processo de desvalorização narrado ao longo da tese)”.

Aspectos referentes ao estilo de vida

O bom emprego é aquele que cria condições para que o trabalhador floresça nas relações sociais e nos *hobbies*, e que garante uma experiência estável no longo prazo. Não se preocupar com uma possível demissão, passar tempo com a família, com o(a) companheiro(a) e com os amigos e ter tempo para caminhar, ler, correr, jogar videogame, fazer academia, estudar, viajar, assistir partidas de futebol, tocar violão, dançar, dentre outros passatempos, constituem atividades que não deve ser estorvadas pelo emprego. Embora os entrevistados se preocupem com a inserção profissional, eles reconhecem que uma boa vida não se restringe somente à posição social e, mais importante do que esta, é construir relações sociais significativas e realizar atividades que lhes trazem bem-estar. A percepção de que a pessoa “*trabalha para viver, e não vive para trabalhar*” (Elsa) é mais central do que a percepção de que o trabalho deve concentrar todas as energias.

Carga horária - O investimento na carreira profissional supera a carga horária de emprego. Estudar (para concursos e para a prova da OAB), fazer cursos de especialização e de mestrado e trabalhar nos próprios processos adicionam-se ao expediente de trabalho. A carga horária do emprego deve prover tempo para que as outras atividades de inserção ocupacional sejam exercidas, bem para realizar atividades de lazer. Tipicamente, empregos que demandam mais de oito horas são mal avaliados.

Estabilidade - Um aspecto desejável é a estabilidade, sendo esse um dos principais motivos pela já mencionada procura pelos cargos públicos. Os entrevistados associam intimamente estabilidade, cargo público e alta renda. Em outras palavras, tratar da estabilidade fora do contexto de cargo público e alta renda faz pouco sentido para eles. A estabilidade sustenta planos de constituir família, ter filhos e comprar imóveis. Vera e Virgínio, casal recém-casado, afirmam que o projeto deles de comprar imóveis seria mais facilmente realizado se estivessem estabilidade no setor público. Alguns entrevistados afirmam que gostariam de constituir família quando tiverem mais estabilidade. A estabilidade também livra da ansiedade de ser demitido. Por exemplo, Atásio, que trabalha em cargo de comissão, gostaria de ser concursado para livrar-se da angústia de eventualmente ser demitido. Outro ponto positivo da estabilidade é tornar previsível a renda. Geraldo, dono de escritório, reclama da instabilidade financeira por não lhe permitir assegurar

despesas mensais acima do valor que ele considera garantido. Além disso, a estabilidade do serviço público é valorizada devido à independência funcional. Elsa, que se sente incomodada por certas práticas da advocacia privada devido a questões éticas, sente que a estabilidade do setor público lhe permitiria conduzir-se segundo os deveres previstos em estatuto, em vez de ser guiada pela vontade dos chefes, que é fundamentada por interesses meramente econômicos. Por fim, a estabilidade sustenta planos de aumento de renda e de continuidade dos estudos. Preparar-se para concursos de renda alta e fazer mestrado ou doutorado, na percepção dos entrevistados, seria facilitado pelo emprego no setor público. O único aspecto negativo da estabilidade é a falta de emoção. Ágata tem um perfil incomum. Ela repudia o emprego no setor público, sente-se satisfeita com a renda como advogada empregada e pouco valoriza a estabilidade. Para ela, a pressão de trabalho do escritório e o menor nível de estabilidade do setor privado tornam a vida mais instigante, pois emoções positivas e negativas permeiam diariamente a rotina.

Esta seção analisou a qualidade do emprego para além da renda. A literatura sociológica sobre mercado de trabalho e desigualdade de classe é dominada por indicadores monetários, tais como, índice de GINI e proporção da renda detida pelos 10%; 5% e 1% mais ricos. Esta seção discute outros aspectos que influenciam a experiência de uma vida significativa e satisfatória, que estão sujeitos à luta de classe. Em suma, para o recém-diplomados em Direito, um bom trabalho é aquele que: 1) Confere aprendizado; 2) Tem alto grau de autonomia; 3) É “artesanal”; 4) Condiz com as habilidades; 5) É ético; 6) Não causa danos à saúde física; 7) Possui interações respeitadas com os colegas e superiores; 8) Tem relevância social; 9) Confere prestígio; 10) Possibilita florescer nas relações sociais e nos *hobbies*; e 11) É estável. São muitas as dimensões consideradas. Encontrar um emprego que contemple de forma satisfatória todas elas não é uma tarefa fácil. No entanto, a partir dessas dimensões, os recém-diplomados em Direito estabelecem os critérios pelos quais avaliam a sua experiência de vida e formulam planos de inserção profissional. As análises da desigualdade de classe devem considerar todos os bens que influenciam a condução de uma vida satisfatória (SAYER, 2005). A vida desejável não se reduz à maximização de uma única dimensão, mas, sim, ao atingimento de um nível satisfatório em várias delas.

A próxima seção analisará os esquemas de avaliação de renda. Apesar de a definição de um bom emprego não se limitar à renda, esta é central para avaliação do próprio emprego e para os planos de carreira. A análise se concentrará nas “necessidades” e nos parâmetros de avaliação.

6.3. Avaliação da renda

Acho que isso de forma geral, não só no escritório onde eu trabalho, eu vejo nesses grupos de Facebook onde tem muitas vagas sendo anunciadas, assim, o salário que tão oferecendo, principalmente pra quem é iniciante, é um salário muito pequeno. Eu não sei se é por ser iniciante.
Rui, 27 anos, auxiliar jurídico/advogado

Na percepção dos entrevistados, o salário de um advogado recém-formado contratado varia de 1200 a 2500 reais (ou 1,25 a 2,67 salários mínimos, em valores de 2017). Por que todos eles, sem exceção, consideram baixo o salário oferecido pelos escritórios de advocacia de Porto Alegre? Avaliar esses valores como baixo é intrigante, por alguns motivos. Em primeiro lugar, os escritórios de advocacia pagam mais do que a mediana dos salários, a qual, há mais de dez anos, tem girado em torno um salário mínimo (PNAD, 2015). Se definíssemos *pobreza relativa* como estar abaixo da mediana dos salários, não poderíamos dizer que eles são pobres. Em segundo lugar, por mais que tenha havido reclamações sobre a qualidade da dieta, todos têm segurança alimentar. Também têm acesso às tecnologias contemporâneas: internet, celular, máquina de lavar, geladeira, etc. Se fôssemos analisar as condições de vida deles segundo os indicadores da literatura de necessidades básicas (HICKS; STREETEN, 1979), também não iríamos concluir que eles são pobres. No entanto, a avaliação de que salários em torno de dois mil reais são baixos é geral. Dois motivos levam-nos a considerar baixo o salário que recebem: as exigências de conforto/conveniência e as referências de comparação.

6.3.1. Exigências de conforto e conveniência

A definição de um bom salário, em larga medida, resulta das despesas percebidas como necessárias. Essas despesas não somente incluem as despesas “básicas” de alimentação, moradia, vestuário, internet, plano de celular, custo de vida do animal de estimação, eletricidade, água e

condomínio, como também incluem despesas consideradas menos básicas, como viagens, alimentação fora de casa e ida a cinemas e bares.

Os entrevistados estão cientes de que, a depender do momento do curso de vida, as necessidades mudam. Também admitem que os bens básicos têm preços variáveis. “(Um bom salário) *Tem que pagar o aluguel, mas um aluguel onde? Em qual bairro? Sabe, tem muitas, muitas diferenças*” (Atanásio). Embora ponderem essas condições, o esquema avaliativo dominante é de que bons salários estão na faixa de quatro e cinco mil reais. O valor mínimo foi de dois mil reais e o valor máximo foi de oito mil reais.

Salários entre quatro e cinco mil reais são considerados suficientes para manter o estilo de vida desejável. É importante deixar claro que esse valor se refere à renda individual, e não à renda domiciliar. Geraldo, que acessou a internet para consultar a Constituição Federal para responder à pergunta sobre bom salário, afirma que, para ele, dadas as condições atuais, um bom salário é de quatro mil e quinhentos reais, pois permite suprir as necessidades previstas em lei (da maneira como um brasileiro de classe média alta supriria).

Um bom salário, pra mim, hoje, é 4500 reais, tá? De acordo com o artigo 7º, inciso II da Constituição Federal, se eu não me engano, tá, Deixa eu botar aqui. “Artigo 7º: são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria da sua condição social: salário mínimo, inciso IV, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as necessidades básicas do cidadão, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência, com ajustes periódicos que lhe mantenham poder aquisitivo”. Pra dar conta da moradia, da alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene e transporte, previdência, quanto é o salário mínimo, quanto deveria ser? Não é 937. É uns quatro mil, né? Quatro mil dá conta de tu parcelar uma casa pra ti. 4000 mil dá conta de tu alimentar, te alimentar de forma saudável, bacana, de tu pagar um curso decente pra ti, que é a educação, saúde, pagar um plano de saúde, lazer e vestuário, vestir roupa boa, de qualidade. Eu considero um salário bom, pra mim, sem filho, quatro mil e 500 reais.

Geraldo, 27 anos, dono de escritório

Salários entre quatro e cinco mil reais possibilitam o que Pascoal chama de atravessar o “*limite da sobrevivência para o da vivência*”. Os entrevistados não aspiram a uma vida modesta. Querem conhecer países estrangeiros. Querem possuir carro. Querem comprar imóveis, de preferência, em bairros valorizados. Querem jantar em restaurantes, ir ao cinema e frequentar bares aos finais de semana. Querem manter uma casa limpa, bem decorada e com móveis novos. Querem pagar uma creche privada quando tiverem filhos. Querem dinheiro para manter os hobbies de leitura, videogame e prática de ginástica. O salário de um advogado empregado em escritório não é suficiente para manter o estilo de vida desejável.

Eles sentem que merecem receber um salário maior. Gregório, por exemplo, acredita que deveria receber mais pelas tarefas que exerce como auxiliar administrativo numa grande banca. *“Eu acho que eu poderia ganhar uns mil reais a mais pelo que eu faço, no mínimo”*. Os entrevistados também acreditam que a categoria de advogados deveria ser mais valorizada. Os salários dos advogados de escritórios são referidos por adjetivos e locuções adjetivas, como *“lamentável”*, *“salário de fome”*, *“injusto”*, *“absurdo”*, *“de exploração”*, *“ridículo”* e *“insatisfatório”*.

A gente deveria ganhar, cara, pra tu ter uma noção, em torno de uns quatro mil, no início. A gente ganha metade disso. É complicado, sabe? É bem difícil. É bem difícil. Isso te desmotiva.

Atanásio, 24 anos, advogado empregado

Então, ah, eu acho que, tipo assim, se eu for contratada hoje, eu não vou ganhar dois mil reais, tá? Eu vou ganhar, se eu for contratada pra um escritório, assim, eu vou ganhar 1200, 1400, 1500 pila. Ahn, tem alguns poucos escritórios que não te pagam salário de fome, mas são literalmente dois ou três em Porto Alegre.

Isaura, 25 anos, advogada autônoma

A atribuição de culpa pelos baixos salários recai sobre as relações de oferta e demanda do mercado de trabalho (*tem advogado demais sendo formado – Ícaro*) ou pelo mau caráter dos empregadores, que se aproveitam da vulnerabilidade dos recém-diplomados. *“Eu vejo que tem gente que ganha 300 mil, um milhão, enquanto outros são explorados pra trabalhar 40, 50 horas semanais e ganhar os seu 2, 3 pau por mês, no Direito. Como eu vejo o mercado? Injusto”* (Demétrio). Os entrevistados não atribuem a culpa a si mesmos pela insatisfação com a renda. Para eles, existem forças fora do controle que os levam a receber uma renda insatisfatória no mercado privado.

Embora os entrevistados expressem frustração com a situação de renda atual e com as possibilidades do mercado, eles fazem algumas ponderações sobre a renda. Primeiramente, eles ponderam que as suas *“necessidades”* são maiores do que a da geração de seus pais. *“Eu não conseguiria me manter se não morasse com meus pais. Só que meu pai, durante muitos anos da vida dele, ele ganhou menos do que eu ganho. Ele conseguiu se manter. Óbvio, antigamente o nosso salário era melhor aproveitado. Hoje não é tanto”* (Olga). O fato de a geração de seus pais aproveitar melhor o salário, provavelmente, refere-se a práticas que foram perdidas e à introdução de mais necessidades. Por exemplo, comprar ingredientes custa mais barato do que comprar comida pronta. Porém, de modo geral, os entrevistados preferem comer em restaurante ou comprar comida semipreparada a cozinhar. Viajar de avião a lugares distantes é uma aspiração provavelmente

ausente no grupo de seus pais. Em segundo lugar, eles ponderam que a renda deles poderia ser mais baixa se não tivesse concluído o ensino superior. Rui afirma que, como bacharel em Direito, recebe mais do que receberia se continuasse a trabalhar como operador de telemarketing. Assim, eles imaginam cenários em que a situação de renda poderia ser ainda pior.

Portanto, os recém-diplomados em Direito aspiram a um estilo de vida que não é possibilitado pelas posições mais comuns e acessíveis do mercado jurídico. Poderia-se questionar a legitimidade dessa aspiração, mas não é o objetivo desta pesquisa julgar os ideais de vida do grupo analisado, ainda que segundo critérios objetivamente sustentados. O conforto e a conveniência são valores centrais, fundamentando a idealização de um estilo de vida que requer, pelo menos, uma renda duas vezes a mais da que é tipicamente recebida por eles.

O sentimento de que eles merecem receber uma renda maior, pois estudaram, sacrificaram tempo e dinheiro e concluíram o ensino superior, gera uma mácula de classe. Para os trabalhadores, de modo geral, sentir-se digno de uma renda maior é recorrente, mas existe um diferencial nesse grupo. Graduar-se no ensino superior e ter um título de alto status confere uma autoatribuição de valor social. A autoculpabilização pela inabilidade de alcançar o ensino superior - que, conseqüentemente, leva os trabalhadores da classe popular a sentirem-se indignos a postos superiores - (SENNETT; COBB, 1972), está ausente nos esquemas de percepção dos recém-diplomados em Direito das classes populares.

Em comparação com as pesquisas brasileiras com graduandos e recém-diplomados (p. ex. CASTRO, 2014; MONGIM, 2016; OLIVEIRA; BOCK, 2016; CASALI, MATTOS, 2015), os dados desta pesquisa reforçam a valorização de renda e ascensão social, mas destoam no que diz respeito ao sentimento. Por estarem concentradas em graduandos e terem sido conduzidas em épocas em que a população tinha mais otimismo com o futuro, os dados das pesquisas nacionais mostram sentimentos positivos e um louvor às “oportunidades abertas” com o ensino superior. Como os recém-diplomados em Direito questionam as oportunidades de emprego e de renda abertas com o diploma de Direito, esta pesquisa evidencia sentimentos mais negativos. Dentre toda a produção, nacional e estrangeira, os dados desta pesquisa se aproximam em maior medida da pesquisa de Arum e Roksa (2014), que mostram sentimentos de merecimento e altas aspirações de renda elevadas.

6.3.2. Referências de comparação

No mapa mental dos recém-diplomado em Direito, a definição de boa renda também é construída a partir de referências. A mensalidade do curso de Direito, a remuneração das carreiras jurídicas do setor público e a média do mercado são as três principais. A primeira é usada, principalmente, para sustentar a afirmação de que o salário dos bacharéis em Direito é baixo. A segunda molda a aspiração salarial de longo prazo. A terceira propicia resiliência aos advogados empregados, pois permite-lhes avaliar positivamente a sua renda em um contexto que constantemente reforça a ideia de que o salário deles é baixo.

Mensalidade do curso de Direito - Na classificação de classe social, Gusmão foi considerado “entre classe média e classe intermediária”. Embora seus pais não possuam ensino superior completo, a renda de sua família é alta. Para ele (e, na percepção dele, para seus colegas de classe média), receber um salário abaixo do valor mensal do curso de Direito gera a percepção de investimento com pouco retorno.

Tipo, eu tava pagando na faculdade ali, o último semestre deu 2500 por mês. (...) Na minha turma, por exemplo, é pessoal que tem um pouco de grana, até. Aí, dois mil e pouco, bah, eles não querem esse salário. Acham ruim o salário e tal pelo esforço que fizeram e pelo que pagaram, né? Bah, mensalidade que eu paguei, eu vou receber menos que a mensalidade, entendeu?

Gusmão, 33 anos, concurseiro

Apesar de os bacharéis que pagaram a mensalidade do curso afirmarem que o retorno financeiro não tinha sido o único motivo de terem ingressado no ensino superior, a mensalidade do curso fornece-lhes um parâmetro para avaliar os salários. O uso desse parâmetro influencia a avaliação salarial até mesmo de quem não pagou o valor integral da mensalidade. Gregório recebeu uma bolsa institucional de 75% do valor total do curso. Os outros 25% foram bancados pelo FIES e pelo pagamento mensal de boleto. Para ele, “*em qualquer faculdade, assim, tu estudar cinco anos, depois que tu entrar no mercado de trabalho, tu deveria ganhar, no mínimo, o dobro do que custa a mensalidade do curso*”. No caso dos cursos de Direito de Porto Alegre, o dobro do preço da mensalidade das universidades com o maior número de alunos cai no intervalo entre quatro e cinco mil reais, que, como foi analisado, indica o salário satisfatório numa perspectiva de necessidades. Entretanto, Gregório considera legítima essa regra até mesmo para o curso de Medicina. Continua: “*Um exemplo, o cara que paga seis mil pra fazer Medicina, eu acho que ele deveria ganhar, no mínimo, duas vezes depois que ele começasse a trabalhar como médico*”.

Carreiras de elite - As carreiras de elite (principalmente as públicas), mais do que referenciar o que é um bom salário, constroem metas. Sucesso profissional, para muitos entrevistados, significa inserir-se em carreiras públicas cujo salário mensal gira em torno de vinte mil reais. No Rio Grande do Sul, em 2018, carreiras como promotor de Justiça, delegado, juiz, defensor público e procurador oferecem essa remuneração. Para os entrevistados, o salário de vinte mil reais está acima do necessário para uma vida digna, independentemente do momento do curso de vida, porém satisfaz a necessidade de *status* social.

Olha, eu quero ser delegado, né? Um delegado ganha uns vinte mil por mês. Mas o que hoje eu almejo é ter uma estabilidade, que seria ganhar isso daí: cinco mil pra cima. (Virgínio)

O que é um bom salário para mim? Na área jurídica, onde eu quero chegar? O que eu quero na minha carreira é uns 15, 20 mil por mês, como defensora pública. Esse é o salário. (Fêlícia)

Eu queria ser, e quero ainda, ser delegado da polícia civil. (...) Um salário bom é aquele que paga as minhas contas. Pro delegado, eles não pagam isso. Eles pagam muito mais do que isso. Hoje, eles devem tá pagando quase vinte mil, 18 mil, alguma coisa assim. Pra mim, isso nem é necessário. Acredito que bem menos do que isso já é suficiente. (Hugo)

Por outro lado, alguns entrevistados criticam a definição de que sucesso profissional é ingressar nas altas carreiras públicas e receber em torno de 20 mil reais. Consideram excessivos os privilégios desses profissionais “*São salários gigantescos. E tem que lembrar que quem paga é a população*” (Rômulo), ou criticam o projeto de ingressos nessas carreiras devido à baixa possibilidade de sucesso “*Quando eu entrei na faculdade, eu pensava em ser delegada de polícia civil, porque, ah, status, dinheiro. Tu tem uma visão totalmente ridícula da vida*” (Fátima). Entretanto, entrevistados com o perfil crítico a essa definição são minoria. Vinte e quatro de um total de 33 entrevistados (ou aproximadamente três quartos) aspiram ingressar em carreiras de alto *status*⁴⁰.

Média do mercado – Os entrevistados acompanham pela internet anúncios de vagas de emprego e trocam informações com os seus colegas sobre o salário e as condições de trabalho. Nesse sentido, eles geram estimativas sobre a média salarial dos bacharéis em Direito recém-diplomados. A média do mercado enquadra mais positivamente o salário, em comparação com as

⁴⁰ Para a contabilização desse número, foram incluídos aqueles que desejam se tornar professores universitário ou ter alto sucesso no mercado privado.

outras referências, as quais lhes informam que a sua renda é baixa. No entanto, estar abaixo da média agrava a avaliação negativa da renda.

Ágata é a única advogada contratada que avaliou positivamente o seu salário. Ao responder à pergunta sobre bom salário, ela afirma que recebe um bom salário, justificando-se a partir da média do mercado.

Na minha visão, um bom salário seria, sei lá, quinze mil por mês. Mas, comparado ao mercado, comparado que quem acaba de sair da faculdade recebe em torno de dois mil, dois mil e quinhentos, e menos até - 1500 pra 2000 - eu acho. Quando eu tava olhando as vagas em Porto Alegre, era, tipo, recém-formado recebia 1500-2000 reais. Eu recebo 3 mil-4 mil pila. Eu acho que eu recebo um bom salário pra quem acabou de sair da faculdade. O meu salário fixo é 2500 e eu consigo variar até quatro mil. Depende do meu mês. Depende de mim, também. Eu acho que é um bom salário. Não sei. Pra mim, eu acho que é um bom salário, comparado ao que o pessoal que acabou de sair da faculdade recebe.

Ágata 25 anos, advogada

Ágata trabalha num escritório de Direito Previdenciário, onde o seu salário depende, em parte, do número de processos em que ela atua. Se ela aumentar a produtividade, o salário dela tem acréscimo. Essa prática difere-se dos outros escritórios, que, geralmente, não pagam por produtividade, nem remuneram a hora extra (ou, quando o fazem, provêm valores baixos). Embora Ágata aspire por mais conforto, ela sente que o salário dela cobre as suas necessidades.

É claro que a gente sempre quer ganhar mais. Quero ter mais conforto. Quero um dia comprar um carro. Mas, ahn, eu sou feliz com esse salário. Eu pago as minhas contas e vivo a minha vida. Tipo, não me falta nada, sabe? Sou feliz, mesmo. Não fico me trancando no final do mês, assim. ‘Ah, meu Deus, será que vou conseguir ter dinheiro pra comer?’; ‘será que vou ter dinheiro pra pagar a conta do celular?’ Não, sou bem feliz.

Ágata, 24 anos, advogada

Por outro lado, Olga ressent-se por receber abaixo da média do mercado. Como muitos outros recém-diplomados, aspira tornar-se funcionária pública e define um bom salário como situando-se na faixa entre quatro e cinco mil reais por mês. “*Tipo, passar pra um concurso mais tranquilo. Pra eu poder me manter, um salário teria que ser uns quatro mil reais, por exemplo*”. Também deseja um dia ser aprovada em uma carreira de elite: “*eu quero ser promotora*”. Além de conformar-se com as referências dominantes, ela convive com o fato de que se percebe recebendo abaixo dos seus pares. Olga não recebe pela hora extra, tem salário abaixo da média do mercado e não tem contrato celetista. No caso dela, a média do mercado é mais uma das referências que deprime o seu senso de valor.

Os dados desta pesquisa reforçam o dado da literatura estrangeira segundo o qual a avaliação de renda é construída a partir de referências (p. ex. SIRGY, 2018; HOROWITZ, 2016;

POSEL; REAGAN, 2019). Os recém-diplomados em Direito usam referenciais de renda muito acima do que eles recebem. O salário mensal da maioria dos entrevistados gira em torno de dois mil reais. Para atender aos seus padrões de conforto, a renda deveria situar-se na faixa entre quatro e cinco mil reais. Sucesso profissional, geralmente, é definido como ser nomeado em carreiras públicas cujo salário é acima de 15 mil reais. As referências dominantes informam aos recém-diplomados que o seu desempenho no mercado de trabalho está abaixo do nível satisfatório e do nível ideal.

A desigualdade do mercado de trabalho causa danos à autoestima dos recém-diplomados em Direito. Percebem-se com uma renda abaixo do que merecem, do que é adequado e do que é possível. Estar nas posições mais acessíveis do campo do Direito é insatisfatório. Consequentemente, despendem tempo e dinheiro preparando-se para os concursos públicos. A vida torna-se um limbo, ou seja, eles estão sempre indo, mas nunca chegam (OVINK, 2017).

Uma característica do mercado de trabalho em Direito é a existência de uma barreira entre o topo e a base. Receber uma promoção para o cargo de sócio é percebido como altamente improvável, e continuar no setor privado não lhes interessa devido à qualidade do emprego. A principal alternativa para atravessar para o lado dos vitoriosos é a aprovação em concurso. Num contexto em que o setor público tem reduzido a contratação de funcionários públicos, essa barreira é quase intransponível.

Questões que emergem desta discussão são: por que os recém-diplomados não se adaptam à situação? Por que apostam em um percurso de vida improvável? Em parte, a resposta a essas questões depreende-se dos requisitos de conforto e do neoliberalismo. Há toda uma estrutura social - formada por práticas, discursos, esquemas de classificação, *habitus* e instituições – que os levam a aspirar alta renda e ao ingresso nas ocupações de elite. Além disso, como a maioria não assumiu compromissos de casamento e de cuidado dos filhos, o percurso de vida deles oferece uma margem maior para investimentos no mercado de trabalho. Finalmente, como será detalhado no próximo capítulo, é incomum a presença de valores alternativos, fundamentados na religião, nas relações familiares, em movimentos sociais e no caráter. Renda e mercado de trabalho são os principais critérios de avaliação do respeito próprio.

6.4. As experiências de emprego fora do Direito

No Brasil, muitos estudantes universitários conciliam estudos e trabalhos e ingressam no ensino superior alguns anos depois da conclusão do ensino médio (por exemplo, PICANÇO, 2015; COMIN; BARBOSA, 2011). Essa experiência do estudante universitário brasileiro como um todo também é observada entre os recém-diplomados em Direito desta pesquisa. Esta seção discute o papel das experiências de trabalho fora do Direito na construção dos esquemas de avaliação ocupacional.

A experiência de emprego fora do Direito pode ser classificada em duas categorias principais: 1) Bacharéis em Direito que trabalharam fora do Direito antes da conclusão do curso, mas não estão fora do campo do Direito depois de formados; 2) Bacharéis em Direito que não trabalham no campo do Direito depois de formados. Tipicamente, a experiência de emprego fora do Direito foi abandonada no início da graduação, para estagiar em órgãos públicos ou em escritórios de advocacia. Aqueles que optaram por permanecer no emprego fora do Direito têm empregos bem remunerados e com benefícios desejáveis, em comparação à média dos empregos fora do Direito.

6.4.1. Experiências de emprego antes da conclusão da graduação em Direito

A experiência de emprego fora do Direito é mais heterogênea do que a experiência no campo do Direito. Alguns entrevistados inseriram-se em ocupações de baixo prestígio e baixa renda, tais como Rui, que trabalhava como operador de telemarketing; Demétrio, operador de caixa em cafeteria; Ágata, babá; Alzira, vendedora em loja. Outros entrevistados tiveram inserções mais qualificadas, tais como Cícero, assessor parlamentar; Pascoal, policial militar; Ícaro, técnico em mecânica; Felícia, técnica em eletrotécnica; Francisco, motorista de ônibus. O salário e os benefícios do segundo grupo são maiores do que o dos advogados contratados. Excepcionalmente, Valentina estava ocupada em um cargo de elite, como diretora de grande empresa.

Além disso, as ocupações fora do Direito diferem-se em termos de tarefas laborais. Alguns entrevistados realizavam atividades de rotina que envolvem documentos escritos, tais como formulários, cartas e arquivos. Esse grupo exercia atividades semelhantes às atividades de escritório presentes no campo do Direito. Por exemplo, Virgínio trabalhava no setor administrativo de uma escola privada; Fátima trabalha em cargo comissionado como auxiliar administrativo num órgão do sistema de justiça; Teófico trabalhava no setor de rastreamento de uma empresa de

logística. Outros entrevistados não realizavam tarefas de escritório, executando tarefas de cuidado (babá), de interação (operador de telemarketing e vendedor em loja) e manuais (motorista de ônibus e técnicos).

Um esquema de avaliação que transcende a diversidade de experiências laborais fora do Direito é a de que o campo do Direito oferece experiências laborais mais desejáveis do que o mercado de trabalho dos não graduados. Por exemplo, Pascoal, ex-policial militar, saiu do emprego no último semestre da graduação. Segundo a sua narrativa, a insatisfação com o emprego de policial refere-se principalmente a conflitos éticos e ideológicos. Termos como “capitalismo”, “luta de classes”, “Estado controlador e opressor” são centrais em suas falas. A saída da Polícia Militar é explicada pelo conflito entre valores e comportamento: *“Aos poucos, eu fui entendendo cada vez mais o local onde eu ocupava, e fui percebendo que eu tinha que mudar a minha ação em relação à estrutura (social)”*. Depois da graduação, Pascoal cursou o mestrado. Afirma ter tido uma experiência mais enriquecedora, pois lhe possibilitou estar na posição de analisar e criticar a sociedade. *“Ah, (a experiência de fazer o mestrado) foi maravilhosa. Não foi perfeito. Não é nada disso. No mestrado, eu comecei a ter contato com o que eu sempre quis com o direito, que é a crítica do direito”*. Pascoal concluiu o mestrado sete meses antes da entrevista, estava desempregado e tinha poucas expectativas de conseguir um emprego como professor universitário.

Rui, diferentemente de Pascoal, teve uma inserção mais precária no mercado de trabalho. Trabalhou por mais de dois anos como operador de telemarketing. Na maior parte do tempo, teve dois empregos de seis horas diárias, seis vezes por semana, recebendo um salário mínimo em cada emprego. A rotina de trabalho causava-lhe estresse. *“(Me sentia) extremamente estressado, cansado. Porque não era uma área na qual eu não queria seguir. Eu tava ali de passagem pra conseguir o meu dinheiro pra faculdade, né?”*. Para ele, o emprego como advogado contratado é mais satisfatório do que o de operador de telemarketing. Porém, Gerson aspira ingressar no setor público em cargos com remuneração em torno de dez mil reais. Sonha em tornar-se juiz.

O aprendizado é outro motivo pelo qual os entrevistados avaliam mais positivamente as ocupações jurídicas do que as ocupações fora do Direito. No entanto, não é claro se a valorização do aprendizado já estava presente no momento em que eles trabalhavam fora do Direito, ou se esse valor surgiu com a experiência universitária. Teófilo, por exemplo, afirma que, quando trabalhava no setor de rastreamento, estava *“desatento à importância disso (do aprendizado)”*. Por outro lado,

há vários entrevistados que justificam o trabalho fora do Direito como parte de uma estratégia para o ingresso no ensino superior. Daí, infere-se que o valor ao aprendizado já estava presente em certa medida.

Longa jornada de trabalho, tratamento desrespeitoso do patrão ou dos clientes, periculosidade e atividades rotineiras e repetitivas são outros atributos indesejáveis das ocupações dos não graduados, mas referem-se a ocupações específicas.

6.4.2. Experiências fora do Direito depois da conclusão do ensino superior

Alguns entrevistados permanecem no emprego que conseguiram fora do Direito, mesmo depois de concluir o ensino superior. Geralmente, isso se deve a vantagens de renda e de benefícios. Acreditam que estão numa situação melhor do que a dos advogados contratados, mas gostariam de inserir-se no campo do Direito, como servidores públicos ou como advogados por conta própria. Em termos de tarefas e de valor social, esses entrevistados avaliam negativamente a suas ocupações.

Um primeiro tipo de experiência fora do Direito acontece quando o bacharel ingressa numa ocupação não relacionada à sua experiência universitária. Francisco, 32 anos, começou a trabalhar como motorista de ônibus antes de ingressar no curso de Direito. Durante os seis anos e meio de graduação, ele conciliou uma rotina de quatro a seis horas de trabalho, quatro a seis horas de estágio e aulas. Depois da graduação, ele continua no emprego de motorista de ônibus em uma jornada matutina de quatro horas. À tarde, ele investe na carreira de advogado, preparando-se para o Exame de Ordem e trabalhando na captação de clientes.

Assim, como, o meu salário é proporcional, eu recebo metade do que o meu colega de oito horas recebe, porque eu sou de quatro horas. Mas, eu tenho alguns benefícios bem interessantes: plano de saúde, cesta básica, vale-refeição, vale-refeição de 600 reais - eu tenho passe livre nos ônibus. Eu tenho bastante benefícios, né? Tu perguntou como eu me sinto. Eu gosto de fazer o que eu faço. E agora depois que eu me formei, tem vários amigos meus da empresa me perguntando quando eu vou sair. Eu digo, assim, não, a minha ideia não é sair agora. Minha ideia, pode ser sair, mas só depois que eu tenho uma renda compatível com a renda que eu recebo hoje, seja certo.

Francisco, 32 anos, motorista de ônibus

Embora esteja satisfeito com a renda e com os benefícios da ocupação de motorista de ônibus, Francisco avalia negativamente a estrutura de trabalho e as tarefas de emprego. Apresentar-se à empresa às cinco horas da manhã, passar longas horas no trânsito, realizar uma tarefa rotineira e interagir litigiosamente com passageiros são os principais motivos para sua insatisfação com a

ocupação atual. O entrevistado trabalha em duas linhas de inserção no campo do Direito: aprovação em concurso público e advocacia por conta própria.

No segundo tipo, a inserção em ocupações fora do Direito é resultado de experiências em estágio. Nesses casos, a distância entre as tarefas da ocupação fora do Direito e das ocupações jurídicas são menores do que no caso evidenciado por Francisco (e que também é vivenciado por outros entrevistados). Teresa é atendente em uma universidade privada. Basicamente, suas atividades de emprego são responder às dúvidas de alunos sobre o funcionamento da universidade e comunicar-se com potenciais estudantes. Ela obteve o emprego por indicação de um promotor durante um estágio. Esse promotor tinha uma posição de liderança nessa instituição de ensino superior. Ela ingressou na instituição, primeiramente, como secretária dele. Depois de um ano e meio, mudou de atividade. Teresa sente-se satisfeita com as tarefas de emprego. Para ela, o seu trabalho condiz com a sua personalidade. Considera-se uma pessoa comunicativa e sociável. Sua renda é semelhante ao dos advogados contratados, mas possui mais benefícios, como plano de saúde e desconto em cursos e em atividades físicas. Diferentemente de muitos advogados contratados, seu contrato é formal. A entrevistada sente-se satisfeita com o seu emprego. Ressente-se apenas de não estar inserida em uma ocupação jurídica.

Fátima também obteve o emprego devido ao estágio. Ela é agente administrativo em cargo comissionado em um órgão do sistema penal. Ela é uma bacharela em Direito atípica. De todos os entrevistados, tem a menor aspiração de renda. Sente-se satisfeita com os mil e quinhentos reais que recebe. Não tem o objetivo de inserir-se no campo do Direito. Seu trabalho é rotineiro em tempos normais - "*é só alimentar planilha*"-, mas acontecem imprevistos devido a eventos inesperados nos presídios. Gosta de seu emprego, principalmente, porque tem uma relação amistosa com os seus colegas.

Um terceiro tipo de inserção no mercado fora do Direito ocorre pelo ingresso em uma ocupação de ensino superior fora do Direito. Por exemplo, Dionísio é analista de políticas públicas, em cargo comissionado, em uma secretaria estadual. O requisito para a contratação do seu emprego é o ensino superior completo, em qualquer curso. O entrevistado obteve o emprego devido às suas relações com políticos. A remuneração de Dionísio está entre as mais altas dentre os entrevistados. Como cargos de indicação política são temporários - pois a troca de partido provoca a demissão desse pessoal -, Dionísio afirma que a não inserção em ocupações do Direito afeta negativamente

a sua carreira no longo prazo. Para ele, na sua posição atual, desenvolver uma carreira é mais difícil do que no campo do Direito.

As pesquisas brasileiras sobre a avaliação de emprego dos recém-diplomados das classes populares mostram que os participantes avançaram em termos socioeconômicos, em comparação ao momento de ingresso no ensino superior, e preferem as ocupações atuais às ocupações anteriores à conclusão do ensino superior (CASALI; MATTOS, 2015). Os dados desta tese concordam parcialmente com essas observações. O grau de heterogeneidade das ocupações anteriores ao ensino superior é elevado. Em termos de renda, somente o grupo que trabalhava em ocupações de baixo *status* socioeconômico (babá, operador de caixa, vendedor em loja, operador de telemarketing, etc) avançou. Os entrevistados que trabalharam em ocupações técnicas ou em ocupações de escritório estão em posições econômicas semelhantes. Posto que o emprego de advogado contratado ou o de advogado por conta própria, geralmente, não é formal e que o salário é semelhante ao dos empregos formais do mercado dos não graduados de Porto Alegre, a distância socioeconômica entre as ocupações inferiores do mercado jurídico e as superiores do mercado dos não graduados é ínfima.

Contudo, os bacharéis em Direito preferem as ocupações da sua área de formação. Como o mercado de trabalho do Direito não se resume às ocupações inferiores, existe o desejo de atuar no campo do Direito, desde que em uma ocupação que ofereça melhores condições de emprego do que a ocupação atual. Esse esquema assenta-se na percepção de que “é preciso fazer valer o diploma” e de que o campo do Direito oferece uma carreira mais gratificante do ponto de vista das tarefas e do reconhecimento.

Estar inserido fora do Direito não significa experimentar condições de emprego inferiores aos recém-diplomados que atuam na área de formação. Nesse sentido, quem está fora do Direito não pretende ingressar em qualquer posição do campo jurídico. De todas as formas de desigualdade manifestas entre os bacharéis em Direito, a diferença entre quem está fora do Direito e quem está nas posições inferiores é uma das menos significativas.

6.5. Hierarquia ocupacional, expectativas laborais e mácula de classe

Esta seção analisa as hierarquias ocupacionais dos recém-diplomados em Direito e as suas relações com a desigualdade social brasileira. Como vimos, o emprego desejável inclui aspectos referentes à renda, benefícios empregatícios, valor social e estrutura das atividades de emprego. O número de critérios que um emprego deve preencher para ser considerado bom é extenso. Sendo assim, como os entrevistados transformam esses critérios em avaliações de emprego?

Esta tese já demonstrou que 1) Ingressar no setor público é o objetivo da maioria dos entrevistados; 2) A posição de advogado contratado é indesejável; 3) Sucesso profissional é retratado pelas ocupações de elite do sistema de justiça; 4) O emprego de professor universitário é bem avaliado pelas afinidades eletivas com a ética do aprendizado; 5) Tornar-se defensor público e promotor de justiça, em parte, justifica-se pelos ideais de relevância social.

A desigualdade social emerge a partir de consensos valorativos (SAYER, 2005; ABBOTT, 2014). Uma vez que os bacharéis em Direito acordam sobre os valores das ocupações e agem a partir desses valores, criam-se condições para que a desigualdade aflija o respeito próprio. Dada a variedade de aspectos considerados para a avaliação das ocupações, poderia-se esperar uma heterogeneidade dos esquemas de avaliação, mas isso não se evidencia. Poucas ocupações concentram muitos aspectos desejados. Em parte, isso se deve à estrutura do tipo “o vencedor leva tudo” da sociedade brasileira.

Atanásio descreve o projeto de ação e a hierarquia ocupacional típicos dos recém-diplomados em Direito. Para ele, a médio prazo, o seu projeto é ingressar no setor público. A longo prazo, gostaria de ocupar um cargo da elite do sistema de justiça. Um obstáculo para a execução do projeto de longo prazo é a preparação rigorosa para a aprovação nos concursos públicos. Os empregos do setor público e a carreira de professor universitário estão no patamar mais alto de bom emprego. Abaixo, coloca a posição de advogado por conta própria. Em último lugar, põe o emprego de advogado contratado. As explicações de Atanásio para a sua hierarquia ocupacional baseiam-se em critérios de renda, estabilidade, autonomia, aprendizado e realização pessoal.

Cara, atualmente, pra vida que eu estou vivendo nesse momento, pra mim, seria ideal uma carreira pública. Ahn, claro, pensando em iniciar uma carreira pública, no sentido de ser servidor e, talvez, pra frente fazer um concurso de ser membro de algum órgão do judiciário: ser juiz, ser promotor, sei lá. Isso é possível. Nunca, realmente, coloquei isso como um objetivo (ser membro do judiciário). O preparo é horrível. A preparação é horrorosa. As pessoas que passam, em geral, são pessoas que têm como passar cinco anos só estudando, o que não é o meu caso. Então, se eu parar pra estudar cinco anos, eu morro de fome. Realmente, não tem como. Enfim, é algo que exige condições que, no momento, eu não cumpro. Se um dia eu vier a cumprir, eu posso pensar sério. Agora, pra um

concurso de servidor, talvez eu consiga. (...) Sempre tive uma certa queda, assim, com a coisa da academia, de poder trabalhar em sala de aula. Eu gosto da ideia de ser professor em sala de aula. Nem tanto da ideia da pesquisa e tudo mais, mais a coisa da relação com o aluno. Eu acho um ambiente extremamente rico. Isso é o que mais me encanta na ideia de fazer mestrado e ser professor. Mas que não é um plano pra mim nesse momento. (...) Mesmo a advocacia, que talvez fosse a última dessa lista, ahn, às vezes eu me acordo pensando, assim, como seria bom ter uma certa autonomia. Poder acordar agora e eu poder fazer o meu trabalho, sem ter que obedecer ninguém. Se tem que responder ninguém. Eu construir a minha demanda de trabalho. Eu trabalhar na hora que me for mais conveniente. Claro, tem isso e tem em ser um advogado trabalhando no escritório de alguém, que é ser empregado, o que, pra mim, essa certamente seria a pior das opções. É algo que efetivamente eu não gostaria de tá fazendo. Isso seria ganhar um salário muito baixo. Muito baixo, não, mas, tipo, sei lá, gente sai da faculdade ali sai ganhando mil reais, mil e duzentos reais pra trabalhar dez horas por dia, fazer audiência em Carazinho, ir pra Bagé pra fazer audiência por coisas que não te dão nenhuma realização ainda por cima. É só obedecer. Cumprir a tarefa do escritório. Como nunca tive um sonho de construir carreira na advocacia, acho detestável essa ideia.

Atanásio, 24 anos, em cargo comissionado

A maioria dos recém-diplomados situa-se na posição que Atanásio chama de “*detestável*”: advogado contratado. Alcançar os patamares superiores é a aspiração da maioria deles.

Na condução de vida, o objetivo de alcançar as carreiras do topo passa por *etapas*. Os recém-diplomados usam o termo “*escadinha*”, o que quer dizer focar-se, primeiramente, em ascender a uma posição social imediatamente acima e, na sequência, subir a uma posição mais alta. Por exemplo, ao ser perguntado sobre como imagina o seu futuro, Nestor responde que: “*Em cinco anos, me imagino num emprego público bom, tendo uma estabilidade financeira, podendo continuar os meus estudos, assim, uma pós, um mestrado. E seguir sempre buscando uma condição melhor: um concurso melhor, uma outra profissão. Sempre tentar subir, né?*”. Em cinco anos, Nestor imagina-se deixando de ser um concurseeiro para ser provido em um cargo público, o que não significa realizar-se profissionalmente. Há outras carreiras acima que devem ser buscadas até a realização total: ingressar nas carreiras da elite do setor público. Gusmão, concurseeiro, que atualmente tem se concentrado para os concursos de técnico no setor público, em cinco anos, imagina-se “*em um cargo de analista e estudando pra defensoria*”. Como sente-se com a responsabilidade de prover materialmente para o seu filho recém-nascido, prover-se em cargo de técnico solucionaria a urgência da necessidade de renda. Em seguida, poderia concentrar-se para o cargo de analista e, finalmente, para o de defensor público.

A escadinha ancora-se na profunda desigualdade do mercado de trabalho em Direito. Em termos de renda, a remuneração dos cargos de técnico que Gusmão (e outros entrevistados) busca gira em torno de três a seis mil reais. Os cargos de analista remuneram em torno de seis a

doze mil reais. O salário inicial de um defensor público no Rio Grande do Sul é em torno de 22 mil reais (FCC – Concurso Fundação Carlos Chagas, 2018). Em outras palavras, a escada a subir é passar de uma renda de dois mil reais para uma de cinco mil reais, depois, dez mil reais e, finalmente, receber 22 mil reais mensais. Em adição à renda, os empregos em patamares superiores possuem mais prestígio social, mais benefícios empregatícios e tarefas mais aprazíveis.

Os recém-diplomados em Direito têm identidade profissional. Sentem-se membros de um campo. Ao usarem referências de emprego com recompensas consideravelmente superiores, sofrem uma mácula de classe. A vida torna-se um eterno devir. Alcançar a realização profissional é improvável e não alcançar significa continuar recebendo uma renda dez vezes mais baixa, não ter a estabilidade do serviço público e continuar submisso aos chefes.

O esfriamento das expectativas poderia ter emergido como uma adaptação à aspiração de ingressar em carreiras improváveis. Contudo, o esfriamento de expectativas é mitigado pelas etapas. A curto prazo, as preocupações principais são obter emprego, ser aprovado em concurso para um cargo de técnico, terminar a dissertação, passar no Exame de Ordem, ser aprovado no doutorado, dentre outras. Depois de concluída essa etapa, eles passam para a seguinte. Etapas posteriores podem influenciar o conteúdo das etapas anteriores. Por exemplo, vários concurreiros disseram que não planejam abrir escritório nem obter emprego de advogado contratado porque sustentam o objetivo de ter provimento em cargo público (além de não estarem dispostos a vivenciarem a “precariedade” desse emprego). O projeto de aprovação na OAB pode ser suspenso se o objetivo for seguir carreira acadêmica.

Bourdieu afirma que um dos principais efeitos da expansão universitária é diluir no tempo o processo de exclusão das classes inferiores das posições superiores (BOURDIEU, 2012). Embora tenha subestimado as mudanças no mercado de trabalho, sua análise ressoa com as experiências dos bacharéis em Direito. Pessoas em seus vinte e tantos ou trinta e poucos anos ainda estão na fase de iniciar ou mudar de carreira. Nas observações nos dias de concurso público, a presença de pessoas, aparentemente, com mais de trinta ou em seus quarenta anos era marcante. A persistência em mudar de carreira, a estratégia da “escadinha” e a imprevisibilidade da aprovação nos concursos públicos criam uma situação crônica de incerteza profissional.

Souza (2012) descreve o desejo de frações das classes populares pela ascensão social, tendo cunhado a expressão *classe batalhadora*, para referir-se à disposição de uma fração de classe de sujeitar-se a tribulações a fim de “melhorar de vida” no futuro. Pesquisas com graduandos

mostram que a ascensão social é um valor central. Muitos deles enquadram experiências incômodas (tais como conciliar emprego e estudos, não desfrutar de tempo de lazer e manter um baixo padrão de consumo) numa perspectiva de abster-se de bem-estar presente para garantir bem-estar futuro (CASTRO, 2014; MONGIM, 2016; OLIVEIRA; BOCK, 2016; CASALI, MATTOS, 2015). Esse valor da classe batalhadora conflitua com a persistência da desigualdade. No campo do Direito, as barreiras de acesso a uma vida confortável e conveniente não são eliminadas com a aquisição da licença ocupacional. Mais especificamente, o Estado brasileiro não cria oportunidades de emprego em quantidade suficiente para absorver a demanda por “boa vida”. Como consequência, forma-se um exército de reserva.

6.6. Conclusão

O mercado de trabalho do Direito e o setor público são as principais referências dos recém-diplomados para avaliar as suas experiências laborais. Em conjunto, formam aspirações profissionais e são os parâmetros para descrever as ocupações atuais em termos de bom/ruim, alto/baixo, chato/agradável. Porém, não são as únicas referências. Antes de ingressar no ensino superior, muitos entrevistados trabalharam no mercado de trabalho dos não graduados. Somado a isso, há esquemas de avaliação que não resultam somente da estrutura do mercado de trabalho. A definição de renda satisfatória, por exemplo, é influenciada pela renda dos outros significantes e depende de ideais de estilo de vida que são construídos pela mídia e por práticas sociais (SIRGY, 2018; SHERMAN, 2018).

O fato de o mercado de trabalho dos graduados constituir uma referência de avaliação das experiências de vida do presente e de aspirações de emprego é uma novidade em termos intergeracionais para os recém-diplomados das classes populares. O diploma de ensino superior, numa jurisdição razoavelmente bem delimitada, oferece um quadro que indica quais ocupações estão no escopo ideacional. A massificação do ensino superior tem o papel de criar referências e ideais de vida, pois socializa para o exercício profissional. Nesse sentido, altera a estrutura das relações de classe do ponto de vista simbólico. Pessoas sem ensino superior internalizam esquemas de classificação segundo os quais ocupações de ensino superior são hierarquicamente superiores, mas não têm a percepção de que estão aptos a exercê-las, devido às barreiras do mercado de trabalho (LYNN; ELLERBACH, 2017).

Os dados desta pesquisa reforçam a evidência de que frações das classes populares brasileiras possuem valores de ascensão social. Esses valores ancoram-se em definições de conforto e conveniência. Porém, não guiam as ações sob uma lógica restrita de maximização de renda e de *status* ocupacional. Os entrevistados buscam conciliar os valores neoliberais de qualificação, posição socioeconômica e salário com promoção de justiça social, atividades de lazer, aprendizado como um fim em si mesmo e fortalecimento de laços afetivos.

O próximo capítulo distancia, em certa medida, da discussão sobre mercado de trabalho para discutir as fontes de valor em outras áreas, tais como política, religião e família. Também analisa as fronteiras simbólicas com os pais e com os membros da classe média tradicional.

Pontos de resumo:

1. Os recém-diplomados em Direito usam vários critérios de avaliação das ocupações, que dizem respeito a renda, benefícios, valor social e estrutura das atividades de emprego.
2. O extenso rol de critérios de avaliação de bom emprego não se traduz em uma variedade de ocupações desejáveis. A grosso modo, na base da hierarquia ocupacional, situam-se as ocupações fora do Direito. Logo acima, estão os advogados contratados. Em seguida, os servidores públicos. No topo, as carreiras jurídicas do sistema de justiça.
3. Tipicamente, os entrevistados almejam renda, pelo menos, duas vezes a mais do que a que recebem. A definição de sucesso profissional é ingressar nas carreiras do sistema de justiça, recebendo dez vezes a mais do que atualmente.
4. A valorização da ascensão social interage com a abismal desigualdade ocupacional brasileira, gerando uma mácula de classe. Ao usar referências ocupacionais muito acima e de difícil ingresso, a realização profissional torna-se inalcançável. Devido aos esquemas de avaliação, às aspirações e à estrutura do setor público, a vida torna-se um limbo, em que sempre se vai, mas nunca se chega a lugar nenhum.
5. A “escadinha” é a estratégia principal que guia o projeto de ascensão social. Atingir o topo hierarquia ocupacional requer um passo de cada vez. Como consequência, os diplomados em Direito mantêm firme aspirações de ingresso profissional improvável.

7 Fronteiras simbólicas, bases valorativas e atribuições causais

7.1. Introdução

Os capítulos anteriores focaram nos efeitos da diplomação em massa de bacharéis em Direito sobre o mercado de trabalho e nos esquemas de avaliação das experiências laborais dos recém-diplomados desse curso de graduação. Uma lacuna da análise empreendida até o momento é de que as experiências de vida em outras esferas podem prevalecer sobre o mercado de trabalho. Em certos contextos, religião (MIRZA, 2017; SATYBALDIEVA, 2018; WILLE-WIETSKE, 2016), caráter (SENNETT; COBB, 1972; LAMONT, 2000; SKEGGS, 1997), projetos políticos (CHAVES ET AL, 2018; BARNARD, 2016), costumes (LAMONT, 1992) e relações interpessoais (SENNETT; COBB, 1972; LAMONT, 2000; WILLIS, 1991) são a base valorativa central.

Em contextos de alta desigualdade no mercado de trabalho, valorizar outras dimensões pode conferir respeito próprio, gerando resiliência diante de condições adversas da estrutura social (HALL; LAMONT, 2013). No mercado de trabalho em Direito, como vimos, a desigualdade tem efeitos negativos sobre a capacidade de recém-diplomados obterem realização pessoal. Para esse grupo, valorizar outras dimensões pode amenizar os efeitos da desigualdade sobre o respeito próprio.

Este capítulo investiga as fontes alternativas de valor de recém-diplomados em Direito a fim de discutir em que medida as experiências no mercado de trabalho são centrais. As fronteiras simbólicas com os familiares e os membros da classe média tradicional serão abordadas nas duas seções seguintes. Na sequência, será analisada a saliência das esferas alternativas de valor, nomeadamente, as relações familiares, projetos políticos e a religião. Por fim, este capítulo analisa as percepções dos entrevistados sobre as políticas governamentais de expansão universitária e sobre o processo de massificação da formação de bacharéis em Direito. Como a vasta maioria dos entrevistados são da primeira geração no ensino superior, é relevante compreender as opiniões sobre o processo de que fazem parte.

O argumento central é de que, embora o sucesso no mercado de trabalho não seja suficiente para levar uma vida significativa, as fontes de valor alternativas são pouco salientes. Para a maioria dos entrevistados, a experiência de vida dos pais não é a principal referência. Em relação à classe média, os diplomados negam a cultura dessa classe, mas desejam os mesmos bens que os

membros dela possuem. Valorizam a cultura de origem, mas rechaçam o volume de recursos da classe de origem. Religião e formação de família pouco guiam a busca deles por respeito e vida boa. Promover a mudança social é um dos propósitos de vida e eles esperam que o trabalho possibilite promover o bem social.

7.2. Fronteiras simbólicas e comparação com os pais e irmãos

Relações intergeracionais são uma das referências centrais na literatura de estratificação social. Mobilidade social e reprodução de classe frequentemente são analisadas comparando as experiências dos pais com as experiências dos filhos. Esta seção investiga as avaliações dos entrevistados sobre a experiência de vida de seus pais.

O gênero e as subfrações de classe emergiram como dois eixos primordiais nas narrativas dos entrevistados, sendo, pois, abordados em maiores detalhes. Colocar-se na posição do progenitor do mesmo gênero mostrou-se mais saliente do que comparar-se com o progenitor do sexo oposto. As diferenças nas avaliações entre as subfrações de classe mostram que posição de classe é uma variável significativa para a avaliação das experiências de vida.

Primeiramente, esta seção analisa a distância percebida entre as experiências dos entrevistados e a de seus pais. Na sequência, investiga as diferenças de valores. Por fim, analisa como os entrevistados percebem os seus irmãos.

7.2.1. Nós ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais?

Os bacharéis em Direito enfatizam as diferenças intergeracionais. Para eles, comparar a sua vida com a de seus pais é dificultado pelas diferenças no contexto social, sendo o acesso ao ensino superior um dos aspectos considerados “*Só que no tempo dela (da minha mãe), no tempo deles, os pais tiravam da escola pra trabalhar, né? (Valentina); “Ah, são trajetórias absolutamente diferentes, né? Tipo, eu tive acesso a educação logo jovem, sabe? Depois entrei direto na faculdade. Estou no mestrado. Não tô tendo que me matar trabalhando pra manter uma casa, sabe?” (Jordana)*. Na perspectiva deles, seus pais não ingressaram no ensino superior devido a) à expectativa de seus avós de que seus pais deveriam começar a trabalhar na infância ou adolescência; b) ao casamento em tenra idade; c) à baixa possibilidade de pessoas das classes

populares ingressarem no ensino superior, d) ao controle social exercido sobre as mulheres, d) à necessidade de seus pais de prover materialmente aos seus avós e irmãos.

As *entrevistadas* realçam as diferenças de contexto mais do que os *entrevistados*. Elas recorrentemente afirmam que suas mães viveram numa estrutura social mais patriarcal, pois eram levadas a obedecerem estritamente aos seus progenitores, tinham pouca liberdade sexual e não podiam florescer profissionalmente. Consideram a experiência de vida das mães como de baixa autonomia. Para as entrevistadas, suas mães foram ou são altamente dependentes afetiva e economicamente do pai ou padrasto das entrevistadas⁴¹.

Apesar de as entrevistadas enfatizarem a dependência de suas mães, as primeiras não têm autonomia financeira e afetiva total. Mais da metade delas (9/13 ou 61,5%) moram com a família. Provavelmente, depender do marido é mais estigmatizante do que depender dos pais, na percepção delas.

Outro fator que faz com que os entrevistados percebam que suas experiências de vida são distantes da experiência de seus pais são as mudanças no padrão de consumo e a introdução de novas tecnologias. Hoje em dia, na percepção dos entrevistados, o acesso a bens de consumo é mais generalizado. Afirmam que seus pais, quando tinham a mesma idade que a deles, viviam para suprir as necessidades mais básicas. Embora rejeitem a expressão “pobreza” para descrever a experiência de vida de seus pais - pois afirmam que nunca lhes faltou o alimento -, expressam que seus pais viveram “à beira da necessidade” (Rui). Na mesma idade dos entrevistados, alguns hábitos eram pouco acessíveis aos seus pais, tais como ir ao cinema, comer fora e viajar. Para os *entrevistados*⁴², a vida do pai resumia-se a trabalhar para prover para a família.

Alguns recém-diplomados afirmam que as diferenças de experiência de vida são tão grandes que tornam irrelevantes avaliar a vida deles à luz da vida de seus pais. Expressões como “*era beeem diferente*” (Alzira), “*não dá pra imaginar levando a vida da minha mãe*” (Ágata), “*não tem comparação (a vida que eu levo com a de meu pai)*” (Pascoal) refletem que alguns entrevistados não consideram a vida de seus pais como referência central, pois houve mudanças consideráveis no contexto social.

⁴¹ Dentre todos os entrevistados, nove do total de trinta e três (27,3%) das mães foi dona de casa em toda a sua vida. Algumas outras trabalham em casa, como costureira, revendedora, doceira. Todas as mães trabalham em ocupações femininas.

⁴² Entrevistados refere-se a todos(as) participantes, independentemente do gênero. *Entrevistados* refere-se somente aos homens.

Percepção das classes superiores

Os entrevistados da “classe média tradicional” ou “entre classe média e classe intermediária” percebem de maneira diferente a experiência de vida de seus pais. Para esses dois grupos, a vida que levam e a vida de seus pais são mais parecidas, em comparação com as percepções dos membros das subfrações inferiores das classes populares. Essa semelhança resulta, em larga medida, de três fatores: 1) Seus pais concluíram o ensino superior ou chegaram perto de completá-lo, 2) Os entrevistados lutam para manter um nível de renda e de condições de emprego semelhantes aos seus pais e 3) há menos relatos de uma vida “tradicional”, pois seus pais não casaram tão cedo, as mães tiveram mais oportunidades no mercado de trabalho e a família teve mais acesso a bens de consumo.

A percepção dessas duas classes pode ser dividida em dois momentos. Primeiro, do nascimento até a idade atual dos entrevistados. Segundo, da idade atual do entrevistado até a idade atual dos pais. De maneira geral, para esses entrevistados, os pais viveram uma infância e juventude mais “sofridas”. Porém, as perspectivas para a vida adulta e de velhice são melhores para os seus pais. Os entrevistados dessas classes estudaram em boas escolas, prepararam-se em cursos pré-vestibulares e receberam auxílio financeiro durante o ensino superior. Os pais dos entrevistados da classe média tradicional, geralmente, tiveram experiências no ensino superior semelhantes às dos membros das classes populares brasileiras, tendo recebido pouco auxílio financeiro de seus avós. Para a vida adulta, os entrevistados acreditam que dificilmente terão o mesmo padrão de vida que seus pais, pois a concorrência para os postos de trabalho superiores é alta. Cândido, por exemplo, afirma que o seu pai – formado em Administração de Empresas e servidor público aposentado – na mesma idade que ele, tinha mais perspectivas de crescimento na carreira. A alta concorrência no mercado de trabalho cria barreiras, na percepção de Cândido, para que consiga a mesma posição que seu pai.

Ele (meu pai), por exemplo, (na minha idade) já tinha uma espécie de expectativa de crescimento maior e num período menor. Poder escalar, subir a escala em pouco tempo. Eu já não tenho essa... Eu já tenho, acredito, a realidade, nossa hoje, é um pouco mais difícil. A gente tem milhares de advogados. A gente tem muita faculdade, muita faculdade. Se formam dezenas de advogados – de bacharéis-, na verdade.

Cândido, 25 anos, classe média tradicional

Esse mesmo discurso aparece na fala de Gusmão.

Bah, era muito mais fácil pra ele (meu pai). Pelo menos, na época dele, tipo, tinha bem menos pessoas capacitadas, né? A concorrência não era tão grande. Aí, bah, era muito

mais... Pelo que ele me conta - eu era criança e tal - era muito mais fácil de ganhar dinheiro, também.

Gusmão, 33 anos, entre classe média e classe intermediária

Dionísio, filho de diretor de organização do terceiro setor, coloca que, para os egressos do ensino superior que nasceram nas décadas de 1950 a 1970, as oportunidades de ingresso em ocupações de alto *status* socioeconômico eram mais promissoras. Para ele, a situação da classe média tradicional piorou, enquanto a experiência de vida das classes populares melhorou.

Eu acho que a época dessa geração dos nossos pais aí, de quem nasceu nos anos 50-70, 60. É uma geração que pegou o final de social-democracia. Talvez. O período econômico, do capitalismo, um pouco mais, vamo dizer, assim, pra classe média era melhor. Mas acho que era muito pior pra quem era pobre. Mas, pra classe média, eu acho que... Olha, tava no ensino superior, estudando e tinha um canudo, o mercado te absorvia com muita facilidade. O cara advogado nos anos 70 era doutor advogado. (...) As possibilidades de ganhar bem, digamos assim, ficaram mais restritas. A classe média, antes, tinha mais conforto. Hoje, ficou mais achatada. Mas não tô fazendo juízo de valor. Tamo diagnosticando.

Dionísio, 27 anos, classe média tradicional

Além da concorrência, a estrutura do mercado de trabalho em Direito obstrui a reprodução social.

Meu pai tem vencimento, acho que hoje deve chegar a 14, 15 mil reais. Então, tipo, hoje um escritório de advocacia, tem muitos que não pagam três mil reais. Dadas as condições de vulnerabilidade do trabalho, é muito difícil eu, entrando num escritório de advocacia hoje, ganhar três mil reais e, com a idade do meu pai, ter a remuneração que ele tem.

Teófilo, 31 anos, entre classe média e classe intermediária

Januário, cujo pai é advogado, relata que seu pai enfrentou uma crescente desvalorização de prestígio e de renda ao longo da carreira. Atualmente, as perspectivas para o entrevistado é de um “abismo”.

Pelo jeito que ele conta, a expectativa com relação ao Direito era muito maior. A faculdade era pra ganhar direito, pra viver bem, pra ser respeitado, pra ser chamado de doutor, toda aquela coisa. (...) A minha visão da perspectiva do Direito hoje é que essa questão de expectativa já se rebaixou e já vivemos nesse abismo aí do direito.

Januário, 25 anos, classe média tradicional

Essas percepções sobre o mercado de trabalho em Direito tem algumas exceções. Eliseu - advogado em uma grande banca de advocacia - e Geraldo - dono de escritório – não narram a perspectiva de carreira em tom de decadência, e afirmam que existe espaço no mercado de trabalho para profissionais bem qualificados, que ainda são poucos, na percepção deles.

7.2.2. Um degrau acima em comparação com os pais

Tanto os entrevistados das classes populares quanto os das classes superiores acreditam que o contexto atual é diferente do contexto em que seus pais viveram. Entretanto,

enquanto predomina uma narrativa de decadência entre os membros das classes superiores, a narrativa das classes populares é de ascensão intergeracional. Esse dado é curioso, especialmente se considerarmos que muitos pais recebem atualmente um salário maior e, na mesma idade, tinham mais patrimônio.

A narrativa de ascensão assenta-se numa experiência de vida mais “cômoda”, mais escolarizada e, no caso das mulheres, mais autônoma. Diferentemente de seus pais, os entrevistados não começaram a trabalhar “cedo”⁴³, não executaram trabalhos braçais e não assumiram responsabilidades familiares “cedo”. Puderam continuar os estudos para além do ensino básico ou ensino médio, concluíram o ensino superior, vivem numa sociedade com menos restrições de comportamento e têm mais acesso a bens de consumo. Todas essas mudanças levam os entrevistados a avaliar de maneira mais positiva a sua experiência de vida do que a de seus pais.

Os entrevistados percebem a vida juvenil de seus pais segundo a ótica do “*déficit*”. Para eles, seus pais não tiveram oportunidades, tinham pouca autonomia, não se escolarizaram, possuíam poucos recursos financeiros e não realizaram suas aspirações (ou tinham aspirações baixas demais). Retratam, portanto, a vida juvenil de seus pais em seus aspectos negativos, enfatizando aquilo que percebem como falta.

As mulheres afirmam mais veementemente os “avanços” intergeracionais.

Tipo, eu seria uma pessoa extremamente infeliz (se tivesse levado a vida de minha mãe). Não consigo me imaginar. Primeiro, a minha mãe não trabalhava. Ela só ficava em casa cuidando de criança. Imagina! Eu dependendo de alguém! Deus me livre! Pedir dinheiro pra comprar calcinha! Imagina! Não, não consigo imaginar. Seria extremamente infeliz. Eu sou muito independente.

Joana, 24 anos, mora sozinha

Eu já teria surtado (se tivesse levado a vida de minha mãe). Em primeiro, eu não teria tido tanto filho assim, né? Ela depende muito do meu pai financeiramente, sabe? Ela é uma pessoa muito possessiva em relação a meu pai. Então, todos esses fracassos que ela tem, ela bota a culpa nele. Eu não teria a vida que minha mãe tem. Ela teve muito... fracassou muitas vezes.

Margarida, 24 anos, mora com os pais

Graças a Deus, eu tenho uma vida muito melhor, pelas condições financeiras, né?, que evoluíram na nossa família, mas sobretudo pelo empoderamento enquanto mulher, né?, de não ter aquela coisa de ser obrigada a casar, constituir família, cuidar de uma casa. Ter uma independência de escolher o que tu quer fazer, sabe? Eu não tenho a menor sombra de dúvidas de eu dizer que eu tenho uma vida muito melhor que a minha mãe teve nessa época, assim, de idade.

Catarina, 24 anos, mora com a mãe e a irmã

⁴³ Muitos entrevistados começaram a trabalhar antes dos 18 como menor aprendiz, mas eles não consideram esse fato na narrativa.

Tanto Margarida quanto Catarina dependem economicamente da família, apesar de criticarem a falta de autonomia de suas mães.

No que diz respeito à *vida atual* de seus pais, desenham um quadro mais positivo. Afirmam que as condições financeiras evoluíram com o tempo na família e que seus pais não passam por necessidades.

A gente consegue se manter. Depois que eu comecei a advogar, também, tô participando das finanças da casa. A gente tá conseguindo se manter tranquilo, assim. Não diria que a gente leva uma vida de classe média, mas também não diria que a gente leva uma vida de classe baixa, como a gente levava. Então, acho que taria entre classe D e C, eu acho.

Elsa, 27 anos, mora com os pais

Percepções de terceira ordem - Na percepção dos entrevistados, seus pais têm orgulho de seus filhos terem concluído o ensino superior e trabalharem no campo do Direito. Muitos entrevistados acreditam que seus pais compartilham de uma definição semelhante de boa vida, em que a obtenção de diploma, o emprego em ocupações do ensino superior e a ascensão social são centrais. Na perspectiva dos entrevistados sobre seus pais, criar filhos que concluíssem o ensino superior é ir além daquilo que conseguiram. É “avançar” intergeracionalmente.

Tipo, a minha mãe, ela sempre foi muito exigente comigo e com minha irmã. Ela sempre foi exigente com esse aspecto de estudo, sabe? Foi a coisa que ela mais nos fomentou, assim. Ela sempre quis muito que a gente estudasse. Sempre quis que a gente tivesse uma vida melhor do que ela teve. Ela sempre achou que o estudo fosse o caminho, assim.

Jordana, 25 anos, mestranda

A minha vontade de fazer uma faculdade foi por causa do meu pai. Ele chegou a começar uma faculdade. Na verdade, a história da minha família era que ele passou no vestibular pra arquitetura e minha mãe ficou grávida da minha irmã. Daí, não pôde fazer a faculdade. Daí, eu acho que essa vontade dele acabou gerando uma vontade em mim.

Armando, 26 anos, advogado contratado

Pra eles, é que pra eles imaginar, levando em consideração a vida que eles levaram. Nisso eu posso falar pelo meu pai e minha mãe e pelos pais do meu marido. A vida que eles levaram e as expectativas que eles tinham pra eles eram muito pequenas. Eles não almejavam muita coisa em função da estrutura de vida que eles levaram, né? Foram pessoas que não tiveram muitas oportunidades de vida. Na minha família, eu fui a primeira de todos os primos, assim. Pra eles, quando eles tinham a nossa idade, eles tinham muito menos. Nem tinham, por exemplo, meu pai e minha mãe foram terminar o ensino médio há pouco tempo antes de eu nascer. Eles me tiveram com 26 anos. Eu com 24 já tenho o Direito, né? Então, pra eles, é motivo de muito orgulho.

Vera, 24 anos, advogada contratada

Embora a percepção de que os pais enxergam a vida de seus filhos como progresso seja majoritária, não é a única. Alguns pais, conforme narram seus filhos, gostariam que seus filhos

ingressassem mais cedo no mercado de trabalho e não esperavam que seus filhos cursassem o ensino superior.

E meus pais não me colocaram nessa obrigação (de cursar o ensino superior) nem a mim nem ao meu irmão. E também não tinham condições de bancar uma universidade. Então, nada foi dito. Acabou o colégio. Bom, vocês vão trabalhar, né? Estão sendo criados. Já fazia estágios de ensino médio, ensino fundamental. Ensino médio. Aí, o lance era esse: trabalhar, trabalhar.

Teófilo, 31 anos, mestrando

Percepções sobre os irmãos – Muitos irmãos cursam o ensino superior ou já o concluíram, levando uma vida em pé de igualdade ao dos entrevistados. Quando descrevem a vida deles, empregam menos adjetivos e têm pouco a dizer.

Os entrevistados fazem mais avaliações sobre a vida dos seus irmãos que não cursam ou não concluíram o ensino superior. Quando seus irmãos são mais novos, relatam que se esforçam para convencerem-nos a ingressarem no ensino superior.

Meu irmão hoje em dia trabalha numa empresa de estacionamento. Ele é mais novo do que eu. Ele não queria nada com nada na vida. Só queria trabalhar. Ele foi deixando a escola de lado. Mas, hoje em dia, ele não estuda. Ele só trabalha nessa empresa. Ele não deixa de ser incentivado para estudar, né?

Olga

Para os entrevistados, cursar o ensino superior é a porta de entrada para a respeitabilidade social. A conduta dos seus irmãos de recusar-se a tomar o caminho do ensino superior é considerada equivocada pelos entrevistados, sendo necessárias medidas de correção de rota. Experiências negativas das classes populares no ensino superior, tais como conciliar emprego e estudos e endividamento via financiamento de estudos, provavelmente, incentivam os seus irmãos a continuarem somente a trabalhar. Os entrevistados tendem a desconsiderar essas experiências, enfatizando “o valor dos estudos”.

Na avaliação da experiência de vida de seus irmãos, possuir uma casa ou apartamento é um critério discutido recorrentemente. Muitas vezes, apesar de seus irmãos não terem diploma de ensino superior, os entrevistados afirmam que eles estão bem e, geralmente, justificam-se a partir da posse de imóvel. Não ter aperto financeiro, fazer o que gosta e ter estabilidade no emprego são outros critérios usados para avaliar a experiência de vida dos irmãos sem ensino superior completo.

Eu acho que (meus irmãos) estão bem. Cada um tem a casa própria. Tem os filhos. Faz o que gosta. Acho que foi difícil pra eles descobrir o que queria fazer.

Fátima

Sei lá, eu acho que eles (a minha irmã e o marido dela) conseguiram se manter mais ou menos bem, assim. Eles não passam trabalho, digamos assim. Eles já têm uma casa mais ou menos boa, assim. Então, por exemplo, eles não passam trabalho.

Francisco

Olha, a gente (eu e os meus irmãos), às vezes, se reúne em todos feriadão assim. Exceto nessa parte financeira de uns um pouquinho melhor, outros mais carente, assim, todos estão super bem assim. Empregados. O único que no momento está desempregado sou eu. Os demais todos tem casa própria, tem veículo. Então, todos tão com uma estabilidade. Estabilizados. Financeiramente, super bem.

Cícero

A má avaliação da vida dos irmãos resulta de uma experiência de vida instável e, na percepção das entrevistadas, dependente do marido. Por exemplo, Teófilo acredita que seu irmão pode não estar vivenciando uma condição de vida ótima por conciliar o emprego formal com o emprego de motorista de aplicativo. Fátima afirma que uma de suas irmãs “*é um caso perdido. Ela acha que o certo da mulher é ficar em casa cuidando dos filhos*”.

Em comparação com os seus pais, de maneira geral, os entrevistados acreditam que experienciam uma condição de vida mais agradável, pois os seus pais enfrentaram dificuldades maiores na infância e juventude, retratadas pela idade de entrada no mercado de trabalho, idade ao casar, renda e dependência. Os critérios de avaliação das experiências dos pais são primordialmente socioeconômicos. Os entrevistados não abordam outras dimensões, tais como o tamanho da família, religiosidade e sociabilidade. Em certa medida, a ausência dessas dimensões pode derivar da estrutura da entrevista, na qual o tema fronteiras simbólicas/comparação com os pais foi suscitado depois do relato das experiências no mercado de trabalho dos entrevistados. Entretanto, como veremos mais adiante, critérios não socioeconômicos são pouco salientes para os entrevistados.

Ao usar critérios socioeconômicos para avaliar a experiências dos seus pais, a percepção predominante é de que houve um avanço intergeracional, sendo que a conclusão do ensino superior é uma prova disso. Embora os entrevistados estejam descontentes com as suas condições socioeconômicas, acreditam que seus pais estavam piores quando tinham a mesma idade. Os entrevistados avaliam que estão um degrau acima de seus pais na escala social, mas ainda há muitos degraus para subir.

Conforme demonstrado ao longo da tese, os recém-diplomados em Direito empregam uma miríade de referências para avaliar suas vidas e elaborar projetos. Os entrevistados enfatizam

mais as possibilidades de atuação no campo do Direito do que a experiência dos pais para avaliar suas condições de emprego. Os projetos de vida baseam-se, principalmente, na experiência de vida dos servidores públicos. Os dados desta pesquisa não sustentam que a comparação com os pais é o principal parâmetro. A percepção de mudança social torna menos central a experiência dos pais como referência. Se os pais fossem uma das principais referências, os dados sobre eles teriam emergido quando o foco da entrevista era a experiência de vida do entrevistado, e não somente quando o entrevistador trouxe o tema das comparações intergeracionais à tona.

7.3. Fronteiras simbólicas com a classe média tradicional

Do ponto de vista material, se eu pudesse ter essa condição que eles têm, seria ideal, né? Mas se eu tivesse a condição de vida que eles têm, eu não seria do jeito que eles são.

Margarida, PUCRS, Classe intermediária

Os recém-diplomados em Direito aspiram às experiências de vida da classe média tradicional, em termos de renda e qualidade do emprego. Entretanto, como eles avaliam o caráter dos membros da classe a que desejam pertencer? Em sala de aula, no campus, nos estágios e no emprego, observaram o estilo de vida e os valores da classe média tradicional. A vida dessa classe não é distante da realidade deles.

A literatura estadunidense a respeito da percepção das classes populares sobre as classes superiores tem evidenciado que a moralidade das classes superiores é reprovável. A ética da descontração, do trabalho, da autossuficiência e da família das classes populares é percebida como superior à ética da ostentação, da soberba e da vida fácil das classes superiores (SENNETT; COBB, 1972; LAMONT, 2000; STUBER, 2006). Essa literatura evidencia que a classe popular que cursa o ensino superior deseja as mesmas circunstâncias de vida das classes superiores, mas rejeita a moralidade e enfrenta dificuldades de convivência com aqueles que estão acima (HOPKINS, 2014).

Os dados desta tese mostram que, de maneira geral, os dados observados nos Estados Unidos também são observados no Brasil. Caráter é a dimensão central de avaliação dos membros da classe média tradicional. Não é o que a classe média possui que importa para os bacharéis em Direito recém-diplomados, mas o que ela é.

7.3.1. Dois mundos diferentes

Para os recém-diplomados em Direito das classes populares, os estudantes de Direito das classes superiores residem em um mundo diferente. Os entrevistados enfatizam as diferenças de experiência de vida entre “nós” e “eles”. *Eles* estudaram nos melhores colégios privados, moram nos bairros mais caros, frequentam as festas mais caras, andam de carro, viajam frequentemente para o exterior, usam roupas de marca e são filhos da elite do Direito. *Nós* andamos de ônibus; fizemos estágio, em parte, por necessidade; nunca saímos do Brasil e realizamos pouco consumo discricionário. Para os entrevistados, os dois mundos não se comunicam.

Essas pessoas que vinham de escola privada, que eu via, eram pessoas que tinham experiências muito diferentes das minhas. Tipo, elas meio que já se conheciam, sabe?, Vinham das mesmas escolas. Meio que já existiam certos grupos, assim, sabe?, de pessoas que se conheciam e tavam ali meio que juntas e elas, sei lá, tinham experiências muito diferentes, sabe?, ir pra fora do país nas férias, sabe? Tipo, aquilo era super importante. Tinha um ar de, sei lá, futilidade, e de coisas que pra mim não faziam sentido, assim. Eram experiências que eram muito diferentes das minhas, assim.

Jordana, PUCRS, Classe operária

É bem difícil (conviver com eles) porque por mais que eu não tivesse a vontade de ficar acompanhando tudo que eles fazem porque as pessoas têm outra... vivem em outro mundo, né? Muita gente ali vai embora de BMW. Eu ia de ônibus. Eu tinha que pegar dois ônibus pra voltar pra casa. Tu nunca pôde sair fora do Brasil, por exemplo. Eu tive a oportunidade de ir pro Uruguai, só, até agora. Eu faço viagens dentro do Brasil. Outras pessoas vão pro intercâmbio e tal. É uma realidade diferente da tua.

Olga, PUCRS, Classe operária

A falta de comunicação entre os dois mundos implica um sentimento de desconforto em ocupar o mesmo espaço. Frequentar aulas com estudantes majoritariamente “Prounistas” (termo que os entrevistados empregam para se referir aos estudantes das classes populares) é preferível a frequentar aulas em turmas mistas ou estudar com “eles” (isto é, as classes superiores). Amizades entre os dois grupos são quase inexistentes. Os entrevistados justificam a falta de amizade devido às diferenças nas experiências de vida, nas visões de mundo e na cultura. A falta de comunicação expressa-se pela dificuldade em manter uma conversa sobre vivências em comum. Como os tópicos das conversas “deles” giram em torno de festas inacessíveis a “nós”, em viagens a lugares aonde nunca fomos e em “futilidades” (como roupa, maquiagem e academia de ginástica), não existe diálogo.

Eu não conseguia me sentir, ahn, parte da turma (dos estudantes das classe superiores). Sabe, eu me sentia muito diferente pelo perfil da minha turma, pelos assuntos que eles conversavam, que eram totalmente diferentes dos meus. Porque eram assuntos que, por mais que eu tentasse, não me chamavam a atenção por eu considerar, do meu ponto de vista, claro, pra eles eram importantes, mas, do meu ponto de vista, eu considerava assuntos fúteis, como saída, viagem, carro, maquiagem. Pra mim, aquilo tudo não era, sabe, importante.

Teresa, PUCRS, classe rural

Para os recém-diplomados em Direito das classes populares, imaginar-se na presença do outro, conversando sobre tópicos “fúteis” e inacessíveis a “nossa” experiência, gera constrangimento.

Poucos entrevistados assinalam a alta habilidade cognitiva dos membros das classe superiores. A maioria não acredita que o desempenho acadêmico dos “outros” seja maior, nem que eles sejam capazes de tarefas que “nós” não realizamos. Os “outros” são percebidos como displicentes academicamente, optando por festas a assistir às aulas.

A vida deles é aquela bolha deles, aquele Facebook deles, sabe? Vou fazer tudo o que eu posso fazer pra postar nas minhas redes sociais. Tipo, vou em festa, mato aula, vou para o bar perto da faculdade de novo ao invés de assistir aula. Deixe que o meu pai pague a aula. Vou ali no bar beber uma cerveja porque eu não quero ver essa aula, sabe? Depois, dou um jeito de passar. É isso o que conta.

Margarida, PUCRS, classe intermediária

Muita gente de classe média, muita gente de classe média levava a faculdade de uma forma mais displicente, assim. Não era tão comprometidas. Sempre saindo mais cedo ou indo pra um barzinho, que é bem conhecido, na frente da PUC. Ou seja, só chegava em sala de aula pra pegar a chamada e saía e depois pegava as provas, pegava o material nos grupos de Facebook ou Whatsapp, que compartilhavam as provas anteriores.

Demétrio, PUCRS, classe urbana precária

É possível que haja diferenças na percepção sobre a capacidade intelectual do grupo da classe média segundo a universidade de formação. Atanásio, que estudou na UFRGS, ressalta que os seus colegas de classe média tiveram oportunidades de “acumular capital cultural” (palavras dele) que ele não teve. Afirmções de que “eles” têm mais capital cultural são raras entre os egressos da PUCRS ou de outras privadas. Como os dados da pesquisa não são suficientes para análises baseadas na IES de formação, apenas especula-se.

Outra diferença entre o “nosso” mundo e o “deles” diz respeito ao posicionamento político. Os estudantes entrevistados das classes populares, majoritariamente, manifestam identidades políticas à esquerda do espectro político ou, mesmo quando não explicitam seu posicionamento político, demonstram preocupar-se com as experiências das classes populares (ou de parcelas delas). Os estudantes das classes superiores, na percepção dos entrevistados, não têm empatia com os mais pobres e defendem pautas políticas condizentes com os interesses das elites.

O perfil do aluno rico de Direito da PUC é conservador, de direita. Daí, vem com todos os acessórios: defende a meritocracia, machista, filhinho de papai. Então, um exemplo mais específico ainda: por exemplo, eles são contra, sei lá, contra Bolsa Família. Eles acham que o Bolsa Família dá o peixe. Eles acham que tem que ensinar a pescar, mas eles não acham errado eles não precisam trabalhar; o pai deles pagar a faculdade, pagar o carro, pagar a gasolina, pagar o estacionamento da PUC, pagar o lanche. Pra eles, isso... Cadê a meritocracia? Eles também não tão sendo ensinados a pescar. Eles tão recebendo o peixe. Mas eles são críticos do Bolsa Família porque sustenta vagabundo. Eles também são vagabundos sustentados.

Francisco, PUCRS, classe intermediária

(O perfil dos meus colegas de faculdade era) bah, conservador. Tipo, principalmente na área do Penal ali e tal. Bah, é tudo punitivista e pessoal conservador, reacionário. Bah, tipo aquele populismo penal, sabe?

Gusmão, UNIRITTER, entre classe média e classe intermediária

Eles não se importam - 95% - não se importam com o que tem em volta. Eles não conseguem ser empáticos o suficiente. Tipo, se você quer ser empático com uma pessoa, você tá sendo esquerdista, por exemplo. Porque a maioria é de direita, sabe?

Margarida, PUCRS, classe intermediária

Na percepção dos entrevistados, a maioria dos pais dos estudantes ricos pertence à elite do Direito, sendo donos de escritórios bem-sucedidos, desembargadores, juízes, promotores, dentre outras ocupações. São estudantes que já têm a sua reprodução social assegurada, pois vão herdar clientes da rede social de seus pais. Em se tratando de renda, muitos acreditam que eles têm rendas astronômicas, ultrapassando facilmente o valor de dez mil reais. “*Dez salários mínimos é a mesada de alguns*” (Francisco).

7.3.2. “Eles vivem melhor? Avaliação da experiência de vida e moralidade

Os recém-diplomados em Direito percebem que a experiência de vida e a cultura dos seus pares das classes superiores são qualitativamente diferentes. No entanto, habitar o outro mundo é desejável? Como seria estar no lugar do outro?

De maneira geral, o caráter dos membros dos colegas das classes superiores é mal avaliado: têm preocupações fúteis, são antipáticos, esbanjadores e soberbos. A futilidade revela-se pela preocupação com questões de baixa relevância. “*Eu não consigo muito ter contato com as minhas amigas cuja preocupação maior era a quantidade de calorias consumida no dia, sabe?*” (Felícia). Esbanjar é demonstrar de forma excessiva as suas posses. “*Eu acho que tem muita gente lá na PUC, em si, eles esbanjam muito né? Tem coisas que não tem necessidade. Por exemplo, andar lá na sexta-feira à noite parece que todo mundo tá pronto pra uma festa. As roupas das pessoas, eu acho que tem coisas que é demais, sabe?*” (Olga). Ser soberbo significa sentir-se superior. “*Essa coisa assim de que eu sou melhor do que você porque eu faço Direito, sou rico, essas coisas*” (Margarida). Por vezes, a experiência de vivenciar uma posição inferior diante da elite gera fortes máculas: “*Minha mãe é empregada doméstica. Eu morava com ela no emprego e*

ouvi n situações de me inferiorizar por eu ser filha de emprega doméstica. Isso não é uma questão muito bem resolvida pra mim” (Felícia).

Existe, também, a percepção de excessos no que diz respeito ao estilo de vida. Almoçar diariamente em restaurantes cujo preço do buffet é acima de quarenta reais, frequentar festas de ingresso acima de duzentos reais, comprar roupas caras e carros não populares refletem um estilo de vida além do necessário, pois é possível suprir as mesmas necessidades a um valor consideravelmente mais baixo. Como a elite paga um preço mais alto para ter acesso a bens com equivalentes de preço mais baixo, recorrentemente, os entrevistados usam expressões como “esbanjar” e “ostentar” para descrever o estilo de vida deles.

A cultura de elite é negada pelos entrevistados, pois opõe-se à valorização da batalha e da conquista. A narrativa de vida que os entrevistados desejam afirmar para si mesmos é a de que eles superaram todas as barreiras e conquistaram a ascensão social, tendo realizado sacrifícios que poucos estão dispostos a realizar. Levar uma vida “fácil” inibe a consecução dessa narrativa.

Muitos deles ainda tão se inserindo no mercado ou coisa assim. Se pensar numa corrida, né?, em que a linha de chegada seja, por exemplo, a aprovação no concurso público, então, eu acho que eles, enfim, muitos deles vão alcançar o sucesso, sim, porque são pessoas competentes, mas talvez seja uma vitória com um gosto não tão bom quanto das pessoas que saíram mais de trás.

Felícia, PUCRS, classe urbana precária

O principal fator de baixo bem-estar para os mais ricos, na opinião dos entrevistados das classes populares, são as más relações sociais. *“A vida deles poderia ser ruim por, acho, dois motivos: se em casa, eles tivessem problema familiar. Daí, é uma coisa que não muda. Ou se eles fossem pessoas que não conseguissem relacionar com outras pessoas. Não tivesse amigos”* (Virgínio). A definição de bem-estar dos entrevistados é multidimensional e, portanto, renda é uma condição necessária, mas não suficiente. As outras dimensões podem anular os efeitos positivos da renda. Os membros da elite, apesar de vivenciarem uma situação financeira ideal, podem enfrentar problemas em outras áreas e, conseqüentemente, não gozarem de um bem-estar pleno. Cícero, por exemplo, cita o exemplo de uma amiga rica que recorrentemente relata tristeza.

Noto bastante no convívio que eu tenho com pessoas, assim, que tem muito financeiramente, mas que, muitas vezes, você nota que eles desabafam contigo de: 'ah, queria que a minha vida fosse diferente'. Eles não aproveitam a vida. Eu noto muito isso. Pessoas que são extremamente ricas, mas que tão... pessoas de 50 anos de idade... casaram com 17, 18 e viveram a vida toda infeliz. Nossa, tem uma pessoa aqui que é super rica. Ela fala muito: 'ah, meu marido nunca...'; 'ah, meu marido nunca me valorizou. Sempre tive que me submeter a ele'. Duas mulheres. E são, tipo, com um capital financeiro extremamente alto, na casa dos milhões.

Cícero, 40 anos, classe rural

Por fim, embora a imagem representada pelos entrevistados da classe média seja, principalmente, negativa, eles sentem orgulho de terem ocupado o mesmo espaço com pessoas que nasceram com uma condição mais privilegiada. Para os entrevistados, esse fato reflete a conquista pessoal e a ascensão em relação a seus pais, que, em alguns casos, trabalharam em ocupações de submissão à elite.

Eu me sinto bem porque eu pude estar no mesmo lugar que eles estiveram. Eles, meus colegas no caso, sempre cursaram a escola ou a faculdade pagando. Escolas com um custo bem alto. Eu me sinto bem por ter conseguido essa oportunidade de estudar numa faculdade que tu precisa de muito dinheiro pra se manter lá estudando.

Olga, PUCRS, classe operária

A minha mãe é faxineira. A minha mãe é doméstica. É interessante. Muitas vezes, eu me imaginava na mesma sala que os filhos da patroa da minha mãe estavam. Isso, certamente. Certamente. Poderia tá. Enfim. (em tom de orgulho)

Francisco, PUCRS, classe intermediária

Por meio das fronteiras simbólicas com as classes superiores, emergiram valores até então pouco enfatizados. Ao tratar das experiências no mercado de trabalho, das aspirações de vida, da rotina diária e das comparações com os pais, a posição socioeconômica assumiu uma posição central. Somente quando se avaliou a vida daqueles que estão no topo que o caráter se revelou importante. Em parte, a emergência dessa dimensão resulta do sentimento de distância social. Ao falar de si mesmos e de seus familiares, não há espaço para a aparição do caráter, pois a maioria das pessoas tem uma boa avaliação do seu caráter, e seus familiares, de maneira geral, compartilham a mesma cultura. Carregar valores, comportamentos, esquemas, posições políticas e costumes diferentes da classe de origem é negativamente avaliado.

A ênfase sobre os excessos das classes superiores tem consequências importantes para compreender o mapa mental dos entrevistados, além de tensionar certas interpretações sobre classe social. Renda é um dos componentes centrais do capital econômico e o núcleo de muitas análises sobre classe social⁴⁴. As fronteiras simbólicas com as classes superiores mostram que a ostentação, o esbanjamento e o excesso são mal avaliados. Embora os entrevistados tenham aspirações de renda muito superiores à média ou à mediana do Brasil, estar muito acima do grosso da população em termos de consumo significa levar um estilo de vida imoral. Renda é desejável até o ponto de

⁴⁴ Por exemplo, análise sobre o topo da distribuição (o “1%”) e índice de GINI baseam-se exclusivamente no critério de renda.

garantir segurança financeira e posse de bens de consumo “necessários”, mas, quando ultrapassa esse limite e adentra no campo da ostentação, a percepção da relação consumo/renda passa a ser negativa. Frequentar festas caras, consumir produtos de marcas internacionalmente reconhecidas e comprar em excesso são exemplos do que está além daquilo que a renda deve oferecer.

Contradições, lacunas e ambiguidades estão presentes na fala dos entrevistados. Receber mensalmente vinte mil reais é a meta de muitos entrevistados, mas gastar vinte mil reais de forma moralmente adequada é um problema que muitos entrevistados não se colocam.

7.4. Outras bases de respeito

Esta seção analisa o papel das fontes de valor que a literatura coloca, nomeadamente, a família, a política e a religião. O cuidado com os entes familiares (SENNETT; COBB, 1972), a conduta de vida segundo os preceitos de uma crença religiosa (SATYBALDIELVA, 2018; HASHEMI, 2018) e a resolução de problemas sociais (CHAVES et al, 2018; BARNARD, 2016) têm gerado sentido de vida para pessoas em diferentes contextos sociais. Fontes de respeito para além das relações econômicas e de classe conferem resiliência diante da desigualdade social, pois propiciam às classes inferiores adquirir respeito próprio segundo bases mais alcançáveis (HALL; LAMONT, 2013; LAMONT, 2018).

Família: A maioria dos entrevistados não formaram família, ou seja, não têm filhos e não coabitam com um parceiro em uma relação conjugal. No entanto, esperam que algum dia – quando estiverem preparados financeiramente e mais velhos – o façam. Não demonstram pressa para formarem família. Não expressam a existência de um momento que seja “tarde demais” para casar e ter filhos. Pelo contrário, creem que ainda sejam novos. Idealmente, a segurança material e empregatícia deve anteceder a formação da família. No entanto, antes de ter segurança material, alguns já coabitam (ou pensam em coabitar), ou seja, não têm relação conjugal formalmente constituída via igreja ou Estado. Outros modelos mais baratos de casamento, como residir com os sogros ou viver em casas coletivas, não foram mencionados pelos entrevistados.

Em se tratando da família de origem, muitos entrevistados moram com os pais e afirmam ter afeto por eles. Agradecem-lhes pelo investimento na trajetória de vida. Os entrevistados não têm uma visão autônoma e independente, no sentido de acreditar que sejam os

únicos responsáveis pelo seu sucesso escolar. Colocam os pais numa posição central na explicação de suas experiências de vida.

A imagem descrita por Sennett e Cobb (1972), dos Estados Unidos do final da década de 1960, de uma classe trabalhadora que fundamenta o sentido da vida no provimento do lar, na construção e manutenção da casa e no futuro dos seus filhos não emerge nos dados desta pesquisa. Para os recém-diplomados em Direito, a formação da família é mais pensada em termos de não ser o momento adequado do que em termos de que se deve investir as energias para tornar possível o casamento perante os desafios em outras dimensões da vida.

Mudança social – Promover a mudança social é central para os entrevistados. Muitos expressam ideais sociais e esperam ter um papel relevante na promoção deles. Combater a criminalidade e a corrupção, tornar mais justa as relações jurídicas, enfrentar as desigualdades de gênero, raça e de classe, divulgar modelos sociais e eliminar o capitalismo são as principais pautas dos entrevistados.

Então, (no futuro), ser uma referência, fazer uns livros bons, bacana, que as pessoas podem se respaldar. Fazer um site onde grandes pessoas, várias pessoas, inclusive as mais leigas, podem acessar inclusive pelo celular, né? Formas de discussão de direito pra população começar a entender o que é realmente importante.

Geraldo

O que me atrai (na carreira de delegado) é poder, além de investigar e solucionar algum crime, alguma coisa, assim, é combater o crime. Tentar principalmente o tráfico. É uma coisa que eu gostaria de fazer, de investigação, essas coisas. Eu acho muito interessante como a polícia age. E realmente fazer algo de bom, assim, pra sociedade. Tentar ajudar de alguma forma.

Nestor

Sempre tive essa visão de querer contribuir socialmente e trazer algo que refletisse a minha ideologia de vida social, a mudança, a realidade, a política, etc e tal.

Demétrio

O meio para atingir seus objetivos de mudança social é o trabalho. Prover-se em ocupações de promoção de justiça, atender clientes hipossuficientes e escrever trabalhos acadêmicos são as principais estratégias para satisfazer o desejo de ser relevante para a sociedade. Os entrevistados esperam que sejam remunerados (e, geralmente, bem remunerados) para executar as funções de relevância social. Poucos entrevistados realizam ações de trabalho voluntário. Atender clientes hipossuficientes, por exemplo, é tipicamente enquadrado no âmbito da defensoria pública, em vez do trabalho *pro bono*. Por sinal, ser admitido na defensoria pública é um objetivo de muitos entrevistados, pois concilia as suas aspirações financeiras, de qualidade de vida e de

mudança social. Aliar mudança social e trabalho eleva a relevância do último para o bem-estar. Sendo assim, o trabalho não é apenas uma fonte de subsistência. Ele provê significado existencial em um sistema de valores que, como é analisado nesta seção, carece de outras bases de respeito. Portanto, agir segundo o único fim de ganhar dinheiro não é valorizado pela maioria dos entrevistados. O trabalho deve possibilitar a realização de projetos de sociedade.

Embora promover a mudança social soe como um objetivo nobre, existe um aspecto negativo. Estar na posição de efetivamente tomar decisões de impacto e difundir ideias, muitas vezes, requer fazer parte da elite social. Nesse sentido, comumente, os entrevistados associam o combate à criminalidade à figura do delegado, o atendimento a grupos vulneráveis à figura do defensor público e a difusão de ideias à figura do professor universitário. De certa forma, para mudar a sociedade, é preciso deixar de ser um cidadão ordinário para compor o pequeno grupo poderoso. Como o acesso ao poder social é limitado, a aspiração de mudança social pode ser mais um objetivo com grande probabilidade de ser frustrado.

Religião: A religião pode ser fonte de explicações sobre o mundo, pode oferecer sentido para a conduta diária e respeito perante à comunidade (BAKER, 2014; SATYBALDIELVA, 2018; HASHEMI, 2018). Práticas e prescrições religiosas - tais como jejum, oração e frequência a eventos coletivos – podem moldar a rotina diária. Baker (2014) afirma que, em nível global, pessoas escolarizadas professam crer em Deus, mas não usam a religião como fonte de explicações sobre o mundo nem seguem prescrições religiosas.

Os entrevistados não citam a religião como significativa para a sua conduta diária e para seu respeito próprio. A resposta às questões sobre a realização de atividades religiosas quase sempre foi “não”.

Movimentos políticos - A maioria dos entrevistados afirma gostar de discutir política e insere a si mesmo na parcela mais esclarecida e bem informada da sociedade brasileira. Com frequência, aparecem afirmações do tipo “*Eu era mais do grupo das pessoas que questionavam mais, com uma crítica mais aguçada*” (Hugo) para expressar que o entrevistado e o grupo de que faz parte têm uma compreensão mais verdadeira e profunda da realidade social. Apesar de o tópico política interessar à maioria dos entrevistados, a participação em movimentos políticos fora da internet é muito baixa. Poucos entrevistados participaram de movimentos estudantis, e, quando

participaram, abandonaram-nos depois da graduação. A participação em movimentos políticos via internet não foi tratada na entrevista.

Os dados da pesquisa mostram que dimensões fora do mercado de trabalho não têm um papel central na configuração das bases de respeito dos entrevistados. Ao tornar pouco central a formação da família, a religião e outras instituições, as expectativas sobre o trabalho aumentam, uma vez que, além de prover subsistência, ele deve propiciar significado existencial. Assim, espera-se que o trabalho ofereça a possibilidade de realizar as visões de mundo, algo importante num contexto em que o porvir não é ditado pela religião nem alicerçado em objetivos familiares.

Os entrevistados justificam a ausência em organizações pela falta de tempo. Para eles, as atividades de trabalhar, preparar para concursos, fazer especialização, trabalhar nos próprios processos e cuidar de afazeres domésticos ocupam todo o tempo. Durante a graduação, a maioria conciliava estágios e frequência às aulas. Nesse sentido, na percepção dos entrevistados, o mercado de trabalho – e as tarefas relacionadas a ele – cria barreiras para a realização de outras atividades.

7.5. A expansão universitária na lente dos recém-diplomados em Direito

Os recém-diplomados em Direito recebem e promovem os efeitos da expansão universitária. Sentem de perto as possibilidades e as limitações de todo o processo descrito ao longo da tese. Os entrevistados em Direito são sujeitos reflexivos que expressam os efeitos das políticas das políticas estatais e do aumento do número de bacharéis no campo do Direito. Esta seção investiga a perspectiva dos recém-diplomados em Direito sobre a relação expansão universitária, políticas governamentais e mercado de trabalho.

7.5.1. Not in my backyard (não no meu quintal): Percepções sobre a expansão universitária e sobre as políticas governamentais

De maneira geral, os recém-diplomados apoiam as políticas de expansão universitária, tais como FIES, PROUNI e REUNI. Para eles, seria um contrassenso não apoiar essas políticas, pois eles mesmos (e/ou seus outros significantes) foram favorecidos por elas. As políticas governamentais são percebidas como um meio de facilitar o ingresso no ensino superior. Caso não

fossem contempladas por elas, seria inviável ingressar no curso de Direito em instituições de ensino superior prestigiadas. Suas alternativas seriam optar por cursos mais baratos presenciais ou a distância. Em alguns casos, cursar o ensino superior seria bastante improvável.

Ahn, é, afinal, a minha opinião (sobre os programas governamentais) não podia ser outra. Minha opinião é que é super importante, super interessante. É uma maneira de tentar diminuir a desigualdade social. Se não fosse isso, eu não teria feito faculdade. Eu até teria feito. Teria feito. Se não fosse o Prouni, eu teria feito faculdade, mas não teria feito Direito. Eu teria feito que nem um colega meu: teria feito ou geografia ou história, que eu gosto, a distância, pagando. Que é uma alternativa, é, mas não é o ideal.

Francisco, 32 anos, classe intermediária

São necessários porque se eu não conseguisse pelo PROUNI, talvez eu não tivesse me formado ainda. Não tivesse talvez nem entrado pela universidade particular e demoraria muito mais pra conseguir entrar.

Rui, 27 anos, classe urbana precária

Sou uma grande defensora de Prouni, de Fies, de todas, de cotas. Eu acho que são muito necessários pra gente ter uma democratização do ensino, né? Enfim, eu não fui atingida diretamente por esses programas, né? Tive um crédito particular, né?, mas tive vários colegas, e que hoje são amigos, que foram beneficiários do Prouni e eu vejo como isso fez diferença na vida deles e como isso reflete na sociedade, né?

Catarina, 24 anos, classe urbana precária

Tipicamente, os entrevistados mesclam justificativas pessoais com justificativas coletivas. Por um lado, o apoio a esses programas assenta-se na facilitação do ingresso ao ensino superior experimentada por eles mesmos ou por pessoas próximas com quem se identificam. Nesse sentido, esses programas são avaliados na perspectiva sobre o que eles trouxeram de benefício para pessoas particulares. Por outro lado, para os entrevistados, elevar a escolaridade é uma maneira de melhorar a qualidade das pessoas, ou seja, de formar cidadãos mais críticos, mais conscientes do seu papel na sociedade e capazes de conduzir o país ao “desenvolvimento”. Para eles, isso reflete um ganho coletivo.

Essas possibilidades de bolsas, ahn, financiamento, assim, eu acho tudo assim, pra sociedade, pra nossa sociedade, é muito importante, porque prepara a sociedade pra poder opinar, pra poder dar o seu parecer sobre a vida, sobre os nossos governantes, sobre tudo assim.

Teresa, 30 anos, classe rural

Os países que são desenvolvidos, eles investem pesadamente em ciência e tecnologia, né?, então ciência e tecnologia, hoje define... sempre definiram, né?, mas hoje muito mais. Definem os rumos dos países. Eu acho que quando mais pessoas nós tivermos pensando e podendo aplicar as suas coisas dentro de nosso país, melhor. Então, eu acho que a expansão do ensino universitário, em todas as áreas, ela é relevante.

Rômulo, 25 anos, classe intermediária

Portanto, quando pensada amplamente, a expansão universitária é considerada benéfica do ponto de vista individual e coletivo. No entanto, se o foco é reduzido ao curso de Direito, a

maioria das posições é de crítica. A expansão dos cursos de Direito é percebida como excessiva devido à incapacidade de absorção do mercado de trabalho. A posição dos entrevistados é do tipo “*not in my backyard*”, isto é, a expansão universitária é positiva, mas não no espaço em que ocupam.

É muito bacharel em Direito pra pouco campo, pra pouco lugar de atuação, sabe? Eu acho que tinha que dar uma minimizada nisso. Tu não vê a mesma quantidade de médicos, tu não vê a mesma quantidade de engenheiros, de sociólogos, sabe? O que você vê de bacharel em Direito por aí. Então, estão expandindo demais.

Margarida, 24 anos, classe intermediária

Só que agora, no curso de Direito, ocorreu uma hiperexpansão, entendeu? Aí, virou uma coisa mais caça-níquel do que uma produção científica.

Rômulo, 25 anos, classe intermediária

Como expansão universitária é um processo pensado de forma ampla, os entrevistados aplicam as bases da ideologia educacional (BAKER, 2014). Abstratamente, acreditam que mais educação sempre é positivo. Quando a referência está mais próxima, a experiência de vida e as aspirações guiam as reflexões sobre o processo em tela. Ao tratar da expansão universitária como um todo, os entrevistados concentram-se, principalmente, na qualidade das pessoas e nas condições de vida. Quando abordam o campo do Direito, o foco passa a ser o mercado de trabalho. Daí, segue-se o argumento de que a estrutura do mercado de trabalho não comporta o número de bacharéis formados e, conseqüentemente, muitos bacharéis recebem um salário esdrúxulo como advogados, ou não se inserem nas profissões do Direito.

Para os entrevistados, uma das saídas para o “excesso” de advogados é restringir o ingresso de mais profissionais por meio da prova da OAB. A maioria dos entrevistados é favorável à prova, pois freia a desvalorização da profissão e faz um controle de qualidade. Como a maioria já foi aprovada na OAB, não está presente o temor de não fazer valer plenamente o diploma conquistado. A preocupação do momento é alcançar os ideais de vida a partir das possibilidades abertas com o diploma em Direito e com a licença da OAB. A prova da OAB é narrada como um filtro que impede a entrada de bacharéis em Direito despreparados para exercer a advocacia com qualidade.

Eu acho que é uma boa, sabe?, a prova da OAB. Uma vez, eu era contra até eu passar na prova. Eu era contra. Dizia que por que só pra advogado tem prova? Pros outros não tem prova e ganham. Mas eu acho é importante a prova. Às vezes, a gente sai tão mal preparado da faculdade. Iam ter tantos advogados que não têm condições. A prova é um filtro que se faz pra que tenha profissionais o mínimo capacitados pra trabalhar. Já tem um monte de advogado. E mesmo com a prova tem muitos que não são tão bons, assim. Imagina se não tivesse a prova.

Nestor, 24 anos, classe rural

O dado das entrevistas contrasta com os dados coletados em dias de prova da OAB. Para os examinandos em dia de prova, a prova da OAB não mede a habilidade de exercer a advocacia com competência, sendo unicamente um meio de os estabelecidos conterem a entrada dos *outsiders*.

A diferença de percepção sobre a prova entre entrevistados e examinandos provavelmente é explicada pelo momento vivenciado. Para os entrevistados, o desejo é de que os advogados sejam mais valorizados pelos seus patrões e, para isso, é preciso reduzir a competição pelos postos de trabalho. Para os examinandos, a angústia de passar, pelo menos, mais três meses sem a licença guia as suas percepções.

7.5.2. Percepções sobre o mercado de trabalho

As percepções sobre a capacidade de ganhos de renda e de inserção profissional num contexto de expansão universitária são variadas, dependendo da posição no mercado de trabalho e de visões políticas mais amplas. Basicamente, essas percepções se enquadram em dois grupos de respostas: 1) Aqueles que culpam o indivíduo e ressaltam o processo de judicialização, grupo formado principalmente por pessoas com condições de emprego acima da média dos recém-diplomados; 2) Aqueles que realçam os constrangimentos do mercado, formado por indivíduos com condições médias ou abaixo da média.

Culpabilização individual e judicialização - Recém-diplomados com renda acima da média tendem a afirmar que existem oportunidades de emprego para os bem qualificados. Esse grupo diferencia os “bem qualificados” dos “mal qualificados”, de modo a atribuir a inabilidade de uma inserção profissional qualificante a atributos pessoais, e não às condições do mercado de trabalho. Por exemplo, Geraldo abriu um escritório que atende clientes do tipo pessoa física e recebe, conforme afirma, em torno de duas vezes mais do que a renda tipicamente recebida pelos recém-diplomados. Ele tem expectativas otimistas para o futuro, acreditando no sucesso do seu negócio. Para ele, a formação em massa de bacharéis em Direito não efetiva um risco para o seu negócio devido à “baixa qualidade” da formação em Direito.

Metade das pessoas que se formam em direito são imprestáveis. Não sabem, não dominam, tá? Não dominam, mesmo, tá? Aí, tu já exclui metade. A outra metade, grande parte vai fazer um serviço porco, porque a faculdade de Direito continua mantendo o hábito de não ensinar as pessoas abrirem o próprio negócio. Tu é da UFRGS? Isso tem na UFRGS também. A UFRGS é excelente no Direito. Vai lá, faz pesquisa jurídica, iniciação

científica, mas os caras da UFRGS saem da UFRGS sem saber abrir um escritório. Compreende? Sem saber fazer um atendimento de qualidade, tá? Então, o que acontece? Aí, essas pessoas também não vão saber como trabalhar de forma correta quando abrirem o escritório, por exemplo. Então, a concorrência boa, cara, ela é pouca. Ela é pouca, a concorrência boa. A concorrência boa é pouca. Eu vou te dizer. Vai ter espaço pra todo mundo. Tem sempre espaço pra todo mundo. Por quê? Porque eu posso advogar em causa própria, eu posso advogar pra minha mãe. Posso advogar pra minha avó, pros meus irmãos, posso advogar pros amigos deles. Então, eu sempre vou ter uma causa e sempre vou ter uma renda.

Fabrizio, dono de escritório, “entre classe intermediária e classe média tradicional”

Nessa perspectiva, mesmo diante de um mercado de trabalho desafiador, o indivíduo tem agência e consegue uma posição desejável. O empreendedorismo é uma alternativa mencionada para obtenção de renda e condições de emprego desejáveis. Alzira – concurseira, advogada e consultora jurídica – afirma que responsabilizar o mercado de trabalho pelas condições negativas de trabalho é um equívoco, pois o empreendedorismo possibilita uma experiência de emprego e renda razoáveis.

Eu não acredito que exista advogado que possa tá desempregado ou ganhando pouco porque o mercado fez isso com ele, porque o sistema fez isso com ele. Eu acho que advogado que ganha pouco dinheiro é porque, na verdade, ele não tem muita vontade de ser empreendedor. Porque eu descobri um ramo pra eu trabalhar: questão da consultoria. Eu me desenvolvi na consultoria e isso acaba refletindo no meu trabalho como advogada, porque quando tu é um bom consultor, as pessoas te contratam. As pessoas buscam um advogado estudioso.

Alzira, “entre classe intermediária e classe média tradicional”

Alguns entrevistados não concordam totalmente com a visão de um mercado saturado.

Para eles, apesar do número elevado de bacharéis formados, o mercado de trabalho teve capacidade de absorção devido ao processo de judicialização. Essa opinião não é exclusiva de bacharéis com condições de emprego acima da média. Alguns entrevistados que trabalham em escritórios ou fora do campo do Direito colocam essa afirmação.

Agora, a necessidade de mão de obra é enorme. É enorme. Porque, judicializa tudo hoje em dia. A quantidade de coisa que tá na mão do judiciário e que, inclusive, não deveria estar é pesado.

Atanásio, em cargo de comissão, classe intermediária

Ah, o Direito, ainda mais hoje em dia na nossa sociedade que é muito litigante, como eu tinha dito, que tudo é processo. Antigamente, briga de vizinho se resolvia no próprio pátio. Chegava, discutiam, daqui a pouquinho se acertavam. Hoje em dia, não é mais assim. Hoje em dia, briga de vizinho vira processo. Vira condenação. Vira recursos. Então, ahn, demanda tem hoje em dia.

Teresa, atendente, classe rural

Portanto, alguns entrevistados não pintam um cenário de “excesso” e de “crise” no mercado jurídico. Para eles, a agência individual é capaz de superar as barreiras estruturais, por meio da qualificação e do empreendedorismo. Além disso, nessa perspectiva, a judicialização

acompanha o processo de expansão do número de bacharéis e tem gerado oportunidades de emprego. É preciso deixar claro que essa não é a posição majoritária entre os entrevistados.

Crise e excesso – Um segundo conjunto de opiniões sobre o mercado de trabalho jurídico enfatiza a falta de oportunidades, as condições de emprego precárias e a sobrequalificação. Nessa visão, não é feita uma distinção entre “bem qualificados” e “mal qualificados”. Os entrevistados, tipicamente, citam exemplos de pessoas conhecidas que vivem experiências precárias.

Eu acho que o mercado jurídico, se ele continuar formando tanta gente, assim, em Direito, daqui a pouco ele vai parar. Já tá esgotado, mas, daqui a pouco, ele vai tá assim, ó: não sei. Vai acontecer alguma coisa ruim. Já acontece, né? Tipo, poxa, eu conheço uma amiga que ela se formou em Direito e foi vender Mary Kay.

Ágata, advogada contratada, classe intermediária

Colega formado é advogado e motorista do UBER, ou seja, é bico e bico.

Januário, desempregado, classe média

Outra forma de explicar o cenário negativo do mercado de trabalho em Direito é pela menção a atividades jurídicas mal remuneradas. Nesse caso, entrevistados reportam experiências de colegas ou notícias lidas na internet de trabalhos jurídicos a valores irrisórios.

Aí, eu peguei uma notícia esses dias que a pessoa cobrou 16 reais pra fazer um diligência no foro. Era outro estado, outro escritório. O advogado se deslocou, saiu da casa dele, foi lá, fez a diligência, voltou, fez o relatório, cobrou 16 reais. Isso é o sinal mais claro de saturação máxima já.

Ícaro, assistente jurídico, classe urbana precária

Ao discutir a possibilidade de abrir um escritório, esses entrevistados enfatizam a dificuldade de conseguir clientes. Alguns deles mencionam que não há espaço para novos entrantes e somente os recém-diplomados com origem em famílias de advogados têm chances no mercado.

O Direito, ele é, a princípio, se não tiver uma família já tradicional com escritório na área demora muito tempo pra tu conseguir o retorno financeiro.

Cícero, desempregado, classe rural

E também, um outro fator que influencia é a questão dos vínculos familiares, porque a maioria, pelo menos, de quem eu tive contato, a maioria dos escritórios e empregos melhores da área do Direito, eles ficam restrito aos membros da família.

Demétrio, advogado contratado, classe urbana precária

Os entrevistados também citam o espaço limitado de atuação dos bacharéis em Direito. Para eles, a atuação profissional é restrita a concursos públicos e escritórios. Eles criticam o “leque de opções”, expressão recorrente cuja origem não foi encontrada. *“Porque aquele leque de opções que dizem que tem no direito, eu acho que não existe, porque ou tu vai fazer concurso público de*

um juiz, promotor, delegado, policial ou você vai ser advogado”. Para a maioria dos entrevistados, ou eles se sujeitam à lógica de preparação para os concursos ou trabalham como advogados.

7.6. Conclusão

Este capítulo analisou as fontes de valor, as fronteiras sociais e as explicações dos bacharéis em Direito. Primeiramente, abordou as fronteiras simbólicas com os pais, irmãos e membros da classe média tradicional. Em seguida, investigou o papel da religião, relações familiares e movimentos políticos como fontes de valor. Por fim, descreveu as interpretações dos recém-diplomados em Direito sobre a relação expansão universitária e mercado de trabalho.

O ponto central do artigo foi discutir a centralidade da posição socioeconômica como fonte de valor dos recém-diplomados. Os dados mostram que a posição socioeconômica é relevante quando os entrevistados avaliam a experiência de vida de seus pais. Ao tratar das experiências das classes superiores (que vivenciam condições socioeconômicas mais vantajosas), os recém-diplomados em Direito passam a enfatizar o caráter. Religião e formação de família não são bases centrais de valor. Os entrevistados não guiam a sua conduta diária a partir de crenças e prescrições religiosas. A formação de família é um objetivo da maioria, mas eles esperam, antes disso, criar condições socioeconômicas ótimas. Assim, formar família não é um objetivo a ser buscado a qualquer custo.

Os dados desta pesquisa confirmam as evidências das pesquisas brasileiras de que a ascensão socioeconômica é um valor central para os membros das classes populares que alcançaram o ensino superior (p. ex. CASTRO, 2014). As formas de resiliência que a literatura global tem apontado foram pouco observadas. Apesar da grande desigualdade da sociedade brasileira, bases de valor fora da posição socioeconômica são secundárias entre os recém-diplomados em Direito. Esse aspecto torna o trabalho relevante não somente para atingir ideais de conforto material e estabilidade, mas para prover significado. Daí, vem o estímulo para investir na carreira durante o expediente de trabalho, à noite e aos finais de semana. Durante a graduação, os entrevistados estudavam e faziam em torno de seis horas de estágio. Atualmente, muitos conciliam emprego, pós-graduação, atuação nos próprios processos e preparação para concursos. Essa rotina sustenta-se porque a posição social é a razão de vida dos entrevistados. Eles poderiam passar mais tempo participando de atividades religiosas e/ou comunitárias, realizando trabalho voluntário,

aproveitando para o lazer o tempo fora do trabalho e investindo na formação de família, como é observado em outros contextos sociais (MIRZA, 2017; WILLE-WIETSK, 2016; BEAUCHAMP et al, 2018), pois a renda deles satisfaz as necessidades básicas. Posto que fontes alternativas de valor estão quase ausentes, os efeitos da desigualdade brasileira são fortemente sentidos.

Apesar da rejeição à cultura das classes superiores, é preciso ter em vista que os entrevistados rejeitam o comportamento e os valores dos membros dessas classes, mas desejam as mesmas condições de emprego e renda deles. Além disso, os empregos das classes superiores é atraente por deter poder e influência social. Dessa forma, prover-se nas ocupações de elite possibilita promover os ideais de mudança social.

Pontos de resumo:

- 1) Os entrevistados das classes populares afirmam que vivem uma experiência de vida mais agradável, em comparação com seus pais. As bases dessa afirmação são as condições socioeconômicas e, no caso das mulheres, autonomia.
- 2) Enquanto os entrevistados das classes populares enfatizam que o contexto social em que vivem é marcadamente diferente daquele da época dos seus pais, os entrevistados das classes superiores observam mais semelhanças. Para os últimos, será difícil vivenciar condições de vida tão vantajosas quanto a que seus pais levam durante a vida adulta.
- 3) O caráter é o principal critério de avaliação das experiências de vida das classes superiores. Os entrevistados rejeitam a cultura dessas classes, considerando-a soberba, esbanjadora, fútil e excessiva.
- 4) Religião e formação de família não são bases de valor centrais para os entrevistados. Além das condições socioeconômicas, agir em prol de um ideal de sociedade guia as ações dos entrevistados.
- 5) De maneira geral, os entrevistados apoiam a expansão universitária como um todo, mas afirmam que houve excessos no campo do Direito. No que diz respeito ao mercado de trabalho, há a formação de dois grupos: a) o que afirma que há espaço no mercado de trabalho, especialmente para os “bem qualificados”, e b) o que afirma uma situação de crise.

8 Conclusão

Esta tese concentrou-se em compreender dois fenômenos intrinsecamente relacionados: 1) As experiências de emprego de recém-diplomados em Direito num contexto de massificação do ensino superior, e 2) Os valores e as avaliações desse grupo sobre suas experiências de vida. Foi mostrado como a desigualdade no mercado de trabalho impacta as possibilidades de realização pessoal de um grupo cujo valor central é a mobilidade social. As abordagens clássicas da literatura de estratificação social têm focado em compreender a alocação de indivíduos em posições sociais. As análises desta pesquisa trataram de questões mais fundamentais, tais como, o porquê de a mobilidade ser um objetivo de vida, as concepções de boa vida e as avaliações das experiências de pessoas em diferentes posições sociais. Esses interesses teóricos foram guiados por pesquisadores que têm interpretado as relações de classe a partir de valores, costumes e visões de mundo, portanto, numa abordagem que vai além da preocupação em entender como grupos concentram poder e capitais.

Os recém-diplomados em Direito têm uma credencial que lhes possibilitam disputar vagas na elite do mercado de trabalho brasileiro. Porém, dada a desigualdade do campo do Direito, correm o risco de estarem empregados em ocupações com poucos direitos trabalhistas e de remuneração muito inferior ao das posições superiores do mercado de trabalho jurídico. A fim de garantir uma experiência de emprego mais satisfatória, a maioria aspira ao ingresso no setor público. A procura pelos cargos públicos é um reflexo das desigualdades de renda e de condições de emprego e das diferenças de absorção de diplomados, segundo o setor do mercado de trabalho. Os cargos públicos detêm vantagens laborais muito superiores aos postos mais acessíveis do setor privado. Apesar da baixa probabilidade de aprovação em concursos, os recém-diplomados persistem e investem tempo e dinheiro na preparação para concursos. Pela baixa relevância das bases de valor fora do mercado de trabalho, o trabalho não somente oferece subsistência, mas também propósito de vida. Nesse contexto, a estrutura social tem gerado uma mácula social. Os recém-diplomados avaliam negativamente suas experiências de vida, esperam alcançar salário e condições de emprego muito acima das que possuem, mas enfrentam a barreira da aprovação nos concursos.

Apesar disso, os recém-diplomados em Direito não se sentem nas posições inferiores da sociedade. Colocam-se num patamar superior em relação a seus pais e avaliam as suas condições

de vida como mais agradáveis do que as dos trabalhadores em ocupações que não exigem ensino superior completo. Porém, ainda existem alguns patamares a subir na escala social. Saltar da posição atual para a de servidor público e, depois, atingir os cargos da elite do campo do Direito constitui a trajetória ideal para muitos recém-diplomados em Direito. Ao delimitar a ascensão social como propósito de vida, outras bases de valor são relegadas a segundo plano, tais como a religião e a formação de família.

O mercado de trabalho em que os recém-diplomados navegam é profundamente desigual. As profissões do topo têm remunerações que chegam a ser mais de dez vezes maior do que as ocupações da pirâmide. Formas de precariedade estão presentes no mercado de trabalho jurídico, manifestas pelo contrato de associado, que se assemelha ao contrato informal, e pelo trabalho por conta própria. As características do campo do Direito permitem a entrada de novos diplomados para a disputa de clientes pessoa física.

Esses são, sumariamente, o lugar desta tese no debate teórico e os processos observados na pesquisa. Nesta conclusão, primeiramente, faço uma recapitulação do caminho traçado até aqui. Em seguida, descrevo as contribuições teóricas. Depois, discuto as implicações dos achados para a compreensão da estrutura e dos problemas da sociedade. Conclui-se apontando direções para pesquisas futuras.

Recapitulação

O primeiro capítulo de discussão teórica descreveu as consequências gerais da expansão universitária sobre o mercado de trabalho. Apontou as complexidades de definir ocupação dos graduados, uma vez que as relações entre habilidades, ensino superior e tarefas têm várias nuances. Demonstrou que um motivo que torna importante focar na relação entre ensino superior e mercado de trabalho é devido ao fechamento ocupacional. Identificou que geração de emprego, “graduatização” das ocupações, sobrequalificação e diversificação da inserção profissional acompanham o processo de expansão universitária. Por fim, mostrou que a expansão universitária altera a dinâmica do conflito posicional.

O segundo capítulo de discussão teórica abordou as dimensões valorativas e avaliativas de classe social. Identificou quatro fundamentos de avaliação das condições de vida: adaptação, aspiração, comparação e fronteiras simbólicas. Em seguida, mostrou que - segundo a literatura

global - posição socioeconômica, salário, qualificação, conforto e conveniência são as bases valorativas centrais, mas os grupos sociais respondem de forma diversa a essas forças sociais. Em seguida, esse capítulo abordou como as diferentes classes sociais têm incorporado e resistido às condições sociais mais amplas.

O primeiro capítulo de análise empírica empregou o enquadramento teórico do primeiro capítulo de discussão teórica. Mostrou, primeiramente, que os concluítes de Direito de Porto Alegre estão concentrados em poucas instituições de ensino superior. Em seguida, descreveu as estratégias de aprovação no exame de ordem da OAB, evidenciando que os recém-diplomados minimizam os riscos de não aprovação nesse exame por meio da dedicação exclusiva a ele e pela compra de cursos de preparação presenciais e online. Depois, analisou a configuração do mercado de trabalho do Direito, tendo abordado o mercado privado e o setor público. Mostrou que os recém-diplomados em Direito preferem os empregos no setor público ao do setor privado devido a um fosso entre as condições de emprego nos dois setores.

O segundo capítulo de análise empírica investigou os valores e a avaliação da experiência laboral. Embora os entrevistados usem vários critérios de avaliação das ocupações, são poucas as ocupações bem avaliadas. As aspirações de renda são significativamente mais altas do que a renda média brasileira. Os entrevistados definem sucesso profissional por meio do provimento em cargos públicos cuja renda é em torno de vinte mil reais. Elaboram uma hierarquia ocupacional na qual as ocupações fora do Direito situam-se na base. Logo acima, localizam-se as ocupações do Direito do setor privado. Acima, estão os cargos públicos. No topo, estão os cargos da elite do setor público.

O terceiro capítulo de análise empírica investigou as bases de valor dos recém-diplomados em Direito fora do mercado de trabalho. Mostrou que, para o grupo pesquisado, ser relevante socialmente e promover a mudança social são duas bases centrais que, para serem efetivadas, dependem do mercado de trabalho. Consequentemente, como a formação de família, religião e participação em movimentos sociais não são centrais, o mercado de trabalho torna-se não somente fonte de subsistência, mas também fonte de propósito de vida. Por fim, esse capítulo mostrou que a maioria dos recém-diplomados em Direito apoia os programas estatais de expansão universitária, mas criticam a expansão universitária no campo do Direito.

Implicações teóricas

Para a literatura sobre cultura de classe, desigualdade e valores - Abbott (2005) sugere analisar a desigualdade social a partir da perspectiva do excesso, segundo a qual a desigualdade emerge devido a consensos valorativos, especialmente em contextos materialmente ricos. Segundo essa perspectiva, existe um conjunto de bens possíveis de serem desejados, porém, uma vez que os atores valorizam os mesmos bens, a desigualdade aflige os atores social. Analisar a desigualdade dessa forma é pouco comum na literatura brasileira e global. Tipicamente, os pesquisadores abordam a desigualdade por meio de indicadores que se referem a bens “intrinsecamente desejáveis”, tais como renda, anos de estudo e acesso a bens de consumo. Essa abordagem esconde a variedade de bens possíveis de ser desejados, se concentra em uma única dimensão - a socioeconômica-, e ignora que os atores agem segundo parâmetros de suficiência (e não somente de maximização). Esta tese empregou um procedimento analítico diferente da literatura *mainstream*. Primeiramente, identificou as bases de valor dominantes no capitalismo contemporâneo. Em seguida, identificou as bases de valor de atores situados em diferentes espaços sociais, nomeadamente, residentes em contextos rurais, membros da elite, membros das classes inferiores e participantes de algumas subculturas. Realizar esses dois procedimentos permitiu enxergar o campo de possibilidades dos recém-diplomados em Direito. Sendo assim, ficou claro que a acumulação de capital econômico, cultural e simbólico por meio do mercado de trabalho não é um objetivo universal, mas, sim, um objetivo alicerçado em uma estrutura social particular.

Para Boltanski e Thévenot (2006), os atores sociais habitam diversos mundos com bases de valor distintas. No caso dos recém-diplomados em Direito, o mundo do mercado é mais relevante do que os outros mundos. A rotina diária, as aspirações e os valores do grupo pesquisado giram em torno da carreira profissional. Os dados desta tese mostram que a perspectiva de Boltanski e Thévenot (2006) é compatível com a literatura sobre governamentalidade, que aponta a centralidade contemporânea dos valores neoliberais de qualificação, salário e consumo. Os recém-diplomados em Direito frequentam o mundo inspirado, familiar, cívico e da fama, mas a participação nesses mundos está subordinada ao desempenho no mercado de trabalho. Por exemplo, formar família depende da “estabilidade” profissional e espera-se que o emprego também seja o espaço de ações cívicas.

Jogar luz sobre as bases valorativas de classe social questiona os fundamentos da literatura de cunho economista de estratificação social. Esta tese de doutorado evidencia os

processos valorativos a respeito de quais condições de vida são desejáveis. Tratar como central os valores dos atores sociais tem duas vantagens. Primeiro, os atores sociais podem não concordar com o esquema avaliativo do pesquisador. Embora os recém-diplomados em Direito expressem hierarquias ocupacionais semelhantes aos das pesquisas de estratificação social e julguem central a posição socioeconômica, a revisão bibliográfica desta tese demonstrou que, em outros contextos sociais, os esquemas avaliativos dos atores sociais não concordam com o da abordagem dominante das pesquisas de estratificação social. Em segundo lugar, objetivamente, a experiência de vida das ocupações hierarquicamente superiores não é ideal. Situações de estresse mental são comuns em ocupações superiores. Além disso, o padrão de consumo da classe média e da elite não é ambientalmente sustentável. É preciso ter em vista que, quando os pesquisadores elaboram classificações que priorizam renda, emprego no setor de serviços e um estilo de vida fundamentado em alto consumo, se excluem dimensões objetivamente dignas de ser consideradas.

Para a literatura sobre expansão universitária, mercado de trabalho e profissões jurídicas – No mercado de trabalho do Direito, novos diplomados conseguem processos judiciais de clientes do tipo pessoa física. Assim, o mercado absorve, em alguma medida, o elevado contingente de diplomados que se forma nas instituições de ensino superior. O ingresso em organizações, sejam elas públicas ou privadas, é mais difícil, pois a agência dos novos diplomados é limitada nesses espaços. Os novos diplomados não conseguem sozinhos gerar vagas de emprego no setor público ou em escritórios de clientes pessoa jurídica.

A literatura sobre a relação ensino superior e mercado de trabalho, por ser predominantemente quantitativa, não tem prestado atenção às possibilidades de agência. A relação entre expansão universitária e mercado de trabalho, conforme mostram os dados desta tese, é condicionada pelas barreiras de entrada. Os recém-diplomados em Direito não conseguem se tornar servidores públicos pela simples obtenção do diploma universitário. Os escritórios de advocia não contratam mais advogados simplesmente porque existe mais oferta de advogados no mercado de trabalho. As organizações têm uma dinâmica pouco associada à dinâmica das instituições de ensino superior no campo do Direito. A licença de advogado permite que os recém-diplomados atuem em meio a clientes que estão dispostos a entregar suas causas judiciais a um recém-diplomado.

A literatura sobre fechamento ocupacional tem reiterado o papel da credencial e da licença. A expansão universitária aumenta o número de pessoas com credenciais e licenças

ocupacionais. Uma vez que um estudante obtém a licença de advogado, arquiteto, engenheiro civil, dentista, veterinário, médico, fisioterapeuta e outras profissões, ele oferece os serviços relacionados à sua área de formação. Se a renda e os benefícios empregatícios condirão com o que foi auferido em momentos anteriores pelos profissionais da área, não é garantido, como vimos nesta pesquisa. Em ocupações com fechamento ocupacional, a expansão universitária altera a dinâmica do campo.

Mesmo com as mudanças no campo profissional, a desigualdade de renda e de condições de emprego pode se manter. Segmentos da profissão podem se desvincular do processo de expansão universitária. Por exemplo, o Brasil tem uma relação relativamente baixa de juízes por 10.000 habitantes, mas uma das proporções mais altas de advogados por 10.000 habitantes. A desigualdade de renda dentro das profissões tem se tornado cada vez maior (MEDEIROS, SOUZA; CASTRO, 2015).

Num contexto de massificação do ensino superior, as relações de classe assumem novas formas. Os recém-diplomados em Direito desta pesquisa, diferentemente dos dados da pesquisa de Sennett e Cobb (1972), não justificam a sua posição no mercado de trabalho pelo insucesso educacional. Diferenças de desempenho são explicadas pelas diferenças de recursos. Dessa forma, a nota relativamente baixa no concurso é justificada pela conciliação entre emprego e estudos, e não por deficiências cognitivas ou pelo brilhantismo de outras pessoas. Os recém-diplomados das classes populares acreditam que são pessoas de sucesso educacional e isso faz com que a educação enfraqueça o seu papel de justificação das desigualdades.

Além disso, as formas de reprodução das desigualdades num contexto de expansão universitária se modificam. No final da década de 2000 e na primeira metade da década de 2010, havia uma euforia entre pesquisadores, estudantes e outras partes interessadas com as *oportunidades* abertas com o ensino superior. Estava presente entre eles a expectativa de que as barreiras de ascensão social cairiam por terra. Esta pesquisa mostrou que a expansão universitária condiz com a manutenção das desigualdades. Primeiramente, como vimos na revisão bibliográfica, a situação dos não escolarizados pode piorar. Em segundo lugar, quando a inserção ocupacional dos graduados se torna mais diversificada, aumenta a proporção de situações precárias. Por exemplo, contratos de associado/informal, trabalho eventual e de baixa renda são comuns. Em terceiro lugar, a renda e os benefícios de segmentos do mercado dos graduados tem se aproximado das condições do mercado dos não graduados (onde se situam os pais dos entrevistados), enquanto outros segmentos do mercado dos graduados mantêm condições de trabalho e renda muito

elevadas. Isso não quer dizer que a situação das classes superiores fique incólume. A desvalorização de alguns segmentos do mercado dos graduados desloca para baixo a posição social desses segmentos. Assim, posições que antes ofereciam alta renda e altos benefícios passam a oferecer condições medianas. Além disso, o ingresso em ocupações de elite passa a exigir mais esforços.

Implicações sociais

Lamont define como sociedade de sucesso aquela que provê aos seus membros uma vida saudável, segura e gratificante (LAMONT; HALL, 2013, p.7). Diferentemente de muitos autores que avaliam o sucesso de uma sociedade pelo Produto Interno Bruto ou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Lamont enfatiza as lacunas de reconhecimento (*recognition gaps*) (Lamont, 2018). Nessa perspectiva, sociedades com definições restritas de sucesso pessoal e com estruturas racistas e sexistas e, por consequência, que estigmatizam amplos segmentos da sociedade falham nos quesitos de avaliação.

As experiências e percepções dos recém-diplomados em Direito evidenciam as lacunas de reconhecimento da sociedade brasileira. Como vimos, o mercado de trabalho é a fonte central de reconhecimento desse grupo. Satisfazer as suas expectativas laborais é altamente improvável, pois a sociedade brasileira tem uma estrutura do tipo “o vencedor leva tudo”. Vantagens empregatícias estão concentradas em um pequeno número de ocupações de acesso restrito. Como os recém-diplomados em Direito têm um baixo nível de resiliência à estrutura desigual da sociedade brasileira, por não manifestarem outras bases de reconhecimento, experimentam uma mácula de classe. O fato de muitos recém-diplomados em Direito não receberem um salário “adequado” nem terem os benefícios empregatícios desejados não significa que a maioria deles viva na precariedade. A renda deles é suficiente para suprir as necessidades básicas e as condições de trabalho, apesar de não serem ótimas, não são cruéis. Porém, o padrão almejado de conforto está muito acima do básico. Portanto, o problema da insatisfação dos recém-diplomados não reside objetivamente em suas condições de vida, mas nas relações de classe e na cultura dominante. Quando a mobilidade social se torna o propósito de vida e os atores sociais se deparam com um mercado de trabalho desfavorável à realização pessoal, existem motivos para afirmar que a sociedade brasileira não é uma sociedade de sucesso.

Os modelos culturais dominantes e a sociedade do tipo “o vencedor leva tudo” devem ser vítimas de crítica social. A presença de ocupações com remuneração cinco, dez ou vinte vezes acima do salário mediano e com concentração de vantagens laborais é injusta, e ainda mais quando essas ocupações são financiadas pelo contribuinte e amparadas pelas leis de um Estado Democrático de Direito. Soma-se a isso a insustentabilidade dos esquemas de conforto e conveniência. Se a maioria da população mundial satisfizer os esquemas de conforto e conveniência dominantes, coloca-se em risco o futuro da humanidade.

Bases não hegemônicas de reconhecimento estão emergindo entre jovens brasileiros das classes populares que acessaram o ensino superior. A política tem sido um tópico candente, em ambos os lados do espectro político. Religiões de matriz africana e da Nova Era estão em crescimento nesse grupo. Cada vez mais, reduzir o impacto ambiental tem sido um dos objetivos de vida. Essas outras formas de reconhecimento têm o potencial de conferir resiliência em face às estruturas da sociedade brasileira. Especialmente relevante, é fomentar bases ambientais de reconhecimento e moralidade. Definir a redução da pegada de carbono e a produção mínima de lixo como propósito de vida, enquadrar ações como consumir carne em excesso, usar plástico e andar de carro na forma de um “pecado” e imaginar que um “apocalipse” está próximo não somente têm o potencial de gerar outras bases de reconhecimento, como também são necessárias para a humanidade. Essas outras bases de reconhecimento não emergiram de forma dominante entre os recém-diplomados em Direito.

Direções para pesquisas futuras

Esta tese aponta alguns caminhos produtivos para alcançar uma compreensão mais rica da relação entre Ensino Superior e mercado de trabalho. O mercado dos graduados é diverso e, conseqüentemente, analisar toda a população com ensino superior completo incorre no risco de sobregeneralização, além de não possibilitar enxergar as lutas no interior de cada subcampo. Esta tese, por ser delimitada no campo do Direito, foi capaz de identificar os cursos de ações do recém-diplomados, mapear as oportunidades de emprego dos setores público e privado e conectar as interações entre escritórios, legislações, recém-diplomados, instituições de ensino superior e organizações estatais. Em comparação com as pesquisas quantitativas da área, a abordagem desta pesquisa permite analisar mais interações e mais processos e a um nível mais detalhado. Se mais

pesquisas com a desta tese forem produzidas em outros subcampos do mercado dos graduados, com o tempo, teremos uma compreensão diversa e complexa da relação entre ensino superior e mercado de trabalho.

Muitos pesquisadores da área preocupam-se com os efeitos dos programas estatais. Por mais que essa preocupação seja louvável, quando se trata de compreender o mercado de trabalho, os efeitos desses programas são condicionados pelas características do subcampo do mercado de trabalho que os egressos estão adentrando. Ignorar a área de formação impossibilita analisar o mercado de trabalho como um sistema (ou, em outras palavras, como um campo). Depois de diplomados, beneficiários e não beneficiários de programas estatais disputam espaço no mercado de trabalho de acordo com as possibilidades abertas com o diploma de formação. Um caminho a trilhar é mapear os cursos de ação de recém-diplomados formados em um determinado curso e analisar as diferenças de inserção profissional entre beneficiários e não beneficiários de programas estatais.

No que diz respeito à literatura sobre classe social, é preciso considerar dois fenômenos: 1) A disputa em torno do significado de uma boa vida, e 2) A disputa pelos bens necessários para levar uma boa vida. Quando os pesquisadores se preocupam com a posse de recursos/capitais, é preciso ter em vista que os recursos analisados somente são relevantes numa estrutura social particular e, algumas vezes, em um grupo social particular. Tomar o valor de certos recursos como óbvio pode implicar num descompasso entre a avaliação do pesquisador e a dos pesquisados. Os pesquisadores também precisam atentar que concordar com os esquemas classificatórios dominantes envolve reproduzir um sistema social insustentável. Por exemplo, ao rotular certos grupos como “pobres” e ao afirmar que as ocupações de altíssima renda são superiores, no fundo, legitima-se uma estrutura social que não deve ser legitimada.

Considerações Finais

Infelizmente, algumas categorias de análise foram pouco analisadas nesta tese. “Raça” foi praticamente ignorado porque não era o objetivo central da pesquisa tratar dessa categoria e o número de entrevistados negros não era suficiente para gerar resultados substantivos. Embora algumas diferenças de gênero tenham sido percebidas, fazer uma análise de dados profunda e esmiuçada dessa categoria requereria esforços adicionais, os quais iriam desviar o foco do

problema central da pesquisa. Entretanto, é preciso afirmar com segurança que os resultados desta pesquisa se aplicam aos dois gêneros majoritários. Muito provavelmente, como as entrevistadas ainda não formaram família, elas organizam a vida delas e têm esquemas avaliativos muito semelhantes aos dos homens entrevistados. Embora uma análise profunda e detalhada não tenha sido realizada, a maior diferença de gênero que saltou aos olhos foi o fato de que os homens expressam, em maior medida, ganhar dinheiro como um fim em si mesmo, enquanto as mulheres quase sempre desejam conciliar ganhar dinheiro com promover o bem social. Também parecem existir diferenças no que diz respeito às matérias de interesse, mas como as matérias de interesse não foram analisadas por diversos motivos⁴⁵, essas diferenças não iriam entrar na redação da tese de qualquer forma. No entanto, não ter analisado mais detidamente as questões de gênero é uma das limitações da tese.

Outra limitação da tese foi não ter dados o suficiente para identificar as diferenças segundo a universidade de formação. A literatura tem apontado que essa é uma dimensão importante (p.ex. CUNHA et al, 2018), mas, como seriam necessárias mais entrevistas para enxergar com clareza as diferenças segundo essa dimensão, essas diferenças não entraram na redação da tese. Existem outras dimensões relacionadas à universidade de formação que também poderiam ter sido analisadas, como turno e forma de custeio. Por exemplo, precisar pagar o financiamento estudantil depois da graduação pode estar associado a uma maior pressão para ter uma fonte de renda estável logo depois da graduação. Bancar a graduação com os próprios recursos pode estar mais associado a perceber o ensino superior como um investimento do que ter os estudos custeados pelo contribuinte.

Os entrevistados manifestaram emoções de fúria e resignação que, certamente, não foram refletidas com a mesma intensidade ao serem traduzidas em palavras. Há uma grande insatisfação com as condições do mercado de trabalho e perde-se o teor emocional quando essa insatisfação é expressa em um texto acadêmico por meio de um excerto. Infelizmente, acredito que não fui suficientemente capaz de expressar as emoções dos entrevistados de maneira mais fidedigna. Em parte, essa limitação foi resultado da tentativa de abarcar visões de contraponto e de

⁴⁵ Esses motivos incluem: 1) As matérias de interesse tendem a ter grandes variações com o tempo. Como disse uma participante em um evento: “os bixos entram na universidade com interesses nada a ver, tipo Direito Internacional, e aí no final do curso eles querem as áreas tradicionais”; 2) Os entrevistados tipicamente não atuam na área com a qual têm mais afinidade; 3) A questão das matérias de interesse evidenciou ter sido secundária pelos motivos anteriores; 4) Houve um erro de codificação das falas que tornaria muito trabalhoso fazer essa análise. Esse problema poderia ter entrado na tese e constitui mais uma das limitações do trabalho.

detalhar ao máximo os esquemas de avaliação. Ao adotar esses procedimentos, o núcleo emotivo das falas tornou-se menos aparente no texto.

O caminho percorrido por esta pesquisa foi cheio de surpresas. Exigiu trilhar várias vertentes da literatura sociológica, comunicando literaturas que pouco comunicam entre si. Exigiu abandonar projetos de pesquisa pré-moldados para aventurar num quebra-cabeça de incontáveis peças. Exigiu prescindir de relações conceituais e altamente abstratas para identificar cada detalhe empírico. Pesquisar é abraçar a complexidade do mundo. Foi com a atitude de percorrer os meandros do mercado de trabalho em Direito e dos esquemas avaliativos dos recém-diplomados que se produziu esta pesquisa e que se espera ter contribuído para o mosaico do conhecimento das Ciências Sociais.

Referências

- ABBOTT, Andrew. Linked ecologies: states and universities as environments for professions. *Sociological Theory*, Washington-DC, v. 23, n. 3, p. 245-274, set. 2005.
- ABBOTT, Andrew. The problem of excess. *Sociological Theory*, v. 32, n. 1, p. 1-26, março 2014.
- ABBOTT, Andrew. *The system of profession: an essay on expert labor*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A Nobreza Togada: Elites Jurídicas e a Política da Justiça no Brasil*. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2010.
- ARRUDA JÚNIOR, Eduardo Lima. Bacharéis em Direito e crise de mercado de trabalho: Algumas reflexões. *Sequência: Publicação do Programa de Pós-graduação da UFSC*, Florianópolis, vol. 4, n. 6, pp. 29-40, 1983.
- ARUM, Richard; ROKSA, Josipa. *Aspiring Adults Adrift: Tentative transitions of college graduates*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 2014.
- BAKER, David P. Minds, Politics, and Gods in the Schooled Society: Consequences of the Education Revolution. *Comparative Education Review*, Vol. 58, No. 1, 2014.
- BALLARINO, Gabriele; SCHERER, Stefani. More investment, less returns? Changing returns to education in Italy across three decades. *Stato e mercato*, Milão, n. 3, p. 259-388, 2013.
- BALTAR, Paulo; LEONE, Eugenia. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 53-67, 2015.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. O Mercado de trabalho: Uma perspectiva de longa duração. *Estudos avançados*, v. 30, n. 87, p. 7-28, agosto 2016.
- BAR-HAIM, Eyal; CHAUVEL, Louis; HARTUNG, Anne. More necessary and less sufficient: an age-period-cohort approach to overeducation from a comparative perspective. *Higher Education*, v. 78, n. 3, p. 479-499, setembro 2019.
- BARNARD, Alex. Making the City “Second Nature”: Freegan “Dumpster Divers” and the Materiality of Morality. *American Journal of Sociology*, vol. 121, no. 4, p 1017-1050, janeiro 2016.
- BEAUCHAMP, Emilie; WOODHOUSE, Emily; CLEMENTS, Tom; MILNER-GULLAND, Eleanor Jane. “Living a good life”: conceptualizations of well-being in a conservation context in Cambodia. *Ecology and Society*, v. 23, n. 2, 2018.
- BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. Feminização da advocacia e ascensão das mulheres nas sociedades de advogados. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 16-42, março 2017.
- BILLS, David; DI STASIO, Valentina; GËRXHANI, Klarita. The demand side of hiring. *Annual Review of Sociology*, v. 43, p. 291-310, julho 2017.

BINDER, Amy; ABEL, Andrea. Symbolically maintained inequality: How Harvard and Stanford students construct boundaries among elite universities. *Sociology of Education*, v. 92, n. 1, p. 41-58, 2019.

BINDER, Amy; DAVIS, Daniel e BLOOM, Nick. Career Funneling: How elite students learn to define and desire prestigious jobs. *Sociology of education*, vol. 89, nº 1, 2016.

BINDER, Amy; WOOD, Kate. *Becoming right: How campuses shape young conservatives*. Princeton, Princeton University Press, 2013.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On justification: Economies of worth*. Princeton, Princeton University Press, 2006.

BONELLI, Maria da Gloria. A competição profissional no mundo do Direito. *Tempo Social*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 185-214, maio 1998.

BONELLI, Maria da Gloria. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 61-81, fevereiro 1999.

BONELLI, Maria da Glória. Os despachantes documentalistas na era do profissionalismo organizacional. *Tempo Social*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 173-192, dez. 2016.

BONELLI, Maria da Glória; CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci, SIL, Maria Natália Barbosa. Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 265-290, 2008.

BONELLI, Maria Gloria. Carreiras jurídicas e vida privada: intersecções entre trabalho e família. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 46, p. 245-277, abril 2016.

BOTTERO, Wendy. Who do you think they were? How family historians make sense of social position and inequality in the past. *British Journal of Sociology*, v. 63, n. 1, p. 54-74, março 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados da PNAD 2015. Sidra*. Tabela 1871 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos, por sexo e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1871>. Acesso: 19/08/2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados da PNAD Contínua. Sidra*. Tabela 5429: Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos, por sexo e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5429>. Acesso: 19/08/2019.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de recuperação automática. Censo demográfico de 1980. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Apresentação do censo da educação superior 2018*. Brasília, ago. 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2019/apresentacao_coletiva_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 19/12/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Planejando a próxima década conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 20/03/2019.

BRICKMAN, Philip; COATES, Del; JANOFF-BULLMAN, Ronnie. Lottery winners and accident victims: Is happiness relative? *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 36, n. 8, p. 917-927, 1978.

BRÖCKLING, Ulrich. *The entrepreneurial self: Fabricating a new type of subject*. Sage Publications, Londres, 2016.

BROWN, David. The social sources of educational credentialism: Status Cultures, labor markets, and organizations. *Sociology of Education*, Vol. 74, número extra: Current of Thought: Sociology of Education at the Dawn of the 21st Century, p. 19-34, 2001.

BROWN, Phillip; HESKETH, Anthony; WILLIAMS, Sara. *The mismanagement of talent: Employability and jobs in the knowledge economy*. Oxford University Press, Oxford, 2004.

BURKE, Ciaran. ‘Graduate blues’: Considering the effects of inverted symbolic violence on underemployed middle class graduates. *Sociology*, v. 51, n.2, p. 393-409, 2015.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out./dez. 2014.

CAI, Shu; WANG, Jia. Less advantaged, more optimistic? Subjective well-being among rural, migrant and urban populations in contemporary China. *China Economic Review*, v. 52, p. 95-110, dezembro 2018.

CAMPOS, César Cunha. *OAB em números*. Vol. II. Brasília: Fundação Getúlio Vargas Projetos, 2014.

CAMPOS, César Cunha. *OAB em números*. Vol. III. Brasília: Fundação Getúlio Vargas Projetos, 2016.

CARDOSO, Adalberto; PRETECEILLE, Edmond. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando? *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo social*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, abr. 2019.

- CASALI, Alípio Márcio Dias; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI). *Ensaio: avaliações e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v.23, n. 88, 2015, p. 681-716.
- CASTELO JUNIOR, Clóvis; TURETA, César. A nova advocacia pós-profissional e a modernização das grandes sociedades de advocacia empresarial brasileiras. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 18, n. 6, p. 813-831, dez. 2014.
- CHAVES, Martha; MACINTYRE, Thomas; VERSCHOOR, Gerard; WALS; Arjen. Radical ruralities in practice: Negotiating buen vivir in a Colombian network of sustainability. *Journal of Rural Studies*, v. 59, p. 153-162, abril 2018.
- CHEA, Lyda; HUIJSMAN, Roy. Rural youth and urban-based vocational training: gender, space and aspiring to 'become someone'. *Children's Geographies*, v. 16, n. 1, p. 39-52, 2018.
- CHEN, Qiong; CAI, Yunlong; LIU, Fenggui; ZHOU, Qiang; ZHANG, Haifeng. Farmers' perception to farmland conversion: A questionnaire survey in Xining City, Qinghai Province, China. *Chinese Geographical Science*, v. 23, n. 5, p. 634-646, outubro 2013.
- CHEVALIER, Arnaud. Measuring Over-Education. *Economica*, vol. 70, nº 279, pp. 509-531, Aug. 2003.
- COLLINS, Randall. Functional and conflict theories of educational stratification. *American Sociological Review*, Vol. 36, n. 6, p. 1002-1019, 1971.
- COLLINS, Randall. *Interaction Ritual Chain*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- COLLINS, Randall. *The credential society: an historical sociology of education and stratification*. Orlando: Academic Press, 1979.
- COMIN, Álvaro; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 91, p. 75-95, Nov. 2011.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL- CAU/Br Censo do Arquitetos e Urbanistas do Brasil (2015). Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em: 04/04/2019.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL- CAU/Br. Anuário de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, ano 1, v. 1, outubro 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO- CNPQ. *Evolução da formação de mestres e doutores Brasil*. Extração de dados da base de Currículos Lattes em 30/11/2016. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/painelLattes/evolucaoformacao/>. Acesso: 02/12/2018.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. *Censo do Poder Judiciário: Vetores Iniciais e Dados Estatísticos*. Brasília, Conselho Nacional de Justiça, 2014.
- COSTA JUNIOR, Vander Luiz Pereira. *Os jovens operários da advocacia : Um estudo sobre a precarização do trabalho nos escritórios de contencioso de massa*. Salvador, 2016. 129f.

Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, 2016.

CUNHA, Luciana Gross; BONELLI, Maria da Glória, OLIVEIRA, Fabiana Luci, SIL, Maria Natália Barbosa. Sociedades de advogados e tendências profissionais. *Revista Direito FGV*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 111-138, jul-dez 2007.

CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro; GHIRARDI, José Garcez; TRUBEK, David; WILKINS, David. *The Brazilian Legal Profession in the Age of Globalization: The Rise of the Corporate Legal Sector and its Impact on Lawyers and Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

CURL, Heather. *The "Ongoing Cultural Shock" of Upward Mobility: Cultural Capital, Symbolic Violence and Implications for Family Relationships*. Tese de Doutorado, Philadelphia-PA, Universidade da Pennsylvania, 2013.

DARWALL, Stephen. Two kinds of respect. *Ethics*, vol. 88, nº 1, 1977.

DEMOGRAFIA MÉDICA NO BRASIL 2018 / Coordenação de Mário Scheffer; equipe de pesquisa: Alex Cassenote, Aline Gil Alves Guilloux, Aureliano Biancarelli, Bruno Alonso Miotto e Giulia Marcelino Mainardi. – São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP; Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Conselho Federal de Medicina, 2018.

Di STASIO, Valentina. Who is ahead in the labor queue? Institutions' and employers' perspective on overeducation, undereducation, and horizontal mismatches. *Sociology of Education*, vol. 90, n. 2, pp. 109-126, 2017.

DUNN, Bill. Against neoliberalism as a concept. *Capital & Class*, v. 41, n. 3, p. 435-454, 2017.

EASTERLIN, Richard. "Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence" (PDF). In Paul A. David; Melvin W. Reder. *Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz*. New York: Academic Press, Inc, 1974.

ELIAS, Peter; PURCELL, Kate. *A classification of occupations for studying the graduate labour market*. Warwick Institute for Employment Research, Warwick, Research Paper n. 6, mar. 2004a.

ELIAS, Peter; PURCELL, Kate. *Classifying graduate occupations for the knowledge society*. Warwick, Warwick of Warwick, Institute for Employment Research, Working Paper 5, fevereiro 2013.

ELIAS, Peter; PURCELL, Kate. Is mass higher education working? Evidence from the labour market experiences of recent graduates. *National Institute Economic Review*, Londres, v. 190, n. 1, p. 60-74, 2004b.

EVETTS, Julia. Professionalism: Value and ideology. *Current Sociology*, vol. 61, nº 5-6, p. 778-795, 2013.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. Mercado de trabalho e ensino jurídico. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 3-18, jan/mar 1983.

FCC – Concurso Fundação Carlos Chagas. *V Concurso público de provas e título para ingresso na carreira de defensor público do estado do Rio Grande do Sul. Edital nº 04/2018*. Disponível em: http://www.concursosfcc.com.br/concursos/dpers217/edital_004-2018_-_v_concurso_defensores_-_abertura_e_instrucoes_especiais.pdf. Acesso em 08/06/2019.

FERNANDEZ, Roberto; WEINBERG, Nancy. Sifting and sorting: personal contacts and hiring in a retail bank. *American Sociological Review*, vol. 62, n. 6, pp. 883-902, Dez. 1997.

FIGUEIREDO, Angela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. *Cadernos Pagu*, s/v, n.23, p.199-228, 2004.

FIGUEIREDO, Hugo; BISCAIA, Ricardo; ROCHA, Vera; TEIXEIRA, Pedro. Should we start worrying? Mass higher education, skill demand and the increasingly complex landscape of young graduates' employment. *Studies in Higher Education*, vol. 42, n. 8, pp. 1401-1420, 2017.

FONTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza; FIGUEIREDO, Beatriz Helena; WALDBURGER, Joana. *Processos Seletivos para contratação de servidores públicos: Brasil, o país dos concursos?* FGV Direito, Rio de Janeiro, 2014.

FREIDSON, Eliot. *Professionalism: the third logic*. Oxford: Polity Press, 2001.

GAO, Zhihong. Mapping the official discourse of frugality in China between 1979 and 2015. *Journal of Historical Research in Marketing*, v. 10, n. 2, p. 151-174, 2018.

GERRARD, Jessica. All that is solid melts into work: Self-Work, the 'Learning Ethic' and the work Ethic. *The Sociological Review*, vol. 62, nº 4, p. 862-879, 2014.

GOUVEA, Livia Alves; RIOS, Juliana Estácio; DUTRA, Michelle Regina Santana. Qualidade de Vida no Trabalho: uma análise centrada no discurso de jovens trabalhadores. *IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, Porto Alegre-RS, 19-21 de outubro de 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/download/81/73+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=br>.

GOYETTE, Kimberly. College for some to college for all: Social background, occupational expectations, and educational expectations Over Time. *Social Science Research*, vol. 37, nº2, p. 461-484, 2008.

GREEN, Francis; ZHU, Yu. Overqualification, job dissatisfaction, and increasing dispersion in the returns to graduate education. *Oxford Economic Papers*, vol. 62, n. 4, pp. 740-763, Oct. 2010.

GULYANI, Sumila; TALUKDAR, Debabrata; BASSETT, Ellen. A sharing economy? Unpacking demand and living conditions in the urban housing market in Kenya. *World Development*, vol. 109, p. 57-72, setembro 2018.

GYAL, Hutse. "I am concerned with the future of my children": The project economy and shifting views of education in a Tibetan pastoral community. *Critical Asian Studies*, v. 51, n. 1, p. 12-30, 2019.

HALL, Peter; LAMONT, Michèle. *Social Resilience In The Neoliberal Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HART, Caroline Sarojini Hart. How do aspirations matter? *Journal of Human Development and Capabilities*, v. 17, n. 3, p. 324-341, 2016.

HASHEMI, Manata. Waithood and face: Morality and mobility among lower-class youth in Iran. *Qualitative Sociology*, v. 38, n. 3, p. 261-283, set. 2015.

HASTINGS, Orestes. Who feels it? Income inequality, relative deprivation, and financial satisfaction in U.S. states, 1973-2012. *Research in Stratification and Mobility*, v. 60, p. 1-15, abril 2019.

HE, Yuan; MAKARCHEV, Nikita. Neither fair nor efficient, but more elitist: Meritocracy in Chinese petroleum firms' graduate recruitment and selection. *Journal of Contemporary China*, v. 28, n. 116, 2019.

HENSEKE, Golo. Against the grain? Assessing graduate labour market trends in Germany through a task-based indicator of graduate jobs. *Social Indicators Research*, v. 141, n. 2, p. 809-840, janeiro 2019.

HICKS, Norman; STREETEN, Paul. Indicators of development: The search for a basic needs yardstick. *World Development*, Vol. 7, n° 6, p. 567-580, 1979.

HOLMES, Leonard. Competing perspectives on graduate employability: Possession, position or process? *Studies in Higher Education*, v. 38, n. 4, p. 538-554, 2013.

HOPKINS, Larissa. *Beyond the Pearly Gates: White, Low-Income Student Experiences at Elite Colleges*. Tese de Doutorado, Amherst: Universidade de Massachusetts, 2014.

HOROWITZ, Jonathan. Dimensions of job quality, mechanisms, and subjective well-being in the United States. *Sociological Forum*, v. 31, n. 2, p. 419-440, junho 2016.

HOROWITZ, Jonathan. Relative education and the advantage of a college degree. *American Sociological Review*, v. 83, n. 4, p. 771-801, 2018.

IBGE. Censo demográfico 1980. *Sistema IBGE de recuperação automática*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso: 15/06/2018

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. *International standard classification of occupations structure, group definitions and correspondence tables, vol.1: Structure, group definitions and corresponce tables*. Geneva, International Labor Office, 2012.

IRWIN, Sarah. Class and comparison: Subjective social location and lay experiences of constraint and mobility. *The British Journal of Sociology*, v. 66, n. 2, p. 259-281, junho 2015.

JAKOBSSON, Peter; STIERNSTEDT, Fredrik. Naturalizing social class as a moral category on Swedish mainstream television. *Nordicom Review*, v. 39, n. 1, p. 81-94, 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Estratificação socioocupacional para estudos de mercado e pesquisa social no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 247-254, 2003.

JARNESS, Vegard. Cultural vs economic capital: Symbolic boundaries within the middle class. *Sociology*, v. 51, n. 2, p. 357-373, 2017.

JUEYU, Sherry; BAI, Xuechunzi; FISKE, Susan. Admired rich or resented rich? How two cultures vary in envy. *Journal of Cross Cultural Psychology*, v. 49, n. 7, p. 1114-1143, 2018.

KALHAN, Satish; PRENTICE, Andrew; YAJNIK, Chittaranjan. Emerging Societies - Coexistence of Childhood Malnutrition and Obesity. 63^o *Nestlé Nutrition Institute Workshop*, Pediatric Program, New Delhi, Março-Abril 2008.

KANTOLA, Anu; KUUSELA, Hanna. Wealth elite moralities: Wealthy entrepreneurs' moral boundaries. *Sociology*, v. 53, n. 2, p. 368-384, 2019.

KATIC, Ivana; INGRAM, Paul. Income inequality and subjective well-being: Toward an understanding of the relationship and its mechanisms. *Business and Society*, v. 57, n. 6, p. 1010-1044, 2017.

KHAN, Shamus e JEROLMACK, Colin. Saying meritocracy and doing privilege. *The Sociological Quarterly*, vol. 54, n^o 1, 2013.

KHAN, Shamus e JEROLMACK, Colin. Talk is cheap: Ethnography and the attitudinal fallacy. *Sociological methods & Research*. Vol. 43, n^o 2, 2014.

KLEIN, Markus. Educational expansion, occupational closure and the relation between educational attainment and occupational prestige over time. *Sociology*, vol. 50, n. 1, pp. 3-23, Jan. 2016.

KNIGHT, John; DENG, Quheng; LI, Shi. China's expansion of higher education: The labour market consequences of a supply shock. *China Economic Review*, vol. 43, pp. 127-141, Abr. 2017.

KNIGHT, John; GUNATILAKA, Ramani. Great expectations? The subjective well-being of rural-urban migrants in China. *World Development*, v. 38, n. 1, p. 113-124, janeiro 2010.

KNIGHT, John; GUNATILAKA, Ramani. The rural-urban divide in China: Income but not happiness? *The Journal of Development Studies*, v. 46, n. 3, 2010.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The Study of Boundaries across the Social Sciences. *Annual Review of Sociology*, vol. 28, 2002.

LAMONT, Michèle; WIDLER, Ann. Methodological Pluralism and the Possibilities and Limits of Interviewing. *Qualitative Sociology*, vol. 37, n^o 2, 2014.

LAMONT, Michèle. Toward a comparative sociology of valuation and evaluation. *Annual Review of Sociology*, vol. 38, pp. 201-221, 2012.

LAMONT, Michèle. Addressing recognition gaps: Destigmatization and the reduction of inequality. *American Sociological Review*, v. 83, n. 3, p. 419-444, 2018.

LAMONT, Michèle. *Money, morals, and manners: The culture of the French and the American upper-middle class*. Chicago, The University of Chicago Press, 1992.

LAMONT, Michèle. *The dignity of working men: Morality and the boundaries of race, class, and immigration*. New York, NY: Russell Sage Foundation, 2000.

LAMONT, Michèle; SILVA, Graziella Moraes; WELBURN, Jessica; GUETZKOW, Joshua; MIZRACHI, Nissim; HERZOG, Hanna; REIS, Elisa. *Getting respect: Responding to stigma and discrimination in the United States, Brazil, and Israel*. Princeton, Princeton University Press, 2016.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; PINTO, Mario Couto Soares. Empregabilidade dos administradores: quais os perfis profissionais demandados pelas empresas? *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 01-15, 2008.

LI, Chen; WANG, Mark; SONG, Yanan. Vulnerability and livelihood restoration of landless households after land acquisition: Evidence from peri-urban China. *Habitat International*, vol. 79, p. 109-115, setembro 2018.

LIANG, Lily. No room for respectability: Boundary work in interaction at a Shanghai rental. *Symbolic Interaction*, v. 41, n. 2, p. 185-209, maio 2018.

LIMA, Aline Virgínia de Queiroz. Estou formado(a), e agora? Uma análise sobre o sofrimento psíquico de desempregados recém-formados de Instituições de nível superior de São Luís-MA. Apresentação em evento, *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2010.

LIMA, Márcia; ABDAL, Alexandre. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 17, p. 216-238, jun. 2007.

LIMA, Rodolfo de Camargo; OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva Nunes de. Manutenção e mudanças no Ministério das Relações Exteriores: perfis do corpo diplomático e padrões na carreira. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 5, p. 797-821, outubro 2018.

LIZARDO, Omar. Improving cultural analysis: Considering personal culture in its declarative and nondeclarative modes. *American Sociological Review*, v. 82, n. 1, p. 88-115, 2017.

LOPEZ, Felix; GUEDES, Erivaldo. Uma análise multidimensional da burocracia pública brasileira em duas décadas (1995-2016). *Atlas do Estado Brasileiro*, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Brasília, 2018.

LOVEDAY, Vik. Working-Class participation, middle-class aspiration? Value, upward mobility and symbolic indebtedness in Higher Education. *The Sociological Review*, vol. 63, n. 3, agosto 2015.

LUCAS, Effectively maintained inequality: Education transitions, track mobility, and social background effects. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 6, maio 2001.

LYNN, Freda; ELLERBACH, George. A position with a view: Educational status and the construction of the occupational hierarchy. *American Sociological Review*, vol. 82, nº 1, 2017.

LYRA, Diogo. *A república dos meninos, juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

MAAS, Lucas Wan Der. Análise comparativa da base social da Medicina e Enfermagem no Brasil entre os anos de 2000 e 2010. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, e00199116, 2018.

MAHUTGA, Matthew; CURRAN, Michaela; ROBERTS, Anthony. Job tasks and the comparative structure of income and employment: Routine task intensity and offshorability for the LIS*. *International Journal of Comparative Sociology*, vol. 59, n. 2, p. 81-109, 2016.

MARSHALL, Lydia. 'Going to school to become good people': Examining aspirations to respectability and goodness among schoolchildren in urban Ethiopia. *Childhood*, v. 23, n. 3, p. 423-427, agosto 2016.

MEDEIROS, José Adelino de Souza; CASTRO, Maria Terezinha Galhardo; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz. Desvio ocupacional em ciências humanas: o caso dos graduados em direito de São José dos Campos. *Cadernos de Pesquisa-Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, vol. 33, pp. 29-44, maio 1980

MEDEIROS, Marcelo; GALVÃO, Juliana de Castro. Educação e Rendimentos dos Ricos no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 357-383, 2016.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila de. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, mar. 2015.

MELSERT, Ana Luísa de Marsillac; BOCK, Ana Mercês Bahia. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-789, set. 2015.

MIRZA, Shireen. Lost worlds: Perspectives of decline among Shias of Hyderabad old city. *Contributions to Indian Sociology*, v. 51, n. 2, p. 221-248, 2017.

MOK, Ka Ho. Massification of higher education, graduate employment and social mobility in the Greater China region. *British Journal of Sociology of Education*, vol, 37, n.1, p. 51-71, 2016.

MOK, Ka Ho; JIANG, Jin. Massification of higher education and challenges for graduate employment and social mobility: East Asian experiences and sociological reflections. *International Journal of Educational Development*, Ahead of print, May, 2017.

MONGIM, Andrea Bayerl. Itinerários de escolarização e mediações subjacentes: a experiência de discentes beneficiários do Prouni. *Ensaio: avaliações e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 93, p. 804-823, 2016.

MONTENEGRO, Claudio; PATRINOS, Harry Anthony. Comparable estimates of returns to schooling around the world. World Bank Group, *Policy Research Working Paper*, n. 7020, setembro 2014.

MORARJI, Karuna. *Negotiating tensions of development: A critical ethnography of education and social reproduction in contemporary rural India*. Tese de Doutorado, Ithaca, Cornell University, 2014.

MOTSA, Ncamsile Daphne; MOROJELE, Pholoho Justice. High aspirations amidst challenging situations: Narratives of six vulnerable primary school children in Swaziland. *Journal of Asian and African Studies*, vol. 53, n. 5, 2018.

MUDOMBI, Shakespeare; NYAMBANE, Anne. MALTITZ, Graham Von; GASPARATOS, Alexandros, JOHNSON, Francis; CHEHENE, Manuel; ATTANASSOV, Boris. User perceptions about the adoption and use of ethanol fuel and cookstoves in Maputo, Mozambique. *Energy for Sustainable Development*, v. 44, p. 97-108, junho 2018.

MWAURA, Grace Muthoni. Just farming? Neoliberal subjectivities and agricultural livelihoods among educated youth in Kenya. *Development and Change*, v. 48, n. 6, p. 1310-1335, novembro 2017.

NEVES, Paulo S. C.; FARO, André; SCHMITZ, Heike. As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, n. 90, 2016, p. 127-160.

NIELSEN, Kelly. “Fake It ’til you make it”: Why community college students’ aspirations “hold steady”. *Sociology of Education*, v. 88, n. 4, p. 265-283, set. 2015.

OAB. Quadro de advogados. Disponível em: <https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>. Acesso: 06/06/2018.

OECD. *Education at a glance 2016: OECD indicators*. OECD Publishing, Paris, 2016.

OLIVEIRA, Alessandra dos Santos; BOCK, Ana Mercês Bahia. Escolha do curso por prounistas: estudando a dimensão subjetiva da desigualdade. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, n. 2, 2016, p. 303-312.

OLIVEIRA, Jonas Sâmí Albuquerque de. *Tendências do mercado de trabalho de enfermeiros/as: um estudo no nordeste brasileiro*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2015.

OLIVEIRA, Jonas Sâmí Albuquerque; PIRES, Denise Elvira Pires; ALVAREZ, Ângela; SENA, Roseni; MEDEIROS, Soraya; ANDRADE, Selma. Tendências do mercado de trabalho de enfermeiros/as na visão de gestores. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 71, n. 1, p. 148-155, fevereiro 2018.

OLLIVIER, Michèle. Status em sociedades pós-modernas: a renovação de um conceito. *Lua Nova*, São Paulo, n. 77, p. 41-71, 2009.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Desempenho por IES e campus – Exame XVI. Disponível em: <https://www.oab.org.br/servicos/examedeorde>. Acesso: 30/03/2019.

OVINK, Sarah. "In Today's Society, It's a Necessity": Latino/a Postsecondary Plans in the College-for-all Era. *Social Currents*, vol. 4, n° 2, pp. 128-145, 2017.

PAHL, Ray; ROSE, David; SPENCER, Liz. Inequality and quiescence: a continuing conundrum. *ISER Working Paper*, n. 2007-22, University of Essex, Essex, 2007.

PAULI, Rafael Camargo de; NAKABASHI, Luciano; SAMPAIO, Armando Vaz. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 459-478, set. 2012.

PAYNE, Geoff; GREW, Clare. Unpacking 'class ambivalence' some conceptual and methodological issues in accessing class cultures. *Sociology*, vol. 39, n. 5, p. 873-891, 2005.

PEREIRA, Ricardo Bernardes. *Como jovens de mesma origem social seguem percursos de vida distintos: O caso de Campestre-MG*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, PPG Sociologia, 2016.

PETRARCA, Fernanda Rios. "O jornalismo como profissão": Recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPG Sociologia, 2007.

PICANÇO, Felícia. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 88, 2015.

PICANÇO, Felícia. Quem vai e quem fica: apostas no ensino superior. *Trabalho apresentado no 36º encontro Anual da Anpocs*, out. 2012.

POCHMANN, Marcio. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 23-38, Ago. 2014.

POLAZ, Karen Teresa Marcolino; ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de. Fronteiras simbólicas em um clube de elite. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 98, e339804, 2018.

POOL, Fernande Wille-Wietske. *The ethical life of Muslims in secular India: Islamic reformism in West Bengal*. Tese de Doutorado, London School of Economics and Political Science, Londres, 2016.

POSEL, Dorrit; ROGAN, Michael Rogan. Inequality, social comparisons and income aspirations: Evidence from a highly unequal country. *Journal of Human Development and Capabilities*, vol. 20, n°:1, pp. 94-111, 2019.

POWELL, Sarah. *Biglaw: How to survive the first two years of practice in a mega-firm, or, the art of doc review*. Durham, Carolina Academic Press, 2013.

QUEIROZ, Allan; VANDERSTRAETEN, Raf. Unintended consequences of job formalisation: Precarious work in Brazil's sugarcane plantations. *International Sociology*, v. 33, n.1, 2018.

RAMOS, Madalena; PARENTE, Cristina; SANTOS, Mónica. Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 383-400, 2014.

REDBIRD, Beth. The new closed shop? The economic and structural effects of occupational licensure. *American Sociological Review*, Washington-DC, v. 82, n. 3, p. 600-624, maio 2017.

REIS, Maurício Cortez; MACHADO, Danielle Caruzzi. Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil. *Economia Aplicada*, São Paulo, vol. 20, n. 4, pp. 425-437, 2016.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Desigualdades de gênero no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil: uma análise de idade, período e coorte. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 301-323, Agosto 2016.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades de renda: A escolaridade em questão. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 169-188, Jan. 2017 .

RIDGEWAY, Cecilia. Why status matters for inequality. *Annual review of sociology*, vol. 79, nº 1, 2013.

RIVERA, Lauren. Hiring as cultural matching: The case of elite professional service firms. *American Sociological Review*, vol. 77, nº 6, 999-1022, Nov. 2012.

RIVERA, Lauren. Ivies, extracurriculares, and exclusion: Elite employers' use of educational credentials. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 29, n.1, p. 71-90, janeiro 2011.

RIVERA, Lauren. *Pedigree: How elite students get elite jobs*. Princeton, Princeton University Press, 2015. Durham, Duke University Press, 2009.

RIVERA, Lauren. When two bodies are (not) a problem: Gender and relationship status discrimination in academic hiring. *American Sociological Review*, v. 82, n. 6, p. 1101-1138, 2017.

ROSE, Nikolas. *Inventing our selves: Psychology, power, and personhood*. New York: Cambridge University Press, 1998.

ROY, Debraj, PALAVALLI, Bharath; MENON, Niveditha; KING, Robin; PFEFFER, Karin; LEES, Michael; SLOOT, Peter. Survey-based socio-economic data from slums in Bangalore, India. *Scientific Data*, v. 5, nº do artigo 17020, 2018.

RUDNICKI, Dani. O ingresso de bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, p. 108-137, dezembro 2008.

SALATA, André; SCALON, Celi. Do meio à classe média: Como a “nova classe média” e a “classe média tradicional” percebem sua posição social? *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo-RS, v. 51, n. 3, p.375-386, 2015.

SANTOS, Cláudio Hamilton Matos; CAVALCANTE, Carolina Valani; MARTINS, Felipe dos Santos; LACERDA, Luciana Pacheco Trindade, SCHETTINI, Bernardo Patta. Evolução do

emprego público nos governos subnacionais brasileiros no período 2004-2014. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Brasília, *Carta de Conjuntura* 32, julho-dezembro 2016.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SATYBALDIEVA, Elmira. Working class subjectivities and neoliberalisation in Kyrgyzstan: developing alternative moral selves. *International Journal of Politics, Culture and Society*, vol. 13, nº1, 2018, 2018.

SAYER, Andrew. 2011. *Why Things Matter to People: Social Science, Values and Ethical Life*. Cambridge University Press.

SAYER, Andrew. Class, moral worth and recognition. *Sociology*, vol. 39, nº 5, , pp. 947–963, 2005^a.

SAYER, Andrew. *The moral significance of class*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005b.

SCHNEIDER, Simone. Income inequality and subjective wellbeing: Trends, challenges, and research directions. *Journal of Happiness Studies*, v. 17, n. 4, p. 1719-1739, agosto 2016.

SCHOFER, Evan; MEYER, John. The worldwide expansion of higher education in the twentieth century. *American Sociological Review*, vol. 70, n. 6, pp. 898-920, Dez. 2005.

SCHWALBE, Michael; GODWIN, Sandra; HOLDEN, Daphne; SCHROCK, Douglas; THOMPSON, Schealy; WONKOMIR, Michele. Generic processes in the reproduction of inequality: An Interactionist Analysis. *Social Forces*, vol. 79, nº 2, 2000.

SEEBERG, Vilma; LUO, Shujuan. Migrating to the city in North West China: Young rural women’s empowerment. *Journal of Human Development and Capabilities*, v. 19, n. 3, p. 289-307, 2018.

SEN, Vicheth. Hybrid governmentality: Higher education policymaking in post-conflict Cambodia. *Studies in Higher Education*, v. 44, n. 3, p. 519-525, 2019.

SENNETT, Richard e COBB, Jonathan. *The hidden injuries of class*. New York: W.W. Norton & Company, 1972.

SENNETT, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SENNETT, Richard. *The Craftsman*. New Haven: Yale University Press, 2008.

SEWELL, William H. Jr. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SEWELL, William; HALLER, Archibald; PORTES, Alejandro. The educational and early occupational attainment process. *American Sociological Review*, v. 34, n. 1, p. 82-92, 1969.

SHERMAN, Rachel. 'A very expensive ordinary life': Consumption, symbolic boundaries and moral legitimacy among New York elites. *Socio-Economic Review*, v. 16, n. 2, p. 411-433, Abril 2018.

SHERMAN, Rachel. Conflicted cultivation: Parenting, privilege, and moral worth in wealthy New York families. *American Journal of Cultural Sociology*, v. 5, n. 1-2, p. 1-33, março 2017.

SHOVE, Elizabeth. *Comfort, Cleanliness + Convenience: The social organization of normality*. Oxford: Berg Publishers, 2003.

SILDRICK, Tracy; MACDONALD, Robert. Poverty talk: How people experiencing poverty deny their poverty and why they blame 'the poor'. *The Sociological Review*, v. 61, n. 2, p. 285-303, maio 2013.

SILVA, Camila Ferreira da; ALVES, Mariana Gaio. As aspirações dos aprendizes: doutorandos em educação no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 280-308, março 2018.

SILVA, Jennifer. *Coming up short: Working-Class adulthood in an age of uncertainty*. Nova Iorque: Oxford, 2013.

SILVA, Jennifer. High hopes and hidden inequalities: How social class shapes pathways to adulthood. *Emergent Adulthood*, vol. 4, nº 4, 2016.

SILVA, Jennifer; SNELLMAN, Kaisa. Salvation or safety net? Meanings of "college" among working- and middle-class young adults in narratives of the future. *Social Forces*, v. 97, n. 2, p. 559-582, dezembro 2018.

SILVA, Nelson do Valle. *Uma Classificação Ocupacional para o Estudo da Mobilidade e da Situação de Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.

SIMONS, Maarten. Learning as Investment: Notes on governmentality and biopolitics. *Educational Philosophy and Theory*, v. 38, n. 4, p. 523-540, 2006.

SINA. 2018 年高考 : 什么专业最受欢迎? (2018nian gaokao: shenme zhuanye zui shouhuangying?). Disponível em: <http://edu.sina.com.cn/gaokao/2018-02-03/doc-ifyreyvz8462660.shtml>. Acesso: 19/05/2019.

SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO – SEMESP. *SEMESP apresenta dados de empregabilidade no ensino superior*. Disponível em: <http://www.semesp.org.br/site/noticias/semesp-apresenta-dados-de-empregabilidade-de-formados-no-ensino-superior/>. Acesso: 30/05/2018.

SIRGY, Joseph. The psychology of material well-being. *Applied Research in Quality of Life*, v. 13, n. 2, p. 273-301, junho 2018.

SKEGGS, Beverley. *Formations of class and gender: becoming respectable*. London: Sage, 1997.

- SKEGGS, Beverley. *Class, self and culture*. London: Routledge, 2004.
- SKEGGS, Beverley. The making of class and gender through visualizing moral subject formation. *Sociology*, vol. 39, nº5, 2005.
- SKEGGS, Beverley; LOVEDAY, Vik. Struggles for value: value practices, injustice, judgment, affect and the idea of class. *The British Journal of Sociology*, Oxford, v. 63, n. 3, p. 472-490, 2012.
- SMITH, Woodruth. *Consumption and the making of respectability*. New York: Routledge, 2002.
- SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 79-96, fevereiro 2014.
- SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, Josiane Aparecida Cardoso de; MAZINI FILHO, Mauro Lúcio. Análise ergonômica dos movimentos e posturas dos operadores de checkout em um supermercado localizado na cidade de Cataguases, Minas Gerais. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 123-135, Abril 2017.
- SPOHRER, Konstanze; STAHL, Garth; BOWERS-BROWN, Tamsin. Constituting neoliberal subjects? 'Aspiration' as technology of government in UK policy discourse. *Journal of Education Policy*, v. 33, n. 3, p. 327-342, jun. 2018.
- SPURLING, Nicola. Matters of time: Materiality and the changing temporal organisation of everyday energy consumption. *Journal of Consumer Culture*, DOI: 10.1177/1469540518773818, 2018.
- STUBER, Jenny. Talk of Class: The discursive repertoires of white working- and upper-middle-class college students. *Journal of Contemporary Ethnography*, vol. 35, nº 3, 2006.
- SVARC, Jadranka. The knowledge worker is dead: What about professions? *Current Sociology*, vol. 64, n. 3, p. 392-410, 2016.
- THOLEN, Gerbrand. *Graduate work: skills, credentials, careers, and labour markets*. New York: Oxford University Press, 2017.
- THOLEN, Gerbrand; RELLY, Susan James; WARHURST, Chris; COMMANDER, Joanna. Higher education, graduate skills and the skills of graduates: The case of graduates as residential sales estate agents. *British Educational Research Journal*, vol. 43, n. 3, Jun. 2016.
- TOMLINSON, Michael. Graduate employability: A review of conceptual and empirical themes. *Higher Education Policy*, vol. 25, n. 4, pp 407-431, dez. 2012.
- TRENTMANN, Frank; CARLSSON-HYSLOP, Anna. The evolution of energy demand in Britain: Politics, daily life, and public housing, 1920s-1970s. *The Historical Journal*, v. 61, n. 3, p. 807-839, setembro 2018.

TRIBUNA. Pesquisa aponta cursos que mais formam no país. Disponível em: <http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/pesquisa-aponta-cursos-que-mais-formam-no-pais/?cHash=5653d14a057a547a8e4db4e7103731db>. Acesso: 30/05/2018.

TSING, Anna. Supply chains and the human condition. *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, v. 21, n. 2, p. 148-176, 2009.

TYLER, Imogen. Classificatory struggles: Class, culture and inequality in neoliberal times. *The Sociological Review*, v. 63, n. 2, 493-511, 2015.

VAISEY, Stephen. Education and its discontents: Overqualification in America, 1972-2002. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 85, n. 2, p. 835-864, Dez. 2006.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende; BURGOS, Marcelo Baumann. *Quem somos: A magistratura que queremos*. Rio de Janeiro, Associação dos Magistrados Brasileiros, 2018.

VICENTE, Eliana. *Pobres “de bem”, pobres “marginais”: A relação estabelecidos e outsiders nas classes populares do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutorado em Ciências Sociais, 2019.

VILAS BOAS, Ana Alice; SOUSA PIRES, Ana Alice de; FARIA, Danuza Adriane, MORIN, Estelle. Indicadores de qualidade de vida no trabalho de docentes de instituições federais de ensino superior das regiões sudeste, centro-oeste e Distrito Federal. *Brazilian Applied Science Review*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 19-51, jan/mar 2018.

WAHAB, Diana Binti Abdul. *Graduate labour market analysis in Malaysia*. Tese de Doutorado, Leeds, University of Leeds, Departamento de Economia, 2017.

WANG, Jia. Rural-to-urban migration and rising evaluation standards for subjective social status in contemporary China. *Social Indicators Research*, v. 134, n. 3, p. 1113-1134, dez. 2017.

WANG, Xuechao; DONG, Xiaobin; LIU, Huiming; WEI, Hejie; FAN, Weiguo; LU, Nachuan; XU, Zihan; REN, Jiahui; XING, Kaixiong. Linking land use change, ecosystem services and human well-being: A case study of the Manas River Basin of Xinjiang, China. *Ecosystem Services*, v. 27, parte A, p. 113-123, outubro 2017.

WEEDEN, Kim. Why do some occupations pay more than others? Social closure and earnings inequality in the United States. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 108, n. 1, p. 55-101, jul. 2002.

WILLIAMS, Mark; BOL, Thijs. Occupations and the wage structure: The role of occupational tasks in Britain. *Research in Stratification and Mobility*, vol. 53, p. 16-25, fevereiro 2018.

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador: Escola, Resistência e Reprodução Social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WRIGHT, Ewan; HORTA, Hugo. Higher education participation in “high-income” universal higher education systems: “Survivalism” in the risk society. *Asian Education and Development Studies*, vol. 7, n. 2, pp. 184-204, Jan. 2018

WU, Xiaogang; LI, JUN. Income inequality, economic growth, and subjective well-being: Evidence from China. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 52, p. 49-58, dez. 2017.

YANG, Yingzhi. *Quantity or quality? China’s ‘996’ work culture comes under scrutiny*. Página de internet. Disponível em: <https://www.scmp.com/tech/start-ups/article/3005947/quantity-or-quality-chinas-996-work-culture-comes-under-scrutiny>. Acesso: 30/04/2019.

YANG, Zhenshan; WANG, Yuxuan; LIU, Zhigao. Improving socially inclusive development in fast urbanized area: Investigate livelihoods of immigrants and non-immigrants in Nansha Special Economic Zone in China. *Habitat International*, v. 86, p. 10-18, abril 2019.

YOGANANTH, Nallathambi; BHATNAGAR, Tarun. Prevalence of open defecation among households with toilets and associated factors in rural south India: an analytical cross-sectional study. *Transactions of The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, Volume 112, Issue 7, p. 349–360, julho 2018.

Anexo: Características demográficas dos entrevistados

Nome fictício	Idade	IES	Graduação	Ocupação Atual	Ocupação dos pais	Inserção na universidade	Classificação de classe
Cícero	40	PUCRS	2016/1	Desempregado	Agricultor e dona de casa	PROUNI	Precário
Teresa	30	PUCRS/FMP	2018/2	Atendimento FMP	Agricultor e dona de casa	PROUNI e depois bolsa institucional	Precário
Francisco	32	PUCRS	2017/1	Motorista de ônibus	Servidor público e faxineira	PROUNI	Intermediário
Eliseu	28	UFRGS	2013/2	Advogado empresarial	Engenheiro (servidor) e dona de casa	Pública	Média alta
Valentina	45	Unisinos/UPF/PUCRS	2011/2	Desempregado	Taxista e costureira industrial	Pagamento próprio	Intermediário
Rômulo	25	UCS	2016/1	Estudante	Servidor público e metalúrgica	Pagamento próprio	Intermediário
Armando	26	Unisinos/PUCRS	2016/1	Advogado público	Pedreiro e atendente de creche	FIES e depois PROUNI	Precário
Atanásio	24	UFRGS	2014/2	CC no setor público	Pai militar e mãe dona de casa	Pública/cotista	Intermediário
Cândido	25	FMP	2014/2	Advogado Direito do Consumidor	Pai e mãe são servidores públicos	Pagamento próprio	Média alta
Alzira	34	Unisinos	2013/2	Freelancer	Pai é servidor (perito criminal) e mãe dona de casa	Pagamento próprio	Média alta
Demétrio	25	PUCRS	2017/1	Advogado júnior	Pais são vendedores informais	PROUNI	Precário
Dionísio	27	PUCRS	2016/2	CC no setor público	Professor e professora	Pagamento próprio e FIES	Média alta
Ágata	25	PUCRS	2016/2	Advogada	Monitora escolar (servidora pública)	FIES	Intermediário
Geraldo	27	PUCRS	2016/1	Dono de escritório	Secretária	FIES	Intermediário
Gregório	24	PUCRS	2017/1	Auxiliar jurídico	Eletricista e dona de casa	Bolsa institucional e FIES	Intermediário
Gusmão	33	Uniritter	2015/1	Concurseiro	Técnico contábil/corretor e vendedora	Pagamento próprio	Média alta
Fátima	24	PUCRS	2016/2	Agente administrativo (CC)	Metalúrgico e dona de casa	PROUNI	Intermediário

Elsa	27	UFRGS	2015/2	Advogada	Microempreendedores	Pública	Intermediário
Isaura	25	UFRGS	2016/1	Desempregada	Dentista e Nutricionista	Pública	Média alta
Ícaro	34	PUCRS	2017/2	Assistente jurídico	Vendedor e dona de casa	PROUNI	Intermediário
Hugo	29	PUCRS	2016/2	Desempregado	Autônomo e doméstica. Ambos falecidos.	PROUNI	Precário
Catarina	24	PUCRS	2015/2	Freelancer	Serviços Gerais	Crédito universitário	Precário
Rui	27	PUCRS	2017/1	Auxiliar jurídico	Pai era segurança e mãe é merendeira	PROUNI	Precário
Felícia	27	PUCRS	2015/2	Técnica em eletrotécnica	Mãe é empregada doméstica	PROUNI	Precário
Jordana	25	PUCRS	2016/2	Mestranda	Mãe é professora de primário aposentada. Pai é mecânico.	PROUNI	Intermediário
Januário	25	FADERGS	2015/2	Desempregado	Pai é advogado e mãe é professora	Pagamento próprio	Média alta
Nestor	24	UCS	2015/2	Concurseiro	Pai é agricultor e mãe é merendeira	PROUNI	Precário
Margarida	24	PUCRS	2016/2	Mestranda	Pai é militar e mãe é dona de casa	PROUNI	Intermediário
Pascoal	29	FADERGS	2015/2	Desempregado	Pai era pedreiro e mãe é representante comercial	Pagamento próprio	Precário
Teófilo	31	FADERGS	2015/1	Mestrando	Telefonista aposentada e policial civil aposentado	Pagamento próprio/Fies	Média alta
Olga	24	PUCRS	2017/1	Assistente jurídico	Mãe é revendedora e pai é motorista	PROUNI	Intermediário
Vera	24	PUCRS	2016/1	Advogada	Mãe é costureira e pai é metalúrgico	PROUNI	Intermediário
Virgínio	24	PUCRS	2016/1	Advogado	Mãe é cabeleireira e pai é metalúrgico	PROUNI	Intermediário

Roteiro de entrevista

Bloco 1: Vida presente

O que tem feito desde que se formou?;
Onde ela trabalha;
Como ela se sente no trabalho;
O que ela espera do futuro;
Com quem ela mora;
A rotina de vida durante a semana e aos finais de semana;
Quais empregos ela já teve;
Como ela conseguiu esses empregos;
As expectativas para o futuro;
As experiências com o chefe;
A maneira como ela avalia as suas atividades de trabalho (se são complexas/prazerosas/bem recompensadas);
Como ela se sente com a situação atual;
Se ela toma alguma ação para mudar a situação atual;
Os hobbies; as atividades de lazer.

Bloco 2: A experiência universitária

Quando ela ingressou na universidade;
Onde ela se formou;
Se teve de conciliar trabalho e emprego;
Como era o desempenho escolar; experiências de estágio;
Experiências de emprego;
Como conseguiu esses empregos/estágios;
Como ela avalia a experiência universitária;
Como decidiu fazer um curso de direito?
Como é que chegou a estudar nesta universidade?
Como ela avalia a qualidade da formação;
Como ela avalia o preço da universidade;
Como ela avalia ter de conciliar trabalho e emprego;
Como ela avalia as ações dela como estudante;
Se ela se arrepende de alguma ação durante a experiência universitária;
Se as experiências universitárias foram positivas (turmas de amigos, relacionamentos amorosos; socialização, rotina de estudo, cobrança dos professores);
Se ela considera que valeu a pena o esforço despendido na universidade pela situação que vive atualmente.

Bloco 3: Fronteiras simbólicas com os ex-colegas

Como eram?

Quem eram os amigos mais próximos?
 Como eram as pessoas de quem ela menos gostava?
 Onde estão empregados os amigos mais próximos?
 Onde estão empregados os amigos mais distantes?
 Quais as características econômicas dos amigos mais próximos? E dos mais distantes?
 Como ela avalia a posição social dos amigos mais próximos? E dos mais distantes?
 Eles passaram na OAB?
 Eles estão bem no mercado de trabalho?
 Como ela se compara a ele? Têm um emprego melhor?
 Têm uma renda melhor?
 Eles tiveram mais dificuldades na universidade?
 Ela se sentia bem na turma?
 Como são suas relações com os ex-colegas hoje?

Bloco 4: Fronteiras simbólicas com os alunos da elite

Quais são as diferenças entre a experiência atual dela e de um aluno nascido numa família de alto nível socioeconômico?
 Quais as diferenças na experiência de vida durante a universidade que ela teve de um aluno da elite?
 Quais as diferenças na posição atual dela e de um aluno da elite?
 Se ela considera justa essas diferenças.
 Se ela considera que o nível de qualificação de um aluno da elite é igual, maior ou menor do que o dela.
 Por que o nível de qualificação difere?
 Como ela compara a vida dela com os membros das classes dominantes em relação a relacionamentos afetivos, a satisfação com a vida, a bem-estar individual, a emprego, renda e situação financeira (posse de riqueza e dívidas)?

Bloco 5: Vida pós-universidade

Como foi terminar a universidade?
 Como ela se sentiu no último semestre?
 Ela tem a carteira da OAB?
 Como foi ser aprovada na OAB?
 Quantas vezes ela tentou?
 Como ela se sentiu ao ser aprovada na OAB?
 Como ela se sentiu ao ser reprovada?
 Já tentou concursos públicos? Quais?
 Qual foi a posição no certame?
 Como ela se sentiu ao ser reprovada nos concursos?
 O que ela acha preciso para ser aprovada nos concursos?
 Quem são os aprovados?
 Ela acha que vai ser aprovada em algum concurso público algum dia?
 Qual a área de especialização dela no Direito?
 Como ela chegou a optar por essa área?

Bloco 6: Avaliação das carreiras jurídicas e de outras ocupações

Quais são as melhores carreiras? Por quê?
 Quais são as piores carreiras?
 Qual carreira ela gostaria de ter? Por quê?
 O que é um bom emprego?
 O que é um emprego ruim?
 Quais empregos ela não exerceria de forma alguma?
 Qual seria o pior emprego que ela aceitaria?

Bloco 7: Ocupação dos pais

Qual a ocupação da mãe (se for do sexo feminino) ou do pai (se for do sexo masculino)?
 O que ela acha dessa ocupação?
 Como ela se sentiria se tivesse a ocupação dos pais?
 O que os pais acham da ocupação atual do entrevistado?

Bloco 8: Fronteiras simbólicas com os pais

Como era a vida do pai (se for do sexo masculino) ou da mãe (se for do sexo feminino) quando eles tinham a idade do entrevistado?
 No que era melhor?
 No que era pior?
 Como os pais avaliam a vida que ela leva?
 O que os pais tinham na idade dela que ela não tem?
 O que ela tem hoje em dia que os pais não tinham?
 Como ela se compara ao progenitor do mesmo sexo em relação a relacionamentos afetivos, a satisfação com a vida, a emprego, renda e situação financeira (posse de riqueza e dívidas)?

Bloco 9: Outras bases de respeito

Perguntar se participa de alguma das seguintes organizações/instituições. Se sim, explorar: religião, movimentos sociais, partidos políticos, grupos artísticos, academia de ginástica, voluntariado.
 Identidades: se é vegetariana, vegana, posição política, opinião com relação a desigualdades de gênero e raciais (especialmente se for mulher e não branco).

Bloco 10: Encerramento

O que ela acha da situação política e econômica do Brasil atual?
 Como ela acha que essa situação tem afetado a vida dela?
 O que é uma boa vida?
 O que ela acha da situação dos egressos em Direito no mercado de trabalho de uma maneira geral?